



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES

**A BURGUESIA BRASILEIRA DIANTE DA
TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL:**
Características e perspectivas da burguesia e do capitalismo
brasileiros no século XXI



ARARAQUARA – S.P.

2021

ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES

**A BURGUESIA BRASILEIRA DIANTE DA
TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL:**
Características e perspectivas da burguesia e do capitalismo
brasileiros no século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista – Campus Araraquara para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimentos sociais

Orientadora: Dra. Carla Gandini Giani Martelli.

Bolsa: CAPES

Araraquara

2021

C512b

Chaves, Alessandro Rodrigues

A burguesia brasileira diante da transnacionalização do capital : Características e perspectivas da burguesia e do capitalismo brasileiros no século XXI / Alessandro Rodrigues Chaves. -- Araraquara, 2021

250 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

1. Burguesia brasileira. 2. neodesenvolvimentismo. 3. crise estrutural do capital. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALESSANDRO RODRIGUES CHAVES

**A BURGUESIA BRASILEIRA DIANTE DA TRANSNACIONALIZAÇÃO
DO CAPITAL:**

**Características e perspectivas da burguesia e do capitalismo brasileiros no
século XXI**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ciências sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimentos sociais

Orientadora: Carla Gandini Giani Martelli.

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 25/11/2021

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Departamento de ciências sociais UNESP - Araraquara.

Membro Titular: Dra. Maria Orlanda Pinassi

Departamento de Sociologia UNESP – Araraquara.

Membro Titular: Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos

Universidade Federal de São Paulo – Campus Osasco.

Membro Titular: Dr. Antonio Rago Filho

Departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Membro Titular: Dra. Regiani Zornetta

Departamento de humanidades do Instituto Federal de São Paulo.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Agradecimentos

Agradeço à professora Carla, que me acolheu e foi decisiva para a realização deste trabalho

À professora Maria Orlanda, por seus apontamentos norteadores que influenciaram não só este trabalho, mas um percurso intelectual que deve ter continuidade.

Ao professor Fabio Luis, cuja proximidade resultou em aprendizados fundamentais para o prosseguimento das reflexões.

Antonio Rago, marco da minha formação desde a graduação no curso Ciências Sociais da Fundação Santo André, local que me garantiu sólida fundamentação teórica para a continuidade dos estudos.

Regiani Zornetta, seja nas aulas, ou nas conversas em corredores e mesas pelo campus ou na cidade de Araraquara, contribui diretamente para a formulação da ideia inicial deste trabalho.

Professora Teresinha Ferrari, por sua atenção e paciência. Os temas apresentados neste texto são resultados de nossas conversas.

Minha companheira Carolina, por compartilhar os desafios, frustrações e eventuais frutos deste esforço.

Querida Rosa. Minha filha. Inspiração para a elaboração teórica e postura política capazes de quebrar as correntes que impedem uma sociedade emancipada.

Meu amigo Helton Saragor (Bastos), pelo diálogo permanente sobre os pontos deste trabalho, por sua atenta leitura e fundamentais sugestões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O patrão nosso de cada dia

*Eu quero o amor
Da flor de cactus
Ela não quis*

*Eu dei-lhe a flor
De minha vida
Vivo agitado*

*Eu já não sei se sei
De tudo ou quase tudo
Eu só sei de mim
De nós
De todo o mundo*

*Eu vivo preso
A sua senha
Sou enganado*

*Eu solto o ar
No fim do dia
Perdi a vida*

*Eu já não sei se sei
De nada ou quase nada*

*Eu só sei de mim
Só sei de mim
Só sei de mim*

*Patrão nosso
De cada dia
Dia após dia*

*Patrão nosso
De cada dia
Dia após dia*

*Patrão nosso
De cada dia
Dia após dia*

*Patrão nosso
De cada dia*

(Fernando Pessoa/João Ricardo)

RESUMO

A tese apresentada tem como objeto de estudos a burguesia brasileira. A pesquisa demonstra as condições e as perspectivas das frações economicamente dominantes da burguesia brasileira no século XXI. Trata-se de um estudo que analisa os setores dominantes historicamente, com especial atenção para a sua formação social nos marcos de uma ex-colônia escravocrata e posteriormente dependente. Também abordamos a sua relação com o capitalismo transnacionalizado, considerando a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Dessas posturas metodológicas apresentamos duas considerações importantes: a primeira é ausência de uma perspectiva questionadora ou superadora dos fundamentos da dependência, na medida em que se utiliza da precariedade social como “vantagem” econômica para competir no capitalismo global. A segunda se refere a adequação aos imperativos do capital em sua crise estrutural, as frações economicamente dominantes da burguesia brasileira serão as mais alinhadas com a atual fase do capitalismo, no século XXI serão o extrativismo, o agronegócio, o bancário e financeiro.

Palavras-chave: *burguesia brasileira; transnacionalização do capital; neodesenvolvimentismo.*

ABSTRACT

The thesis presented has as its object of study the Brazilian bourgeoisie. The research demonstrates the conditions and perspectives of the economically dominant fractions of the Brazilian bourgeoisie in the 21st century. This is a study that analyzes historically dominant sectors, with special attention to their social formation within the framework of a former slave colony and later dependent. We also discuss its relationship with transnationalized capitalism, considering the country's position in the international division of labor. From these methodological positions, we present two important considerations: the first is the absence of a questioning or overcoming perspective of the foundations of dependency, as it uses social precariousness as an economic “advantage” to compete in global capitalism. The second refers to adapting to the imperatives of capital in its structural crisis, the economically dominant fractions of the Brazilian bourgeoisie will be the most aligned with the current phase of capitalism, in the 21st century they will be the extractive sector, agribusiness, banking and finance.

Keywords: *Brazilian bourgeoisie; transnationalization of capital; neodevelopmentalism*

Sumário

Apresentação	11
Introdução	15
1 – Burguesia brasileira e horizonte de expectativa: subalternidade e apologia da “modernidade”	29
1.1 <i>Burguesia brasileira e apologia da “modernidade”</i>	36
1.2 <i>Temporalidade: espaço de experiência e horizonte de expectativa</i>	39
1.3 <i>A corrida atrás do tempo: nacional-desenvolvimentismo</i>	45
1.4 <i>A adequação aos imperativos da “modernização” neoliberal: o horizonte de expectativa decrescente da burguesia brasileira.....</i>	50
1.5 <i>O novo tempo do mundo e a crise estrutural do capital: burguesia brasileira e a manutenção do presente</i>	56
2 – A burguesia brasileira: formação, dependência e autocracia	63
2.1 <i>A formação da burguesia brasileira diante da via colonial.....</i>	64
2.2 <i>A burguesia cafeeira: o emergir da burguesia brasileira</i>	68
2.3 <i>O burguês e o senhor: uma burguesia peculiar</i>	74
2.4 <i>Imperialismo: o impulso transformador.....</i>	79
2.5 <i>O “atraso” como potência: forma particular de exploração do trabalho.....</i>	83
2.6 <i>A autocracia burguesa</i>	87
3 - Transnacionalização do capital e a economia brasileira	95
3.1 <i>Crise, financeirização e transnacionalização do capital.....</i>	96
3.2 <i>A inserção brasileira na transnacionalização do capital</i>	102
3.3 <i>A reconfiguração da burguesia brasileira</i>	108
3.4 <i>“Eles fizeram o pior, acabaram com o Simca Chambord”: o declínio da fração industrial da burguesia brasileira</i>	117
4 – Nacionalismo, imperialismo, Estado e a burguesia brasileira.....	129
4.1 <i>A decadência do nacionalismo brasileiro.....</i>	129
4.2 <i>A burguesia brasileira e o capital transnacional.....</i>	135
4.3 <i>O Estado na transnacionalização do capital.....</i>	142
4.4 <i>O subimperialismo em questão: uma análise a partir da burguesia brasileira</i>	150
4.5 <i>A burguesia brasileira: agentes da crise do capital</i>	166
5- A adequação da burguesia brasileira aos imperativos do capital.....	173
5.1 <i>Os grandes bancos: concentração e modernização.....</i>	173
5.1.1 <i>Os bancos brasileiros e o processo de privatização</i>	180
5.2 <i>A extração de recursos naturais: agronegócio e mineração</i>	185
5.2.1 <i>“O lucro a curto prazo, o corte raso”: o caso da cana de açúcar</i>	185
5.2.2 <i>Soja: da expansão das fronteiras à bolsa de valores</i>	193
5.2.3 <i>“Agro é tech, agro é pop”: agronegócio, transnacionalização e tendências</i>	198

5.2.4 “O ouro da mina virou veneno”: Estado e empresários, das crateras às finanças	204
5. Considerações finais.....	221
6. Referências bibliográficas.....	227

Apresentação

A tese que apresento é continuidade de um trabalho que começou durante a iniciação científica – realizada no Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA)¹ – e complementado com o a dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara. Há um fio condutor que percorre ambas as pesquisas: a possibilidade de governos identificados com pautas da esquerda, conduzirem reformas que alterem as bases da economia e as precárias condições sociais que caracterizam a sociedade brasileira. No primeiro trabalho, verificamos a permanência do neoliberalismo nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. O passo seguinte – com os pressupostos do trabalho anterior – foi demonstrar os limites da proposta neodesenvolvimentista para superar “a questão social” dentro dos marcos da dependência². Nos dois trabalhos, apresentei a continuidade de processos econômicos e sociais. Por mais que passos importantes foram dados para a melhoria da situação social de ampla parcela da população, os problemas estruturais que mantêm a dependência e a precarização das relações de trabalho persistem. O próximo passo seria o de aprofundar os estudos sobre a sociedade brasileira para compreender os entraves que limitam o emergir de uma postura política capaz de lidar com os problemas estruturais da economia e sociedade brasileira.

O fim dos governos petistas e da proposta neodesenvolvimentista exigia explicar os motivos de um governo com capacidade de conciliar classes e setores antagônicos, de manter algum nível de estabilidade social e relativo crescimento econômico, cair de forma tão brusca. Boa parte dos pesquisadores apontaram o fim da conciliação das classes como principal elemento para o término da estratégia econômica. Para essa interpretação, havia uma disputa no bloco no poder entre distintas frações da burguesia brasileira, a fração que sustentava o neodesenvolvimentismo perdeu a capacidade relativa de influência sobre as decisões econômicas, abrindo a possibilidade para a demanda de outros setores. Entre as análises que chegaram à essa conclusão se destacam as dos cientistas políticos André Singer e Armando Boito Jr. que serão citados ao longo do trabalho.

¹ A síntese desses estudos podem ser encontrada em CHAVES, A. R.. Pós-neoliberalismo: declínio do neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo neoliberal? In: V Seminário internacional teoria política do socialismo, 2013, Marília. Marx: Crise do capitalismo e transição, 2013.

² CHAVES, A. R. A face neodesenvolvimentista do Estado brasileiro: o falseamento da “questão social”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de ciências sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara. 2016.

Os estudos que realizei chegaram em dados e interpretações distintas das formuladas pelos autores. O primeiro aspecto – talvez o fundamental – era o de que não havia superação do neoliberalismo por parte dos governos petistas. Não havia, portanto, também, uma disputa entre modelos distintos capazes de mobilizar conflitos entre as frações da burguesia brasileira. O segundo aspecto reside na orientação tomada pelas frações da burguesia brasileira. Salvo poucas exceções, os principais agentes econômicos do país – mesmo os “beneficiados” – não atuaram a favor do projeto neodesenvolvimentista nem do governo petista durante a crise econômica e política de 2015, ao contrário, passaram a compor o campo que defendia a necessidade de reformas, sobretudo a trabalhista e a previdenciária. Percebi que as explicações restritas às relações entre as classes e os governos apresentavam um limite. Elas se orientavam pela conjuntura e não por processos históricos e por características estruturais. Eram, eventualmente, bem sucedidas ao classificar governos e suas diferenças, mas não apresentavam de forma satisfatória as continuidades.

Com o respaldo de reflexões anteriores, sugiro uma análise alternativa. A leitura crítica dos analistas e, em grande medida, entusiastas do neodesenvolvimentismo, realizei com maior fôlego na dissertação de mestrado. A minha proposta para o doutorado foi a de analisar a burguesia brasileira do século XXI. Como as explicações para as supostas diferenças entre governos residiam, para os autores citados, nas características de frações da burguesia brasileira, este seria o objeto escolhido. No entanto, a orientação metodológica é distinta. Influenciado pelos escritos marxianos, pelo pensamento social brasileiro e pela Teoria Marxista da Dependência, analisei a burguesia brasileira em sua historicidade e destaquei a sua relação não com governos, mas com o capital transnacionalizado³. Com essa perspectiva, seria possível identificar não somente as características de governos com orientações ideológicas e práticas políticas diferentes, mas o alinhamento dos próprios governos e das frações burguesas com o capital em sua forma contemporânea. Dessa forma, penso eu, as tendências para a burguesia e para o capitalismo brasileiro se apresentam de forma mais nítida.

A minha divergência reside, sobretudo, – e espero que este trabalho consiga demonstrar os fundamentos das discordâncias – no tipo de análise desenvolvida pelos

³ Essa postura metodológica foi exposta no seguinte artigo: CHAVES, A. R.. A teoria marxista da dependência e os limites do nacional-desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo. CADERNOS CERU (USP), v. 28, p. 22-56, 2017

autores citados. Parece insuficiente compreender e explicar os governos e suas composições de classes secundarizando ou ocultando a estrutura produtiva, social e o alinhamento do país na divisão internacional do trabalho. Desde, pelo menos, a década de 1970 assistimos a um processo contínuo de adequação do país ao capital transnacionalizado, o que significou uma nova orientação para a burguesia nativa e para as relações sociais e econômicas do país. Podemos afirmar que, embora os autores citados nos ajudaram a compreender fenômenos como o *lulismo* ou o *neodesenvolvimentismo*, passado o período ao qual os conceitos faziam referência, os governos se alteraram, mas as frações burguesas economicamente dominantes e a posição do país na divisão internacional do trabalho não sofreram modificações significativas.

A reflexão da maior parte desse trabalho ocorreu entre os anos de 2016 e 2018. Momento no qual o impedimento da presidenta Dilma Rousseff intensificou o debate sobre os posicionamentos da burguesia brasileira. O que não me impediu de identificar tendências para a burguesia, para governos e para o capitalismo brasileiro do século XXI. Ao não serem modificadas a estrutura social e da dependência que condiciona o país na divisão internacional do trabalho, penso que as projeções apresentadas neste trabalho serão mantidas. A contribuição que apresento pode ser útil tanto para apontar a urgência de modificar a estrutura social e econômica do país como para pensar políticas de freios e regulação do capitalismo brasileiro que caminha de forma veloz para a intensificação da precariedade social e de incalculáveis prejuízos humanos e ambientais.

Há uma ressalva importante a se fazer. Uma vez que a abordagem do trabalho se pauta por relações entre as situações internas e o capital transnacionalizado, alguns pontos importantes da política e algumas distinções conjunturais foram, talvez, secundarizados. Avanços sociais, salariais, inclusão institucional de diversos setores sociais, relações diplomáticas diferenciadas, ampliação de espaços democráticos etc. são elementos que, a depender da abordagem, fornecem dados para diferenciar os governos petistas dos anteriores e, principalmente, dos posteriores. Contudo, penso que a análise que realizei – que procura se pautar por elementos históricos e estruturais da sociabilidade brasileira e por seu lugar na divisão internacional do trabalho – ajuda a compreender, também, o declínio da pretensão de inclusão social dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. Se pensarmos que frações burguesas estavam, em alguma medida, comprometidas com o processo de inclusão, e que por algum motivo deixaram de estar, o trabalho que apresento sugere a ideia de que o descarte ou secundarização da “questão

social” pelas frações da burguesia brasileira se encontra em seu constante projeto de adequação ao capital transnacional.

Neste sentido, penso que efetivas políticas de inclusão, consolidação e preservação da cidadania podem alcançar resultados mais satisfatórios quando se consideram as determinações históricas, sociais, políticas e econômicas que afetam a sociedade brasileira⁴. Essas questões é que inspiraram a investigação que ora apresentamos.

⁴ Dois artigos aprofundam esse tema: SOUZA, HELTON SARAGOR DE; MENDES, ÁQUILAS NOGUEIRA ; CHAVES, ALESSANDRO RODRIGUES . Trabalhadores da enfermagem: conquista da formalização, -dureza- do trabalho e dilemas da ação coletiva. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 25, p. 113-122,2020.

CHAVES, A. R.. Neodesenvolvimentismo como proposta de superação do subproletariado e da subcidadania. In: XIII Semana de pós-graduação em ciências sociais - Nas teias da memória e da imaginação, 2015, Araraquara. XIII Semana da Pós-Graduação em Ciências Sociais: nas teias da memória e da imaginação: anais do evento, 2015. p. 21-37.

Introdução

Este trabalho é sobre a burguesia brasileira, precisamente sobre suas posturas e condições frente ao capitalismo transnacionalizado. Entendemos que a compreensão da burguesia e suas relações com o Estado, com a sociedade e com a economia global é também uma forma de compreender as tendências do capitalismo brasileiro, suas expectativas e possibilidades para o século XXI.

Qual a tendência do capitalismo brasileiro para o século XXI? Essa é a questão que norteia nosso trabalho e a análise sobre a burguesia do país. Não estamos falando de uma economia qualquer, mas que figura há anos entre as dez maiores do mundo. Uma economia que cumpre papel fundamental para a continuidade da expansão e reprodução do capital, fornecendo bens primários e possibilidades para ganhos financeiros e especulativos. Analistas apresentaram seu otimismo diante das últimas décadas, chegando a afirmar que o Brasil “deu certo”⁵, discutiam sobre as mudanças positivas da sociedade brasileira e as possibilidades abertas ao país no cenário econômico e político mundial. O trabalho que desenvolvemos nos permite o afastamento dessa perspectiva. A identificação das tendências para o capitalismo brasileiro nas próximas décadas dificilmente apresentará condições sociais, políticas e econômicas que afetarão positivamente a população do país.

Para responder à questão sobre a tendência do capitalismo brasileiro, este trabalho toma como objeto a burguesia brasileira, investigando suas posturas, localização setorial e intenções. A base teórica que sustenta esta tese vem com os estudos realizados pelas ciências humanas do país nas décadas de 1960 e 1970, destacando-se os trabalhos de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado, Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré, José Chasin, entre outros, que analisaram de forma criteriosa e ampla as estruturas da sociedade brasileira, seja política, social ou econômica. Justificamos a escolha desses autores por terem se preocupado, cada um ao seu modo, com o estudo das classes sociais, com grande destaque para a burguesia.

A importância de estudar a burguesia se encontra, em nosso entendimento, pela relevância que essa classe social possui para a condu o e reprodu o do capital, afinal,

⁵ Nos referimos ao documentário dirigido por Louise Sottomaioir intitulado “O Brasil deu certo? E agora?”. Ex-presidentes, ex-ministros, políticos, empresário, intelectuais analisam os pontos positivos do Brasil no século XXI e suas expectativas para o futuro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6tVOjVkr-yQ>

a emergência e efetivação da sociedade capitalista, ou “capitalismo moderno ocidental”, é incompreensível sem fazer referência às grandes revoluções burguesas. É essa classe social – dividida em frações – que tem capacidade econômica e política para fazer valer seus interesses e expandir as relações capitalistas. Portanto, é possível que as intensões e posições, sobretudo econômicas, da burguesia brasileira sejam capazes de apresentar as pistas para identificar os caminhos abertos ao capitalismo brasileiro.

Contudo, uma compreensão das pretensões da burguesia brasileira será mais criteriosa se levarmos em consideração a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Esse caminho interpretativo foi indicado por Marx em uma passagem de sua obra *As Lutas de classes na França*, constatava o autor que a posição econômica de um país – no caso analisado Inglaterra e França do século XIX – influenciava nas relações entre as classes sociais:

Na Inglaterra, a indústria necessita do *free trade*; na França, da proteção alfandegária do monopólio nacional ao lado dos outros monopólios. A indústria francesa não domina a produção francesa; por conseguinte, os industriais franceses não dominam a burguesia francesa. Para fazer valer os seus interesses sobre as restantes frações da burguesia, não podem, como os ingleses, pôr-se à frente do movimento e ao mesmo tempo colocar em primeiro lugar os seus interesses de classe; têm pois de entrar no séquito da revolução e servir a interesses que se opõem aos interesses globais de sua classe (MARX, 2008, p. 157).

Preocupado com as disputas entre as frações burguesas, identificava a vulnerabilidade da burguesia industrial francesa. O autor percebe que a especialização produtiva de um país impacta diretamente as relações entre as classes sociais. Essa consideração é mais relevante quando o objeto de estudos é um país dependente. No qual não são somente as relações internas que devem ser selecionadas para compreender processos econômicos e políticos, mas também os fatores externos, a força do imperialismo e o momento histórico do capital e suas demandas.

Da mesma forma que o país obedece à divisão internacional demandada pela expansão e reprodução do capital, assim também o faz sua burguesia. Caso contrário, poderíamos ter uma burguesia reformista no sentido forte, ou revolucionária capaz de questionar ou mesmo ameaçar os imperativos do centro capitalista. Não é o caso, pois os estudos apontaram e a história demonstrou que a burguesia brasileira se fortalece na manutenção da dependência e subordinação. Em grande medida, a economia e a sociedade brasileira só são compreensíveis ao considerar a sua formação e a posição de sua economia no cenário global, qual seja, de um país formado pela colonização e

escravidão que não deixou de manter a sua posição subordinada em nenhum momento de sua história. Com a burguesia não é diferente, pois não seria equivocado dizer – embora muitas mediações sejam necessárias para afirmar – que a condição do país muito se deve aos feitos da burguesia, da mesma forma que a estrutura social e econômica afetam de forma significativa suas posturas e perspectivas políticas e econômicas. Enfatizamos esse ponto para demonstrar que estamos diante de uma burguesia singular: ao aceitar, em suas origens, a escravidão, colocou-se em oposição às grandes ideias que moveram as burguesias europeias, por exemplo – ao menos no campo das ideias. Ao sucumbir à condição de dependência abriu mão de deslumbrar um caminho alternativo para a economia e sociedade brasileira.

Essas considerações são importantes para melhor caracterizar o objeto de estudo. A burguesia brasileira tem, portanto, um passado que lhe influencia, está alinhada com a expansão e reprodução do capital em geral, obedecendo ao papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho. Com isso em mente, a apreensão da burguesia brasileira fica mais acessível. Ora, o Brasil é internacionalmente reconhecido por sua potencialidade extrativa e financeira. Fornece os insumos que potencializa a expansão global do capital e oferece elevada rentabilidade para os que vivem das finanças e especulação. Não é equivocado afirmar, portanto, que são nesses setores que encontraremos a grande burguesia brasileira. Aquela que possui uma história “vitoriosa” com os diversos ciclos da economia brasileira e atende, no período atual, às demandas do capitalismo em crise estrutural. É a grande burguesia brasileira que tem a potencialidade de nos apontar para onde a economia e a sociedade do país tendem a caminhar dentro da lógica do capitalismo do século XXI.

Percebe-se que empresas como Vale, Bradesco, Itaú, Cosan, Amaggi, Caramuru etc. – mesmo com competidores internacionais instalados no país – continuam um vigoroso ciclo de crescimento que vem desde a ditadura militar, pelo menos, até a segunda década do século XXI. Todas figuram entre as mais lucrativas do país – para isso basta verificar os rankings feitos por revistas como a Exame ano a ano – principalmente a Vale e os bancos. Um ponto importante é que todas essas empresas ainda possuem no controle personalidades brasileiras. São empresas e grupos que conseguiram se adequar à ofensiva do capital transnacionalizado. Essa é a burguesia que será o nosso objeto de análise, que representa setores que só vão perder sua importância se houver uma mudança

significativa nos rumos do capitalismo transnacionalizado ou na forma de inserção do país na economia global.

As alterações pelas quais o capitalismo passou nos últimos cinquenta anos, pelo menos, impactaram de forma decisiva as economias dependentes. A crise estrutural do capital, cuja efetivação se intensificou a partir da década de 1970, mudou a forma de se pensar a economia global, as relações sociais – sobretudo as relações de trabalho –, o Estado, a política e a divisão internacional do trabalho estabelecida no período anterior, denominado “trinta anos gloriosos”. As manifestações políticas e ideológicas dessa crise resultaram no que se convencionou chamar de neoliberalismo e transnacionalização do capital.

Os países dependentes se viram mais uma vez diante dos imperativos das economias centrais. Ao longo de sua história, enquanto integrantes da inerente expansão do capital desde o século XV, as economias dependentes dificilmente serão pensadas sem considerar as influências externas. Se no processo de colonização, as colônias tinham a função de atender às demandas das metrópoles – o que configurou as economias e as sociedades dos países periféricos –, a própria expansão do capital ao longo dos séculos proporcionou novas situações e possibilidades. Das primeiras décadas até meados do século XX, por exemplo, economias como a brasileira que eram caracterizadas como de “vocação agrícola” e como potência exportadora, passaram a experimentar uma inédita expansão industrial, o que reconfigurou sua economia, sua política e sociedade. Os últimos trinta anos do século XX abriram uma nova configuração, alterando também a forma de inserção dos países dependentes na economia global.

Até o último quarto do século XX a economia brasileira ainda podia ser caracterizada por sua atração de capitais destinados à esfera produtiva, impulsionando a industrialização e a urbanização de diversas regiões do país. Na década de 1990, principalmente, houve significativas alterações: os capitais necessitavam de ampla liberdade de locomoção e a esfera financeira aparece como alternativa às oscilações e limites da esfera produtiva. Essas mudanças afetaram a forma de identificar a nacionalidade dos capitais, a composição do capital das grandes empresas se complexificou. Tanto a noção de empresa nacional ou multinacional, como a classificação setorial das empresas tiveram seu potencial explicativo reduzido.

As mudanças significativas do capitalismo transnacionalizado e seus impactos sobre a periferia do sistema, surtiram efeitos também sobre as classes sociais dos países dependentes, principalmente aquela que atua direta ou indiretamente na condução e nas tendências da expansão da economia capitalista, a burguesia. Ou seja, as relações econômicas globais afetam todos os países, especificamente as economias periféricas, assim como reconfiguram as suas classes sociais internas. Essa é questão que tratamos neste trabalho, enfatizando: como as mudanças do capitalismo nos últimos cinquenta anos impactaram e modificaram à burguesia brasileira, sobretudo no período denominado neodesenvolvimentista (2006-2014), no qual as teses sobre as classes dominantes brasileiras vieram novamente à tona.

De fato, as explicações para o período neodesenvolvimentista (2006-2014) ou mesmo para caracterizar os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), também denominado *lulismo*, retomaram as análises sobre as frações de classes e sobre a burguesia brasileira. Seja enquanto um governo que representou interesses de setores do empresariado, seja enquanto perspectiva política e econômica, a burguesia – em suas frações – apareceu no debate. No primeiro caso, para alguns pesquisadores, o neodesenvolvimentismo e sua manifestação política atendia aos interesses de uma “burguesia interna” que possuía diferenças em relação à fração da burguesia associada ao capital internacional. A burguesia interna, em tese, tem interesses econômicos que, em determinadas situações, não estão alinhados aos do grande capital internacional. Essa tese foi amplamente divulgada pelos escritos de Armando Boito Jr. (2012). No segundo caso, o *lulismo* que expressou os interesses de uma fração da classe trabalhadora – o subproletariado – caminhava para uma coalizão de classes, na qual o setor produtivo atenderia às demandas do subproletariado constituindo assim uma eventual “coalizão produtivista”. O setor produtivo estaria em evidência e com significativas vantagens devido à política econômica dos governos do PT que, entre outras decisões, diminuiu os juros e fortaleceu os subsídios ao setor. Essa posição é apresentada por André Singer (2012).

Nas duas perspectivas aparece uma postura analítica que retoma concepções passadas, na qual se tinha como pressuposto a nacionalidade do capital e uma caracterização estanque da burguesia brasileira secundarizando as suas relações intersetoriais. Em outras palavras, os autores citados ainda entendem as empresas como multinacionais, e identificam frações da burguesia brasileira com interesses divergentes

em relação às burguesias dos países centrais. Tais análises guardam fundamentos e perspectivas que lembram as feitas nas décadas de 1950/1960, para as quais uma burguesia brasileira com interesses opostos ao imperialismo poderia, em associação com a classe trabalhadora, conduzir o país para reformas estruturais que superassem a subordinação do país alcançando a autonomia econômica.

O nosso trabalho não corrobora com as teses acima. A análise da burguesia foi escolhida como tema como forma de evidenciar as transformações por quais passaram a economia e a sociedade brasileira desde, principalmente, as últimas décadas do século XX. Ao tomar como pressupostos fundamentais tanto a historicidade da burguesia brasileira como as alterações no capitalismo e os impactos sobre a periferia do sistema, chegamos a uma caracterização de burguesia brasileira distinta das abordagens dos grandes estudiosos das décadas de 1950/60 – nacionais-desenvolvimentistas e de intelectuais que defendiam a “Revolução democrático burguesa” – e dos pesquisadores citados acima.

A análise histórico-social da burguesia brasileira que desenvolvemos demonstra que essa classe – e conseqüentemente suas frações – se fortalece na associação com o capital externo e o imperialismo, não o contrário. Embora esse argumento apareça, por exemplo, nos escritos de Fernando Henrique Cardoso – para o qual a burguesia brasileira devido, entre outros fatores, às suas características psicossociais e às lutas internas, tendia à associação com o capital externo –, em nossa pesquisa enfatizamos a análise setorial e sua inserção no capitalismo global, o que nos leva a considerar não somente os aspectos internos e as características dos agentes, mas a forma como os setores dominantes se adequam e atendem às demandas da economia transnacionalizada. Ou seja, são as formas de vínculos e as atividades econômicas desempenhadas pela burguesia brasileira que a conduzem a se associar e se subordinar ao capital internacional mantendo essa relação ao longo do tempo. Exemplos como os do setor extrativista e o agronegócio são significativos.

A análise do capitalismo contemporâneo – a partir dos fundamentos da crise estrutural do capital – demonstra que a periferia do sistema mantém as “velhas” e assume novas funções diante do capital transnacionalizado. A “velha” é a continuidade e fortalecimento da “vocaçãõ” agrária-exportadora, nova é a orientação financeira que engloba a maior parte, se não todas, as esferas da economia brasileira. Entendemos que ao capital se transnacionalizar, aos fluxos de capitais possuem extrema liberdade e as

empresas diversificarem seus campos de atuação, dificilmente encontraremos uma burguesia produtivista, nacional – ou mesmo interna – que conduza a economia do país para algum lugar que não seja o imposto pelas economias centrais e seus órgãos de fomento e controle.

Estamos diante de uma burguesia complexa, diversa e completamente alinhada aos imperativos globais do capital, transnacionalizada e financeirizada, procurando as melhores oportunidades de negócios em diversas partes do mundo e valorizando ativos na bolsa de valores. As frações que não seguiram esse caminho, praticamente sucumbiram às fusões e aquisições da ofensiva do capital internacional. Categorizamos a grande burguesia brasileira como aquela que se fortalece ao longo da história, independentemente das formas de governos; fortalece-se em sua estreita relação com o mercado global e suas imposições. São as suas perspectivas que apontam o futuro da economia e da sociedade brasileira – salvo a emergência de movimentos contestatórios que ameacem seus interesses e a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho – no momento, um extrativismo exportador financeirizado.

Não caminhamos, portanto, para alguma coalização entre trabalhadores e frações burguesas, dado que os interesses dessa grande burguesia são opostos à melhoria de vida da maior parte da população do país. Muito menos para qualquer oposição ou divergência significativa ao capital internacional e ao imperialismo, ao contrário, esses são os que potencializam os interesses da grande burguesia brasileira em um cenário de crise estrutural. Crise que é demonstrada pela potencialidade expansiva e ao mesmo tempo destrutiva do capital. O capital prossegue com seu movimento inerente de expansão, mas utilizando-se da destruição ambiental e precarização humana para atingir seus objetivos. A burguesia brasileira – dado o seu papel subalterno, mas funcional para a economia global – representa e internaliza a crise estrutural. Quanto mais alinhada aos fundamentos da crise estrutural mais se fortalece. Essa é a imbricação chave deste trabalho, que alinha os pressupostos históricos da formação da economia e sociedade brasileira com as mudanças pelas quais passaram/passam o capitalismo global. Uma burguesia que mantém condições e atividades oriundas de tempos coloniais, mas se atualiza na transnacionalidade e financeirização do capital.

Uma burguesia que carrega o passado para o futuro. Não são somente os tempos coloniais que a determinam, mas suas tendências, suas perspectivas. Sua capacidade de se transformar, de orientar e de se beneficiar de políticas econômicas que a coloquem em

um lugar privilegiado, internamente e externamente necessários no âmbito internacional. Ao apontar para o futuro, traz consigo o adjetivo de “moderna”. Um moderno sempre a alcançar, mas que ao mesmo tempo nunca deixa de ser presente. Os próprios elementos do “atraso” são modernizados. A agricultura e a extração de minerais são “modernos”, máquinas de última geração, informatizadas, controladas por drones, “agricultura 4.0”, cada vez menos trabalho humano no campo, enormes crateras abertas, infraestrutura cada vez mais adequada, portos, ferrovias, hidrovias etc. A natureza de um país a serviço dos interesses da grande burguesia e do capital em crise estrutural.

A burguesia brasileira é moderna. Moderna na apreensão que ela faz do termo. Aqui não podemos pensar a ideia de modernidade em seus diversos elementos, a saber, uma modernidade que suplanta o “atraso”, que inaugura novas relações sociais, econômicas e políticas, que estabelece um adversário para a luta, e, sobretudo, que possui um horizonte de expectativa expansivo a se constituir, elementos que foram as marcas das revoluções burguesas e do liberalismo nos países centrais. Não, a grande burguesia brasileira é moderna especificamente na funcionalidade que o termo carrega.

O termo “modernidade” carrega o sentido da superação do “atraso”, retoma concepções dualistas, serve para qualificar o “novo mundo” diante dos antigos entraves feudais, escravistas, absolutistas etc. Para a burguesia brasileira em geral é um eterno lugar a se chegar; para os empresários brasileiros, ser moderno é tornar-se cada vez mais semelhante às grandes potências econômicas. A apologia da modernidade praticada pela burguesia brasileira procura esconder dois aspectos importantes: o primeiro é a funcionalidade que o “atraso” possui para manter o regime de acumulação que a sustenta. Neste sentido, abrir mão das relações sociais “atrasadas” – sobretudo as precárias condições de trabalho e a pouco efetiva cidadania – pode significar impossibilitar a sua permanência enquanto classe política e economicamente dominante. Essas teses estão presentes em diversos estudos sobre o Brasil moderno, principalmente em Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira.

O segundo aspecto que merece atenção é que o discurso apologético da modernidade praticado pela burguesia brasileira se refere, em nosso entendimento, à instrumentalidade que o termo carrega. Modernidade, portanto, é entendida como inovação e modernização das técnicas e formas de gestão para elevar a produtividade. Os demais sentidos que o conceito carrega como democracia efetiva, cidadania plena, justiça distributiva, direitos universais efetivos etc. são secundarizados e até mesmo violados

diante da importância que a instrumentalidade e a técnica “modernas” possuem para os empresários. Embora seja efetivamente um passo à frente da expansão e internalização do capitalismo no país, tal postura não deixa de conter também o seu aspecto reacionário.

Jeffrey Herf em sua obra *Modernismo reacionário* percebeu que ao mesmo tempo em que as políticas e os discursos nazistas eram extremamente reacionários, a tecnologia empregada pelo regime era “moderna” e com potencialidade de expandir as relações capitalistas na Alemanha, o que culminou nas disputas e conflitos bélicos que marcaram o século XX. Os políticos e técnicos alemães “conciliavam reações políticas com avanço tecnológico” (HERF, 1993, p. 13), uma conciliação entre antimodernismo e tecnologia moderna. O tom reacionário dos nazistas para converter e agradar multidões tinha um plano econômico e militar expansivo, com intenso avanço tecnológico para sustentar os absurdos imperialistas que resultaram na Segunda Guerra Mundial.

Herf faz uma pequena alusão, no início de seu texto, sobre o “terceiro mundo”, muito útil para compreender como os empresários brasileiros entendem a modernidade. Quando observa a influência que o “sucesso” econômico alemão exerceu sobre os países em desenvolvimento na década de 1960, demonstrando para as nações ainda “atrasadas” um possível caminho a percorrer, diz o autor que nessas nações “equivocadamente equiparam a modernidade com a tecnologia por si só.” (HERF, 1993, p. 10). De fato, ao longo do trabalho demonstraremos que a cada momento em que o termo “moderno” é utilizado pelos empresários, ele se restringe à tecnologia ou a uma crítica a permanência de uma burocracia que dificulta, segundo o empresariado, o ambiente de negócios.

Esse horizonte de expectativa restrito é o tema do primeiro capítulo que apresentamos. A categoria horizonte de expectativas é importante para demonstrar que as ambições da burguesia brasileira iam ao encontro dos caminhos abertos pelas grandes potências capitalistas. As pretensões da burguesia brasileira não eram/são se diferenciar das suas semelhantes do centro do capital, mas participar do mesmo horizonte, do mesmo tempo e ritmo por elas inaugurados. Assim, é possível compreender a apologia da modernidade, pois se tem como “missão” alcançar aqueles que estão sempre à “frente” do tempo, à “frente” tecnológica, social, política e economicamente, são “modernos”.

Mencionamos que essa postura não deriva de características psicossociais. Ela está fundamentada nos processos histórico-sociais que definiram um país que se forja sobre a colonização, escravidão e dependência. Esse é o solo sob o qual emerge uma

postura burguesa peculiar: encontra na dependência, na associação, na continuidade e transformação de relações sociais e políticas “atrasadas” e na apologia da modernidade sua forma de atuação. Sua postura pouco conflituosa com o imperialismo se deve não à impossibilidade de romper com os laços da dependência – pois isso não foi nem ao menos tentado – mas ao ter nessa relação subordinada a estrutura que sustenta a sua posição enquanto classe, tanto econômica quanto politicamente. Os clássicos estudos sobre a formação da sociedade brasileira, e sua inserção nas relações capitalistas, destacaram a forma como o antigo senhor dominava enormes parcelas de terras, e tinha ao seu dispor o trabalho escravo ou imigrante, se transforma – ou é substituído – no empresário industrial, no comerciante, no banqueiro, ou mesmo assumindo novas características no campo. No entanto, tanto em sua objetividade quanto subjetividade, as alterações ocorrem com incorporações, associações e permanências. As vantagens econômicas são encontradas nas relações postas, e avançam carregando os fundamentos do passado, “modernizando-os”. São com esses pressupostos que compreendemos o limite do horizonte de expectativa da burguesia brasileira. Esse é o tema do segundo capítulo.

O nosso trabalho foi mais de identificar tendências do que o de alimentar o peso do “atraso”. Esse último recurso foi utilizado somente para dar a sustentação e a compreensão sócio-histórica do que presenciamos no século XXI. Quando procuramos a caracterização da burguesia brasileira no século XXI procuramos também a expectativa dos empresários, não em relação à macroeconomia ou à política, mas em sua atuação, naquilo que faz e pretende realizar. Acreditamos que identificar os feitos e as perspectivas de grandes empresários do país localizados em setores importantes como o agronegócio, bancário e a indústria extrativista, é também uma maneira de compreender os prováveis caminhos abertos ao capitalismo brasileiro.

Trata-se de um capitalismo transnacionalizado, no qual as relações econômicas não se limitam mais ao espaço nacional. Decisões econômicas e políticas tomadas por determinada nação afetam países de todos os continentes devido às suas conexões econômicas e às redes de valores interligadas. A transnacionalização do capital e a financeirização da economia a partir da década de 1970, mas sobretudo para o Brasil na década de 1990, reconfigurou a divisão internacional do trabalho. Economias como a brasileira que experimentaram um significativo crescimento industrial, projetando econômica e politicamente a burguesia industrial do país, passaram por processos de readaptações para se ajustar aos novos imperativos do capital. A fração industrial da

burguesia brasileira teve que ceder espaço para a emergência de empresários do setor extrativo, do agronegócio e para a consolidação dos banqueiros.

A expectativa de que a industrialização do país resultasse em reformas estruturais e na autonomia econômica declinou junto com a fração burguesa da indústria de transformação. A mudança na economia global e nas estratégias das grandes potências e suas empresas, afetou de forma decisiva a economia brasileira, cujos resultados podem ser sintetizados – ao menos quanto aos aspectos que influenciam diretamente a burguesia brasileira – na desnacionalização de sua indústria de transformação, no retorno do país como grande potência agroexportadora e como local privilegiado para a valorização financeira. As frações burguesas correspondentes a esses setores serão as que figuram entre os maiores grupos econômicos brasileiros e as empresas mais lucrativas. Essa transformação e seus impactos sobre a economia brasileira e o processo de reconfiguração das frações burguesas é o tema do terceiro e quarto capítulo da tese. No quarto capítulo ainda realizamos importantes discussões sobre a categoria nação diante de um capitalismo transnacionalizado e sobre o imperialismo e sua relação com a periferia.

Os nossos argumentos, sobretudo o de que a burguesia brasileira do século XXI pode ser sintetizada em três setores e que é resultante da fase transnacional do capital, ganha concretude na fala dos próprios empresários e na abordagem histórica que realizamos das empresas no quinto e último capítulo da tese. Demonstraremos que a burguesia que se consolida no século XXI é a que se favorece pela condição de dependência no capitalismo transnacionalizado e ainda, essas frações burguesas se projetaram a partir das vantagens encontradas no “atraso” econômico e social e nas relações de subordinação aos países centrais. Será possível notar, na leitura do capítulo, que as empresas desses setores – ou seja, bancário, agronegócio e extrativista – possuem traços comuns, se formam e se fortalecem em condições econômicas semelhantes, encontram vantagens nas políticas econômicas de governos com distintas posições ideológicas, chegam ao século XXI representando o que país se tornou economicamente: uma potência exportadora e local privilegiado para valorização do capital financeiro, carregando e sendo diretamente responsável por danos humanos e ambientais que resultam dessa condição.

De uma burguesia que ocupa local subordinado na divisão internacional do trabalho e se fortalece na permanência dessa posição, não teremos grandes feitos. Em outros termos, dificilmente um horizonte de expectativa crescente, uma pretensão

transformadora que se oriente para superar e substituir a atual forma de sociabilidade, serão encontrados na burguesia brasileira. Como demonstramos no primeiro capítulo, a burguesia brasileira emerge num momento em que as relações econômicas e políticas em nível global estão consolidadas, havendo pouco espaço para alterações bruscas. Esses espaços se reduzem ainda mais quando as pretensões burguesas se limitam a manter a condição subalterna e a reproduzir e expandir o existente, projetando o seu sucesso na efetivação da imagem que tem dos países imperialistas.

Levando em consideração as mudanças do capitalismo nas últimas décadas do século XX e o emergir da crise estrutural, o otimismo não prevalece. Isso devido à combinação entre as determinações socioeconômicas que caracterizam uma ex-colônia escravocrata que não superou a dependência e à divisão internacional do trabalho imposta pelas demandas do capital em seu momento de crise estrutural. A economia e a sociedade brasileira são mobilizadas para suprir as necessidades das grandes potências econômicas e dar continuidade à expansão destrutiva do capital. Essas necessidades podem ser sintetizadas em dois processos: a extração de recursos naturais e a especulação financeira. O Brasil é um dos maiores fornecedores de bem primários para o resto do mundo, ao mesmo tempo é um dos mais conhecidos locais para a valorização financeira. Os nossos estudos demonstram que a grande burguesia brasileira se localiza exatamente nessas duas esferas. São empresas que se fortalecem cada vez mais quando intensificam essas atividades. Nesse sentido é um agente econômico de importância fundamental para a continuidade da expansão do capital. O exemplo da extração mineral é o mais significativo, mas não o único. Ele deve ser somado ao agronegócio e à esfera financeira. Esses três setores são os que mais se fortaleceram nas últimas décadas, atravessaram diferentes governos, mas não sofreram revezes significativos. São setores e empresas que figuram ano a ano entre as mais importantes e mais lucrativas - em nosso entendimento serão as demandas desses agentes as atendidas nas próximas décadas-, o que pode significar cada vez mais devastação ambiental, precariedade do trabalho e especulação financeira. Enquanto tendência é possível apontar que terras e recursos naturais cumprem sua função produtiva orientados por uma lógica especulativa. Grandes mineradoras como a Vale, gigantes do agronegócio como a Cosan seguiram esse caminho.

Quando nos referimos aos três setores para caracterizar a burguesia brasileira, não queremos dizer que outras não sejam importantes. Mas que encontramos nesses a melhor forma de identificar as tendências para o capitalismo brasileiro. Para selecionar os setores

que protagonizam nossa pesquisa, atentamos para os rankings de revistas que analisam a economia do país, principalmente a Exame. A análise do ranking das “melhores e maiores” ocorreu a partir de 2000 até 2020. Os setores na liderança, em termos de lucratividade, são os mesmos – com raras exceções conjunturais –, o bancário e o financeiro, o extrativista, telecomunicações, energia. Os dois últimos não são mais controlados por personalidades brasileiras. Figuram, portanto, entre os “melhores e maiores”, com controle de personalidades brasileiras, o bancário, o financeiro e o extrativista. Contudo, não deixamos também de arriscar a analisar as tendências que, para nós, se encontram no agronegócio. Este setor foi responsável por 48% das exportações brasileira em 2020 e teve participação de 26,6% no PIB do país (FILDVIEW, 2021). Trata-se de um crescente sem oscilações bruscas desde 1996. A escolha do agronegócio como objeto de análise foi pela importante presença da burguesia brasileira no setor, mesmo com concorrentes transnacionais de peso, empresários brasileiros controlam e expandem suas atividades e influências.

O agronegócio pode servir de contraponto ao ocorrido com a construção civil pesada. Grandes empresários brasileiros controlam as maiores empreiteiras em atividade no país, no entanto, a história dessas personalidades e de suas empresas está entrelaçada com os governos e com o Estado (CAMPOS, 2017). Proximidade com governos de distintas posições ideológicas e o Estado como principal cliente fizeram essas empresas crescerem economicamente. A categoria de “burguesia burocrática” pode ser utilizada para conceituar essas empresas (PRADO JR, 2004). Não parece, portanto, ser este setor a apontar as tendências para refletir sobre os rumos do capitalismo brasileiro. Isso por um motivo central: com exceção de suas participações no setor energético e no agronegócio, a sua atividade de engenharia não se encontra alinhada com o papel desempenhado pelo país na divisão internacional do trabalho, sendo, portanto, um setor que salvo a proteção estatal, tende a ter a sua influência política e sua importância econômica reduzida diante da ofensiva das empresas transnacionais⁶. Escolhemos o agronegócio por melhor elucidar, neste momento, as tendências do capitalismo brasileiro, sendo um setor completamente alinhado aos imperativos e às demandas do capital transnacionalizado. O

⁶ O que, possivelmente, presenciamos desde a Operação Lava-jato (CAMPOS, 2019). Há uma importante observação a ser feita: atividades em expansão no país como a mineração e a geração de energia demandam grandes construções como as usinas hidroelétricas, isso implica na participação das maiores construtoras do país, que ainda são controladas por empresários brasileiros (PINASSI; NETO, 2016).

que não exclui – é importante dizer – que os empresários brasileiros não percam sua participação para as grandes empresas globalizadas do setor nos próximos anos.

Apresentada as perspectivas e os pressupostos que norteiam o trabalho, demonstramos também os fundamentos e as teorias mobilizadas para a concretização da tese. Trata-se de uma pesquisa que enfatiza a relação do capitalismo brasileiro e de sua burguesia com o capitalismo transnacional. Não é um estudo que caracteriza governos ou procura o alinhamento entre frações e personalidades políticas, mas uma pesquisa atenta às influências do capitalismo em constante expansão sobre a economia brasileira e suas classes dominantes, talvez, seja por essa perspectiva metodológica que analisamos criticamente as teses das diversas formas de desenvolvimentismo.

Uma das intenções do trabalho é de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento, demonstrando que sua possibilidade – quando limitadas à política institucional e às concepções da macroeconomia – é reduzida quando não se leva em consideração as imposições externas sobre a economia e a política. As classes sociais são analisadas, geralmente, por suas relações internas, e abordamos a burguesia em sintonia com o capital em crise estrutural, atendendo suas demandas, o que nos leva a considerações distintas de boa parte dos analistas políticos e economistas.

1 – Burguesia brasileira e horizonte de expectativa: subalternidade e apologia da “modernidade”

A partir de 1984, 1985, o objetivo estratégico do país era ligado a metas do Fundo Monetário Internacional, a metas de responsabilidade fiscal, metas de balança de pagamentos. Muito importantes, não se discute, mas essas não podem ser as únicas metas do país. E todos nós ficamos burros [...] A mídia, os economistas... Então ficou tudo uma coisa muito de visão curta. Falta resgatar uma visão estratégica para o país, porque aí as coisas ficam claras, o que fazer para garantir a longo prazo. (STAUB, 2007)⁷

O destino do Brasil foi traçado por sua “descoberta”. Momento no qual é atrelado de forma subordinada às grandes potências europeias colonizadoras. Na inexistência de processos efetivos de rupturas desde os tempos de colônia, até mesmo após a independência, se isentou de construir uma perspectiva que confrontasse a subordinação econômica, política, cultural vinda dos colonizadores. As consequências são diversas, entre elas, é que o futuro – ou a imagem que dele se faz – já se impõe antes mesmo de que os agentes sociais o projetem, dada a influência e coerção posta pelo processo de colonização. Contemporâneo da modernidade não conseguiu, aparentemente, acompanhar o ritmo imposto por ela, tanto que por aqui na década de 1950 ainda se procurava superar o “atraso” e concretizar as relações capitalistas “modernas”. A Europa Ocidental já colhia os resultados da Reforma, da Revolução Industrial e das Revoluções burguesas, a supremacia da ordem burguesa. No entanto, a sensação de não pertencer ao tempo presente – devido ao “atraso” econômico, político e social – não pode ocultar a funcionalidade que essa condição possuía para a acumulação e expansão do capital, tanto no nível interno quanto externo.

Desde a independência, em 1822 – momento em que ao menos os agentes internos participam das tomadas de decisões políticas, econômicas e sociais, o que não excluiu a subordinação – o imaginário do futuro, o lugar a se chegar, é o mundo moderno ocidental estabelecido pelas grandes potências.

Apontaremos alguns exemplos. É significativo lembrar que o referencial de arte praticada no país era o europeu. Isso pelo menos até 1922, ano de realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo. O evento de 1922 procurava instaurar uma arte nacional, que incorporasse uma “visão de Brasil”. As influências exógenas seriam “devoradas e vomitadas”, “criando-se daí um produto totalmente novo. Estava em curso o retorno de filosofias e culturas ameríndias, mas também africanas.” (SCHWARTCZ; STARLING,

⁷ Eugênio Staub, presidente da Gradiente a partir de 1979.

2015). A crítica dos modernistas da Semana de Arte de São Paulo apontava, em primeiro lugar, para a ausência das características brasileiras nas produções artísticas. A existência de um movimento artístico dessa envergadura representa, entre outros aspectos, uma crítica à predominância de um padrão externo como horizonte para a arte brasileira.

Como a arte europeia era o critério de beleza, assim também seria com a arquitetura e as reformas urbanas. Para embelezar e “civilizar” a cidade do Rio de Janeiro, o presidente Rodrigues Alves contou com o engenheiro Pereira Passos para reformar a cidade. Profissional influenciado pela modernização de Paris promovida pelo Barão de Haussmann (SCHWARTZ; STARLING, 2015). A cidade carioca se espelhava nas reformas contrarrevolucionárias da capital francesa. Michel Löwy (2006), ao retomar as análises de Walter Benjamin sobre Paris, revela que por trás do discurso modernizante procurava-se destruir os métodos e a memória insurgente da cidade. Métodos: barricadas agora impedidas pelo alargamento de avenidas, a memória destruída são as das lutas operárias. Ainda com referência ao Rio de Janeiro, os objetivos não eram diferentes: para além da infraestrutura urbana implantada, pretendia-se expulsar a população pobre do centro da cidade. Mais uma vez o modelo implantado para se alcançar aspectos modernos já existe em outro lugar. O planejamento, a imaginação e o futuro não são totalmente desconhecidos.

No campo do ideário político não foi diferente. O positivismo foi um importante instrumental racional para impulsionar a proclamação da República, incorporado por intelectuais e governantes – a nossa *intelligentsia* – mas sem eficácia efetiva por ignorar a especificidade das relações sociais no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda notou que tanto o positivismo quanto o liberalismo eram elementos estranhos à realidade brasileira: “Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceito, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam.” (HOLANDA, 2009, p.160).

Robert Schwarz (2012) vai aprofundar o fato de o liberalismo ser um elemento estranho entre nós, são *ideias fora do lugar* na medida em que a ideologia liberal chega em uma sociedade escravocrata e permeada por relações de favor. Carlos Nelson Coutinho (2011) fornece outra interpretação: o avanço do capitalismo, sua tendência à universalização das relações econômicas, políticas e sociais fazem com que as ideias importadas “vão entrando no lugar”. Se parece de forma estranha antes da efetivação do capitalismo monopolista no Brasil, ela é a ideologia necessária para a expansão e consolidação da forma moderna do capitalismo, o industrial. As ideias vão se encaixando

[...] porque a estrutura de classes da sociedade brasileira vai se tornando essencialmente análoga àquela da sociedade capitalista em geral. Com isso, as contradições ideológicas que marcam a vida cultural brasileira no século 20 aproximam-se cada vez mais – ainda que sem jamais se igualarem inteiramente – às contradições ideológicas próprias da cultura universal do período. (COUTINHO, 2011, p.44).

A ideologia liberal é incorporada por ser funcional à expansão do capitalismo. Serve ao horizonte desejado por aqueles que se preocuparam com a consolidação das relações capitalistas no Brasil. Mais uma vez, vale-se de um ideário externo para se alcançar, ao menos enquanto perspectiva, uma realidade já existente nos grandes centros capitalistas. “Fora do lugar” ou se “encaixando” o ideário liberal passa a ser consenso entre as elites e movimentos reivindicatórios, como os inconfidentes de Minas Gerais, por exemplo.

Não faltam exemplos da influência ideológica e cultural europeia sobre a formação social brasileira. O apogeu da burguesia cafeeira apresenta as influências do domínio da cultura francesa entre os cafeicultores. Em substituição a influência inglesa – que predominava, sobretudo, no campo da economia – surgiu com enorme capacidade de absorção os modos franceses, nítidos no campo da literatura, da política, econômico e na cultura:

Daí para diante a influência francesa em São Paulo cresceu sempre em intensidade, atingindo seu clímax com o desenvolvimento da cultura cafeeira e a melhoria dos meios de transporte no fim do século, quando fortunas brilhantes levaram para a Europa famílias inteiras de fazendeiros, quando os filhos destes, frequentando as universidades da França, ao voltar traziam consigo a insatisfação e o desejo de transplantar para sua terra, suas fazendas, suas casas, um pouco do ambiente francês que tanto lhes agradara e ao qual haviam se acostumado. (COSTA, 2014, p. 185).

Os costumes franceses penetravam o ambiente das elites brasileiras, sobretudo a paulista. Professores franceses eram encarregados de lecionar para os filhos das elites internas, ensinavam a língua, os costumes, o modo francês de se comportar e, principalmente, “uma contribuição muito mais valiosa: um pouco de seu espírito, do seu modo de encarar os problemas, do seu método, da sua concepção de vida, enfim, da cultura que representavam.” (COSTA, 2014, p. 195).

Uma visão de mundo europeia é inserida em um país recém liberto da colonização e ainda marcado pelo trabalho escravo. Um símbolo dessa manifestação foi a revista Niterói ainda nas primeiras décadas do século XIX, os fundadores do periódico estavam entusiasmados com a promessa de prosperidade que exalava dos grandes centros econômicos, a Niterói rejeitava o atraso imposto pela influência lusitana e se engajava na implantação da cultura francesa:

Com a expiração do domínio português desenvolveram-se as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como nação, é filha dessa revolução famosa que balançou todos os tronos da Europa e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos Reis. (MAGALHÃES, in PINASSI, 1998).

A modernidade influenciada pelos centros econômicos do período servia como discurso e política para superação da ordem anterior. Essas ideias chegavam às elites econômicas brasileiras compondo um referencial de expectativas semelhante aos da sua origem. Parecia, para os envolvidos, que o Brasil poderia usufruir e acompanhar o desenvolvimento econômico, político e cultural das potências europeias, mas sem desconhecer as peculiaridades – identificadas como atraso – da formação social brasileira. Na passagem de um dos principais expoentes da revista *Niterói*, nota-se tanto a referência europeia como padrão de civilização, quanto a permanência das características consideradas pré-modernas na sociedade brasileira:

O Brasil colocado noutra hemisfério, noutra continente por muito tempo fora do contato com a civilização Europeia, tendo de trilhar a estrada, que a nova civilização lhe marca, de nenhum modo pode ter por presente, o presente da Europa, centro hoje da civilização. Impelido mais tarde ao movimento, falto de molas, que o ativassem, lentamente devia tocar os diferentes graus que a civilização europeia, em sua marcha, após si deixara; seu presente é pois o passado ilustrado da Europa. (MAGALHÃES, in: PINASSI, 1998, p. 15)

Este era o espírito da revista *Niterói*, nas palavras de Maria Orlanda Pinassi, “desejava-se um movimento de incorporação ao geral, dado pela mentalidade e as normas europeias, para apreensão e desenvolvimento das particularidades nacionais.” (PINASSI, 2008, p. 23). As elites internas, portanto, são guiadas pela influência externa, este é o seu *horizonte de expectativa*, a realidade manifesta é o atraso a ser superado, contudo, não com uma ruptura radical, mas pacífica,

[...] donde se apreende que a construção da imagem brasileira que se fazia não tinha como fugir da realidade que, mesmo diferenciada pela Independência, mantinha as molas mestras do colonialismo português: escravismo, provincianismo, mentalidade patriarcal arcaica e dependência. (PINASSI, 1998, p. 23).

Este é um dos problemas impostos às burguesias periféricas. Ao ter como referência e padrão as formas sociais consideradas “avançadas”, deixam de identificar – pois não podem, pois se beneficiam dessa condição – as raízes do que consideram “atrasado”. O resultado é de difícil compreensão, pois na medida em que se almeja grandes transformações, conduzindo o país à modernidade capitalista, mantêm-se a estrutura arcaica tão criticada. Contudo, isso não impedia que tal revista revelasse um *programa de classe*: “O grande desafio enfrentado pelos idealizadores da *Niterói* era justamente sensibilizar as classes dirigentes da sociedade brasileira, incultas e

acomodadas, para a difícil empresa de ilustrar-se e arejar a mediocridade da vida que insistia em manter-se colonial.” (PINASSI, 1998, p. 23).⁸

Importava-se não só ideias e costumes, mas a própria visão de mundo, o horizonte a alcançar, ou seja, também um programa político. Aspecto não restrito à burguesia, mas também contemplada nas teses comunistas.

Um exemplo significativo é a interpretação que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fazia da história brasileira e das classes sociais nas décadas de 1950/1960. Aderindo às determinações de Moscou e olhando para as etapas históricas por quais passaram os países da Europa Ocidental, os teóricos do PCB enxergaram no “atraso” brasileiro elementos feudais e elegeram a burguesia brasileira como agente principal para a efetivação do capitalismo no país, etapa necessária antes de se chegar ao socialismo. (MAZZEO, 1999). Nota-se que a importação da ideologia – de forma mecânica – resultou também na importação do *horizonte de expectativa*, no caso cumprir as etapas: superar o feudalismo, alcançar o capitalismo e atingir o socialismo.

Assim como ocorreu com a arte, a urbanização e com o ideário político, entre outros, também ocorreu com as estratégias econômicas. Desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo são formas distintas de conduzir o país a um destino já existente, no qual a referência são as grandes potências econômicas. Elas incorporam efetivamente um *horizonte de expectativa*, um lugar a ser alcançado, e mais, possuem como característica a pretensão de acelerar o tempo, requisito necessário aos que se engajaram na superação do “subdesenvolvimento”.

Algumas objeções podem ser feitas às situações citadas. Entre elas a de que aderimos facilmente às teses que enfatizam a predominância externa sobre a realidade brasileira. Assim, imperialismo, dependência, colonialismo etc. ocultariam o que há de nacional e original e os conflitos sociais internos. Uma coerente crítica foi realizada por Cardoso e Faletto (2011) ao enfatizarem que a ausência de desenvolvimento não era

⁸ Impossível não mencionar que o ponto de partida já foi demonstrado por Pinassi (1998) e ganhou contornos mais radicais em Pinassi (2011). Ambas obras, em nosso entendimento, partem da identificação da decadência burguesa rumo à apologética irracionalista do pensamento burguês, assim, já identificava a autora que sendo o referencial da burguesia – e de suas manifestações teóricas - a decadente burguesia europeia, o grau mais elevado que a postura das elites internas pode nos levar é à reprodução do pensamento declinante e sua internalização. Sobre a revista *Niterói* conclui: “Ora a requerente liberdade da *Niterói* se expressa bem mais tarde, num momento em que a burguesia era já classe hegemônica requerente, ela mesma, de vulgarização ideológica.” (PINASSI, 1998, p. 206). No entanto, “ainda que confuso, medíocre e vulgar, o projeto *Niterói* constituía um salto de qualidade ante as forças escravocratas que seriam a realidade brasileira até 1888, e, entre as quais, os jovens libelista acomodar-se-iam e fariam carreira recorrente à rebeldia parcimoniosa da revista *Niterói*.” (PINASSI, 1998, p. 207).

resultado somente das intervenções externas, mas das relações e características das classes sociais internas. Autores que influenciaram Ortiz (2001) que merece ser destacado. O autor ao analisar a indústria cultural brasileira e suas transformações no século XX, percebe que não se pode simplesmente falar em dependência cultural, colonialismo cultural ou imperialismo cultural. As transformações do capitalismo e a incorporação do Brasil – e de sua indústria cultural de capital nacional – na expansiva ordem global potencializou a indústria cultural brasileira, mesmo que ao lado das estrangeiras. Em suma, o mercado se abriu às produções brasileiras.

Diante dessa possível objeção, destacaremos dois aspectos. O primeiro, e fundamental, é que não se trata aqui de uma passiva incorporação de elementos externos, ao contrário, são os agentes internos comprometidos com a modernização que optam pelo caminho já inaugurado pelas grandes potências capitalistas, o poder de decisão é interno. A segunda é que o próprio desenvolvimento teórico de Ortiz vai ao encontro do nosso argumento. O autor demonstra que o fortalecimento da indústria cultural brasileira ocorre se *adaptando* ao universo das produções mundiais.

A consolidação de uma sociedade moderna no Brasil reorienta essa imagem na medida em que a cultura brasileira passa a integrar o mercado ajustada agora aos padrões internacionais [...] Se lembrarmos que os economistas consideram por internacionalização o processo de adequação de normas de produção a nível da produção internacional, percebemos que a “qualidade” dos programas realizados no Brasil, para se “elevar”, tem que tomar como referência o gosto dominante do *massmedia* internacional. (ORTIZ, 2001, p. 205).

Quanto mais inserido na lógica universal – capitalista global – mais se perdem as particularidades e os aspectos referentes à nacionalidade. No entanto, o nosso propósito é distinto: trata-se de demonstrar que o *horizonte de expectativa* das estratégias econômicas – manifestado nas posturas burguesas, governos e intelectuais – é alcançar algo já existente, se isentando da criação de um caminho próprio sob bases autônomas – que não se confunde com a busca por uma originalidade nacional. Apontaremos que esse elemento pode ser um dos aspectos mais relevantes para se pensar a condição periférica e as características da burguesia.

Há outra objeção importante: que há resistências culturais e originais produzidas em solo brasileiro. Presencia-se nas artes brasileiras um repertório de referências que podem incorporar, superar ou mesmo ignorar o modelo dos países centrais. É nítida, por exemplo, a presença da cultura africana na música brasileira, ou ainda os aspectos singulares do meio rural. De fato, o argumento exposto aqui não pode ser simplesmente estendido para todas as esferas da vida social. Contudo, por nosso objeto de estudo ser a

burguesia brasileira com suas características e, também, suas perspectivas, nos parece que não será essa classe social que apresentará rupturas culturais com a denominada civilização moderna ocidental. Se mencionamos o campo da arte, da arquitetura, da ideologia e da política é porque em momentos decisivos a pretensão de se implantar essas referências era alcançar e se assemelhar aos países centrais e, como veremos, essa condição percorre a história brasileira e é presente nos costumes e nas estratégias expansivas da burguesia.

Talvez um grande opositor teórico dos argumentos que iremos expor seja Robert Schwarz (1987). Com efeito, no ensaio *Nacional por subtração* o autor critica, com toda razão em nosso entendimento, a postura teórica que procura uma originalidade brasileira e que se oponha de forma simplista a cópia do estrangeiro praticada, sobretudo, por nossas elites. Tanto nos estudos da cultura quanto nas perspectivas de progresso econômico com tons nacionalistas pretendia-se afastar a interferência exógena. A busca pela origem nacional seria alcançada ao subtrair os aspectos externos. A postura nacionalista por subtração, diz Schwarz, se trata de uma ingenuidade, pois “não basta renunciar ao empréstimo para pensar e viver de modo mais autêntico.” (1987, p. 39). A renúncia à cópia perde mais sentido diante da ascensão da cultura de massas e da globalização.

Exigir a originalidade, afastar as cópias é um “falso problema”. Tanto pela cópia já fazer parte de nós, quanto pelo afastamento dos elementos exógenos significar uma atitude ingênua de se distanciar do que o restante do mundo produz nas diversas esferas. Uma das questões que orienta esse trabalho não é a preocupação com a cópia, mas a expectativa, o futuro. Essa expectativa não deve se isentar de dialogar com as construções exógenas, mas o ponto de chegada não deve, ao menos no plano intencional, ser o mesmo que os das grandes potências. Não estamos, portanto, diante de uma “falsa questão”: “A questão da cópia não é falsa, desde que tratada pragmaticamente, de um ponto de vista estético e político, e liberta da mitológica exigência da criação a partir do nada.” (1987, p. 48). Não estamos aqui exigindo uma originalidade nacional, mas demonstrando a existência de um *horizonte de expectativa*, que se limita à reprodução de condições exógenas e de uma posição subalterna na economia global. Caso isso não seja alcançado – ou seja, continuando a ter por referência um destino alheio – o Brasil será eternamente o país do futuro.⁹

⁹ Tal como imaginado por Stefan Zweig: “Deu-se então a minha chegada ao Rio. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, comovido, pois se me deparou não só uma das mais magníficas paisagens do mundo, nesta combinação sem igual de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas também uma espécie

O estudo das estratégias econômicas refletidas pela burguesia brasileira – desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, por exemplo –, em nosso entendimento, demonstra que o horizonte da economia não se alterou. Elaboram-se caminhos para se alcançar os países centrais, ou ao menos ser incorporado nas decisões econômicas globais. Através da política econômica é que se procura acelerar a história, o tempo. O impulso ao desenvolvimento foi nos países capitalistas centrais um *horizonte* a se chegar. Contudo, nos países da periferia não se constrói uma perspectiva própria do futuro, capaz de inaugurar uma ordem que não seja a implantada pelas nações imperialistas, o futuro dos países periféricos já existe no presente das nações centrais – ao menos enquanto ponto de referência –, tem-se, assim, a impressão de sempre estar no passado, “atrasado” .

Percebe-se que utilizamos de forma recorrente a categoria *horizonte de expectativa*, conhecida nos escritos de Reinhart Koselleck. É com base nessa categoria que pretendemos refletir sobre as estratégias econômicas adotadas no Brasil em meados do século XX e no início do XXI. No entanto, em nosso entendimento, a forma como o autor a elabora, requer uma historicidade e concretude, que pretendemos fornecer pela análise das transformações do capital e da formação da burguesia brasileira.

1.1 – Burguesia brasileira e apologia da “modernidade”

Uma citação de Joaquim Nabuco, que está em Fernandes (2008a) é direta nesse ponto: “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação é europeia.” (FERNANDES, 2008a, p. 161). A Europa se prolonga na América, segundo o autor, se constituindo um “sentimento, muito sólido, de identificação espiritual emocional com os antigos países colonizadores e com todo o sistema civilizatório que eles representam.” (FERNANDES, 2008a, p. 160). Não se pode deixar de apontar que a referência aos padrões europeus é resultado de um processo de dominação, uma forma de colonização que incide sobre os destinos das ex-colônias, como compreendeu Caio Prado Jr. (2011).

O horizonte de expectativas – o futuro projetado – de uma ex-colônia é o do colonizador Europeu, ao menos antes da expansão imperialista norte-americana. Mesmo

inteiramente nova de civilização. Percebi que havia lançado um olhar sobre o futuro do mundo.” (PESAVENTO, 2000, p. 26). Importante mencionar que tal apreciação está associada à perspectiva de um viajante que tinha a imagem da Europa coberta pelo terror nazista, assim a paisagem brasileira aparecia como a utopia de um local livre dos terrores provocados pela ascensão do nazismo e por guerra mundiais.

os processos políticos de independência – com a presença ou não de elementos questionadores da ordem europeia – não escaparam de resgatar e tornar permanente o referencial civilizador do velho continente. O horizonte de expectativas, mesmo com eventual rompimento político, não é alterado.

Merece especial relevo a circunstância de que os movimentos de independência nacional se processaram de modo a excluir a atividade contínua e profunda das tensões coloniais dirigidas contra a Europa. A eclosão de atitudes xenofóbicas se restringiu, em quase todos os países americanos, aos períodos imediatos à luta pela emancipação nacional. Logo depois, as conveniências e os interesses sociais das camadas dominantes exigiram a valorização dos ancestrais e, por conseguinte, das próprias virtudes dos chamados *povos civilizadores*. (FERNANDES, 2008a, p. 161).

Como o processo de independência política brasileiro é conduzido – em grande parte – por descendentes de europeus, recorrer aos valores dos ancestrais passou a ser a regra. Mesmo em um processo político de rompimento com a metrópole, o futuro a ser alcançado é estabelecido pelo próprio colonizador. O autor chega em um argumento decisivo:

1º) a América se projeta afetiva e espiritualmente na Europa por várias razões, de natureza étnica, cultural, econômica e política; 2º) não são só as afinidades eletivas e o passado histórico que garantem essa projeção; há interesses, alguns regionais, outros universais, que nos levam a uma identificação estreita com o destino da Europa.” (FERNANDES, 2008a, p. 166).

Octavio Ianni (1996) identifica tal aspecto em distintos períodos de nossa história. Demonstrando que a *ideia de Brasil moderno* é percorrida desde, pelo menos, a independência de 1822, percebe que as tentativas de se alcançar a modernidade pelos agentes envolvidos, ou seja, de “entrar no ritmo da história” são historicamente frustradas. No processo de independência política no qual o horizonte do moderno capitalismo ocidental se apresentava, a conclusão do autor é significativa: “O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo.” (IANNI, 1996, p. 14). Um processo que tinha como meta colocar o Brasil no ritmo da história acabou por dar continuidade ao passado – entendido, é bom reforçar, como a ausência das características presentes nos países “civilizados”.

O pensamento social da época não ficou alheio a essa questão, segundo Ianni. Se valendo das referências europeias:

Dedicara-se a refletir sobre o que era o século XIX brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais e regionais. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionista, darwinista e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a nação. (IANNI, 1996, p. 15).

O Brasil passa a ser compreendido não somente pelo que ele é, mas pelo o que deveria ser. Essa forma de pensar passou a predominar tanto no pensamento quanto nas intenções políticas e econômicas. A modernidade desejada não chegou nem com o fim do trabalho escravo nem com a proclamação da república. Se o liberalismo era a ideologia das práticas comerciais, sobretudo com a Inglaterra, o patrimonialismo predominava nas demais esferas sociais. Em contraste com um ideal de democracia moderna, a repressão era a regra das elites, confrontando movimentos como Canudos e Contestado, entre outros.

A partir da década de 1930, o “Brasil realizou uma tentativa fundamental no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados. (IANNI, 1996, p. 29). Nota-se que entre os grandes problemas brasileiros se encontra a questão de entrar no ritmo. Não ser contemporâneo do seu tempo significa não fazer parte dos “avanços” econômicos, políticos e sociais promovidos pelos países centrais. Isso é decisivo, pois as atitudes políticas e a apologia da modernidade – a ideia de que o país deve alcançar o padrão civilizatório moderno ocidental – terá como pano de fundo o entendimento de que é “necessário” acelerar a história, de mover a sociedade, a economia e a política de modo a se assemelhar cada vez mais com as construídas pelos países considerados avançados.

O país apontava para o futuro, mas não escapava do seu passado, do “atraso”. Junto a um vigoroso plano de intensificação econômica – principalmente em torno da industrialização – promovidos a partir do governo Vargas, ainda se apresentavam heranças do escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. Embora a permanência dos aspectos do “atraso”, o país não deixava de caminhar rumo à adequação da modernidade explanada pelos grandes centros econômicos.

Como aponta Ianni, esse caminho imaginado é sempre “um fascínio pela modernidade como ideia, forma ou ilusão, sem questionar de onde vem, para onde vai.” (1996, p. 45). Na síntese do autor:

Neste sentido, também, é que a ideia de Brasil Moderno frequentemente tem algo de caricatura. Primeiro, caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas, frequentemente implicadas em ideias, conceitos, explicações, teorias. Segundo, caricatura tornada ainda mais grotesca porque superpõe conceitos e temas a realidades nacionais múltiplas, antigas e recentes, nas quais se mesclam os “ciclos” e as épocas da história brasileira, como em um insólito caleidoscópio de realidade e imitações. (IANNI, 1996, p. 46).

O Brasil é explicado com categorias estranhas, e pior, procura chegar a um tempo que não é resultado de sua própria construção. Para nós, é um problema da particularidade histórica de sua formação social, o que inclui a questão da temporalidade.

1.2 – Temporalidade: espaço de experiência e horizonte de expectativa

Reinhart Koselleck (2006) compreende o tempo histórico com base na distância entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Tendo por referência a história da Europa Ocidental, o autor identifica períodos no qual a distância entre o segundo e o primeiro se intensifica, e outros em que a experiência predomina sobre a expectativa. Ambas as categorias se apresentam como formas de fundamentar uma história, pois “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas de pessoas que atuam ou que sofrem.” (KOSELLECK, 2006, p. 306). Com base nessas categorias é possível articular passado e futuro:

Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Propomos essas categorias como um recurso para a interpretação da burguesia brasileira. Não se trata de “encaixar” a história da sociedade brasileira nas categorias, é a própria história, sua especificidade que articula o passado e o futuro.

É necessário definir os conceitos: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” (KOSELLECK, 2006, p. 309). A expectativa

[...] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 1996, p. 310).

Como demonstramos, a história brasileira é construída por uma imagem de modernidade oriunda da influência dos países dominantes, a *expectativa* é constitutiva de nossa história, isso se apresenta tanto no imaginário quanto nas realizações. O presente é construído, também, por uma imagem que se faz do futuro, o problema é que essa expectativa – alcançar a modernidade – não se forma pelo não experimentado, pelo simples “ainda não”, mas sobre algo já vivenciado e realizado por outros. Vejamos:

Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada. (KOSELLECK, 1996, p. 311).

A expectativa é construída pelo inédito, o não experimentado: “Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior.” (KOSELLECK, 1996, p. 311). Na análise histórica, Kosellek identifica na modernidade o período no qual a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente. É característica da modernidade a aceleração do tempo, que é derivada de um futuro a se alcançar. A ideia de *progresso* é central e um dos elementos constitutivos da modernidade. A sociedade é mobilizada para o futuro e não mais pela manutenção do presente, da tradição, da experiência.

A ação política é pautada por uma expectativa, por mudanças, transformações. Contudo, percebe Koseleck, que não se trata de um ritmo compartilhado por todas as regiões de forma igual:

O progresso reunia, pois, experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. Na hierarquia dos estamentos via-se uma classificação estática, que o impulso das classes progressistas deveria ultrapassar. (KOSELLECK, p. 317).

A temporalidade possui, portanto, uma hierarquia. Como lembra Paulo Arantes (2014), o tempo do mundo é a “existência de algo como um clima internacional, suficientemente persuasivo para influenciar escolhas sociais e decisões políticas em arenas locais mais restritas” (2014, p.27), esse tempo do mundo – a distância entre experiência e expectativa, a ideia de progresso – não emerge dos países periféricos, mas das potências econômicas. A modernidade é inaugurada por aqueles que ultrapassam a experiência e apontam para o novo. Esses impõem, por diversos mecanismos – ideológicos, econômicos, estéticos, militares – o modelo a se seguir. O que a experiência da história mostra na modernidade, ou melhor, passa a exigir, são “explicações segundo critérios temporais, colocadas sob a alternativa de progredir ou conservar, recuperar o tempo ou torná-lo mais lento”. Trata-se, segundo o autor, de um horizonte que procura um emparelhamento originando a “ilusão desenvolvimentista” na periferia do sistema. (ARANTES, 2014, p. 45). Grosso modo: na hierarquia mundial uns inauguram novos

tempos, outros se movimentam para alcançá-los. Uns constroem a história, outros tem como expectativa reproduzi-la¹⁰.

A revolução francesa, politicamente e simbolicamente, constitui um novo tempo do mundo, o tempo do capitalismo e sua perspectiva expansionista e globalista, e a ação de seu protagonista, a burguesia. É inaugurado um novo modelo social que acelera o ritmo do tempo, aumentando a distância – longe de ser qualitativa – em relação aos demais povos. A contemporaneidade aberta pelo horizonte revolucionário francês torna-se a referência a ser alcançada pelas demais nações que se constituíram sobre outras bases econômicas e culturais. Não necessariamente o vigor político revolucionário da burguesia, mas os seus dizeres libertários.

O horizonte aberto pela burguesia é expansivo, pois assim necessita o capitalismo. O seu potencial de revolucionar e se revolucionar, como já apontava Marx e Engels (2010) em *O manifesto comunista*, é capaz de dissolver o que é sólido no ar, é o marco

¹⁰ Reproduzir os imperativos das grandes potências possui implicações sociais que não podem ser desconsideradas. A adequação às determinações externas e à referência estabelecida enquanto marco de expectativas podem não atender aos interesses da população em geral. Fortalece, ao contrário, frações burguesas comprometidas com a expansão global do capital. Como o marco de expectativas é qualificado de “adiantado” e “moderno” por essas frações da burguesia brasileira, teremos constantemente o discurso apologético da modernidade. A novidade, a apologia do “moderno” – que não é mais do que intensificar as relações capitalistas no país e sua participação no capitalismo transnacionalizado – recai sobre “os de baixo” acirrando as contradições sociais. Gilberto Gil com Os Paralamas do Sucesso identificaram muito bem tais contradições na canção “A Novidade”:

“A novidade veio dar à praia
Na qualidade rara de sereia
Metade o busto de uma deusa Maia
Metade um grande rabo de baleia
A novidade era o máximo
Do paradoxo estendido na areia
Alguns a desejar seus beijos de deusa
Outros a desejar seu rabo pra ceia

Ó mundo tão desigual
Tudo é tão desigual
De um lado este carnaval
De outro a fome total

E a novidade que seria um sonho
O milagre risonho da sereia
Virava um pesadelo tão medonho
Ali naquela praia, ali na areia

A novidade era a guerra
Entre o feliz poeta e o esfomeado
Estraçalhando uma sereia bonita
Despedaçando o sonho pra cada lado”

de um mundo a se conquistar, de relações econômicas e culturais a se impor. De um modo de vida a se globalizar.

No capitalismo em sua forma avançada, o Estado burguês, o ideal iluminista são elementos que devem se estabelecer nas diferentes culturas, nos distintos modelos de organização da vida material. Este horizonte é divulgado pelos países que estão à *frente* no tempo e recebido e incorporado pelos que estão *atrasados*, pois almejam que o ponteiro gire na mesma velocidade dos primeiros.

Na medida em que o tempo contemporâneo do mundo é, acima de tudo, o tempo do capital, trata-se então de um modo de sociabilidade no qual o aspecto fundamental é o controle do tempo. A ideologia, as estratégias econômicas incorporadas pelos agentes do capital têm como um de seus objetivos adequar os países periféricos à ordem global do capital, estabelecendo as formas e o ritmo dessa incorporação.

O controle do tempo alheio significa, entre outros aspectos, reduzir ou inibir o horizonte de expectativas de setores e classes sociais, ou eventualmente nações, que possuem um horizonte de expectativas que apontam para o questionamento da ordem do capital. Não é possível ignorar, portanto, que a ideia de tempo do mundo traz consigo a luta de classes, seja nas disputas entre as nações, na medida em que os projetos sejam conflitantes, ou no fato de que os agentes do capital necessitam submeter os trabalhadores ao ritmo necessário para a acumulação e reprodução do capital. Assim, cada burguesia local adotará distintas estratégias para se apropriar do tempo dos trabalhadores, procurando superar os eventuais obstáculos para a acumulação interna de capital como, concomitante, reduzir as eventuais perspectivas transformadoras da ordem capitalista que venham surgir.

Antonio Gramsci percebeu muito bem que a previsão, o horizonte de expectativa é um programa de classe ou de frações de classes:

Quem faz previsão tem, na realidade, um 'programa' que deve ser levado ao triunfo. Isso não quer dizer que a previsão tem de ser sempre arbitrária e gratuita ou totalmente tendenciosa. Pode-se dizer que, somente na medida em que o aspecto objetivo da previsão é ligado a um programa, este adquire objetividade [...]

Por isso, crer que uma determinada concepção do mundo e da vida tenha, em si própria, uma capacidade de previsão superior é um erro de grosseira fatuidade e superficialidade. Certamente, cada previsão traz, implícita, uma concepção de mundo e, portanto, o fato de ela ser uma junção desconexa de atos arbitrários do pensamento, ou uma visão rigorosa e coerente, tem sua importância. Mas essa importância é adquirida no cérebro vivente de quem faz

a previsão e a torna viva com a força de sua vontade” (GRAMSCI, 2005, p. 35).

Nos parece, portanto, que um horizonte de expectativa, a criação objetiva de uma nova forma social, se apresenta em um programa, que necessariamente possui uma pauta compartilhada por classes e frações de classes. Quando nos referirmos à contemporaneidade, pensamos nas previsões objetivas da burguesia. O que nos interessa é observar como se comporta a burguesia de um país dependente como o Brasil, que diferente dos casos tardios de Alemanha e Itália que participaram da disputa imperialista, mal chegou se constituir como polo econômico capaz de se inserir nas grandes disputas mundiais.

Nessa condição, reside um problema fundamental para os países da periferia. Na medida em que sua história é pautada por expectativas exógenas, tais países estarão a reboque das realizações alheias. Não se trata somente de uma ausência de projeto nacional ou algo parecido, mas da ausência de construir e imaginar o futuro com base em sua especificidade histórica, social e econômica.

A situação se agrava quando aqueles que conduziam rupturas radicais, inaugurando o futuro, se acomodam na conservação do presente. O impulso revolucionário das burguesias europeias - francesa e inglesa, sobretudo – apontavam para a inauguração de um novo mundo, contudo, menos de um século depois da radical Revolução Francesa, o espaço de experiência se sobrepôs ao horizonte de expectativa, o presente se apossou do futuro, a conservação engoliu a revolução.

A burguesia, a classe social que impulsiona a ordem capitalista, o agente primordial da expansão do capital, assim como de sua conservação, de um ímpeto revolucionário para destronar a ordem anterior, se encontrou com a decadência ideológica, cujas características são a apologia do presente, o recurso teórico irracionalista e o confronto político contra os que ainda carregam um horizonte transformador da ordem social.

Lukács (2010) percebeu esse movimento durante seus estudos sobre a obra marxiana. Após os processos revolucionários burgueses e a consagração política dessa classe social, a burguesia teve que lidar com as reivindicações dos trabalhadores. As jornadas de 1848 que assombraram a paz da burguesia europeia deixaram nítidos os limites emancipatórios das pretensões burguesas, é o momento em que a burguesia abandona o seu horizonte de expectativa revolucionário e crescente para intensificar os mecanismos de manutenção do presente e contenção social. Como aponta Lukács, isso se

manifesta nas teorias políticas, econômicas e na literatura, de uma necessária preocupação com o mundo real, pois este deveria ser revolucionado, chega-se a uma “evasão da realidade”, uma apologia da situação. O filósofo húngaro denominou tal processo de *decadência ideológica da burguesia*. Demonstrava que o horizonte revolucionário burguês foi abandonado em troca da manutenção do presente, o horizonte de expectativas crescente foi substituído por um horizonte decrescente, caracterizado por um forte irracionalismo.

Meados do século XIX é o período dos primeiros passos da burguesia brasileira. Se entendermos que as pretensões da burguesia periférica não são mais que se assemelhar às suas correspondentes europeias – ao menos enquanto expectativa –, nos parece que se almeja alcançar a mesma decadência burguesa. A burguesia brasileira já emerge decadente.

Trotsky enfatizou o conteúdo político da decadência burguesa. Com referência à Revolução Francesa via tanto a potência revolucionária quanto sua decadência política:

Vimos, no período heroico da História da França, uma burguesia esclarecida e ativa, ainda inconsciente das contradições que comportava a sua própria posição, a quem a História tinha imposto a tarefa de dirigir a luta por uma ordem nova, não só contra as instituições caducas em França, mas também contra as forças reacionárias de toda a Europa. Como consequência, a burguesia considerava-se em todas as suas frações, como o chefe da nação, juntava as massas para a luta, dava-lhes palavras de ordem e ditava-lhes uma tática para o combate. (TROTSKY).

De classe revolucionária que conduzia as massas rumo à libertação das formas tradicionais de opressões, resulta uma burguesia decadente: “A burguesia traiu vergonhosamente todas as tradições da sua juventude histórica e os seus atuais mercenários desonram os túmulos dos seus antepassados e desprezam as cinzas dos seus ideais.” (TROTSKY). São os levantes operários de 1848 que demonstram o declínio da burguesia de prosseguir com o processo revolucionário. O seu projeto que foi concretizado com o apoio das massas, agora se dirigia contra os operários, “Ela não só se mostrou incapaz de conduzir as massas ao assalto da velha ordem, apoiou-se nesta ordem para melhor fazer recuar as massas que a pressionavam.” (TROTSKY).

A hegemonia burguesa resultante dos processos revolucionários é a efetivação de sua luta para manter as condições de dominação da classe trabalhadora, sufocar as perspectivas e lutas que se apresentam contra a ordem capitalista. Ao conquistar o poder político, o seu horizonte revolucionário sucumbiu diante dos imperativos da ordem do capital. Essa é a burguesia que servirá de modelo para as suas correlatas periféricas. Por isso insistimos, a burguesia brasileira já emerge com pretensões decadentes, tanto por seu

referencial quanto, fundamentalmente, pela concretude histórico-social de uma ex-colônia escravista.

1.3 – A corrida atrás do tempo: nacional-desenvolvimentismo

*“relógio que atrasa não adianta”
Aluisio Machado, “Minha Filosofia”*

Se o tempo do mundo é inaugurado pelas economias centrais, restava aos países colonizados *controlar o seu tempo*, mesmo que fosse para inaugurar os mecanismos e ritmos para alcançar as grandes potências. Para isso, o primeiro passo foi a libertação do controle político e econômico feita pelas metrópoles, constituindo as lutas pela independência política.

Os séculos XIX e XX serão o marco da concretização das lutas pelas emancipações nacionais na América Latina, na Ásia e África. Antigas colônias teriam agora a liberdade de se mobilizar internamente para almejar alcançar o mesmo tempo de mundo que os países centrais. Se esse tempo é o estabelecido pelo capital, tratava-se de escolher os caminhos para se chegar à modernização capitalista. Quanto ao Brasil havia um horizonte a se alcançar:

O presente e o futuro estão contidos, na mesma escala, nas opções históricas, conscientes ou não, que ficam por trás da absorção de um padrão de civilização. Embora a expansão interna do capitalismo não fosse uma *escolha*, no sentido literal, já que ela decorria de uma posição prévia do Brasil na economia internacional, ela trazia consigo um presente e, com ele, um futuro. Os círculos humanos que souberam atentar, nos limites dos seus interesses imediatos, para as inovações impostas pelo presente também se mostraram sensíveis às consequências que elas acarretavam, como “algo que poderá” ou “algo que deverá suceder”. (FERNANDES, 2005, p. 69)

A ideia de progresso conquistava corações e mentes. Seria o desenvolvimento econômico, a ampliação das relações capitalistas, a forma encontrada para superar o “subdesenvolvimento” e acelerar o tempo rumo à civilização ocidental. As décadas de 1950/60 no Brasil sinalizaram com intensidade o desejo – principalmente nos discursos políticos e econômicos – e as conquistas do período.

Seria incorreto pensar que não houve resistências à modernização capitalista, desde a inserção do Brasil nas relações mercantis¹¹, como no início do século XX com as

¹¹ Na medida em que os povos nativos possuem a sua própria *memória*, antes das datas da história ocidental. A dominação colonial substitui a *memória* pela ocidentalização da história, sobrepondo a lógica do cálculo capitalista sobre as tradições indígenas. A forma de perceber o mundo passa a ser a que se universaliza

movimentações operárias, tratavam de mostrar que outro horizonte podia ser construído. Mas a história e a violenta repressão demonstraram que o projeto burguês se impõe e esfacela as resistências.

A postura da burguesia brasileira e seus feitos políticos são a prova de como destruir as resistências, a efetivação de um horizonte de expectativa oposto ao discurso da civilização moderna ocidental. Construindo um cenário de *contra-revolução permanente*, mantendo uma postura autocrática, a emergência da oposição é de diferentes formas liquidadas e/ou cooptadas em benefício da *ordem*, do *progresso* e do crescimento econômico (IANNI, 1984). Assim, as estratégias de desenvolvimento são impostas à população, tanto de forma autoritária – explícito na ditadura militar – ou mesmo democrática¹². Nas primeiras, a adequação às exigências do capitalismo monopólico internacional, na segunda, as adequações à ordem neoliberal e neodesenvolvimentista. Em ambas se apresentam a expectativa para alcançar o patamar das sociedades que são consideradas à frente no tempo. Não é por acaso que programas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas incluem a aceleração do tempo: 50 anos em 5 no governo de Juscelino Kubitschek e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da gestão Lula, ou mesmo estratégias de modernização como na década de 1990, “não perder o bonde da história” foi o discurso que assentou os ditames neoliberais por aqui (PAULANI, 2008).

Nacional-desenvolvimentismo, neoliberalismo e neodesenvolvimentismo compõem períodos históricos e propostas políticas distintas, mas guardam preocupações semelhantes enquanto horizonte econômico: alcançar e não questionar o patamar das potências econômicas. Superar o atraso aderindo à modernização imposta é a ordem. A diferença fundamental entre o nacional desenvolvimentismo da década de 1950/60, o neoliberalismo da década de 1990 e o neodesenvolvimentismo da primeira década dos anos 2000 – para além da conjuntura histórica – é que o primeiro ainda possuía em seu horizonte a expectativa de que o país e seus agentes internos controlassem o tempo e o ritmo de sua adequação, enquanto os outros se contentam em seguir e se beneficiar do ritmo imposto.

através das baionetas, impondo um horizonte de expectativa que aniquila o horizonte aberto pela cultura dos povos nativos. É possível tirar tal conclusão do belo texto de Ailton Krenak (1992).

¹² Como aponta Petras (1999), a imposição do neoliberalismo na América Latina, por exemplo, ocorreu sem a efetiva participação popular, no Chile sob o comando da ditadura de Pinochet, em outros países a implantação das políticas neoliberais, ou a elaboração das reformas necessárias, ocorreram no processo de transição para a democracia, ou seja, ainda com alto grau de autoritarismo. As resistências dos trabalhadores são sintomas da impopularidade das práticas neoliberais, que para serem aplicadas de forma democrática devem ser ocultadas dos programas partidários e das falas dos candidatos.

É do período nacional-desenvolvimentista, por exemplo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que reforçava os argumentos nacionalistas e de "autonomia" frente aos países centrais. O período é marcado por aspectos nacionalistas, protecionistas, de participação estatal, assim como relativa condenação, por parte do governo, da participação das empresas estrangeiras (IANNI, 1971). O vigor nacionalista característico do segundo governo Vargas (1951 – 1954) e seus pronunciamentos contra a introdução do capital estrangeiro demonstram, pelo menos até 1954, o direcionamento das ações do Estado para desenvolver o capitalismo “para dentro”.

A configuração no governo de Juscelino Kubitschek é outra. A abertura ao capital internacional e aos monopólios multinacionais é intensificada, contudo, ainda prevalece uma forte participação das empresas estatais e da burguesia brasileira, mesmo que girando em torno dos grandes conglomerados econômicos internacionais instalados no país (IANNI, 1971). A burguesia, através das intervenções do Estado, se expandia com a modernização capitalista, sobretudo sua fração industrial.

No plano do pensamento econômico nacional desenvolvimentista, a importância de Celso Furtado é inquestionável. A necessidade de superar o “subdesenvolvimento” inclui a intensificação das relações capitalistas modernas no país, em outros termos, alcançar o tempo estabelecido pelas grandes potências. Essa visão se percebe quando o economista integra o governo de João Goulart como ministro do planejamento, e em sua obra *A pré-revolução brasileira* de 1962¹³.

Trata-se da racionalidade imposta pelo tempo do mundo burguês, a ideia de progresso¹⁴. Contudo, no pensamento de Furtado, a conquista da autonomia nacional é o elemento fundamental para impulsionar a modernização capitalista. Cabem às próprias forças sociais do país decidirem a forma e o ritmo para se superar o “subdesenvolvimento”. O que não ocorreu. A classe social que poderia protagonizar a conquista da autonomia e impulsionar o desenvolvimento nacional, a burguesia brasileira, sobretudo a sua fração industrial, permaneceu subjugada ao imperialismo, fato que contribuiu para o golpe de 1964 (MAZZEO, 1989).

¹³ Interessante seleção de textos do autor sobre o período se encontra em Muntal, Ventapane e Freixo (orgs.) (2006).

¹⁴ Ideia de progresso criticada por Benjamin na *Tese VI* em *Sobre o conceito de história* (BENJAMIN, 2011).

Sem alcançar autonomia econômica, a superação do “subdesenvolvimento” se encontrou ameaçada. Furtado reconhecerá em sua obra tardia os limites da ação política das classes dirigentes brasileiras:

Quando, já em começo dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil. (FURTADO, 2007b, p.20).

E permanecia ainda, nos anos 1990 diante da globalização econômica, a necessidade de se conquistar a autonomia como condição da superação do subdesenvolvimento. O objetivo ainda era o mesmo: participar ativamente do tempo do mundo resultante das revoluções burguesas e do ideário iluminista, a denominada civilização:

O ponto de partida foi sempre a crítica da forma como se vem difundindo a civilização industrial, das situações de dependência criadas pela divisão internacional do trabalho e das malformações sociais geradas na periferia pela lógica dos mercados. O objetivo tático tem sido ganhar autonomia na ordenação das atividades econômicas, visando a redução das desigualdades sociais que parece segregar necessariamente a civilização industrial em sua propagação periférica. O objetivo estratégico é assegurar um desenvolvimento que se traduza em enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões e *permita contribuir com criatividade própria para a civilização que se mundializa*. No fundo, está o desejo de preservar a própria identidade na *aventura comum do processo civilizatório*. (FURTADO, 2007b, p.54, grifos nossos).

Há uma expectativa de realizar modificações estruturais e principalmente de se conquistar efetivamente uma capacidade política autônoma para as decisões econômicas. O objetivo é fazer parte e contribuir para a “civilização que se mundializa”, o impulso nacional-desenvolvimentista foi o de acelerar o tempo para não se isentar de atuar na moderna civilização construída pelos grandes centros econômicos.¹⁵

A burguesia brasileira não seguiu este itinerário. Ao contrário, aceitou o desenvolvimento associado com o capital internacional, sem superar as características sociais do “subdesenvolvimento”. A explicação para tal fato residia, sobretudo, na forma como o capitalismo se efetivou no país e suas consequências, assim como nas

¹⁵ Importante esclarecer que a utilização do termo “subdesenvolvimento” se deve ao fato de ser a categoria utilizada no período. De nossa parte, entendemos que o termo carrega em si uma perspectiva etapista e consequentemente desenvolvimentista, como se uma postura progressista pudesse eliminar o prefixo *sub*, constituindo níveis de superação do “atraso”. Esses fundamentos foram muito criticados pela teoria da dependência, sobretudo a de viés marxista (MARINI, 2014).

características do empresariado brasileiro. Quanto ao segundo aspecto, Fernando Henrique Cardoso (1972) percebeu, ao estudar o empresariado industrial, que devido à sua formação social, este setor não havia desenvolvido as características necessárias para alcançar a hegemonia política, o que resultava, entre outros aspectos, na associação com demais frações, como a elite agrária e o capital internacional, possibilitando vantagens econômicas e políticas para a burguesia emergente¹⁶.

Ainda, o “atraso”, ou seja, o não moderno, não civilizado, fora do tempo do mundo inaugurado pela contemporaneidade, era funcional à sobrevivência do capitalismo no país, conseqüentemente à burguesia. Essa era a síntese de Francisco de Oliveira em sua crítica ao dualismo nacional desenvolvimentista da CEPAL:

[...] a oposição [entre o moderno e atrasado] na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Nota-se que os aspectos que seriam entraves para a efetivação das relações capitalistas modernas, fazem parte da própria natureza do capitalismo na periferia. O moderno se vale do “atrasado” e tradicional para garantir o processo de acumulação de capital. Superar o “atraso” seria comprometer a forma como o capitalismo periférico e dependente se mantêm.

A teoria marxista da dependência, através de seus diversos autores, avançou nas explicações sobre a impossibilidade do desenvolvimento em países periféricos. O ponto central recaí na ideia de que a busca pelo desenvolvimento econômico em países dependentes acaba por manter as características do “subdesenvolvimento”, com isso a impossibilidade de se alcançar a completude do tempo do mundo inaugurado pela burguesia europeia, o atraso é intrínseco ao conceito de dependência:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra, à qual ela própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e se auto-impulsionar, enquanto outros (os dependentes) só podem fazer como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De toda forma, a situação básica de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em *atraso* e sob a exploração dos dominantes. (SANTOS, 2005, p. 109, grifo nosso).

¹⁶ Embora essa conclusão de Cardoso seja certa, ela oculta os fundamentos da formação da burguesia brasileira, veremos com mais detalhes esse aspecto no capítulo seguinte.

As considerações a serem feitas recaem em que o “atrasado” faz parte da efetivação do capitalismo moderno. As relações consideradas tradicionais não são impedimentos para a acumulação capitalista, mas são impeditivos para a efetivação dos padrões da denominada civilização ocidental, pois esta supostamente incluía a redução da desigualdade social, avanço tecnológico, qualidade dos serviços públicos e etc. Como ainda veremos quando tratarmos da burguesia industrial brasileira, as referências às teses, às concepções políticas, à economia dos grandes centros não impediram que os mecanismos de superexploração do trabalho fossem reforçados e nem superada a sociabilidade herdada da condição colonial e da dependência. Em síntese, a burguesia brasileira não podia alterar a ordem que a beneficiava, o seu horizonte de expectativa não pode ser expansivo ou revolucionário, pois uma revolução, mesmo que “dentro da ordem” abalaria os pilares de sustentação de seu poder político e de sua acumulação de capital. O nacional-desenvolvimentismo, deixado nas mãos da burguesia brasileira, não podia romper com os elos de sustentação da ordem burguesa interna.

1.4 - A adequação aos imperativos da “modernização” neoliberal: o horizonte de expectativa decrescente da burguesia brasileira

O declínio do ideário e das práticas políticas do nacional-desenvolvimentismo, a não superação do “atraso” nas diversas esferas da vida social, econômica e política demonstraram a impossibilidade de se efetivar um modelo que alcançasse às pressas o padrão civilizatório divulgado pelas grandes potências. Submetida aos capitais centrais, restava agora o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, cuja distinção aqui é mais para diferenciar períodos do que substância¹⁷. Contudo, o ambiente global é distinto. A mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), a abertura dos mercados, e a flexibilização das leis trabalhistas marcam o declínio da relativa segurança proporcionada pelo Estado social nos países centrais. Outro tempo do mundo é inaugurado, com a característica fundamental de *diminuir o horizonte de expectativas* (ARANTES, 2014). O capital perde

¹⁷ Foi construída uma ampla bibliografia sobre a permanência do modelo neoliberal durante o neodesenvolvimentismo. Ver, entre outros, Sampaio Jr. (2017a), Castelo (2013), Oliveira (2018). Importante ressaltar que a escolha do nosso objeto de estudos, a burguesia e sua relação com o capital transnacional, não exige uma criteriosa distinção entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Pensamos, que o segundo é um prolongamento do primeiro, impulsionando a participação de setores estratégicos da burguesia brasileira no mercado global. No entanto, se considerados outros aspectos como indicadores sociais, perspectivas culturais, participação política e estratégias macroeconômicas, as diferenças podem ser mais significativas. A questão social desse modelo econômica foi tratada por Castelo (2013), para o qual as políticas sociais tinham inspiração do “social-liberalismo” cuja matriz teórica se encontra em teóricos liberais.

definitivamente a sua capacidade de promover mesmo as igualdades formais oriundas do ideário iluminista e se apresenta efetivamente descoberto do véu de bem-estar dos trinta anos gloriosos nos países do centro do capitalismo.

Neste sentido, as expectativas da burguesia brasileira e das estratégias de desenvolvimento adotadas se limitam a reproduzir o existente, são *presentistas*. Em seu horizonte até mesmo a postura de controlar o ritmo e os termos da adequação é desconsiderada. Os agentes econômicos dominantes ao aderirem, com poucas ou nenhuma ressalva aos modelos de gestão do capitalismo transnacionalizado, se limitam às estratégias que incorporam a economia brasileira ao ritmo e condições necessárias para a reprodução do capital transnacionalizado. O seu papel não é outro senão contribuir, a sua maneira e capacidade, para o aprofundamento do capital em crise estrutural (MÈSZÀROS, 2014). O neoliberalismo pode ser entendido como uma ofensiva do capital sobre o trabalho, flexibilizando o modelo fordista de produção (HARVEY, 2010) e como práticas políticas e ideológicas que procuram adequar os países não desenvolvidos à configuração do capitalismo expansionista pós-crise da década de 1970 (CHESNAIS, 1996; ANDERSON, 1995). O neodesenvolvimentismo ao não questionar e se diferenciar efetivamente dos ditames da ordem neoliberal, perpetua tal modelo de desenvolvimento (SANTOS, 2017; SAMPAIO JR, 2012). Embora o tom do discurso pretenda ser *pós-neoliberal* (SADER, 2009), a prática procura se aproveitar das pequenas brechas abertas pelo mercado mundial para absorver tecnologia exógena e potencializar a internacionalização de grandes grupos empresariais que contam com a participação – não somente – de capitais brasileiros (SALUDIJAN, 2010).

Desaparece do horizonte de expectativa da burguesia, dos governos e das estratégias de desenvolvimento, os aspectos principais do nacional-desenvolvimentismo, a conquista da relativa autonomia nacional – mesmo que limitada à esfera do discurso – e a industrialização com participação da burguesia brasileira, isso fica nítido quando atentamos para a fala dos defensores do modelo:

O novo desenvolvimentismo vê a nação como uma sociedade nacional, com um sentido de destino comum e de solidariedade *quando compete internacionalmente*, como o ator fundamental que define uma estratégia de crescimento. Vê como a instituição fundamental para esse crescimento a estratégia nacional de desenvolvimento, *que cria incentivos para os empresários inovarem e investirem*. Dá prioridade aos setores exportadores e a setores caracterizados por um alto valor agregado per capita, ou seja, setores com alto conteúdo tecnológico ou de conhecimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 31. Grifos nossos).

Tanto no neoliberalismo como no neodesenvolvimentismo a burguesia não apresentou críticas significativas aos modelos, e diversas frações saíram beneficiadas em ambos. Até mesmo os setores produtivos que, em tese, seriam prejudicados pela abertura dos mercados e maior participação das empresas transnacionais no país, não apresentaram um efetivo plano contrário à liberalização da economia e às reformas neoliberais. Dois exemplos parecem elucidar essa postura da burguesia, Antonio Ermírio de Moraes e Olacyr de Almeida, o primeiro comandou o grupo Votorantim o segundo o grupo Itamaraty. Em mais de uma ocasião, Ermírio de Moraes (1991) se mostrou favorável ao capital estrangeiro e à abertura econômica, argumentando que o resultado seria o aumento da concorrência. Ainda, o capital estrangeiro e, portanto, a maior integração da economia brasileira, tenderia a elevar o desenvolvimento interno na medida em que desse um impulso tecnológico para a indústria do país. Olacyr de Moraes (1993) não esconde sua apreciação por países e governos que elegeram a liberalização e integração da economia como política orientadora, elogiando as práticas neoliberais do Chile e da Bolívia do início da década de 1990. Também não oculta sua admiração pelos aspectos “modernos” dos Estados Unidos, sobretudo a produção agrícola norte-americana.

O período conhecido por neodesenvolvimentista encontrou o seu ápice ao ter a economia do país exaltada pela capa do periódico britânico *The Economist* em 2009, afirmando que o “Brasil de repente [fez] uma entrada no palco mundial.” (TREVIZAN, MELO, 2019). A política econômica neodesenvolvimentista priorizou determinados setores impulsionando, via, principalmente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a internacionalização de grandes grupos conhecidos como “campeãs nacionais” (BOITO JR., 2012; FONTES; 2010; SPOSITO e SANTOS, 2012).

Quanto aos projetos econômicos suscitados no período neodesenvolvimentista, quando observados de perto, como o exemplo do PAC, verifica-se o impulso estatal para o fortalecimento da esfera privada, beneficiando setores da burguesia que serão os protagonistas do período:

Sem condições políticas de avançar no atacado como pretendiam, os empresários ganharam significativas compensações no varejo. Perdidos no meio do pacote econômico encontram-se perigosos contrabandos. Sem grande alarde, Lula abriu mão do monopólio dos resseguros, introduziu a chamada “governança corporativa, que estabelece uma maior independência das empresas estatais em relação ao poder público e reforça a tendência à financeirização de sua lógica de atuação; e criou uma série de programas de transferência de renda para as empresas, verdadeiras “bolsas empresários”, que se apresentam na modalidade “bolsa microempresa”, “bolsa PPP”, “bolsa aço-

Gerdau”, “bolsa televisão digital”, “bolsa FI-FGTS”, “bolsa semicondutores”, etc. (SAMPAIO JR., 2017a, p. 93).

Potencializar a atuação de setores considerados estratégicos, assim como sua internacionalização é uma forma de se enquadrar nas exigências da ordem capitalista em sua fase transnacional, elegendo, ao adotar tal postura, os setores da burguesia com maior capacidade de contribuir para a expansão global do capitalismo. Internamente essa postura procura fortalecer setores econômicos para “projetar regionalmente a influência do país, modificando o seu padrão de inserção internacional. Ou para usar o jargão do meio diplomático, tornar o Brasil um *global player*.” (SANTOS, 2017, p. 65). O horizonte de expectativa do pensamento econômico, da burguesia dependente – e dos teóricos e políticos das estratégias de desenvolvimento – se reduz a manter a integração subalterna da economia brasileira em detrimento de conquistar, ao menos, a capacidade de negociar os termos da dependência:

Sem raio de manobra para negociar os termos da dependência, a burguesia brasileira é atropelada pelas transformações irradiadas dos centros capitalistas, o que põe em questão a sua própria sobrevivência como classe dominante¹⁸. Abre-se, em consequência, uma conjuntura de grande instabilidade social e de crise política latente. (SAMPAIO JR., 2017b, p. 9).

Um ponto a ser ressaltado é que essa postura subalterna não encontra real oposição por parte dos diversos setores da burguesia brasileira, ao contrário, o que podemos chamar de grande burguesia brasileira são as frações que se fortalecem no “atropelo” sofrido pelas imposições dos centros capitalistas. Isso contribuiu para horizonte de expectativa se colocar a favor da integração cada vez mais intensa ao capitalismo global.

Uma das manifestações dessa força interna da burguesia brasileira é sua potência política e a capacidade para direcionar governos em direção oposta aos interesses dos trabalhadores e movimentos populares. Contrariando alguns autores que afirmavam existir *frentes* políticas durante o período neodesenvolvimentista, a integração subordinada com amplo apoio estatal pouco contribui efetivamente para os que vivem da venda da força de trabalho. A perspectiva da *frente* política pode ser encontrada em alguns estudos sobre o período neodesenvolvimentista, pesquisas que desenvolvem suas teses em torno da ideia de um pacto, embora frágil, entre trabalhadores e setores da burguesia. Pode ser uma *frente* política composta por centrais sindicais, movimentos sociais e a

¹⁸ Sobre especificamente a questão de uma eventual perda de dominação interna por parte da burguesia brasileira faremos uma discussão em outro momento. De imediato, já podemos adiantar que não temos acordo completo com a interpretação de Sampaio Jr. Pensamos ser justamente em seu atrelamento, mesmo subordinado, com os capitais centrais que reside ainda a força interna da burguesia brasileira.

burguesia interna em oposição à burguesia rentista mais próxima do imperialismo (BOITO JR., 2012); ou um *pacto produtivista*, que alinharia no mesmo campo trabalhadores e setores produtivistas que geram empregos relativamente estáveis e com maior remuneração (SINGER, 2012). Segundo um dos autores dessa perspectiva se estabelece como expectativa, uma composição política que aponta para o passado:

Estamos em presença, portanto, de algo semelhante àquilo que os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução para os problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado. (BOITO JR., 2012 p. 75).

O alinhamento de diversos setores da burguesia brasileira com as pautas “reformistas” do governo de Michel Temer – e posteriormente com o governo Bolsonaro – demonstrou o distanciamento do empresariado brasileiro em relação à classe trabalhadora, assim, também, como a apologia em torno da modernização e superação de “atrasos” – leia-se aceleração do tempo, não esquecendo que o documento econômico que ofereceu aporte à gestão de Temer tem o nome de “uma ponte para o futuro”¹⁹. O que significa que o futuro, o horizonte de expectativa, é reduzido às reformas macroeconômicas, estratégias para se adaptar às exigências do capitalismo transnacionalizado. Burguesia e autoridades políticas estão comprometidas com o futuro, não com o passado como apontou Boito Jr. (2012)

Em 2016 “a burguesia partiu pra cima do povo brasileiro” (SANTOS, 2017) e desde então não freou sua ofensiva. Unificando o discurso da modernização com a precarização do trabalho, em outras palavras uma adequação mais veloz ao capitalismo transnacionalizado. Postura que se apresenta em diversos setores econômicos e aparece em discursos do empresariado brasileiro:

A modernização das relações econômicas tem papel central na reconfiguração do desenvolvimento. Por isso, a fila das reformas precisa andar [...] É esse conjunto de fatores que elevará a produtividade e assegurará o crescimento de longo prazo. O ritmo de tal virada ganhará intensidade se for conjugado com a abertura da economia. Deveríamos aproveitar o bom momento do comércio global, a despeito dos rompantes protecionistas de Trump, já que o Brasil continua entre as cinco economias mais fechadas do mundo (PASSOS, 2017)²⁰.

¹⁹Documento disponível em <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso: 10/05/2017.

²⁰ Pedro Luiz Passos, empresário e conselheiro da potência do ramo de cosmético Natura.

Sabendo da proximidade que o publicitário Nizan Guanaes teve em relação às pautas econômicas do governo Temer²¹, não é difícil compreender como também é um entusiasta da “modernização”:

Ritmo é fundamental. O mundo está mudando rapidamente. O Brasil precisa retomar o rumo e apressar o passo para acompanhar o espírito rápido do tempo. Perder uma década hoje, como já perdemos no passado, é perder muito mais que uma década [...]

O Brasil é uma força da natureza. Basta olhar a nossa natureza, inclusive socioeconômica. Duzentos milhões de brasileiros compõem um mercado enorme, diverso e sofisticado. Devemos comparar o Brasil aos EUA, não à Venezuela ou à Bolívia, com todo o respeito. (GUANAES, 2017).

Tanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) quanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) declararam apoio ao governo Temer (GASPARI, 2017) e às “reformas” sob o slogan de que *o Brasil não pode parar* (CNI, 2017). O setor bancário (SETUBAL, 2017) e o agronegócio (CNA, 2017) também não se isentaram de exaltar a importância das “reformas”²². Fatos que demonstram a ausência da construção de um horizonte de expectativa compartilhado pela população, o que coloca o país a reboque de uma intensidade exógena, internamente divulgado por *modernização*. Aponta também para a capacidade política de se alinhar e direcionar governos para atingir seus interesses. A ordem dos capitais centrais é explícita para o Brasil: “O mercado quer alguém, não sei quem, com capacidade para tocar as reformas”, essa é a fala de um dos representantes do Goldman Sachs (RAMOS, 2017), as “reformas” são, portanto, as condições para a continuidade da adequação à ordem global²³. A adesão ao discurso modernizante se trata de internalizar exigências estranhas, adequação de uma burguesia historicamente formada sob os resquícios de uma sociedade colonial, que não construiu

²¹ A defesa de reformas como a trabalhista e a previdenciária, entre outras, que visam a diminuir direitos, ocorreram mesmo em torno da impopularidade do presidente Temer (2016-2018) que não possui a legitimidade das urnas: “O grande desafio do Brasil e das democracias modernas é fazer com que as pessoas entendam a necessidade e a pertinência de medidas amargas, mas necessárias. Não adianta buscar só popularidade. A popularidade pode ser uma jaula.” (GUANAES, 2017).

²² Embora os trâmites para aprovações de reformas impopulares já estivesse na gestão Temer, o executor foi o governo Bolsonaro, a reforma da previdência ocorreu em 2019, e a trabalhista aprovada no governo anterior foi intensificada no governo Bolsonaro a partir da aprovação da MP 905/2019. Governo Bolsonaro que conta, assim como Temer, de amplo apoio da burguesia brasileira. Seja o agronegócio, o setor bancário, industrial entre outros, como ainda vamos mostrar. Vale já adiantar que quanto aos industriais é significativa a aproximação do presidente com o principal quadro da FIESP, o Paulo Skaf, ver: SCARAMUZZO (2020). No jantar promovido por Skaf relatado pela reportagem ainda constam nomes como Luiz Carlos Trabuco Cappi (Bradesco), Rubens Ometto (Cosan), Flávio Rocha (Riachuelo), entre outros.

²³ Impossível não notar que a *frente* política realmente existente foi aquela encampada pela burguesia a favor das reformas, certamente ali já sem encontravam os fatores que levariam os mesmos setores da burguesia apoiar a candidatura de Bolsonaro em 2018.

um horizonte de expectativa próprio, fato identificado por Florestan Fernandes já na década de 1960:

[...] o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural – qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica –, e, quer vivesse na cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. (FERNANDES, 2005, p. 241).

A ausência da capacidade de interferir nos rumos da história não passou despercebida pelos clássicos das ciências humanas brasileiras. Atrasada em relação aos donos do tempo e procurando utilizar os mecanismos internos do “atraso” para se adequar às determinações do capitalismo central. O que se nota é que seja o que for estabelecido pelas grandes potências econômicas, mobilizará as elites internas para alcançá-los. Há que se ressaltar no entanto, uma profunda diferença da situação da burguesia no século XXI com a descrita por Fernandes: o autor faz referência ao peso do passado atuando sobre o horizonte cultural das frações burguesas, o que se nota, no momento atual do capitalismo é o peso do presente e do futuro. É para a frente que as ações burguesas levam a economia e a sociedade brasileira, mais do que em qualquer período o país acelera a sua incorporação à ordem capitalista global, contudo, cumprindo um papel subalterno, mas essencial, de horizonte de expectativas decrescentes e de crise estrutural do capital.

1.5 – O novo tempo do mundo e a crise estrutural do capital: burguesia brasileira e a manutenção do presente

A insistência em uma apologia da modernização que se reduz à incorporação subalterna da economia e sociedade brasileira às condições propiciadas pelo capitalismo global tem impactos humanos e ambientais internos inimagináveis em outros períodos históricos. A burguesia brasileira atuando politicamente para sua maior participação na economia global acelera e intensifica o tempo histórico em que vivemos e os limites absolutos do sistema que o rege. A burguesia brasileira não pode ser percebida como vítima das imposições imperialistas e nem mesmo como frágil econômica e

politicamente, ela tem sua existência e atuação ancoradas nas necessidades do capital transnacionalizado.

Afinal, que tempo do mundo é esse que a burguesia brasileira procura se adequar? Segundo Arantes (2014) é um tempo marcado pela vitória do capitalismo sob o socialismo real, da qual emerge uma nova configuração global. A ausência do polo oposto ao capitalismo modifica radicalmente o horizonte de expectativas assim como *o tempo do mundo*. A Queda do muro de Berlin e o desmanche do Estado social demarcam o emergir de um tempo em que o futuro já se encontra no presente, portanto, de redução das expectativas. O fim da trégua do consenso liberal-keynesiano que tinha, entre outras coisas, estabelecido um cenário de relativa paz resulta no retorno do

Moinho Satânico que volta a gastar gente, natureza e dinheiro. Novamente ameaçadora, a dinâmica da história do capitalismo redescobre o discurso do Holocausto como um *dever de memória* – um novo imperativo categórico para uma era outra vez se desenrolando sob o signo da catástrofe. O horizonte da economia-mundo voltou a encurtar – para voltarmos às categorias de partida. (ARANTES, 2014, p84).

Arantes (2014) identifica a existência de um estado de guerra permanente. Conflitos que agem sobre o medo do desconhecido, as expectativas se encurtam devido ao temor do que é estranho, do futuro. Inaugurou-se um Estado de exceção, sempre pronto para agir de forma emergencial.

Temor que se revela diante do horizonte de expectativas que impulsiona os ideais revolucionários, pois as burguesias aprenderam duas coisas com os resultados da Revolução Francesa, segundo Arantes: a) a revolta dos subalternos e com eles a perspectiva de uma continuidade de um horizonte de expectativas; b) que tais revoltas comprometessem o ritmo de acumulação posto em marcha. A solução se deu em controlar o excesso de expectativas crescentes através da normalização da mudança social.

[...] nesse tempo global, acionado pelo fim da guerra fria, não se procura mais percorrer a distância que separa a experiência da expectativa, outra maneira de anunciar a substituição da política pela gestão dos “destroços do presente”. (ARANTES, 2014, p. 91).

Trata-se assim de uma conjuntura do presente

Como não há mais distância entre o que se faz e aquilo que se aspira, todos os atores em cena se projetam no futuro, não para defender um projeto, mas para prevenir sua exclusão de um jogo *sansvisage*. (ARANTES, 2014, p. 91).

Se aparece em Arantes a constatação de que presenciamos um cenário de absoluta crise econômica, política e social, os elementos constitutivos e a materialidade desse momento no qual as expectativas não ultrapassam as formas de gestão da barbárie podem

ser encontradas nas formulações de Istvan Mészáros (2007) sobre o tempo histórico inaugurado pela crise estrutural do capital. Na medida em que presenciamos um tempo histórico sem perspectivas de horizontes de expectativas crescentes e/ou emancipadores, isso se deve ao sistema que controla a vida social se defrontar com limites que lhe impõem a necessidade de manter as condições do presente. Tal fato é identificado quando nos atentamos ao exercício do poder e dos objetivos dos países imperialistas, aqueles que realmente impõem o tempo do mundo:

Não se deve esquecer que o horizonte do tempo do *imperialismo* – hoje a defesa aberta do verbalmente palatável “imperialismo liberal” – sempre foi regressivo, retrógrado e violentamente reacionário. Caracterizou-se por ser a última tentativa insustentável de *interferir no tempo histórico de modo permanente*. Apenas os sujeitos dominantes do grande poder imperialista alternavam entre si, de acordo com as mudanças periódicas na relação de forças – devido à dinâmica interna do desenvolvimento comparativo dos atores principais e às conseqüências dos imensos confrontos militares em periodicamente se engajavam – mas, não sua orientação. Por meio de seus confrontos militares, tentavam não apenas ganhar para si vantagem relativa, mas simultaneamente *reverter* as tendências objetivas do desenvolvimento histórico apontando para uma intensificação ainda maior dos antagonismos internos e internacionais e para o desdobramento da crise estrutural insuperável do sistema do capital. Ao longo de quase um século e meio de história do imperialismo moderno, os atores principais foram sempre caracterizados pela cruel adoção do *contravalor destrutivo*. Ignoraram ou desprezaram deliberadamente até mesmo as conseqüências mais perigosas, desconsiderando em absoluto as implicações, que necessariamente engendram antagonismos, das duas horrendas guerras mundiais que sofremos no século XX.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 327)

O melancólico e destrutivo tempo do mundo inaugurado pela ascensão e consolidação do capitalismo transnacional possui história e agentes identificáveis. Ele resulta da expansão irrefreável do capital e das disputas entre aqueles que controlam o ritmo e intensidade de ampliação do sistema. As nações dominantes, em suas constantes disputas, sejam abertas ou veladas pela diplomacia, demonstram a incapacidade de controlar o expansionismo do capital e suas disputas.

O horizonte de expectativa decrescente, característico do “novo tempo do mundo”, é indissociável do momento da crise estrutural do capital, no qual o próprio sistema não apresenta saída para suas contradições. O capital, em sua crise estrutural, apresenta a sua capacidade de destruição, não sendo mais possível caracterizar o sistema,

como nas “décadas gloriosas”, como “destruição produtiva”, cujos exemplos mais significativos são a destruição ambiental e a produção de supérfluos.

O capital degrada o tempo segundo Mészáros (2007), devido à sua contínua expansão sobre a exploração do tempo do trabalho. Nesse sentido, ao se falar de tempo histórico do capital, fazemos referência ao tempo de consolidação e contínua expansão de formas de degradação do tempo. Não é por acaso que o declínio das expectativas crescentes condiz com a ascensão da burguesia à classe dominante e o capitalismo como a forma predominante de controle da vida social. O momento de consolidação dessa classe e do capitalismo – cujo marco de referência são as revoluções burguesas – é o momento em que o sistema do capital não admite formas de existências que não estejam sob suas determinações é, portanto, necessariamente presentista.

Essa condição temporal não se trata de um imperativo categórico – como fez referência Paulo Arantes – mas de um sistema em crise colocado em marcha por indivíduos que, conscientes ou não do que estão fazendo, impulsionam o movimento de expansão do capital, com destaque para aqueles que atuam diretamente e tem seus objetivos atendidos, ou seja, as burguesias. Nesse sentido é importante lembrar que a atuação de indivíduos pode agir de forma positiva ou contra a positividade social (MÉSZÁROS, 2007). No momento do capital em crise estrutural, presenciamos como as formas contra a positividade social implantada por governos e pelas frações de classes dominantes se sobressaem.

Essa consideração se apresenta com mais nitidez na periferia do sistema. A burguesia brasileira se colocará como o agente interno necessário para adequar o Brasil ao presentismo, ao capital em crise estrutural. Basta se atentar às suas iniciativas, suas campanhas e os setores que lideram a acumulação de capital no país para constatar. Bancos, mineração, agronegócio, construção pesada: capitais especulativos, ofensiva sobre direitos trabalhistas e degradação humana e ambiental. A atuação da burguesia brasileira é efetivamente contrária à positividade social.

Formas antidemocráticas de ação: “reformas” como as da previdência que mesmo rejeitadas por 71% da população (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) contam com apoio completo da burguesia doméstica, correram no congresso no ano de 2018. Para viabilizar as suas necessidades internas se vale de mecanismos de contenção da mobilização social. Evita-se qualquer projeto transformador, tanto por sua atuação subordinada, quanto por inviabilizar que outra classe social projete um horizonte capaz de transformar a ordem vigente.

Sem qualquer horizonte de mudança significativa, a burguesia brasileira procura em países mais vulneráveis duas características que encontra internamente:

A primeira, a de assenhorear-se de *fontes de matérias* nos demais países do continente. Na segunda e que me parece mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da *exploração da força de trabalho em outros países*: não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte das empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas. (FONTES, 2010, p. 339. Grifos da autora).

Entre os aspectos que sustentam os argumentos de Fontes neste sentido está o fato de que a expansão dessas empresas se dirigirem, sobretudo, à América Latina: “[...] no ano de 2008, a América Latina ostentou a condição de principal localização dos investimentos brasileiros (46%), seguido pela Europa (21%), América do Norte (17%), Ásia (11%) e África (5%)” (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 259). Das empresas que dirigiram suas atividades para a América Latina, podemos identificar, entre outras, a Petrobras, a Vale, Votorantim e a Gerdau, empresas que lidam diretamente com a extração de recursos naturais.

Como a ideia é somente a expansão geográfica e econômica, se isentando de qualquer pretensão humanitária e civilizatória, a forma de viabilizar suas expectativas ocorre pela truculência – potencializada por sua associação com os governos locais – diante dos movimentos contestatórios, em outras palavras, calando e reprimindo eventuais portadores de um horizonte de expectativa crescente. Tomando a Odebrecht como exemplo, verifica-se que suas atuações internacionais, para além da corrupção, e questionáveis relações com governos envolvem degradação ambiental e deslocamento de pessoas à força (ZANINI, 2017).

A burguesia brasileira e seu atrelamento aos governos se adequam ao *presenteísmo*. A adequação necessária ao capital no *novo tempo do mundo* elimina a chance de vislumbrar um futuro que não seja a reprodução parcial do que já se conhece nos países centrais. Nas palavras de Francisco de Oliveira, se o Brasil já foi um dia considerado o *país do futuro*, no atual momento foi dado o adeus à essa previsão: “Sua presentificação permanente: não há mais futuro, porque ele já está aí.” (OLIVEIRA, 2018, p. 72).

É nessa relação subordinada e dentro da crise estrutural do capital que encontramos a chave para a compreensão da economia e sociedade brasileira do século

XXI e de sua burguesia. Muito mais do que vítimas das ações imperialistas, o país pode ser visto como peça fundamental da expansão do imperialismo sob condições predatórias. Mais uma vez Paulo Arantes (2004) nos fornece um caminho interessante para pensar essa questão, a partir de seus estudos sobre a expansão e exportação das contradições sociais que marcam a sociedade brasileira.

Paulo Arantes em seu artigo *A fratura brasileira do mundo* procura desenvolver a ideia, entre outras, de que o país não é só receptor de decisões políticas e econômicas, mas também contribui para as demais formações sociais, principalmente as mais globalizadas. Tendo como referência a chamada *brasilination*, que significa a incorporação das condições de desigualdade, exploração e subalternidade da sociedade brasileira pelas grandes metrópoles globais como Paris, por exemplo, o autor identifica que a classificação de “atrasado” é mais “moderno” do que nunca, sendo necessário e vantajoso para a expansão do capital também no centro do capitalismo. Assim como a nossa burguesia soube se aproveitar da estrutura desigual da sociedade brasileira, as burguesias centrais também utilizam desse expediente, isso para não falar da forma como os imigrantes – legais e ilegais – são incorporadas no sistema capitalista dessas grandes cidades. A síntese de Arantes é digna de nota:

Ocorre que a tal brasilianização do mundo, como estão nos dizendo e nos interessa testar, indica justamente a contaminação da polarização civilizada em andamento no núcleo orgânico do sistema pelo comportamento selvagem dos novos bárbaros das suas periferias internas, que se alastram propagando a incivilidade dos subdesenvolvidos, de forma que a grande fratura passa a ser vista também como a que separa os que são capazes e os que não são capazes de policiar suas próprias pulsões [...] (ARANTES, 2004, p. 51).

O ponto central é que a exportação das condições sociais desiguais e das formas de exploração já conhecidas na periferia do sistema para os grandes centros é necessária para a expansão e reprodução do capital em crise estrutural. Afinal, não é outro o motivo de essas formas de sociabilidade serem encontradas em grandes metrópoles europeias e norte-americanas senão a necessidades de formas de relações de trabalhos mais “flexíveis” (ARANTES, 2004).

Dentro dessa perspectiva também podemos pensar a burguesia brasileira. Assim como a precariedade e a desigualdade social contribui para a expansão do capitalismo nos grandes centros, não será diferente com a contribuição da grande burguesia brasileira. A pergunta orientadora, portanto, não deve se restringir a identificar a burguesia brasileira

do século XXI, mas acima de tudo analisar a sua participação e contribuição na expansão global do capital. Deste modo que poderemos evidenciar o encontro das particularidades que condicionam a sociabilidade brasileira – o que inclui a sua formação histórico-social – com a ordem de expansão e reprodução global do capital. Dito de outra forma, ou melhor, com a interrogação: qual a função da grande burguesia brasileira diante do capital transnacionalizado? A resposta vai ao encontro do que já sabemos sobre a vinculação econômica e social dos países periféricos à ordem transnacional do capital, a saber, servir aos países imperialistas, dessa forma não é difícil identificar setores como mineração, agronegócio e bancário, entre outros. No entanto, mais do que essa resposta que já é de suma importância, o que se presencia é o encontro do passado com o presente, do qual o futuro parece ser cada vez mais previsível e destrutivo em termos ambientais e humanos. É o encontro da formação social brasileira – e tudo que ela traz, desde a colonização, escravidão, industrialização e etc. – com a crise estrutural do capital, ou “novo tempo do mundo”, outra forma de classificar a mesma barbárie anunciada no horizonte que não pode, dentro da ordem, ser de expectativas crescentes.

2 – A burguesia brasileira: formação, dependência e autocracia

Este capítulo trata da formação da burguesia brasileira. Destaca a sua relação com o imperialismo, com os resquícios de uma sociedade ex-colonial e escravista e o exercício do poder interno. Demonstraremos que a burguesia brasileira é, em grande medida, resultado da expansão do capital imperialista, ela se forma e se expande concomitante ao imperialismo. A burguesia brasileira, embora exalte a modernidade em seus discursos, encontra vantagens na manutenção e/ou reconfiguração da sociabilidade oriunda de uma sociedade colonial e escravocrata. O exercício do poder ocorre de maneira que o regime de acumulação necessário para a expansão dos grandes empresários brasileiros não sofra abalos significativos, utilizando diretamente da coerção e das armas para suprimir movimentos opostos. Esses elementos caracterizam a burguesia brasileira e foram estudados por grandes analistas das ciências humanas do país, que serão citados ao longo do texto. Contudo, a nossa interpretação dos eventos históricos que serão citados e dos autores é feita para compreender os limites das pretensões da burguesia brasileira, ou, em outros termos, os imperativos que atuaram em sua formação que resultaram em um horizonte de expectativas decrescente.

O primeiro tópico do capítulo analisa a formação do capitalismo brasileiro, que possui particularidades que devem ser mencionadas, como a junção da subalternidade frente aos grandes centros econômicos e a formação de um capitalismo que não rompe, efetivamente, com relações oriundas da colonização e escravidão. O segundo tópico exemplifica as relações citadas a partir da análise da burguesia cafeeira, momento em que, em nosso entendimento, essa classe social se manifesta no país, sobretudo no Estado de São Paulo. A partir das relações da burguesia cafeeira com o imperialismo e dos “benefícios” que uma sociedade colonial e escravista pode oferecer para exploração do trabalho e acumulação de capital, é possível identificar as características da burguesia e os limites de seu horizonte de expectativa.

Demonstraremos no decorrer do capítulo, exemplificados pela postura da burguesia brasileira desde sua formação, que a força da burguesia reside, entre outros aspectos, na manutenção da subalternidade e de formas consideradas “pré-capitalistas” que são funcionais para a sua expansão. Para manter sua potência econômica se vale da forma autocrática de exercício do poder, afastando, eliminando e/ou cooptando movimentos reivindicatórios.

A abordagem que adotamos destaca que as burguesias da periferia do sistema devem ser analisadas em sintonia com a relação que o país mantém com o centro do sistema capitalista, em outros termos, a posição que o espaço nacional ocupa na divisão internacional do trabalho. Não se trata, portanto, de uma tarefa simples. É um equívoco analisar as frações burguesas ou mesmo as classes trabalhadoras e suas posições e interesses sem estabelecer as devidas conexões, sem procurar se aproximar da totalidade que envolve o objeto investigado. A assertiva de István Mészáros a esse ponto é fundamental:

Posição de classe, “interesse de classe”, “capital”, “trabalho”, “antagonismo de classe”, “consciência de classe” etc. são termos que não tem qualquer significado se tomados separados um do outro. (Eles adquirem sentido, como vimos, somente quando relacionados ao quadro geral de referência do qual são partes constituintes. (MÉSZÁROS, 2008, p. 74)

Dessa forma, a burguesia brasileira tem de ser compreendida e explicada com base em sua formação histórica, econômica e social relacionadas à condição de integrar a periferia do sistema capitalista. Ainda, na conformação de atuar nos espaços econômicos delimitados pela divisão internacional do trabalho, o que pode significar atender às demandas dos países centrais e com intenso crescimento econômico. Pode, portanto, ao se valer da demanda externa para alcançar sua lucratividade e garantir o seu poder político, ocorrer oscilações entre as frações burguesas em evidência. Por exemplo, desde a Independência política de 1822, presenciamos o surto cafeeiro do qual emergiu a primeira manifestação burguesa no país, também um impulso industrializante com significativa importância do mercado interno em meados do século XX e, por último a primeira década do século XXI, período que analisamos a exportação de *commodities* e de alimentos combinadas com a relevância assumida pelas finanças.

2.1 A formação da burguesia brasileira diante da via colonial

As imposições das economias centrais para a periferia não devem ser vistas de forma unilateral, existe um componente interno que não pode ser ignorado. A função política da burguesia periférica tem entre suas atribuições um exercício do poder que permite duas posições de extrema importância. A primeira: ter o controle político que garanta a sua vinculação dependente e subalterna com o imperialismo. Segunda: uma forma política capaz de manter os aspectos necessários à extração de mais-valor que compense a sua situação de subalternidade, ou seja, superexploração do trabalho. Em

outros termos, o que se convencionou denominar “atrasado”, a extrema situação de pobreza e vulnerabilidade social da maior parte da população, são requisitos para a competitividade da burguesia periférica em esfera global. Portanto, a atuação política e as formas assumidas pelo Estado terão como objetivo manter a dependência e os resquícios coloniais necessários para consolidar a sua posição econômica e política interna.

A condição descrita foi caracterizada por José Chasin (2000) como *via colonial* de entificação do capitalismo, o autor diferencia o processo de efetivação do capitalismo no país dos casos considerados tardios, ou de *via prussiana*. A particularidade reside no fato de que por aqui o antecessor do capitalismo industrial não foi a sociedade feudal, mas o grande latifúndio voltado à exportação sob direção da metrópole. A colonização é o aspecto central para se pensar a efetivação da ordem capitalista na periferia. O vínculo com a metrópole ocorre pelo que Caio Prado Jr. (2011) denominou *colônia de exploração*, cuja funcionalidade se reduzia à exportação de bens primários.

Assim como nos países de capitalismo tardio (Alemanha, Itália, Japão), ocorre no Brasil uma conciliação pelo alto entre as elites do regime antecessor com as que emergem com o capitalismo. Contudo, não há pela *via colonial* uma suplantação das bases materiais na qual se assentava o regime anterior. Muito menos uma transformação política e um impulso econômico capazes de possibilitar um protagonismo mundial. Afinal, não podemos esquecer que os três países citados participaram e/ou protagonizaram duas guerras mundiais, manifestando seus interesses econômicos em expansão.

Nos países que objetivaram o capitalismo pela *via colonial* além da conciliação pelo alto, tem entre suas características fundamentais o não rompimento efetivo com a estrutura econômica da ordem antecessora e, conseqüentemente, as elites internas não produzem movimentos políticos capazes de suplantarem a subordinação do país aos grandes centros capitalistas. Temos como consequência e particularidade a permanência de características oriundas da colonização que atuam sobre e se conciliam com a efetivação do capitalismo e da ordem social competitiva, ainda, a não superação da condição de subalternidade perante os grandes centros de decisões econômicas.

Florestan Fernandes dedicará boa parte de suas reflexões à essas características. Fernandes percebia a necessidade de descolonizar os países da América Latina, ressaltando que o “anticolonialismo dos estratos privilegiados só era intenso e fervoroso

em um ponto, o da conquista da condição legal e política de *donos do poder*.” (FERNANDES, 1981, p. 82). Nos demais aspectos houve um *congelamento da descolonização*, que constituía, prossegue o autor,

(...) num pré-requisito estrutural e dinâmico não só da “defesa da ordem”, do “combate à anarquia”, da “preservação da propriedade” etc.; esse era o requisito número um da nova articulação entre os estamentos senhoriais e os estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação econômica externa, ou seja, literalmente, do padrão neocolonial de crescimento do capitalismo²⁴ (FERNANDES, 1981, p. 82).

Por essa constatação pressupõe também não uma burguesia débil, mas forte, com poder suficiente para reprimir as classes subalternas e avançar no seu objetivo de se associar ao capital externo para impulsionar a sua lucratividade. Detentora do poder político interno desde suas origens – embora existam alternâncias do predomínio de frações burguesas no poder – o padrão de acumulação pautado na permanência de aspectos coloniais e da subalternidade conduzido pela burguesia brasileira seguiu à toda velocidade pelo século XX e adentrou com fôlego no século XXI. Apontamos que os aspectos que prevalecem da colonização não aparecem da mesma forma, eles se atualizam e se reconfiguram, assim como o exercício do poder político e a relação econômica subalterna com os grandes centros. Nas primeiras décadas do século XXI, presenciamos elementos que remetem à estrutura econômica colonial, mas com alterações fundamentais, sobretudo a participação da financeirização, a transnacionalização do capital e as metamorfoses do trabalho.

A relação dialética entre a estrutura colonial herdada – e sempre modificada – e o advento do capitalismo transnacional, pode ser compreendida a partir de autores identificados com a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Essa formulação nos permite compreender como que a relação subordinada ao capital central implica na

²⁴ O padrão de acumulação neocolonial se caracteriza, sobretudo, pelo declínio da forma anterior (colonial vinculada à metrópole) e a predominância, neste momento, das nações que estavam mais interessadas em ganhos comerciais do que na produção local, casos de Inglaterra e Holanda. Trata-se de uma dominação “indireta”, através do comércio cujo resultado é a não internalização da produção nos países da América Latina (FERNANDES, 2008b). Cabe um breve comentário sobre o uso dessa categoria para se pensar a economia brasileira dos finais do século XX e início do XXI. Ela se refere a predominância das relações comerciais com grandes potências econômicas sobre a produção interna. De fato, é característica do país continuar a fornecer bens primários aos países que estão à frente da economia mundial, na primeira década do século XXI vimos o *boom* das *commodities*, sobretudo em direção à China. Neste sentido, nota-se um retorno a uma característica neocolonial. No entanto, não se pode deixar de notar que a produção para o mercado interno tem significativo peso na economia. Embora não se trate de empresas brasileiras, é inquestionável o crescimento da produção para o mercado interno de bens de consumo duráveis, automóveis, motocicletas, aparelhos de telefonia móvel e etc. Deve-se, ainda, acrescentar a relação tanto dos setores exportadores, como dos que se voltam para o mercado interno, com a esfera financeira que atingiu um grau não presenciado em sua completude por Florestan Fernandes.

precarização social da maioria da população. As teses da Teoria Marxista da Dependência são importantes na medida em que se propõe analisar os mecanismos econômicos que permitem a combinação da associação com os grandes centros capitalistas – o que inclui participação e internalização dos recursos tecnológicos mais avançados, evidentemente alocados nas mãos das classes mais abastadas – com a superexploração do trabalho. Entendendo, portanto, como que a grande burguesia brasileira se fortalece mantendo a superexploração do trabalho como mecanismo de compensação diante de sua inserção subordinada. A dependência, para Marini, pode ser entendida “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2011, p. 134).

A especificidade da América Latina, para a Teoria Marxista da Dependência reside na forma como ocorre a vinculação entre o mercado mundial e os países ex-coloniais. Há, nos países da América Latina, uma separação entre produção e circulação, da qual a produção não é orientada pela demanda interna, mas para atender a expansão dos países centrais. Por outro lado, o resultante do crescimento econômico dos países do centro e sua necessidade de expansão encontra nos países dependentes mercados promissores para a realização do excedente produzido. O que implica uma transferência tecnológica e de capitais que não é resultante das próprias necessidades internas.

A dependência dificilmente se mantém sem uma forma de compensação para as burguesias periféricas. A troca desigual entre centro e periferia é compensada pela superexploração do trabalho.:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2011, p. 147).

A maior exploração ocorre, principalmente, pelo aumento da intensidade e extensividade do trabalho e não do incremento de capacidade produtiva. A possibilidade dessa condição está ancorada na estrutura do mercado de trabalho característico do país. Ampla bibliografia tratou do tema do excedente de mão de obra disponível, o que implica na redução de salários, piores condições de trabalho devido à procura por emprego e precária organização política. (FURTADO, 2007a). Também, é necessário apontar que a situação estrutural do excedente de mão de obra e do recurso da exploração do trabalho

não favorece somente às burguesias dos países dependentes, a mais-valia produzida nos setores com maior incorporação de mão de obra e que tendem, portanto, a uma maior intensidade da exploração do trabalho, acaba transferindo mais-valia para os setores que contam com maior capacidade produtiva, principalmente, no caso brasileiro, as empresas estrangeiras. (AMARAL, CARCANHOLO, 2012).

O mais interessante para a discussão que propomos, e que não é evidente na formulação de Marini, é a ação das burguesias nacionais dos países dependentes para manter e se fortalecer economicamente com a relação subordinada. O que implica demonstrar a efetividade e a relação entre os interesses da burguesia brasileira com a expansão capitalista dos grandes centros e a sua forma de compensação que é, segundo Marini, a superexploração do trabalho²⁵. Essa relação e suas implicações políticas e sociais são muito bem trabalhadas por Florestan Fernandes (2005), na medida em que o autor entende que a dependência e o subdesenvolvimento – termo utilizado pelo autor – são obras da própria burguesia brasileira. Dessa forma, a concretização do horizonte de expectativa da burguesia brasileira ocorreu pela manutenção da *dupla articulação*, ou seja, o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa.

Passaremos agora à demonstração de como a burguesia brasileira efetivou as condições que listamos. Para isso, recorreremos ao momento de sua formação social e econômica mais evidente, a saber, a burguesia cafeeira do oeste paulista. O período diz respeito às primeiras décadas do século XX. Será possível notar que essa fração burguesa – que é efetivamente a primeira manifestação da classe burguesa no país – é resultado da expansão do imperialismo e das condições consideradas “atrasadas” e “pré-modernas”.

2.2 – A burguesia cafeeira: o emergir da burguesia brasileira

O primeiro passo em direção à formação de uma burguesia brasileira se deu no setor cafeeiro do Oeste paulista na segunda metade do século XIX. Encontram-se, neste setor, características que ainda configuram a burguesia brasileira na primeira década do século XXI, evidentemente, de forma mais complexa, porém não menos intensa – e que

²⁵ Não trataremos neste trabalho dos pressupostos econômicos que validam ou questionam a categoria superexploração elaborada por Marini (2011). Nossa abordagem demonstra a relação entre dependência e superexploração que pode ser entendida no sentido de aumento da intensidade do trabalho combinada com precarização social.

condicionam a forma como as classes proprietárias agem e o tipo de relação econômica que o país mantém com o capitalismo globalizado.

Identificar o momento em que surge a burguesia brasileira não é o mesmo que identificar a integração do país nas relações capitalistas em âmbito mundial. Como aponta Caio Prado Jr. (2011) o Brasil é resultado da expansão mercantilista europeia, nasce atrelado às imposições do mercado internacional em expansão, o que indica que a integração ao capitalismo mundial não é resultado de um esforço das classes internas. Portanto, o capitalismo e a integração à economia mundial não é, no Brasil, resultado da ação – revolucionária ou não – burguesa, precedem à existência da burguesia brasileira. As implicações de tal fato serão estruturantes para a constituição interna das relações capitalistas e das possibilidades de desenvolvimento.

Se o *sentido* dado ao Brasil pela colonização portuguesa é o de integrá-lo, de forma exploratória e subordinada, ao capitalismo em expansão, a chave para a compreensão dos grandes problemas brasileiros passa por verificar tal forma de integração e nos impactos internos que ela provoca. Pois, diferente dos casos clássicos de efetivação do capitalismo, o caráter capitalista da economia brasileira não é concomitante e nem resultado de relações sociais internas. O problema se encontra em que as imposições capitalistas se colocam sobre o país *antes* que os requisitos sociais se apresentem. Mesmo Caio Prado Jr., talvez o autor que mais enfatizou o caráter capitalista de nossa colonização, reconhece que o emergir das relações sociais capitalistas internas só ocorre com o processo de Independência e com as transformações inauguradas na segunda metade do século XIX:

O Brasil inaugurava-se um novo plano que desconhecia no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e certo artificialismo, assinala assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova. (PRADO JR., 2010, p. 192).

As classes sociais típicas do capitalismo só emergem a partir do momento em que há um deslocamento em relação à metrópole, uma acumulação interna de capital e o trabalho livre. São aspectos que se esboçam na segunda metade do século XIX. É, portanto, nesse período, em que terá condições de surgir a burguesia brasileira. Contudo, as intensas transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizam a segunda metade do século XIX não alteram o *sentido* da vinculação do Brasil ao mercado internacional, a saber, de exportação de produtos primários e da ausência do controle sobre os imperativos externos que agem sobre a produção do país. Disso resulta um

aspecto fundamental e conhecido: a burguesia brasileira emerge e provém do e para o setor exportador.

Também é conhecido o fato de que entre os setores exportadores, o café, desde finais do século XIX e décadas iniciais do século XX, é o mais significativo:

Mas é sobretudo na agricultura que se observará esse crescimento da população brasileira. A lavoura do café, gênero então de largas perspectivas nos mercados internacionais, contará com uma base financeira e de crédito, bem como um aparelhamento comercial suficiente que lhe permitirão a considerável expansão [...] (PRADO JR., 2010, p. 193)

Não é por acaso que o café é o produto que marca as relações sociais, econômicas e de poder da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Dado o caráter da economia brasileira no período – completamente voltada à atender demandas internacionais – é evidente que “para superar a estagnação [por qual passa o país com declínio da mineração], o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas de expansão do comércio internacional.” (FURTADO, 2007a, p. 165). Pois, “Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional.” (FURTADO, 2007a, p. 165).

Ao não se apresentarem as condições, neste período, para um desenvolvimento autônomo, o setor que melhor se ajustar às demandas internacionais e possuir viabilidade interna será o predominante. O café se destaca por aproveitar recursos existentes, sobretudo a terra que era abundante e o aproveitamento da mão de obra ociosa da economia mineira que se encontrava próxima do polo expansivo da produção de café. As altas dos preços internacionais, sobretudo pela desorganização social e política do Haiti, contribuíram para alavancar os recursos em direção à lavoura cafeeira (FURTADO, 2007a)

O aumento do preço do produto, abundância de recursos disponíveis deve ser somados à emergência de um novo agente econômico no país com características distintas daqueles que produziam sob a tutela portuguesa:

A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização dos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica [...] Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica [...] Mas não era o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma

política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos.” (FURTADO, 2007a, p. 171).

Um novo agente econômico entra em cena com potencialidade econômica e política capaz de direcionar a política econômica a seu favor. Os fazendeiros do café são a primeira manifestação efetiva de uma burguesia brasileira, não por seu “charme”²⁶, mas por incorporar o que representa a categoria burguesia – a propriedade dos meios de produção, a submissão do trabalho livre aos seus interesses, a absorção de trabalho não pago, e as características racionais inauguradas pelo “moderno capitalismo ocidental”. Evidente que não se encontrará o agente revolucionário ou política e economicamente dotado de um nacionalismo capaz de romper com a subordinação imperialista, mas a burguesia realmente existente em uma ex-colônia que não rompe com as determinações econômicas herdadas da colonização.

O próprio fato de a economia de bens primários voltada para a exportação ser predominante já atesta a permanência do tipo de vínculo com o mercado mundial, o mesmo da ordem colonial. Trocou-se o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro pelo café, principalmente (já que a pecuária, a borracha, o cacau, o algodão, o fumo ainda possuíam lugar nas exportações). Caio Prado Jr. assinalou que a segunda metade do século XIX se trata de um “prolongamento da fase anterior”, e chegou à seguinte constatação:

A concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora de seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável. E paradoxalmente, cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia porque o tornava mais dependente. (2010, p. 211).

Manter a estrutura econômica da colônia não significa ausência de intensas transformações internas. A sociedade brasileira dá os passos para a modernização capitalista em meados do século XIX, criando condições para a emergência da burguesia. Fernando Henrique Cardoso notou essas modificações. O sociólogo, se distanciando de uma interpretação puramente econômica, enfatiza a importância das “[...] condições sociais que atuaram como pré-requisito para a industrialização nos moldes em que esse processo se efetivou” [...] (CARDOSO, 1969, p. 188). Destaca as transformações

²⁶ Gorender (1981) sugere que alguns intelectuais foram fascinados pelo “charme” dos fazendeiros do café. Em oposição ao argumento que encontra no setor cafeeiro uma manifestação burguesa, dizia o autor: [...] a cafeicultura de São Paulo, no período pós-abolição, ao explorar o trabalho de colonos, tampouco adquiriu caráter capitalista. Por isso considero errôneo chamar os fazendeiros paulistas daquela época de “burguesia cafeeira”. Aparentemente, para Gorender, a ausência do trabalho totalmente assalariado impede a formação do capitalismo no país, assim como da burguesia brasileira. Acerca da constituição da burguesia nesse período advogamos por posição distinta a apresentada por Gorender.

ocorridas nas fazendas de café do Oeste Paulista que ganham impulso no período de declínio da escravatura, o que transforma o antigo senhor proprietário de escravos em capitalista que alugava a mão de obra (CARDOSO, 1969). A expansão da produção cafeeira fornecia os elementos que configuram, segundo Cardoso, a emergência do burguês:

O fazendeiro de café, nestas condições, tornava-se um empreendedor capitalista. Absenteísta, passou a gerir a propriedade rural através de administradores e capatazes, ocupando-se mais com a aplicação e o rendimento do capital do que com a administração direta do trabalho. Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa do que seus antecessores e, muitas vezes, antepassados, do período cafeeiro do Vale do Paraíba. (CARDOSO, 1969, p. 191).

A forma de trabalho assalariado ou semi-assalariado empregada nas fazendas do Oeste paulista permitia ao fazendeiro calcular “como capitalista que se tornava, a rentabilidade do capital variável invertido na empresa sobre a forma salário.” (CARDOSO, 1969, p. 191), aspecto impensável dentro da estrutura escravocrata colonial. Ainda, as relações econômicas geradas pela expansão do complexo cafeeiro, assim como do trabalho livre – assalariado ou semi-assalariado – contribuem para a formação de um mercado interno, intensificando as relações entre campo e cidade, na medida em que mesmo nos chamados “barracões”, os trabalhadores do campo consumiam mercadorias fornecidas pela cidade. Têm-se, assim, dois aspectos que caracterizam o capitalismo – relações mercantis generalizadas e trabalhadores livres – e a presença de uma burguesia brasileira.

O esforço de compreender as condições e o momento em que surge uma burguesia brasileira deve procurar pelo descolamento de um setor capaz de se mover em direção à acumulação de riqueza e do exercício do poder político interno. Em outras palavras, é somente quando a ordem social se torna complexa e diversa que haverá uma classe interna com potencialidade de se sobrepor às demais. Ou ainda, somente quando um setor consegue se descolar da ordem colonial – na qual tanto a economia quanto a política eram submetidas à metrópole sem efetivar seus interesses internos e sem acumulação significativa de capital interna – é que se pode identificar o emergir da burguesia brasileira.

Um desenvolvimento teórico diferente do que adotamos se encontra em Jacob Gorender (1980). O historiador com muito rigor analítico critica as teses *paulistas* que percebem nos fazendeiros do café um tipo burguês. O argumento central é o de que

mesmo nas fazendas mais modernas, ou seja, do oeste paulista, o trabalho escravo foi utilizado e, em alguns casos, predominante. Ainda, após a abolição e a introdução dos imigrantes, estes eram entendidos como propriedade do fazendeiro, não raros prisioneiros por dívidas. Chegava, o autor, à seguinte conclusão:

Não se formava uma nova classe de senhores rurais, supostamente dotados de racionalidade capitalista, mas se repetia o velho fenômeno das migrações de plantadores escravistas em busca de terras virgens. Tampouco se modificava, no Oeste Novo, a orientação escravista dos fazendeiros migrantes, sob a influência de fatores situacionais. Ao contrário, os fatores situacionais reforçavam a precedente orientação escravista. A elevada rentabilidade, justamente, induzia a continuar comprando escravos. (GORENDER, 1980, p. 562).

Em acordo com o que desenvolveremos neste trabalho, entendemos que Gorender secundariza dois fatos: o caráter mercantil das exportações brasileiras e o fato de que a *racionalidade* da burguesia cafeeira não pode ser importada da burguesia europeia, *clássica*. A diferenciação que mencionamos entre produção com caráter capitalista, devido ao atrelamento da expansão europeia, e a não instauração de relações sociais capitalistas internas é decisiva. A exploração capitalista do país por sua metrópole – com intensa relação com os capitais ingleses – não resulta na imediata formação interna das classes típicas do capitalismo. Somente com a independência e a possibilidade de acumulação interna de capital é que se pode falar em burguesia e isso ocorre em meados do século XIX. Direto ao ponto, o fazendeiro do café é burguês pois já envolvido no processo de acumulação de capital em sua relação com o comércio mundial. Não é o senhor subordinado à metrópole, mas o agente interno que tem relativa autonomia para acumular capital.

O segundo aspecto é que a condição de ex-colônia e de tardia abolição do trabalho compulsório resulta em uma forma particular de *racionalidade* burguesa. Ela irá se beneficiar das condições sociais resultantes de uma ex-colônia escravocrata. Neste sentido, a *racionalidade* da burguesia na periferia do sistema se move em aproveitar as “vantagens” do “atraso”. Não é estranho, portanto, que a burguesia em um momento de transição para uma internalização efetiva das relações sociais capitalistas, se beneficie do trabalho compulsório, como assinalado por Gorender, e depois da forma de colonato. Essa racionalidade burguesa se nota no texto do próprio autor:

Diante das ameaças que pesavam sobre o tráfico africano, a imigração de trabalhadores europeus apareceu como alternativa para os fazendeiros de café. É sintomático que a primeira lei de locação de serviços fosse datada de 13 de setembro de 1830, exatamente um mês após a data da proibição legal do tráfico. (GORENDER, 1980, p. 565)

A ação do agente econômico, diante do fim do trabalho compulsório, é o de implantar e se beneficiar de uma forma de organização do trabalho substituta do escravismo. A racionalidade movida para a acumulação de capital é característica do fazendeiro de café, veja o exemplo de um de seus maiores representantes, o Senador Vergueiro:

Coube ao Senador Nicolau de Campos Vergueiro a iniciativa de criar, a partir de 1847, uma verdadeira organização de introdução e exploração de mão-de-obra barata. Não só trouxe imigrantes brancos para sua fazenda de Ibicaba, como fundou uma economia encarregada de importa-los e fornecê-los a outros fazendeiros. (GORENDER, 1980, p. 566)

Segundo Gorender, a forma de contratação aprisionando o imigrante por dívida, pode ser entendida como “escravidão branca”. Em nosso entendimento, trata-se da forma de contratação mais vantajosa para substituir o trabalho escravo. Encontramos a racionalidade dos burgueses do café exatamente em se beneficiar de oportunidades consideradas “pré-capitalistas”. A postura do Senador Vergueiro é movida pelo cálculo capitalista, procurando encontrar vantagens econômicas na possibilidade aberta com a imigração. Não se pode ignorar que o fazendeiro de café sempre estará atento às oscilações do mercado mundial, taxas de câmbio e alterações de preços. Atuará com comerciantes, com bancos, exportadores, empresas de transportes e etc. Trata-se de um complexo econômico totalmente distinto do senhor de engenho submetido à metrópole. O equívoco do autor decorre de atribuir à burguesia brasileira um horizonte cultural típico dos casos clássicos – uma burguesia inspirada pelo ideário libertário dos iluministas – para um ambiente social estranho.

2.3 – *O burguês e o senhor: uma burguesia peculiar*

Na peça *O rei da vela*, Oswald de Andrade percebia a dificuldade de a burguesia ascendente – no caso um indivíduo que vive da usura, dotado das características do cálculo moderno que define, entre outros elementos, o comportamento burguês – se destacar em uma sociedade que não deixava de preservar a admiração pelas elites antepassadas e declinantes. Tinha o burguês Abelardo I que se casar com a nobre decadente Heloísa para conquistar o seu *status*:

Que importa? Para nós, homens, adiantados que só conhecemos uma coisa fria, o valor do dinheiro, comprar esses restos de brasão ainda é negócio, faz vista num país medieval como o nosso! O senhor sabe que em São Paulo só tem dez famílias? [...]

O resto é prole. O que eu estou fazendo, o que o senhor quer fazer é deixar de ser prole para ser família, comprar os velhos brasões, isso até parece teatro do século XIX. Mas no Brasil ainda é novo. (ANDRADE, 1976, p. 19).

Se um obstáculo era a forte presença dos setores “atrasados”, o outro era o imperativo do capital estrangeiro, presente no mesmo texto de Andrade, mais uma vez na voz do burguês ascendente Abelardo I:

É provável. Mas compromisso é compromisso! Os países inferiores têm que trabalhar para os países superiores como os pobres trabalham para os ricos. Você acredita que Nova York teria aquelas babéis vivas de arranha-céus e as vinte mil pernas mais bonitas da terra se não se trabalhasse para Wall Street de Ribeirão Preto à Cingapura, de Manaus à Libéria? Eu sei que sou um simples feitor do capital estrangeiro. Um lacaio, se quiserem! Mas não me queixo. É por isso que possuo uma lancha, uma ilha e você...” (ANDRADE, 1976, p. 50).

Esse é o dilema da emergente burguesia brasileira, de um lado os setores tradicionais, de outro o imperialismo. Ambos impedem a formação de uma burguesia como a dos casos clássicos, mas não a formação de uma burguesia brasileira. Ambos, além dos empecilhos que carregam para a formação de uma classe social distinta, são transformados em *pontes* para a concretização dessa classe social. A burguesia não emerge efetivamente contra a ordem tradicional e o imperialismo, mas *com* eles.

O primeiro aspecto se apresenta na impossibilidade estrutural – dada a especificidade da sociedade estamental – de se romper com os setores tradicionais e inaugurar uma era de dominação burguesa tal como a europeia. A “ordem social competitiva” própria do capitalismo moderno ocorre em condições particulares próprias de uma ex-colônia de exploração. Em termos weberianos, algo próximo ao espírito do capitalismo emerge em uma estrutura social que lhe parece estranha, diferente dos casos europeus de referência, nos quais a emergência da racionalidade capitalista era concomitante com a potência de uma classe social em ascensão. (FERNANDES, 2005).

As tensões presentes em uma sociedade colonial e escravocrata estruturada em castas e estamentos não atingem grau elevado para romper com a ordem estabelecida. O grupo de privilegiados pela ordem senhorial não deve ser caracterizado, simplesmente, como um obstáculo intransponível à instauração das relações capitalistas, mas sim por não abrir mão de sua posição social. O ponto decisivo se encontra no fato de que a efetivação das relações sociais capitalistas pode conviver com o status social da ordem senhorial (FERNANDES, 2010). O que não significa que o impulso capitalista tenha vindo da ordem senhorial. A sua posição social estava assentada não no jogo econômico competitivo, mas na “posição-chave de controle da economia e da sociedade”. No entanto, seu poder não era o suficiente para alterar a dinâmica imposta pelo mercado

mundial, agia internamente para conter e controlar os seus efeitos de modo que não afetasse, de forma definitiva, a sua posição privilegiada (FERNANDES, 2005, p. 185).

Trata-se de uma situação singular, na qual o grupo econômico e politicamente dominante não tem forças para impedir o avanço das relações capitalistas que possui determinações e controle exógenos, contudo, se vale de poder e prestígio que garantem a sua permanência em uma sociedade em transformação. Os senhores ao não impedirem as imposições do moderno capitalismo em expansão, vão aderir às determinações externas, todavia, com uma visão de mundo assentada na ordem senhorial escravocrata:

Os dinamismos econômicos, condicionados e regulados a partir do mercado mundial, atingiram o âmago da condição senhorial: e vão operar de dentro da situação de interesses, das probabilidades de poder e da visão do mundo do senhor. Este pode não libertar-se totalmente da complicada teia de obrigações vinculadas à dominação patrimonialista e à família patriarcal, ou ao localismo e ao tradicionalismo. Todavia, aos poucos sobrepõe-se, como agente econômico, a esses condicionamentos e procura responder, diretamente, ao que determinava, de fora, o seu destino econômico e os fundamentos materiais de sua posição-chave na estrutura de poder da ‘sociedade nacional’. (FERNANDES, 2010, p. 185).

Presencia-se, portanto, uma internalização de valores numa estrutura social ancorada em uma realidade que difere da que emerge a racionalidade burguesa. Tal como apresentado por diversos autores das ciências humanas brasileira, o impulso capitalista – da ordem social competitiva – ocorrerá com um horizonte cultural que fornecerá um caminho particular de desenvolvimento econômico e de arranjo das classes sociais. A ação do senhor será a de conduzir ao seu modo, e diante dos impeditivos inerentes à formação colonial, o processo de instauração da ordem competitiva. Contudo, procurando defender a sua posição-chave frente à emergência da diferenciação social promovida pela diversificação resultante da internalização das relações capitalistas:

Para o agente econômico privilegiado de uma economia escravista, era *natural* privilegiar sua posição-chave e utilizá-la como uma armadura contra os riscos conjuráveis. Ao proceder dessa maneira, porém, incorporava a própria condição de agente econômico capitalista numa estrutura social extra e anticapitalista. Convertia a “livre iniciativa” e a “empresa privada” em privilégios estamentais, que deviam ser respeitados e protegidos fora e acima de qualquer *racionalidade* inerente aos processos econômicos propriamente ditos.” (FERNANDES, 2005, p. 186).

Os privilegiados senhores reconfiguraram o ideário de competitividade e concorrência de modo a ajustá-lo às estruturas econômicas e estamentais da sociedade colonial:

Isso indica que a competição não se inseria nas vias socialmente construtivas que relacionaram, nas sociedades capitalistas avançadas, propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição de renda e poder. Por essa razão, nos mecanismos apontados ela não engendra transferências estruturais de renda e

poder. A sua função latente não era essa. Ela se convertera no que deveria ser no contexto de uma economia *colonial* exportadora, de fundamento escravista, e numa economia capitalista dependente em formação: o meio pelo qual a sociedade se protegia, através da posição de seu agente econômico privilegiado, a sua única fonte básica de produção e de incremento da riqueza. (FERNANDES, 2005, p. 187).

Trata-se da ausência de um agente que impulsione a ordem social capitalista de modo a suplantar os aspectos tradicionais. Preservava-se o status social e a atividade econômica predominante, a extração primária voltada à exportação. Traços que não impedem a efetivação das relações sociais capitalistas, mas que não se assentam na racionalidade e estrutura de classes requeridas pela sociedade moderna ocidental. Portanto, embora existam tensões entre a emergência do capitalismo e o status senhorial, este não desaparece, ao menos no primeiro momento.

O rompimento poderia surgir dos estratos intermediários (importadores, comerciantes, intermediários nos negócios de importação e exportação, ligados às atividades urbanas). Contudo, sua atuação e o horizonte desejado era justamente o de alcançar o status senhorial, ou de perpetuar o privilégio alcançado na relação com os setores tradicionais. O privilégio não estava localizado puramente na ascensão econômica, mas na conquista do *status*. A ascensão social ocorria de modo a incorporar novos agentes ao sistema estamental colonial, compartilhando privilégios:

O crescimento do setor econômico vinculado às cidades e as oportunidades abertas pela mobilidade das fronteiras econômicas, no mundo rural, levaram aos escalões superiores (e à honorificação e à nobilitação) pessoas de “extração social *inferior*”, das quais nem sempre se poderia dizer que fossem “rebentos dos melhores troncos”. Contava como um barômetro, que descrevia as oscilações dos grupos humanos na rotação histórica. Os estamentos sociais intermediários concentravam-se na defesa obstinada dos privilégios, aos quais se sentiam com direito ou que não queriam perder. (FERNANDES, 2005, p. 191).

O relativo equilíbrio social assentado no mando senhorial será abalado pelas mudanças impostas pelo mercado mundial e seus respectivos impactos internos. A expansão do capitalismo central força “a ordem social escravocrata e senhorial a alimentar um tipo de crescimento econômico que transcendia e negava as estruturas econômicas preexistentes.” (FERNANDES, 2005, p. 205). O agente interno que participa do processo é o que deveria ser superado por ele. Sendo o impulso modernizador localizado externamente – e as classes internas reduzidas a receptoras –, percebe-se a ausência do agente capaz de subverter a ordem das coisas.

O capital inglês é o principal responsável pela produção da maior parte dos utensílios utilizados na lavoura cafeeira, assim como controlam a comercialização. Este fato, que veremos com mais atenção, será um dos grandes obstáculos à acumulação

interna de capital e à constituição de uma burguesia dissociada dos capitais externos. (SODRÉ, 1964). No entanto, é a partir dos imperativos externos que se constitui um setor interno capaz de promover a expansão comercial. A produção e a comercialização passaram a ter a participação dos agentes internos. Fato estranho à produção colonial na qual a comercialização e os seus resultados não podiam ser concentrados e acumulados internamente: “Sem o domínio da comercialização, isso [a acumulação interna] não teria sido possível: o fazendeiro de café, assim, não repete o tipo rural do senhor de engenho, mas associa às características desse tipo as do empresário.” (SODRÉ, 1964, p. 114).

Se apresenta, portanto, um aspecto inédito na história econômica brasileira, o fato da internalização da comercialização:

Esse domínio [da comercialização], e a acumulação que ele permite, dá ao café condições para a etapa de lançamento, quando aproveita integralmente os fatores de produção disponíveis no país, concentrando-os, de forma a quintuplicar a produção e a exportação entre 1821-30 e 1841-50; e ainda para a etapa difícil, quando sofre os efeitos de uma das crises cíclicas do capitalismo, com a baixa de preços que ocorreu então. Daí por diante, estará em condições de auto-financiar a sua expansão e ainda proporcionar ao Império os recursos que lhe permitem centralizar a tarefa política de levar o exercício da autoridade central a todo território e de operar a centralização. (SODRÉ, 1964, p. 115).

Existir acumulação interna, significa, também, a existência de um setor que a concentre. Esse é um aspecto que possui características singulares no processo de efetivação de uma burguesia no país, pois atuar sobre a comercialização da produção não significará o controle do excedente comercial, devido à inserção subordinada da burguesia brasileira no mercado mundial.

Os elementos apontados demonstram algumas condições que atuaram sobre a formação da burguesia brasileira. Não se trata de atribuir a ausência de certa racionalidade para explicar as características da burguesia brasileira, mas sim de compreender o terreno social na qual essa racionalidade se forma. As relações sociais, políticas e econômicas – peculiares da periferia – fizeram com que as melhores condições para as classes dominantes brasileiras fossem a conciliação entre suas frações e a associação com o imperialismo. As relações que se desenvolveram por aqui não levaram à necessidade de uma burguesia com o ímpeto revolucionário, as transformações ocorreram sem rupturas, o que resultou em uma racionalidade burguesa também singular e, evidentemente, com um horizonte de expectativas que destoa das burguesias dos grandes centros econômicos que conduziram processos revolucionários.

2.4 – *Imperialismo: o impulso transformador*

Há autores que identificam na emergência do complexo cafeeiro uma “economia nacional” controlada internamente. Tal conclusão considera os seguintes argumentos: 1) de que o capital que impulsiona a economia cafeeira é derivado de atividades concomitantes à economia colonial, principalmente com a figura do comissário, portanto, capital interno; 2) recursos disponíveis: terras e escravos, ambos relativamente baratos devido à queda da economia mineira; 3) forte demanda internacional relacionada à industrialização dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos (MELLO, 1988). Chega-se, levando em consideração o fim da economia colonial e dos aspectos citados, à seguinte conclusão:

Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. A queda do “exclusivismo metropolitano” e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e que se internalizasse as decisões de investir. O momento do surgimento da economia cafeeira, quer dizer, sua simultaneidade com a Revolução Industrial, a precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado Nacional e, ademais, a existência de recursos produtivos, explicam porque se efetivou esta possibilidade mantendo-se o controle nacional do sistema produtivo. (MELLO, 1988, p. 58).

Sem desconsiderar que há modificações importantes inauguradas pela economia cafeeira, sobretudo o emergir de uma burguesia brasileira como vimos, o argumento de Cardoso de Mello não leva em consideração outros aspectos. Em nosso entendimento, só se alcança tal formulação quando se exclui os outros atores e capitais que atuaram na economia brasileira do período. É certo que havia indivíduos com capital e capacidade para dar algum impulso à economia cafeeira, assim como recursos disponíveis e uma real demanda externa. No entanto, havia também a atuação do capital estrangeiro fornecendo empréstimos e atuando sobre a comercialização do produto – de forma quase exclusiva – e implementando a infraestrutura que potencializou a exportação do café.

Caio Prado Jr. identifica o elevado aumento da participação do capital externo na economia brasileira:

Até 1852 eles tinham sido apenas quatro, na importância total de uns dois e meio milhões de libras. Depois daquela data eles se multiplicam rapidamente; até o fim do Império o Brasil contratará na Inglaterra mais onze empréstimos num valor global de 60 milhões de libras. (PRADO JR., 2010, p. 170).

Tal fato demonstra que a burguesia cafeeira convivia com as intervenções do capital estrangeiro, sobretudo inglês. Trata-se de uma situação típica do período, a saber,

a efetivação do imperialismo que tem na Inglaterra seu maior expoente. É correto dizer que a burguesia brasileira surge diante do imperialismo:

A burguesia brasileira não é uma burguesia qualquer, uma burguesia do tipo clássico, por exemplo, como a inglesa, a americana, a francesa: é uma burguesia que surge na fase imperialista. Sem situar devidamente essa correlação, não é possível apreciar a gênese e o crescimento da burguesia brasileira: um fenômeno condiciona o outro, são unidos, inseparáveis, contraditórios. (SODRÉ, 1964, p. 161).

Perceber esse movimento ajuda na análise da trajetória e do destino dessa classe social. Nota-se em sua emergência o vínculo com o capital externo, não somente, e esse é ponto, como um empecilho ao seu desenvolvimento e para a acumulação de capital, mas também como impulsionador de ambos.

O imperialismo do século XIX não agirá na maior parte da América Latina como agiram os colonizadores espanhóis e portugueses. A sua atuação – tendo como referência principal a Inglaterra – será a de impor uma divisão internacional do trabalho – que não altera a essência do vínculo da América Latina ao mercado mundial – e de transferir capital para os países da periferia. Trata-se de um impulso globalizante “que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido” (HOBSBAWM, 2011, p. 106). Nessa rede de integração, a função dos países não desenvolvidos é bem definida:

O desenvolvimento tecnológico [dos países centrais, sobretudo Inglaterra e depois Estados Unidos] agora dependia de matérias-primas, que devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profundamente em lugares remotos. O motor da combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo, da borracha. (HOBSBAWM, 2011, p. 107)

Um dos grandes exportadores de borracha foi o Brasil no período, mas incomparável ao café, pois, “Independentemente das exigências de uma nova tecnologia, o crescimento do consumo de massa nos países metropolitanos gerou um mercado em rápida expansão para os produtos alimentícios.” (HOBSBAWM, 2011, p. 108). A produção cafeeira, no Brasil, se projeta para suprir essa demanda, estabelecendo assim fortes vínculos comerciais, principalmente para o mercado inglês e norte americano (MELLO, 1988). Embora, a condição política tenha se alterado com a independência, a condição colonial não é alterada, a saber, como já apontamos, a de fornecedores de bens primários para o desenvolvimento das grandes potências. O café e todo o impulso interno que o segue é resultante dessa “gaiola da especialização internacional”, como diz Hobsbawm (2011).

A ação do imperialismo não se reduz à demanda por bens primários. Ele interfere internamente na comercialização do produto através de sua potência financeira. Isso devido à característica do imperialismo de exportar não somente mercadorias, mas também capitais. Como apontou Lenin (2010), a relação entre os países centrais e periféricos ocorre pela exportação de capitais e os benefícios que tais transações podem trazer, o Brasil serve de exemplo:

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção das estradas de ferro brasileiros realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se operações financeiras relacionadas com a construção de estradas de ferro, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária. (LENIN, 2010, p. 65).

A importância da ferrovia é inquestionável, ela supera entraves logísticos e acelera o escoamento da produção. Sabe-se que o motor do desenvolvimento da ferrovia se encontra na Inglaterra do século XIX, “idade do ferro” (HOBSBAWM, 2011). Entende-se o interesse imperialista em construir vias férreas em quase todo canto do mundo: exportava o capital excedente, recebia com juros o valor investido, e ainda conseguia vantagens comerciais:

Duzentos mil quilômetros de novas vias férreas nas colônias e outros países da Ásia e América significam mais de 40 bilhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço etc. etc. (LENIN, 2010, p. 96).

No Brasil, a recepção de capitais e do impulso ferroviário não é visto com maus olhos. Pois, no caso do café, “O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não seria possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional.” (PRADO JR., 2010, p. 2010). Aqui reside a *positividade* do imperialismo para impulsionar os negócios do café, além dos empréstimos para financiar a lavoura e comercializar o excedente, destaca-se os investimentos em infraestrutura, sobretudo as ferrovias

Tudo o que ocorria no mundo, tinha efeito no Brasil. Esses efeitos eram mais profundos à medida que o século avançava: na sua primeira metade, dependentes da economia inglesa, éramos clientes de seus banqueiros; na segunda metade, não apenas isso, também área de aplicação de capitais. Capitais que se aplicavam aqui principalmente na construção e na exploração ferroviária, no domínio da navegação marítima, que lhes permitia controlar o transporte de nossa produção, auferindo lucros na exportação e penetrando profundamente o território com a importação. (SODRÉ, 1964, p. 163).

Evidente que a presença do capital imperialista causou revolta aos indivíduos conscientes da gravidade da situação²⁷ dada a extrema transferência de recursos para a Inglaterra. Contudo, é nessa fase de forte presença dos capitais estrangeiros que a acumulação interna de capital encontra índices inéditos. Não faltam dados, talvez o mais relevante seja o superávit da balança comercial entre 1880 e 1920, contando apenas com três períodos de déficit (1885-86, 1913, 1920) (SODRÉ, 1964).

Mesmo sob a ofensiva imperialista não se pode desprezar o fato de que existam agentes internos calculando e decidindo quais os melhores investimentos e as relações de trabalho, característica de uma emergente burguesia. Serão esses indivíduos que alocarão recursos e explorarão mão de obra de modo a aumentar a lucratividade e concentrar a renda. E são eles que enxergam benefícios econômicos na associação com o imperialismo, tanto pelos investimentos que esse traz, quanto por sua potência comercializadora.

As “vantagens” dos investimentos estrangeiros podem ser assim sintetizadas:

[...] que se aplicavam sobretudo na implantação da infraestrutura de ferrovias e portos, necessária para a própria reiteração da “vocação agrícola” do País. Este elemento tem um efeito substancial na composição da dívida externa do País e influi, portanto, na determinação da taxa de câmbio. A implantação da infraestrutura de transporte significou, sem dúvida, um aumento da produtividade do trabalho do setor agroexportador, e a velocidade de sua implantação nos últimos decênios do século XIX e primeiros do século XX responde também pelo aprofundamento da “vocação agrícola” do País. Dificilmente, tanto a importância que o café chegou a ter na economia brasileira, quanto o próprio papel da economia brasileira na divisão internacional do trabalho do capitalismo, típica dos fins do século XIX e que se prolonga virtualmente até a Segunda Guerra Mundial, poderiam ter sido os mesmos sem as profundas modificações no sistema de transportes: a “tropa de burros” havia ficado definitivamente enterrada nos desvãos da história da acumulação originária. Portanto, o incremento da produtividade do trabalho obtido com o melhoramento do setor de transportes e corporificava no valor dos produtos da agroexportação, aumentando substancialmente também a massa de valor via incremento das quantidades produzidas exportadas (OLIVEIRA, 1977, p. 21)²⁸.

²⁷ Na câmara dos deputados discursou Alcindo Guanabara: “Há de fato um mistério, o mistério da nossa progressiva miséria. Somos um povo que trabalha, um povo que produz, que tem por assim dizer monopólio virtual de dois gêneros indispensáveis e não vemos o fruto de nosso trabalho, não gozamos o resultado de nossa produção, somos cada vez mais pobres.” (GUANABARA, in: SODRÉ, 1964, p. 168).

²⁸ Testemunha do período, Monteiro Lobato não deixou de notar tal vinculação. Ao procurar investir em novas tecnologias no setor de fundição inspirado por inovações feitas pelos Estados Unidos, o autor percebeu os avanços promovidos pelas inovações do transporte que impulsionaram o setor cafeeiro, sem deixar de apontar criticamente que tal feito se deu com capital estrangeiro: “Quando dizemos que São Paulo produz café, significamos que São Paulo realiza a série de operações de transporte por meio das quais o café chega às mãos do consumidor. Plantando o cafeeiro, utilizou-se de um certo vegetal para transportar da terra e do ar certos princípios indispensáveis às coisas que chamamos café. Colheita é o transporte dessa coisa da árvore ao balaio. Depois vem o transporte em burros ou carroças até os terreiros. O beneficiamento é transporte do estado de café em casca ao de café descascado. Vem depois o transporte por trem ao porto

Os empréstimos também eram frequentes e impulsionavam a produtividade do café e demais setores exportadores. A burguesia cafeeira se fortalece – e isso não quer dizer que seja sem intensos conflitos, dado o controle que os estrangeiros possuem na comercialização dos produtos exportados – com a participação do capital externo. Dizer que a burguesia brasileira é fruto da fase imperialista é também dizer que essa se fortalece com suas inversões. A burguesia cafeeira reflete a condição de dependência. Assim como as alterações econômicas são impulsionadas pelos grandes centros capitalistas, o seu crescimento também ocorre em associação com o imperialismo. As transformações que ocorrem nas classes sociais respondem às imposições do capitalismo central. O próximo passo é demonstrar que existe um esforço da burguesia brasileira para que as transformações sociais e políticas internas atendam seus interesses. Se por um lado a burguesia brasileira é resultado do imperialismo, por outro, é necessário um rearranjo interno para garantir a sua expansão econômica e o seu poder político.

2.5 – O “atraso” como potência: forma particular de exploração do trabalho

A burguesia dependente para compensar as perdas no comércio com os países centrais, necessita aumentar a intensidade do trabalho ou prolongar a jornada de trabalho. A burguesia cafeeira atuou para que ocorressem transformações sociais que permitissem a vigência dessas formas de exploração do trabalho. É na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre que a predominância do burguês ganha contornos mais nítidos, assim como as relações de exploração do trabalho. As chamadas formas “pré-capitalista de relação laboral” – se referindo ao colonato – é resultado da própria ação racional burguesa diante das condições geradas por um capitalismo efetivado em uma ex-colônia. Manter relações sociais “não capitalistas” é uma forma de intensificar as próprias relações capitalistas, ou como prefere José de Souza Martins, ao se tratar das fazendas de café e da organização do trabalho na forma de colônias, “a produção capitalista de relações não capitalistas de produção”:

Em suma onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade

de embarque. O transporte de navio ao país consumidor.” A parca produção interna de ferro seria um dos entraves ao desenvolvimento e à autonomia do país, “Onde estava essa riqueza-café? No ar, no solo, no clima, mas em estado de possibilidade, até que o ferro, criando o transporte, a fizesse passar a realidade. Foi até agora a única riqueza que criamos, mas onerando-a tremendamente, sem o percebermos, com a compra a crédito do ferro que a indústria do café exigiu. Nunca atentamos nisto e é coisa seríssima.” (LOBATO, 2010, p. 37).

capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não o sendo plenamente, a sociedade ainda organizada com base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos. É nos marcos dessa lógica híbrida que nasce, na mesma época do nascimento do colonato no café, a peonagem e o regime do barracão na economia da borracha, na Amazônia. Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismos de acumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária. Em ambos os casos, *o próprio empresário criou inventivamente ajustamentos econômicos que lhe permitiam ganhar como capitalista e pagar como senhor de escravos, embora livre da renda capitalizada representada pela imobilização de capital no verdadeiro escravo*, uma tênue mudança em relação ao regime de escravidão. (MARTINS, 2018, p. 37, grifos nosso).

Se a análise de Martins foca na sobrevivência da forma que ele considera pré-capitalista de relações sociais, para nós tais relações são recursos mobilizados pela burguesia cafeeira que lhes garantem significativas vantagens econômicas. Ou seja, são as relações capitalistas que orientam o regime de colonato, tendo o fazendeiro como principal agente. São as relações gerais capitalistas que se valem das formas “atrasadas” e não essas que predominam ou necessariamente convivem com as capitalistas.

É possível notar a vigência e relevância dessas formas atrasadas em dois aspectos da relação com o regime de colonato. O primeiro se refere à liberdade que o colono tem em negociar os termos do contrato. Evidente que isso não quer dizer que seus interesses sejam atendidos e que goza de poder de negociação, mas que se encontra em uma situação de recusar contratos e avaliar outras possibilidades, algo típico das relações capitalistas. O segundo é que a produção de sua subsistência, ou seja, as partes de terras em que pode produzir para si e sua família, está sujeita às relações mercantis, na relação da produção do café com o mercado mundial. Quando a demanda internacional aumentava, as áreas destinadas à reprodução da força de trabalho diminuía ou eram extintas predominando a forma salário. Ainda, nas fazendas mais produtivas predomina o pagamento monetário. Em síntese, seja qual for a forma de remuneração, o caráter capitalista de remunerar a mão de obra prevalece na agropecuária brasileira: “Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza.” (PRADO, JR, 1979, p. 66).²⁹

²⁹ Não se trata de mera constatação, mas sim de uma forma peculiar de desenvolvimento capitalista e de ação burguesa. Como veremos, se até a efetivação da industrialização, na década de 1950, o “atraso” era necessário à emergência do moderno, no capitalismo em crise estrutural, é o moderno que é funcional ao capital, pois cada vez mais vem se despidendo de qualquer valor humanizador. Manter regimes de colonato, barracão e peonagem, marginalidade entre outros, foi funcional ao capitalismo em efetivação, agora efetivado são cada vez mais os valores modernos e futuristas que são exaltados pela burguesia, pois estes,

A substituição do escravo africano por imigrantes europeus se insere num quadro de racionalidade burguesa. Era menos custoso arcar com suas despesas de viagem do que o risco com a importação de escravos, e o mais significativo, não se tratava ainda de um trabalhador livre assalariado como requerido pelo moderno capitalismo, mas percebido pelo fazendeiro como uma propriedade, já que arcava com os custos de sua migração, o que, frequentemente, gerava uma submissão por dívida. Isso estava incluso no cálculo burguês, aumentavam a produtividade do trabalho com o custo inferior ao da importação dos escravos.

A questão da invenção de relações de trabalho substitutivas do escravismo nos cafezais de São Paulo é significativa indicação de quanto sabiam os fazendeiros em relação à intensidade da exploração do trabalho que queriam adotar em função da acumulação de capital que por meio queriam alcançar. (MARTINS, 2018, p. 55).

A invenção de formas de trabalho que não se pautam exclusivamente pelo assalariamento, não é uma sobrevivência de formas pré-capitalistas, mas o arranjo criado para a acumulação de capital diante da oportunidade aberta com o fim da escravidão. Trata-se, o colonato, da forma de organização e exploração do trabalho elaborada pela burguesia cafeeira para se projetar como força econômica e política com base em sua vinculação com mercado mundial. Nada há, portanto, de pré-capitalismo ou de feudalismo.

Os fazendeiros paulistas do chamado oeste novo eram empresários capitalistas não porque fossem simplesmente capazes de adotar relações mais modernas de trabalho do que as da escravidão (como se tem dito), mas porque foram capazes de adotar as relações mais atrasadas e mais baratas que podiam na circunstância do trabalho livre inevitável [...] Portanto, como estruturalmente já ocorrera com a escravidão, a junção do máximo de atraso possível nas relações de trabalho com o máximo de adianto possível no emprego capitalista do capital dela extraído. (MARTINS, 2018, p. 56).

Entende-se, assim, que a utilização de escravos nas primeiras décadas da expansão cafeeira – incluindo o oeste paulista – não representa a ausência de uma burguesia como pensa Gorender (1980), mas a imposição das negociações e do cálculo capitalistas sobre as formas “atrasadas”, já que o fim da produção era a acumulação e valorização de capital. A burguesia emergente soube aproveitar os recursos disponíveis (escravos) e encontrou a melhor forma de substituí-los (colonos).

tanto quanto os demais, e de forma mais intensa, avançam sobre o trabalho, aumentando a precarização social.

O “atraso”, neste caso, é resultante do próprio desenvolvimento capitalista e da ação burguesa. O fortalecimento e a manutenção de formas específicas de trabalho livre também receberam apoio estatal, que era majoritariamente conduzido por grandes fazendeiros. Atendendo a reclamação do setor, o Estado assumiu os custos com a viagem e até estadia dos colonos criando as colônias oficiais. Fato que simboliza tanto o interesse estatal na exportação do café, produto de relevância para a balança comercial, quanto a potência política do setor cafeeiro paulista, que tirava de sua responsabilidade os investimentos iniciais para a formação de mão de obra para os cafezais (MARTINS, 2008).

O Estado liberava a burguesia cafeeira do adiantamento inicial com a mão de obra, que existia tanto com o escravo quanto com as primeiras formas de trabalho livre. O passo seguinte era como incorporar da melhor maneira e em maior quantidade esse incentivo estatal, o cálculo burguês foi certo. Teriam mais trabalhadores ao seu dispor na medida em que tivessem mais terras para empregá-los:

De fato, uma doação do Estado que, livrando o fazendeiro dessa despesa, o liberava da imobilização improdutiva de parte de seu capital na aquisição de mão de obra. Ora, a forma de incorporar essa modalidade de capital ao processo produtivo era a abertura de novas fazendas, a ampliação de cafezais. (MARTINS, 2018, p. 60).

Toda reivindicação acerca dos custos e falta de braços para a lavoura que marcaram o final do século XIX, assim como a forma transitória assumida pelos colonos entre as fazendas, “[...] constituía, na verdade, o meio de pressão para uma permanente obtenção do subsídio disfarçado, na imigração subsidiada, que ampliava a oferta de trabalhadores em relação à procura.” (MARTINS, 2018, p. 61). Assim, “Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café.” (MARTINS, 2018, p. 62). Estamos diante de um impulso burguês dentro do setor agroexportador. Submisso às imposições exógenas, mas utilizando-a, assim como as condições internas, a seu favor. Obtendo, e isso é decisivo, elevado poder político interno, mesmo que economicamente considerado submisso aos imperativos do capital internacional. Tais condições somadas à elevada exploração do trabalho garantida pelo regime semi-assalariado, caracterizava a supremacia da burguesia cafeeira de São Paulo.

O colonato pode ser entendido como exploração do trabalho sob o capitalismo. Um dos aspectos mais significativos que apontam nessa direção é o fato de o trabalhador, em regime de colonato, ter que produzir os seus meios de subsistência, ou seja, de reprodução da força de trabalho, com base em uma extensão da jornada de trabalho. O

que difere da forma salarial, na qual na própria jornada contratada o trabalhador já tem a sua reprodução relativamente assegurada. Este fato, na formação dos cafezais, gerou uma inversão importante: “Não era o fazendeiro que pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro pelo direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase dessa formação.” (MARTINS, 2018, p. 66).

O colono tinha consciência de sua dupla jornada, tanto que preferia trabalhar em cafezais novos que permitissem que a produção de seus alimentos ocorresse próximo às fileiras dos pés de café, dessa forma, concomitante ao trabalho para o fazendeiro produzia seus alimentos, reduzindo assim o tempo de trabalho dedicado à subsistência, contudo, intensificando o trabalho nos cafezais. Por outro lado, um aumento na quantidade de horas no trato dos cafezais tenderia a reduzir o tempo dispendido à reprodução do colono.

Há uma junção entre as determinações estruturais e a ação de uma burguesia em ascensão que se aproveita de tal estrutura e de relações arcaicas de trabalho para exercer pleno domínio sobre o tempo de trabalho alheio:

Enquanto, regularmente, supõe-se que a atividade inicial do trabalhador corresponde a tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador e o restante a tempo de trabalho excedente, a ser apropriado pelo capitalista, na fazenda ocorria o inverso. O fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se residualmente ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução como produtor de excedente. (MARTINS, 2018, p. 76).

Se trata de um agente econômico que ao mesmo tempo que se vê diante de entraves, tem capacidade econômica e política para encontrar caminhos para garantir seus interesses de classe e predomínio político. Seja reforçando as condições associadas ao “atraso”, explorando oportunidades e se aliando aos que lhe faziam oposição, ou em tempos mais recentes, como veremos, enfatizando o discurso da modernidade. Em uma ou em outra, o que sobressai é o predomínio sobre o trabalho e intensificação de formas de exploração. A nossa abordagem nos distancia de argumentos que enfatizam a fragilidade da burguesia brasileira, para demonstrar que, embora subordinada ao imperialismo, o seu poder interno é inquestionável.

2.6 – *A autocracia burguesa*

Não se pode ignorar a força política da burguesia agrária, em especial os cafeicultores de São Paulo. O café da região do Vale do Paraíba junto com o Rio de

Janeiro e o setor açucareiro dominaram a política brasileira de 1822 até 1888. Depois, e isso foi cristalizado na primeira república, existe a hegemonia dos fazendeiros do oeste paulista em associação com setores dominantes de Minas Gerais (IANNI, 2004). Junto ao predomínio político interno, a burguesia cafeeira convive com a dependência do capital externo. Posição dúbia, mas complementar, que marca a história da burguesia brasileira.

Os cafeicultores do oeste paulista, na primeira república, estenderam seu domínio regional ao nacional, assim se entende as diversas intervenções governamentais em benefício do setor, principalmente as frequentes políticas de valorização do café. As intervenções governamentais, distantes das teses liberais, incomodavam os demais setores exportadores, contudo, o bloco no poder não sofria séria ameaça. A exportação de café era o principal componente econômico do país. (FAUSTO, 2006).

Os diversos mecanismos de valorização do café não se restringiam ao apoio governamental, contavam também com os negociantes estrangeiros. A superprodução aberta pelas novas terras com enorme potencial produtivo, somadas às novas tecnologias, exigiam o controle do estoque para impedir a desvalorização do produto. O capital estrangeiro agia na compra do excedente, estocagem e venda a preços vantajosos. Isso podia ser feito com empréstimos direto aos fazendeiros – com intervenção e facilidades governamental – ou pela aquisição direta pelos negociantes estrangeiros, principalmente ingleses (FAUSTO, 2006).

A burguesia cafeeira do oeste paulista gozava de ampla influência nas esferas de poder, tanto interna quanto externa. Em seus negócios contavam com a proteção governamental e com a potência financeira externa. Nota-se que estamos distantes de uma fração burguesa débil, mas diante de uma burguesia plenamente dotada da racionalidade capitalista moderna – que se vale dos “benefícios” do “atraso” - e de influência nas esferas decisórias. Uma classe que sabe muito bem agir para expandir os seus negócios, conciliando proteção governamental com os eventuais benefícios do capital estrangeiro.

A predominância da burguesia paulista na primeira república e sua ação para expandir suas atividades é o que permite perceber nela a vanguarda da burguesia brasileira. Não que não houvessem outras frações da burguesia agrária – a do açúcar direcionado ao mercado interno, a produção pastoril do Sul, o cacau na Bahia, a borracha na Amazônia - contudo, é a burguesia paulista que consegue atingir um patamar de hegemonia e direcionar governos à atender seus interesses (FAUSTO, 2006). A burguesia agrária - em especial seu bloco paulista - não é simpática à democracia, gozava de poder

econômico e político sem abrir espaços para contestações. Com ela já evidenciamos o caráter autocrático da burguesia brasileira como característica fundamental.

A autocracia da burguesia agrária, não deve ser reduzida somente a uma opção política, mas compreendida em acordo com o modelo de acumulação de capital do campo brasileiro. Fortalecer o avanço das relações típicas capitalistas na esfera do trabalho e potencializar a participação política dos trabalhadores significava limitar o modelo de acumulação vigente. O avanço do setor agrário, mesmo seu polo mais avançado, “moderno”, convive com o “atraso”, tanto nas relações trabalhistas quanto na participação política, na medida em que este é funcional para a manutenção do *status* privilegiado, e de uma acumulação de capital com base na superexploração do trabalho. O setor mais moderno, no meio rural brasileiro, é o que agirá para impedir alteração significativas:

Esse é o aspecto crucial do dilema rural brasileiro. A revolução do mundo agrário - mesmo em sentido puramente capitalista e “dentro da ordem” - não esbarra só na chamada “inação das elites econômicas, culturais e políticas”. Ela é bloqueada por uma verdadeira muralha que nasce dos interesses dessas elites em manter o *status quo* e dos interesses mais específicos dos setores privilegiados do meio rural, efetivamente empenhados na reprodução social do trabalho que de todo não chega a transformar-se em mercadoria ou que somente chega a transformar-se numa mercadoria extremamente depreciada. Nessas condições, torna-se impossível qualquer modalidade de revolução agrícola ou “reforma agrária” e, o que é pior, são os estratos “mais modernos”, “ativos” e “influentes” que encabeçam a cruzada contra qualquer mudança, que possa alterar a “estrutura da situação” ou simplesmente ameaçar seu poder de decisão e de dominação. Daí resultam modalidades seletivas e refinadas de resistência à mudanças, que são “racionais” e “inteligentes” em um sentido puramente egoístico e particularista, mas que são sociopáticas do ponto de vista das camadas sociais prejudicadas, da eficácia e universalidade de um padrão capitalista dinâmico de desenvolvimento econômico e do equilíbrio de crescimento da sociedade nacional como um todo. (FERNANDES, 2008b, p. 187).

Resistir às mudanças, mesmo dentro da ordem, significa estabelecer um marco predatório de acumulação de capital. A manutenção de relações que se distanciam do modelo ocidental – o “capitalismo moderno ocidental” - principalmente na esfera do trabalho, requer uma racionalidade particular, que não vê contradição em manter relações de “atraso”. Trata-se de um marco para caracterizar a burguesia brasileira, não se restringindo, como ainda veremos, à sua fração agrária. Uma burguesia que encontra na manutenção das formas tradicionais a sua existência econômica:

Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução social do trabalho não-pago, semipago ou pago de modo ultradepreciado. Tocar nas condições que dão continuidade inexorável a desigualdades tão extremas e chocantes seria o mesmo que destruir a viabilidade de economias agrárias que não conseguem mercantilizar a força de

trabalho, incorporando-se totalmente ao mercado interno. (FERNANDES, 2008b, p. 188).

A principal forma adotada para impedir mudanças significativas é restringir a participação política da massa rural. A primeira República teve sucesso em tal missão. A extensão do poder dos cafeicultores paulistas para o âmbito nacional contribuiu para manter as relações de trabalho e a questão da democracia sem alterações essenciais. Além de não participar das eleições diretamente, a massa do campo não podia também se mobilizar politicamente. Os artigos 205 e 206 do Código Penal de 1890 tipificavam, sob pena de prisão, o abandono do trabalho e a participação em greves (COMPARATO, 2018). Quando ocorriam, as reivindicações dos trabalhadores se dirigiam a questões basilares de sua reprodução, como exemplifica a pauta da greve de 1917:

[...] abolição do caráter criminal das associações sindicais; extinção do trabalho de menores de 14 anos nas fábricas e oficinas; vedação do trabalho noturno para as mulheres e os trabalhadores menores de 18 anos; jornada de oito horas, quando ela era na generalidade de mais de 13 horas; aumento em 50% do salário por trabalho extraordinário. (COMPARATO, 2018, p. 159).

Reivindicações que esbarravam na repressão policial, pois eram consideradas “caso de polícia”. As instituições políticas estaduais e regionais funcionavam em acordo com os ditames do governo central controlado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, totalmente interessadas na manutenção do *status quo*, aspecto que dificultava alterações políticas significativas também em âmbito estatal e municipal. Na medida em que o poder regional para se manter deve estar em sintonia com a esfera federal, a palavra de ordem “questão social é caso de polícia” repercutia em diversas esferas do poder. Em síntese:

A oligarquia da época jamais deixou iludir sobre o sentido real dos conceitos de soberania popular ou de direitos de cidadania. Em seus escritos e discursos, a retórica democrática não passava de um grosseiro disfarce ideológico; o que não impediu, porém, que esse período inicial de governos republicanos fosse marcado por grande agitação popular e vários levantes populares. (COMPARATO, 2018, p. 162).

Se em geral a postura da burguesia e dos governos não incorporam as demandas dos trabalhadores, esse quadro se agrava nas relações de trabalho no campo brasileiro até 1930. Não se pode dizer, de forma simplista, que o Estado foi omissivo em relação ao trabalhador rural, mas podemos afirmar que tratou de fechar suas portas à entrada do proletariado rural. Houve diversas iniciativas para regular o trabalho no campo, principalmente em relação aos colonos do oeste paulista, mas, concomitante, também houve um completo descaso quanto aos seringueiros da Amazônia, por exemplo (IANNI,

2004). Embora com uma legislação que regulasse o trabalho dos colonos, essa é resultado de diversas tensões e conflitos entre a burguesia cafeeira, os colonos e o Estado:

Não é necessário narrar aqui a longa luta social e diplomática que antecedeu e acompanhou a criação do regime de trabalho livre de colonato. Houve fugas de imigrantes das fazendas; retorno de imigrantes aos países de origem; também protestos pela imprensa e meios diplomáticos. Inclusive interrupções nos fluxos migratórios, devido aos maus-tratos a que foram submetidos os imigrantes das primeiras épocas, à escravidão disfarçada ou aberta que lhes impunham. O que é necessário registrar aqui é que o contrato de trabalho é o resultado de um processo de tensões, lutas, negociações, no qual envolveram-se fazendeiros, colonos e governos. Tantas foram as tensões, lutas negociações, que no Brasil o sindicalismo rural surge nessa época. (IANNI, 2004, p. 28).

É certo que o sindicato é um efetivo meio de organização e de luta dos trabalhadores, contudo, no período citado, ele esbarra na repressão e no descaso do poder público. Como vimos, uma das pautas da greve de 1917 é a “abolição do caráter criminal das associações sindicais”. Dessa forma, a vulnerabilidade do colono e demais trabalhadores rurais ainda é presente:

A despeito da progressiva formalização das relações de produção na cafeicultura do Oeste paulista, a massa de colonos, com os seus familiares, estava submetida ao mando e, muitas vezes, ao arbítrio do fazendeiro. Em suas herdades, o fazendeiro se considerava um soberano absoluto. Os colonos queixavam-se de que os seus filhos ficavam sem escola, apartados da sociedade, analfabetos, quando os pais já possuíam alguns rudimentos de leitura. Também reclamavam contra as multas que os fazendeiros e os seus administradores lhes impunham, além de protestar contra os preços abusivos cobrados pelos armazéns das fazendas. As tensões entre colonos e fazendeiros provocaram greves de colonos, incêndio e assassinatos (IANNI, 2004, p. 28).

O âmbito político institucional não é favorável às demandas dos trabalhadores rurais, nem mesmo àqueles que dispõem de alguma regulamentação, como o colonato. Um exemplo é que o poder do fazendeiro se confunde com o poder público. A cafeicultura é o setor mais dinâmico e lucrativo deste período, o interesse e a eficácia do poder público se relacionam e dependem do que ocorre nas fazendas de café. Há uma conciliação entre as relações de produção nas fazendas, em regra desfavoráveis aos trabalhadores, e a política implantada. Não é difícil entender a omissão do poder público diante dos reclames dos trabalhadores rurais, ou ao menos a não efetividade de suas próprias leis quanto à alterações significativas nas relações de trabalho, por mais que se instaurem decretos, eles

[...] não afeta[m] as relações de produção no campo, que se organizavam em termos do Decreto n.º 979 e dos contratos de colonato que fazendeiros e sitiantes acertavam entre si. Mesmo porque as tensões, lutas e negociações entre fazendeiros, colonos e governos seguiam um curso muito especial, ditado pelas exigências da reprodução do capital na cafeicultura. Tanto assim que a Lei n.º 1299-A, de 27 de dezembro de 1911, do governo do Estado de São

Paulo, cria o *Patronato Agrícola*, com a finalidade de “auxiliar as execuções das leis federais e estaduais no que concerte à defesa dos direitos e interesse dos operários agrícolas.” O Patronato é subordinado ao secretário da Agricultura e tem sua sede na capital do Estado de São Paulo. (IANNI, 2004, p. 30).

Agrava a situação quando o fazendeiro é também o poder público. Ianni ao estudar o caso de Sertãozinho – cidade do denominado Oeste Paulista que teve expressão significativa na produção cafeeira – identifica que a mesma família que detinha a maior produção de café da cidade também a administrou em diversas ocasiões.

Nessas ocasiões, o poder político-econômico da burguesia cafeeira era exercido de forma quase monolítica. A interpretação dos direitos do proletário agrícola – pelo fazendeiro ou representantes do poder público – era realizada segundo os interesses e a posição de força da burguesia agrária. (IANNI, 2004, p. 31).

O poder da burguesia cafeeira ultrapassava o âmbito regional e atingia a esfera federal. Os interesses econômicos do país estavam entrelaçados ao sucesso da empresa cafeeira. Possíveis questionamentos que interferiam na forma de acumulação do setor repercutia, eventualmente, nos interesses econômicos do país. Não há nada, neste cenário, que aponte para a incorporação efetiva dos trabalhadores rurais nos processos de decisões políticas. Ao contrário, trata-se, efetivamente, de fechar o circuito para à sua participação restringindo seu *status* de cidadania:

Na escala de “cidadania” – e no Brasil há uma larga escala de cidadãos de primeira, segunda e diversas outras classes – trabalhador rural está sempre nos últimos lugares. Na medida em que a ideia de sociedade civil implica a de povo, cidadão, opinião pública, sufrágio, representação etc., o camponês e operário rural continuam sendo colocados nas lonjuras, à parte, como membros de uma espécie de segunda sociedade. (IANNI, 2004, p. 246).

Passagem da década de 1980, em que as relações no campo, no que se refere a incorporação social e garantias de direitos, não se completam. Tal fato é elucidado pela forma efetiva em que o Estado lhe dá com as movimentações sociais dos trabalhadores rurais, a saber, historicamente repressoras e violentas:

Mas toda essa luta passa pela ação estatal; diretamente, pelas políticas, diretrizes, atuações, empresas governamentais; indiretamente, pela sua deliberada omissão. Assim como Canudos foi destruída por forças militares, muitos são os núcleos de posseiros que são combatidos, ou destruídos, por grileiros, jagunços, pistoleiros, policiais. Em todos os casos, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, do século XIX ao presente, o poder estatal está atuando, ou omitindo-se, em favor dos grandes proprietários rurais e os seus aliados na indústria (IANNI, 2004, p. 252).

O descaso com as condições de vida da população rural marca o período em que a produção voltada à exportação é pilar da economia do país. É o setor mais rico que convive, na mesma localidade, com os mais pobres e vulneráveis. Tal situação é a imagem

da forma predatória de acumulação combinada com a ausência de disputa política institucional. Até mesmo os colonos que em comparação com outros setores se encontravam em situação menos vulnerável sofriam com a corrosão do salário (BARBOSA, 2008).

Diante da impermeabilidade das esferas de poder à participação dos trabalhadores rurais e da relação individualizada na relação contratual de trabalho, as greves não eram constantes, mas ocorriam. Um exemplo é a de 1913 em Ribeirão Preto, “[...] em virtude da queda dos salários reais e da destruição do uso de terras para a plantação de cereais. Cerca de 10 mil trabalhadores pararam. O Patronato Agrícola decretou que os contratos eram legais e os fazendeiros se uniram para defender seus interesses.” (BARBOSA, 2008, p. 186). O fato representa uma síntese da luta política do período e ação burguesa para manter o *status quo*. A greve dos trabalhadores rurais, neste caso, foi motivada pela degradação das condições de vida. Foram afetados nas duas formas de remuneração por seu trabalho, a monetária e a que garantia sua reprodução. O desfecho da mobilização demonstra efetivamente o baixo nível de abertura política para a participação dos trabalhadores rurais, distantes das esferas de decisão.

O ponto de chegada é identificar como que as relações burguesas se efetivam no país convivendo com as formas consideradas “pré-modernas” e “atrasadas”. A burguesia brasileira atuou para transformar o que poderia ser considerado como impedimento para a instauração de um moderno capitalismo em importantes vantagens para se fortalecer diante da concorrência global. Seja na preservação de formas de trabalho semi-assalariadas que conviveram com a assalariada, seja em encontrar nas ações do imperialismo não um adversário a ser superado, mas um impulsionador de seus negócios e interesses. A fração cafeeira da burguesia brasileira, ou seja, a primeira manifestação de classe da burguesia no país, exemplifica muito bem essa dimensão. Transforma as formas de exploração do trabalho – escravo, colonato etc. – em vantagens econômicas para continuar sua expansão. Não é diferente em suas relações com o imperialismo: é para lhe servir – exportação de café para os grandes centros – e com seu financiamento e participação na construção da infraestrutura necessária, que a burguesia cafeeira se fortalece. Tal força – muito diferente de uma burguesia débil – é nítida na forma autocrática de exercício do poder, utilizado para impedir a emergência de horizontes de expectativas que apontassem para um caminho alternativo. Evidente que as consequências dessa condição conservadora e subordinada não demoraram a aparecer, resultou na ausência de controle sobre os seus próprios negócios. No entanto, para uma

burguesia periférica, o que parece ser mais importante é se manter e melhor se posicionar no capitalismo global e não, necessariamente, o controle dos negócios.

O horizonte de expectativas da burguesia brasileira será afetado diretamente por sua condição conservadora e subordinada. As vantagens encontradas na manutenção dessas condições resultaram em uma burguesia que utiliza sua potência para que não ocorram alterações econômicas estruturais. As transformações ocorrem na medida em que há mudanças nas relações com os países imperialistas e por eventuais pressões de frações da burguesia. As concessões ao trabalho – quando emerge movimentos contrários oriundos da classe trabalhadora e de organizações populares – se dão na medida em que não afetem o modelo instaurado pela burguesia brasileira. Um bom exemplo é entender o golpe de 1964 não somente como uma articulação política ou como uma disputa entre campos ideológicos opostos, mas também como impedimento aos ganhos reais que a classe trabalhadora havia alcançado no período pré-golpe (CHASIN, 2000).

O capitalismo se expande e sofre importantes alterações, afetando, evidentemente, a burguesia e a sociedade brasileira. Alterando a posição ocupada pelas frações burguesas na economia interna, mas também, a sua participação no capitalismo transnacionalizado a partir da década de 1970, principalmente. No entanto, essas transformações não resultam em mudança de postura da burguesia e muito menos em sua perspectiva. Veremos no capítulo seguinte a expansão transnacional do capital e seus impactos sobre a economia e burguesia brasileira. Teremos a emergência de novas frações da burguesia brasileira, com elevado poder econômico e político, no entanto, essas conseguem sua ascensão mantendo as condições citadas e se alinhando ainda mais aos imperativos dos capitais centrais.

3 - Transnacionalização do capital e a economia brasileira

Este capítulo demonstra como as alterações globais do capitalismo, sobretudo após a década de 1970, afetaram a economia brasileira reconfigurando sua subordinação política e econômica aos países centrais. A burguesia brasileira também sofrerá os impactos das mudanças provocadas pela expansão incontrolável do capital. Por diversos caminhos, o capital encontra nos países dependentes oportunidades de se valorizar, seja por investimentos produtivos que impulsionaram a industrialização brasileira, sobretudo nas décadas que vai de 1930 até 1950, ou também pela forma financeira e especulativa, principalmente a partir da década de 1990. A burguesia brasileira será reconfigurada, as condições que afetarão as emergentes frações burguesas do país serão distintas e mais complexas do que as que agiam sobre a burguesia cafeeira, apresentada em capítulo anterior. A valorização do capital não ocorrerá somente pela via comercial, mas também pela financeira. Novos agentes econômicos serão incorporados para ampliar e reproduzir as condições necessárias para a continuidade da expansão do capital. O Brasil, em particular, terá um importante papel nesse processo, assim como sua burguesia.

O capital cada vez mais concentrado, diversificado, financeirizado se contrapõe às tentativas de “controles” nacionais. Segundo Mézáros (2014), esse é um dos aspectos da crise estrutural do capital, não há formas políticas efetivas para impor limites à expansão do capitalismo transnacionalizado. Tanto os Estados nacionais capitalistas quanto as burguesias assumem configurações específicas neste cenário. Ambos são, em essência, impulsionadores da ordem capitalista global sem deixarem de ser concorrentes. Cada Estado – através de sua política econômica e comercial – disputa espaços econômicos na esfera mundial, assim como as frações burguesas.

Não se trata de uma disputa entre iguais, a inserção no capitalismo transnacionalizado é diferente para os países do centro e os países da periferia. Uma das particularidades dos últimos é que – devido às raízes históricas, econômicas, políticas e sociais – se inserem na ordem global procurando os espaços marginais para setores específicos e sem participação efetiva nas decisões econômicas. Se para os países do centro, e suas respectivas burguesias, estão abertas oportunidades de expansão e disputas de mercado em quase todos os países capitalistas, principalmente após a consolidação da financeirização, para os países periféricos apenas setores específicos e em condições muito particulares conseguem alguma projeção internacional. Embora seus efeitos sociais, humanos e ambientais não sejam menos nocivos.

Dois aspectos devem ser enfatizados: 1) o capital transnacional não encontra uma forma de controle correspondente, os capitais fluem sem controle dos Estados, que não exercem mais essa função, ao contrário procuram cada vez mais e flexibilizar os modelos políticos que garantiam alguma regulação, ainda, intensificam o processo de transnacionalização do capital na medida em que atuam para atrair capitais, contribuindo, por meio da disputa entre Estados, para a migração de capitais de um país para outro países (MÉSZÁROS, 2014); 2) a categoria Estado soberano deixa de valer para os países periféricos, ainda conforme Mézáros (2014), soberania significa que as grandes potências se sobreponha às nações menores. Assim, por mais que se exalte a existência de centros internos de decisões, em intervenções macroeconômicas quando necessárias, está se referindo a forma de atração ou de exportação de capitais dentro da lógica já estabelecida pelas grandes disputas nos grandes centros econômicos.

Quando voltamos aos escritos de Marx, notamos que a expansão do capital não é novidade. Seu caráter inerentemente internacional já era identificado, por exemplo, no *Manifesto Comunista* de 1848. O que nos interessa mais de perto é que os principais agentes dessa expansão são as grandes empresas apoiadas pelos Estados nacionais. As burguesias dos países dependentes participam ativamente da expansão do capital em esfera global, contudo se fortalecem em setores e associações que mantêm a condição estrutural da dependência.

Quando nos referimos aos setores que se fortalecem com as associações e com a transnacionalização do capital, tratamos, para o caso brasileiro sobretudo, da indústria extrativa, do agronegócio, do setor financeiro. Na condição periférica, se encontra em forma mais grave a seguinte constatação de Mézáros: “Assim, quanto mais bem-sucedidas forem as empresas particulares em seus próprios termos de referência, tanto piores serão as perspectivas de sobrevivência da humanidade nas condições hoje prevalentes.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 258). Ainda, “A falha não está nas empresas ‘transgressoras’ particulares; a falha emana do sistema de produção estabelecido, de que as empresas são parte integrante.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 258). As burguesias são agentes da expansão e reprodução dessas falhas do sistema, no caso das burguesias periféricas essas falhas são mais nítidas e intensas.

3.1 Crise, financeirização e transnacionalização do capital

Há ampla bibliografia que aponta na crise capitalista dos anos 1970 uma inflexão no capitalismo (MANDEL, 1990, CHESNAIS, 1996, HARVEY, 2010). Destacaremos os pontos mais significativos dessa inflexão e como afetam os países dependentes. Em termos gerais: 1) trata-se de uma crise de superprodução resultante da expansão produtiva do período fordista (MANDEL, 1990); 2) a sua resolução passa por um rearranjo da esfera produtiva, portanto, uma migração do modelo fordista de produção e regulação para o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 2010); 3) ao ser uma crise de superprodução, ou seja, de excesso de capitais que não encontram mais as mesmas condições de valorização na esfera produtiva, migram ou se entrelaçam com a esfera financeira que passa, segundo algumas interpretações, a predominar sobre os demais campos da economia (CHESNAIS, 2005).

Para os países dependentes apontamos os seguintes impactos: 1) interrupção do projeto nacional-desenvolvimentista e industrializante, ou seja, o capital externo que via boas oportunidades na expansão industrial de países como Brasil, diversifica suas atuações, seguindo a cartilha da flexibilidade e migrando, em grande parte, para os investimentos financeiros (PAULANI, 2008; GONÇALVES, 2013); 2) acerca do trabalho percebe-se uma ofensiva contra direitos adquiridos nas formas de terceirização, aumento da jornada de trabalho e flexibilização das formas de contratação (ANTUNES, 2005); 3) ocorre uma alteração nas características da burguesia brasileira, não será aquela identificada com um projeto industrializante do ideário desenvolvimentista, mas as que tiveram condições de se protegerem e se fortalecerem com a nova ordem econômica estabelecida; 4) a estratégia econômica e política, adotada pelos Estados nacionais e a burguesia, é se adaptar às novas condições. Neste sentido, o final do século XX para as economias dependentes, em particular o Brasil, é caracterizado pela forma de se integrar à esse processo.

Chesnais define a acumulação financeira nos seguintes termos:

[...] a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços. (2005, p. 37).

Atividade é transnacional na medida em que o capital será alocado onde mais vantagens encontrar para a valorização. Exige-se um mercado sem restrições significativas, as barreiras devem ser superadas para o intenso fluxo de capitais ocorrer. (CHESNAIS, 1996). Entende-se, assim, a concorrência entre países tanto para atrair

quanto para exportar capitais. A indústria multinacional que caracterizou as interpretações sobre a industrialização brasileira nas décadas do nacional-desenvolvimentismo, ganha maior complexidade na medida em que

A partir da década de 1970, o sucesso, mas também, as contradições da acumulação traduziram-se, entre outros aspectos, numa queda da rentabilidade do capital investido na indústria. Independentemente da recente centralização e concentração do capital monetário, os capitais industriais saíram em busca de formas de valorização puramente financeira (CHESNAIS, 1996, p. 252).

Para esses capitais migrarem em busca de melhores oportunidades foi necessário a superação das regulações de capitais, palavras de ordem foram abertura dos mercados e flexibilização. Vale adiantar que o impacto sobre a economia brasileira acarretará na perda de importância da indústria de transformação doméstica. A concentração líquida de capitais favoreceu a oferta de crédito. Para os países dependentes foi uma oportunidade de aumentar o endividamento estatal. O crédito disponível contribuiu para dar continuidade ao processo industrializante, para o caso brasileiro, contudo, contraindo uma enorme dívida que aumentou a dependência e relação subalterna com as grandes potências capitalistas. (SINGER, 1989)

O impulso dado à industrialização pelos governos ditatoriais, principalmente durante o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), ocorreu no momento de crise de realização do capital produtivo nos grandes centros resultando na ascensão das finanças, o que ajuda a compreender a postura da burguesia da indústria de transformação brasileira. O “milagre” brasileiro ocorre no período – início e meados da década de 1970 – de agravamento da crise capitalista, o seu desfecho sinaliza, além da vulnerabilidade da economia doméstica, a adequação às novas necessidades do capital acumulado e em expansão, o que alterará significativamente a posição do país na divisão internacional do trabalho. Se até esse período, os capitais externos – sobretudo via empréstimos – serviam à construção de uma indústria de bens de capital e infraestrutura no Brasil, a forma de entrada de capitais se alterará para investimentos em carteira e puramente rentistas (SINGER, 1989). O ponto é que o processo de efetivação de um capitalismo com predomínio da indústria com base no tripé capital estatal, estrangeiro e privado nacional é interrompido – devido, também, à própria vulnerabilidade do capitalismo brasileiro – colocando em evidência as contradições e os limites da utopia nacional-desenvolvimentista.

As consequências da adaptação das economias dependentes ao rearranjo estrutural capitalista incluí a abertura econômica e, conseqüentemente, a redução das restrições às

entradas e saídas de capitais. Aspecto que reduz a capacidade de controle nacional sobre os rumos da economia e de atender aos interesses da população se restringindo à elaboração das melhores políticas para se inserirem no capitalismo em transformação. A passagem de Chesnais é elucidativa:

Todo Estado que não esteja disposto a abrir um confronto direto com os ninhos de capital monetário concentrado de seu país (bancos, grandes companhias de seguros) é obrigado a acompanhar, ou até a antecipar-se aos demais. Com efeito, a manutenção dos controles e restrições maiores do que pratica em outras praças financeiras só pode dar em desviar os operadores, e seus fundos, para praças onde reina a liberdade de empreendimento em matéria financeira. (CHESNAIS, 1996, p. 261).

O processo de transnacionalização e financeirização da economia interferiu nas estratégias das grandes empresas, configurando em termos conceituais as “empresas-redes”, como denomina Chesnais (1996). Grupos antes restritos a uma ou poucas atividades passam a diversificar cada vez mais suas atuações e se inserirem na esfera financeira. Fato que dificulta a classificação de setores da economia de forma estanque sem compreender as suas relações:

No tocante ao grande grupo industrial, já deve ser banida a ideia de que haveria uma separação estanque entre operações direta ou indiretamente ligadas à valorização do capital na produção, de um lado, e de outro lado as operações dirigidas à obtenção de lucros de tipo puramente financeiro. (CHESNAIS, 1996, p. 275).

Embora sejam formas de capitais distintas, a primeira procurando aumentar a produtividade e a segunda restrita aos ganhos com juros e às especulações do mercado financeiro, tanto o mercado de crédito quanto a diversificação das grandes empresas evidenciam a estreita imbricação entre as esferas. O setor produtivo não pode ser pensado ignorando os empréstimos necessários para a sua expansão, assim como a valorização da empresa está condicionada aos seus ativos financeiros. Empresas do setor produtivo passam a atuar no setor financeiro, criando suas próprias instituições ou abrindo capital na Bolsa de Valores, migrando parte de seu capital para a esfera das finanças e funcionando sob influência de sua lógica. Parece ser cada vez mais difícil ver um empresário comemorando uma política que favoreça o setor produtivo e prejudique o setor financeiro ou vice-versa.

Os primeiros e mais beneficiados com a desregulamentação e a financeirização foram as empresas já internacionalizadas. Elas se encontravam na condição de migrarem seu capital monetário para onde encontrassem melhores vantagens:

O contexto da globalização financeira modificou a ‘vantagem específica’ das companhias. As operações financeiras dos grupos dão-se num quadro desregulamentado, no qual a diversificação para a esfera financeira começou a ser, ao mesmo tempo, atrativa e bastante fácil. Essas operações privilegiam a aprendizagem de finanças anterior e a riqueza e densidade das redes de relações. (CHESNAIS, 1996, p. 279).

Os grupos industriais também se beneficiam com a participação na esfera financeira ao não ficarem estritamente dependes dos créditos bancários. Ao lançarem títulos no mercado de créditos ou criarem seus próprios bancos diversificando suas atividades e ampliando as possibilidades de mobilidade de capitais, conseguem obter maior controle sobre os recursos necessários para as demais atividades, incluindo a possibilidade de oferecer créditos ao consumidor final. Afinal,

Por que os grupos não iriam gerenciar por conta própria os créditos que, de qualquer forma, precisam criar para escoar sua produção, de modo a dominarem a sua interação com a produção e, ao mesmo tempo, se apropriarem eles mesmos dos lucros financeiros, em vez de deixá-los aos bancos? (CHESNAIS, 1996, p. 285).

Até mesmo os grandes fundos, como os de pensões, que podem parecer atuar estritamente na esfera financeira e que mais se beneficiaram da globalização financeira, não excluem as atividades produtivas de seus negócios, a peculiaridade reside, segundo Chesnais, em transferir a forma intensiva e de curto prazo para os ramos produtivos.

Para os países dependentes a mudança do capitalismo intensificou as formas de subordinação. Devido aos empréstimos contraídos nas décadas de 1950 em diante, uma série de exigências das agências financeiras internacionais deveriam ser satisfeitas como contrapartida para honrar os déficits existentes e conseguir novos empréstimos, o que trará significativas consequências para a economia desses países e sobre as frações burguesas, condição que marcou a economia dos anos 1990:

Doravante devem financiar uma parte substantiva do serviço de sua dívida com seus recursos internos, negociando com o FMI o adiamento de outra parte, a amortização do principal. Eles são impelidos a adotar uma política de austeridade (redução drástica das despesas públicas e forte desvalorização da moeda) a fim de exportar mais e obter um saldo líquido na sua balança comercial, o que lhes permite obter as divisas necessárias ao financiamento de parte do serviço da dívida. (CAMARA; SALAMA, 2005, p. 212).

Como a situação exige uma balança comercial favorável, é certo que os países incentivarão a produção dos setores que propiciem vantagens comparativas diante da concorrência global, para os países dependentes restaram as exportações de produtos

primários, ou manufaturados de baixo valor agregado. Percebe-se – na década de 1980, período em que a crise da dívida ganha maior intensidade – uma alteração significativa das economias reais desses países: na impossibilidade de concorrer com as grandes indústrias transnacionais instauradas no país com ampla incorporação tecnológica e alta produtividade favorecida por baixos salários, as burguesias dependentes tendem a se direcionar para os setores primário-exportadores, diversificando sua atuação ou sucumbido diante dos processos de aquisições e incorporações. Nos afastamos completamente do ideário nacional-desenvolvimentista do empresariado industrial nacional.

As crises dos anos 1990 que assombraram países da América Latina (exemplos significativos são México, Brasil e Argentina) apontam os problemas de liberalização dos mercados realizadas por esses países para atender aos imperativos das instituições financeiras. Além de enfrentar, a qualquer oscilação na taxa de crescimento ou de rumos políticos que eventualmente desagradam os mercados, uma fuga maciça de capitais, agravam a situação tendencial já apontada acima sobre a década de 1980:

A abertura dessas economias provoca uma reconfiguração do tecido industrial, marcada por uma diminuição do peso da indústria em relação à agricultura e à exploração de matérias-primas. O tecido industrial recente se moderniza por meio da importação de bens e equipamentos, incorporando tecnologias novas. Ela se torna menos cara por causa da abertura comercial e da apreciação da moeda, que é interrompida, é verdade, pelas depreciações no momento de crises financeiras. (CAMARA; SALAMA, 2005, p. 217).

As evidências demonstram que não serão os empresários brasileiros que se encontrarão nas indústrias de ponta com capacidade para importação de bens e equipamentos concorrendo com as grandes transnacionais. Aventamos que é, principalmente, no setor primário-exportador e financeiro e em suas relações, que encontraremos sinais da burguesia brasileira após o rearranjo estrutural do capitalismo. Apontam Camara e Salama que os países dependentes sofrem com a saída de capitais devido aos pagamentos aos acionistas das empresas internacionalizadas. Por outro lado, esses países também são importantes destinos de entrada de capitais devido, se tratando do caso brasileiro, às privatizações:

O Brasil é um caso impressionante, pois esses investimentos multiplicaram-se por dez em uma década, o que o torna, atualmente, duas vezes mais internacionalizado que os Estados Unidos, considerando-se indicador o conjunto dos ativos das empresas multinacionais em relação ao PIB. (CAMARA; SALAMA, 2005, p.218).

A burguesia brasileira participou ativamente do processo de privatização, no entanto foi protagonista ao adquirir – por meio de consórcios que incluem também o capital estatal – empresas dos setores exportadores, como demonstraremos no próximo capítulo. O ponto que ressaltamos é que a burguesia brasileira será reconfigurada pela globalização econômica. Os processos de transnacionalização, financeirização e privatização abriram campos de atuação para a burguesia brasileira, por outro lado, as frações representantes do ciclo econômico anterior ou diversificaram suas atuações aderindo aos novos imperativos da economia global, ou sucumbiram à concorrência externa e aos processos de fusões e aquisições por parte da entrada com maior facilidade do capital estrangeiro.

3.2 A inserção brasileira na transnacionalização do capital

Diante do cenário de crise e, ao mesmo tempo, expansão capitalista cuja uma das consequências foi a globalização econômica, o que nos interessa analisar é como que o Brasil se insere nesse processo e como que tal inserção reconfigura a burguesia brasileira.

Como ponto de partida vale mencionar que o período em que se acentua a crise capitalista global dos anos 1970, é o momento de significativas taxas de crescimento da economia brasileira, experimentava-se o ápice do modelo de substituições de importações, período que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. A ditadura militar instaurada em 1964 era a forma política, reprimindo qualquer oposição combativa. O apoio da burguesia aos governos militares ocorreu devido às suas determinações históricas cujo um dos resultados foi a aliança da burguesia brasileira com o capital externo, o que impossibilitou o projeto de reformas que apontava para uma relativa autonomia nacional.

O modelo econômico desse período, meados dos anos 1970, nos interessa mais de perto. A partir dele, podemos notar medidas – políticas econômicas – que caminhavam ao encontro dos novos imperativos do capital, reconfigurando a inserção do país no mercado globalizado e suas classes internas, tratava-se do período do “milagre” econômico brasileiro.

O termo “milagre” é extremamente genérico para a compreensão de um período complexo. Já se falava antes em “milagres” alemães e japoneses, por exemplo, países que possuem características históricas, econômicas e culturais radicalmente distintas da brasileira. Os países citados – que foram centrais na disputa imperialista da Segunda Guerra Mundial – tiveram seu crescimento econômico relacionado com um aumento da

produtividade cujo os ganhos não foram transferidos aos assalariados, forte entrada de capitais estrangeiro – sobretudo norte-americano – direcionado aos setores produtivos e uma significativa capacidade de exportar sua produção (SINGER, 1989). Diferente dos países citados que haviam dado um salto industrial que os colocaram na disputa imperialista do século XX, a economia brasileira não superava as condições oriundas de uma industrialização *hiper-tardia* (CHASIN, 2000).

Ao analisar a economia do “milagre”, Paul Singer percebe intensa abertura ao capital estrangeiro que muito se deve ao declínio das exportações que ocorreram desde a década de 1950, o que influi sobre a capacidade de importações, necessária à expansão da indústria no país. Abertura econômica em sintonia com a ascensão econômica e disputas dos países centrais. Se após as Guerras Mundiais, a expansão dos capitais centrais se dava por Investimentos Externos Diretos (IEDs), sobretudo em setores industriais – o que impulsionou a industrialização do país na década de 1970. O capital ingressante das décadas seguintes se reconfigura e passa a prevalecer a forma de empréstimos – principalmente para a aquisição de máquinas e equipamentos – passa a prevalecer sobre os IEDs, o que exigiu uma política de atração de moeda estrangeira para garantir os pagamentos, por outro lado, as reservas cambiais são também necessárias para as importações requisitadas pelo aumento da produção industrial.³⁰

Nota-se, no período do “milagre”, que a economia brasileira não foi capaz de consolidar uma indústria de bens de capital condizente com a capacidade industrial instaurada³¹. Ao migrarem para o Brasil, grandes conglomerados transnacionais de bens de consumo, sobretudo duráveis, importavam bens de capital pagos por empréstimos e financiamentos, as consequências, aponta Paul Singer:

“[...] a substituições de importações de bens de equipamentos está sendo *revertida* e que nossa dependência tecnológica do exterior está aumentando. A

³⁰ “[...] os capitais estrangeiros, impulsionados pela formação de capitais excedentes no centro, principalmente sob a forma de eurodólares, voltaram a adentrar agressivamente na economia brasileira sob suas várias formas: a) sob a forma de investimento direto, elevaram-se de uma média anual de US\$ 54, 2 milhões em 1962-1966 para uma de 106 milhões em 1967-1970; b) sob a forma de empréstimos e financiamentos, cresceram de uma média anual de US\$ 318,8 milhões no primeiro período para uma de US\$ 714 milhões no segundo.” (SOUZA, 2014, p. 339).

³¹ Aspecto que ganhará atenção das autoridades a partir de 1974 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND). Entendido como um plano que “[...] visava enfrentar a crise da dependência a partir do fortalecimento da economia nacional, tendo como eixo a substituição das importações em setores básicos da economia, alavancada pelo Estado.” (SOUZA, 2014, p. 349). Importante ressaltar que o plano também previa fortalecer as exportações para equilibrar a balança comercial (SOUZA, 2014). A expansão e modernização da agricultura datam desse período, assim como a indústria extrativa deu continuidade à sua expansão para suprir o avanço industrial. São elementos que não podem ser ignorados, já que apontam para os setores nos quais a burguesia brasileira encontrara chances tanto de preservar o mercado interno da concorrência como de competir internacionalmente.

inserção do Brasil na “nova divisão internacional do trabalho” parece significar que nos especializamos na produção de carne industrializada, sucos de frutas, café solúvel, mentol, sapatos e quejandos, tornando-nos cada vez mais dependentes do exterior no que se refere a aviões, computadores, geradores atômicos e equipamentos industriais em geral. (SINGER, 1989, p. 73).

Portanto, antes mesmo do desmanche neoliberal da década de 1990, a economia brasileira já apontava para um processo de especialização pautado nas exportações de bens primários e produtos industriais com baixo valor agregado. Ainda nota Paul Singer que o elemento de competitividade internacional do país ocorre pela contenção salarial. (SINGER, 1989). O período é conhecido por altas taxas de crescimento e pelo foco na industrialização, mas o que destacamos é a reconfiguração da economia inaugurada na década de 1970. É a inserção brasileira numa economia global em transformação, da qual as autoridades políticas e a burguesia brasileira pretendem se adaptar. Olhando-se para o “milagre” brasileiro, pode-se considerá-lo como produto de uma fase ascendente do comércio internacional e das transações no mercado global de capitais, sobretudo financeiros. As consequências dessa forma de inserção e de especialização produtiva são, entre outras: a) uma dificuldade da burguesia industrial brasileira competir com os conglomerados transnacionais que possuem vantagens tecnológicas e maior acesso às importações de bens de capital; b) especialização da produção de bens primários voltados para exportação, setor que aloca boa parte da burguesia brasileira; c) ampla participação do Estado na economia pela atuação de suas empresas, principalmente em setores pouco atrativos à iniciativa privada – ao menos durante a implantação – sobretudo infraestrutura e indústria de base; d) superexploração do trabalho como forma de garantir a competitividade produtiva do país no mercado internacional, utilizando para isso de formas autocráticas de exercício do poder. Mecanismos já presentes na burguesia cafeeira.

Octávio Ianni (2019) percebe no golpe de 1964 uma adequação entre o capital monopolista e a forma política necessária a sua expansão. Um impulso ao capital concentrado que serve tanto para os conglomerados transnacionais, quanto aos setores da burguesia brasileira que se fortalecerão no período com amplo apoio estatal:

Tanto assim que o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial: cresceram a concentração e centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo; formaram-se e

desenvolveram-se associações e fusões de empresas: estrangeiras entre si, estrangeiras e nacionais, nacionais e estatais, e estrangeiras, nacionais e estatais. (IANNI, 2019, p. 72)

O que durante o neoliberalismo foi denominado “empresas-rede”, “capitalismo de laços” – que veremos com mais atenção em capítulo seguinte – já se esboçava durante o período ditatorial. Desses processos de “laços”, destaca-se a utilização que frações burguesas fizeram do apoio estatal, que se “destina a servir de ‘economia externa’ para a acumulação capitalista nacional e imperialista”. (IANNI, 2019, p.77). O ciclo de crescimento econômico não pode ser entendido sem a ativa participação das empresas estatais ao gerar demanda para o impulso capitalista: “É fora de qualquer dúvida que o Brasil não teria mantido taxas de crescimento da ordem de 10%, no período até 1974, sem os maciços investimentos realizados pela Eletrobras e seu sistema, Petrobras, Telebrás e seu sistema, CVRD, Orner etc.” (IANNI, 2019, p. 82).

As estatais, segundo o ator, como complementares e viabilizadoras da iniciativa privada, o que demonstra a incorporação do Estado pela iniciativa privada, o capital monopolista. Tendo o Estado, o capital estrangeiro e a burguesia brasileira como os pilares do modelo de desenvolvimento, é interessante apontar em que setores da economia as frações burguesas se encontravam. Ianni apresenta dados comparando 1968 com 1972 no que se refere a produção manufatureira. O capital internacional predominou, em 1972, nos seguintes setores: fumo, madeira, editorial e gráfica, borracha, produtos químicos, mecânica e maquinaria, máquina elétrica, equipamentos de transportes. Sua atuação é diversificada, está presente desde produtos primários como nos setores que mais exigem inovações tecnológicas. As empresas estatais predominam em petróleo e derivados e em siderurgia e não ferrosos. Empresas brasileiras tem maior participação nos setores de alimentos e bebidas, têxtil, vestuário, papel e etc., minerais não metálicos e metalurgia.

A alocação dos capitais já demonstrava no início da década de 1970 uma situação que se agravará com a maior inserção internacional da economia brasileira no decorrer das décadas. O capital estrangeiro se encontra nos setores mais dinâmicos e que mais agregam tecnologia e valor, o capital estatal concentrado em fontes energéticas e na indústria de base será com o tempo desmantelado em favor dos capitais estrangeiros. Quanto à burguesia brasileira, sua atuação é predominante no setor extrativo voltado à exportação, na metalurgia – em geral fábricas que atendem as demandas das grandes

empresas transnacionais aqui localizadas – e na produção de bens de consumo não duráveis.³²

Importante mencionar que a extração de minérios e o setor de energia e telecomunicações contavam com massiva participação do Estado. Companhia Vale do Rio Doce, Eletrobras e Telebrás eram empresas que tinham domínio do mercado e serão reconfiguradas na década de 1990. Mais dois setores merecem atenção: o bancário e o da construção pesada. Ambos se fortalecem na ditadura militar e se caracterizam pela predominância de empresas brasileiras.

O papel central desempenhado pelas estatais substitui, em alguma medida, o capital financeiro característico das industrializações dos países centrais. Se nos países centrais o capital financeiro servia de viabilizador dos grandes empreendimentos industriais, no Brasil o Estado assume, em parte, essa posição impulsionando e financiando a expansão capitalista por meio das demandas de suas empresas e das políticas de atração de capitais via empréstimos. Uma das consequências é a “socialização” da produção:

Este fato de o Estado condensar as formas mais abstratas do capital é que confere ao capitalismo monopolista retardatário uma condição ainda mais “desenvolvida”, no sentido de que tende a apresentar, neste aspecto, um grau mais avançado de “socialização” da produção capitalista. (IANNI, 2019, p. 83).

É de conhecimento que a ditadura militar é um período de arrocho salarial e repressão às organizações dos trabalhadores. Assim, pode-se compreender que é em cima dos setores sem representatividade na política institucional que cairá o maior ônus nesse processo de “socialização” da produção. Como aponta Ianni (2019), pode existir discórdia entre as frações burguesas em relação à distribuição da renda, mas há consenso no ataque ao trabalho como forma de manter e expandir vantagens. Acrescenta-se à consideração de Ianni o seguinte aspecto: o Estado até pode ser entendido como o substituto do capital financeiro ao financiar a expansão do capitalista do país, no entanto, os recursos são oriundos de empréstimos contraídos, sobretudo no exterior, o que terá significativas implicações econômicas, políticas e sociais. A contratação de dívidas a juros flutuantes

³² Essa condição sofrerá significativas alterações no decorrer das décadas, principalmente em meados dos anos 1990 com o intenso processo de privatização, no qual a burguesia brasileira encontrará novas oportunidades de negócios devido ao processo de transnacionalização do capital e com as privatizações.

pelo Estado e direcionado aos setores selecionados da economia, significou a transferência de recursos públicos para os grandes centros capitalistas via pagamento de juros e serviços da dívida. (CHESNAIS, 2005). Essa foi a “socialização” da produção realizada.

O período da ditadura também é responsável pela reestruturação do setor bancário e possibilita a inserção do país na rota aberta ao capital financeiro. Em grande medida, a reformulação do setor bancário e a consolidação de grandes conglomerados no setor foi uma das maneiras de adentrar na nova ordem econômica global. O projeto de desenvolvimento nacional divulgado pelos militares necessitava de instituições com capacidade para financiar os grandes projetos por um lado, e expandir o acesso ao crédito aos consumidores para a aquisição dos bens de consumo duráveis, por outro (BANDERA, 1975). A consolidação dos conglomerados bancários que ainda predominam na economia brasileira nas primeiras décadas do século XXI, como Bradesco e Itaú, tem início no período militar. Empresas com elevado potencial se aventuraram, principalmente na década de 1970, na expansão territorial e econômica ao adquirirem bancos com inserção mais restrita. Devido ao entusiasmo do desenvolvimento econômico, sobretudo com a demanda por recursos oriunda dos grandes projetos de infraestrutura, e a ascensão do consumo proporcionada pelos bens de consumo duráveis, algumas empresas do setor bancário enxergaram a possibilidade de expandir seus negócios. Não deve passar despercebido que bancos também financiam o endividamento público, em um período de crescente endividamento para a expansão econômica almejada, certamente os conglomerados que se formavam foram beneficiados³³. (MACARINI, 2007)³⁴.

A política de incentivo à formação de conglomerados bancários tinha como pano de fundo a necessidade de direcionar o capital para a expansão industrial, contudo, mais interessante é o afastamento dos banqueiros dessa perspectiva. Os empresários do setor não viam no setor produtivo, sobretudo o industrial, o melhor destino para seus investimentos, mas sim em atividades puramente financeiras e especulativas (MACARINI, 2007). É possível identificar que o setor bancário já estava em sintonia

³³ Os bancos e instituições puramente financeiras são tradicionais financiadores da dívida pública. A título de exemplo, em 2002 os seis bancos dominavam a dívida pública do país, entre eles cinco brasileiros. Ver BALBI (2002).

³⁴ Neste momento nos concentramos no papel que os bancos desempenharam para a inserção do país na nova ordem econômica aberta pela financeirização. Em outro momento nos dedicaremos a análise histórica de grandes bancos e de seus principais representantes.

com as mudanças do capitalismo que tendia a ver a esfera financeira como a que valorizava o capital em menor período.

Observamos, até o momento, a inserção do país na nova configuração capitalista resultante da crise dos anos 1970. Os aspectos centrais se encontram na abertura econômica do período para investimentos estrangeiros sob a forma de empréstimos, o que agravará a dívida externa brasileira e terá implicações nas decisões políticas seguintes. A metamorfose do tipo de investimento estrangeiro (de IEDs para empréstimos e financiamentos) afeta a produção industrial brasileira, sobretudo os ramos mais dinâmicos da economia que se concentram nas grandes empresas transnacionais e importam bens de capital, aumentando a defasagem tecnológica. Quanto à configuração das classes sociais, em especial a burguesia brasileira, nota-se uma concentração do poder burguês em oposição aos trabalhadores, a forma política assumida pelo golpe. A burguesia brasileira já se consolida nas atividades com menor dinamismo e menor incorporação tecnológica, se destacando nos setores extrativos, bens de produção não duráveis e bancário.

3.3 A reconfiguração da burguesia brasileira

As alterações do capitalismo pós-crise de 1970 exigiram abertura dos mercados para ampliar o fluxo líquido de capitais. Em meados de 1970 não se trata somente de escoar a produção alcançando novos mercados, possui a característica específica de encontrar outras formas de valorizar o capital acumulado e concentrado. As políticas econômicas brasileiras da década de 1970 já caminhavam na direção de adaptar o país a essa nova lógica de acumulação de capital. Uma das primeiras medidas da ditadura militar foi possibilitar maior remessa de lucros financeiros ao exterior em oposição as restrições feitas pelo governo de João Goulart para evitar fuga de capitais (CAMPOS, RODRIGUES, 2014).

O aumento da produção industrial brasileira ocorreu, como já mencionado, contraindo dívida externa, principalmente para importação de bens de capital. No decorrer dos anos e com as alterações nas políticas econômicas dos grandes centros econômicos, sobretudo os Estados Unidos, a situação brasileira pirou para honrar as dívidas, o que deixou o país mais submisso aos ditames das instituições financeiras internacionais (CAMPOS, RODRIGUES, 2014). O fundamental é que essa situação leva

o país a uma significativa mudança em sua orientação econômica que condiz com os rumos e necessidades do capitalismo em transformação.

Contudo, um ponto que merece destaque é o impulso que o capital financeiro ganha após a década de 1970. Como apontou Mandel (1990) a produção não seria mais capaz de realizar o capital da mesma forma que antes, o capital acumulado deveria encontrar outra forma de rentabilidade que não fosse diretamente a esfera produtiva. O Brasil, mesmo durante seu processo de industrialização, contribui para os novos rumos do capitalismo e, conseqüentemente, se adapta à essas formas reconfigurando sua economia. A interpretação é de Leda Paulani quando se questiona sobre o sentido da industrialização brasileira com participação do capital externo, eis a síntese:

[...] enquanto a vinda de capital produtivo para a periferia dava uma sobrevida ao processo de acumulação estritamente produtivo – que perdera o fôlego após o esgotamento das possibilidades abertas pela reconstrução do pós-guerra –, já se preparavam as condições para a dominância financeira que advinha. (PAULANI, 2008, p. 88).

Os IEDs direcionado ao setor produtivo neste período devem ser entendidos como o capital excedente da crise capitalista, que encontrava na demanda da periferia vantagens para a valorização, contudo, já se trata de um capital que buscava sua internacionalização para posterior valorização financeira, característica do capitalismo contemporâneo:

Numa segunda etapa, ela [a periferia] surge como emergente, no sentido de um *locus* de valorização financeira sempre possível, mas guarnecido agora dos instrumentos (ativos cotados em bolsas) e da política econômica (princípios neoliberais) necessários para maximizar o ganho, minimizando riscos e evitando sustos, como o da onda de moratórias que assolou o continente latino-americano nos anos 1980. (PAULANI, 2008, p. 88).

Algumas conseqüências são abordadas pela autora: em primeiro lugar nota-se a migração do capital produtivo para a esfera financeira. Com base nos dados que demonstram a queda da formação bruta de capital fixo entre as décadas de 1970 e 1990, percebe-se o declínio da atividade industrial nos moldes anteriores e o advento de compromissos financeiros, serviços da dívida e formas rentistas de valorização do capital. Tudo chancelado pela forma neoliberal de exercício do poder, direcionando – e não diminuindo – as políticas estatais para favorecer a objetivação dessa forma de acumulação de capital. O Estado se torna a instituição que garante os lucros financeiros ao renumerar o capital via títulos do tesouro e compromisso com o pagamento da dívida e seus serviços.

O quadro geral da economia é alterado:

De receptor líquido de capitais, o Brasil passou rapidamente a exportador líquido de capitais, primeiro sob a forma de pagamento dos juros da dívida externa contraída por meio de contratos convencionais de empréstimos, e agora como produtor de ativos financeiros de alta rentabilidade. (PAULANI, 2008, p. 101).

Assim, o papel do país no processo de acumulação de capital, pode ser definido, segundo a autora, como “plataforma de valorização financeira internacional”. Decorrência conhecida da financeirização é a queda da atividade industrial, já apontada pelos dados sobre a formação bruta de capital fixo, no entanto, deve-se perceber que se trata de uma tendência dos parâmetros contemporâneos da acumulação de capital:

Assim, mesmo que o capital internacional viabilizasse a implantação das forças produtivas em um esquema desenvolvimentista por um certo período, seu caráter transnacional negou a continuidade industrial ao metamorfosear-se em virtude das próprias vicissitudes do padrão mundial de acumulação nos anos 1970, quando se originou a mundialização financeira. (CAMPOS, RODRIGUES, 2014, p. 396).

O mesmo capital que impulsionou o “milagre” brasileiro migrou, após a reestruturação, para a esfera financeira. A pergunta fundamental é realizada por Leda Paulani: se a burguesia brasileira foi entendida pela literatura como aquela que encontra vantagens econômicas e políticas na associação com o capital externo, o que é, em alguma medida compreensível para o raciocínio burguês do período, “Mas e agora? Qual fundamento da legitimação de um processo no qual todos aquiescem ao mesmo receituário econômico, mesmo não recebendo as prometidas benesses?” (PAULANI, 2008, p. 90). A resposta da autora retoma a categoria *servidão* de Paul Singer ao sugerir que a burguesia brasileira continua sua trajetória histórica de servidão, agora ao capital financeiro. Avança demonstrando a apologia em torno da modernização que tinha como pano de fundo o conjunto de ações neoliberais. Essa hipótese certa pode ser mais bem trabalhada quando identificamos os setores em que a grande burguesia brasileira se encontra no século XXI. Veremos adiante que ela se encontra no setor bancário, na mineração, no agronegócio e em atividades de infraestrutura demandadas pelo Estado, justamente setores que, talvez, não sejam penalizados pelos imperativos da financeirização, mas beneficiados e impulsionados por eles.

A inserção brasileira nesse processo com suas implicações internas reconfigura o modo como se deve entender a burguesia brasileira. Os agentes econômicos tendem a rever suas estratégias levando em consideração a transnacionalização do capital, o papel atribuído ao país na divisão internacional do trabalho e da financeirização da economia (CARNEIRO, 2002). Esses aspectos se combinam no período de declínio do “milagre” da década de 1970 até a absorção dos imperativos externos da década de 1990. Se durante o “milagre” – e a maior parte da ditadura militar – os investimentos externos se dirigiam, sobretudo, à esfera produtiva com destaque para a indústria de transformação, na década de 1990, a atração de capital estrangeiro ocorre por meio dos processos de fusões e aquisições, sobretudo pela intensa privatização da economia brasileira nessa década (CARNEIRO, 2002).

O impacto da reconfiguração capitalista para os países periféricos no que se refere à esfera produtiva foi o oposto do esperado pelos que apostavam na industrialização nacional, resultou, de fato, numa regressão da estrutura industrial:

No que diz respeito à inserção produtiva, houve, nos casos mais bem sucedidos, uma regressão da estrutura industrial com a diminuição da industrial metal-mecânica e ampliação dos setores produtores de *comodities* industriais. Nos casos mais regressivos, ocorreu uma nova especialização na exportação de bens primários de baixo dinamismo. (CARNEIRO, 2002, p. 253).

Para o caso brasileiro é importante reconhecer ambos os aspectos. Tanto houve uma diminuição da atividade industrial – quando o indicador é a participação da indústria no Produto Interno Bruto – quanto uma especialização de *comodities* industriais, mas também agrícolas. A maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo se encontra no Brasil do século XXI, o país disputa o primeiro lugar na produção e exportação de soja e carnes processadas.

O que se presencia no século XXI é a combinação de alteração dos rumos do capital, e especificidades da economia e das classes internas. A burguesia brasileira atravessará esse processo não como vítima, mas encontrando os melhores caminhos para a continuidade de seus negócios. Pois, no processo, foi possível combinar a estrutura econômica determinada pelo histórico de exportação de bens primários com o impulso “modernizante” da integração econômica a partir, principalmente, da década de 1970. Segundo Gonçalves (2013), as características marcantes do capitalismo brasileiro no século XXI são: reprimarização das exportações; dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; vulnerabilidade externa;

concentração de capital e dominação financeira. Analisando cada um dos itens mencionados se verá que se trata não de situação resultante de decisões políticas equivocadas, mas da crise estrutural do capital e suas implicações na periferia do sistema. São nessas alterações que a burguesia brasileira deverá ser localizada.

A reprimarização da economia é apontada por diversos autores (SAMPAIO JR., 1999; KATZ, 2016; OSÓRIO, 2012, entre outros). Os dados apresentam uma queda de mais de 11% no percentual do valor das exportações dos produtos manufaturados entre 2002 e 2010. Em contraste, no mesmo período os indicadores apontam um aumento de 13% no valor das exportações dos produtos básicos. Quando se analisa as exportações segundo a intensidade tecnológica, percebe-se a predominância da indústria de baixa intensidade tecnológica, responsável por mais de 35% do valor das exportações em todos os anos entre 2002 e 2010. O que se apresentava como tendência na primeira década do século XXI se confirma nos anos posteriores. Em 2019 e 2020: soja, minério de ferro, petróleo, carnes, celulose estão entre os produtos mais exportados pelo país (SANTANDER).

A explicação pode recair sobre o aumento do preço das *comodities* ocorrido no período, contudo, as causas podem ser estruturais se levarmos em consideração a história econômica brasileira e o seu lugar na divisão internacional do trabalho. Compreendendo bem o problema, a formação econômica colonial não permite – exceto por transformações radicais – que a condição de fornecedor de matérias-primas seja superada estruturalmente, o único período dos mais de 500 anos de história do país em que surgiu essa possibilidade foram os poucos anos entre a década de 1950 – quando a atividade industrial supera, pela primeira vez, a agricultura – e o início da década de 1960, momento em que forças sociais esboçaram um caminho alternativo. O golpe de 1964 e os anos posteriores, sobretudo o declínio do “milagre”, demonstraram os limites da industrialização periférica diante das mudanças do capitalismo global e abriu espaço para a reconfiguração do capitalismo brasileiro.

Ao se especializar cada vez mais em setores que não demandam alta tecnologia, a economia caminha para aumentar sua importação de produtos tecnologicamente mais avançados, os indicadores apontam elevação das importações de bens industriais de alta e média-alta tecnologia e das despesas com os serviços tecnológicos. Não se pode deixar de mencionar que não é novidade a importação de produtos de alta tecnologia, trata-se de um problema estrutural já que não se concretizou no país, a partir dos agentes internos,

inovações tecnológicas capazes de inibir as importações (GONÇALVES, 2013). Quanto à desnacionalização cabe acrescentar que a tendência não é a expansão para diversos setores da economia. Se até a década de 1970 os investimentos externos e aquisições se dirigiram ao setor industrial, verifica-se a tendência de expandirem sua atuação ao agronegócio, à mineração e na extração de petróleo:

No Censo de Capital Estrangeiro de 2000, o setor primário respondeu por 2,3% do estoque de IED no país. No período 2003-2009, o setor primário representou 15,4% do fluxo acumulado de IED, segundo dados do Banco Central. Na medida em que esse processo seja mantido, os avanços da desindustrialização e reprimarização são reforçados pela maior desnacionalização da economia brasileira. (GONÇALVES, 2013, p. 97).

Mais uma vez a tendência da primeira década se concretiza no período posterior, isso se mostra nas recentes pesquisas sobre o Investimento Direto no País (IDP):

A perda de participação de investimentos diretos em setores industriais no total do IDP ingressado no Brasil nos últimos anos deu-se em favor de investimentos diretos realizados em atividades no setor primário. As entradas de IDP em atividades voltadas ao extrativismo mineral apresentam participação crescente ao longo dos últimos, conforme se observa na mesma figura anterior. Destaca-se em especial a atração de IDP para a extração de petróleo e gás natural. Este já constitui o setor da economia brasileira que mais recebe investimentos diretos. (SOBEET, 2020)

Portanto, a atração de capitais não ocorre somente na esfera puramente financeira, mas tem participação significativa no setor primário. Identificar os setores que mais recebem capital estrangeiro parece um indicador seguro para identificar os rumos do capitalismo brasileiro. Ao não se alterar a tendência citada, é provável que se consolide a dominância do setor financeiro e do setor primário. Sendo esses os locais onde encontraremos a grande burguesia brasileira, cuja nacionalidade serve apenas para diferenciar os agentes e não o capital, já que estão entrelaçados na maioria dos casos. Ainda, a indústria extrativista, sobretudo as minerações a céu aberto é cada vez mais intensivas em tecnologia, aprimorando a produtividade do setor. A grande mineração brasileira do século XXI cada vez mais incorpora bens de capital e tecnologia importada em seus empreendimentos. Cada vez mais se submetem à lógica financeira de curto prazo, ao serem caracterizados como “mercados futuros” nas bolsas de valores. Desde as privatizações da década de 1990 combinada com a alta demanda por produtos primários

oriunda da China nos anos 2000, colocaram o setor como um dos protagonistas da valorização financeira (TROCATE, COELHO, 2020). A Vale é o maior exemplo. Majoritariamente, controlada por fundos de investimentos brasileiros e estrangeiros, está inserida efetivamente na lógica financeira de curto prazo, entre os seus acionistas se encontram agentes econômicos importantes como o BNDES e o Bradespar S.A, o último faz parte do grupo Bradesco, outro importante integrante da grande burguesia brasileira. A situação em 2020 pode ser descrita da seguinte forma:

O processo de financeirização da Vale tem como objetivo principal gerar valor para seus acionistas. A empresa passa a priorizar o desempenho financeiro em vez das atividades operacionais, algo exemplificado no fato de que os cargos de direção da Vale são geralmente ocupados por profissionais do mercado financeiro, que desconhecem a realidade da mina e as particularidades do processo extrativo mineral (TROCATE, COELHO, 2020, p. 85).³⁵

Uma empresa se submeter à lógica financeira não significa diretamente uma autonomia das finanças. A mineração e a extração em geral são reconhecidas por ser o primeiro passo da cadeia produtiva, portanto, funciona com base na demanda produtiva da economia real, cujo o centro produtivo nas últimas décadas foi a China. Neste sentido, a lógica financeira que move o tempo e o ritmo de exploração mineral é condicionado pela esfera produtiva da economia. A Vale é um nítido exemplo da complexidade do capitalismo atual. Funciona na lógica das finanças, mas se submete aos imperativos da complexidade da atividade extrativa. Trata-se de um setor muito distinto dos puros especuladores do mercado – embora também possa ser identificado com esses – que simplesmente migram seus capitais em acordo com as posições e expectativas do mercado. Como tendência é provável que a Vale apresente as características que resultou no declínio do empresário Eike Batista, cuja atenção ao mercado financeiro se sobrepôs à atividade mineradora. Movido pelas expectativas de vultuosos retornos futuros as ações do grupo de Batista foram sobrevalorizadas e distanciadas da economia real, a queda ocorreu justamente pela não realização das expectativas³⁶.

³⁵ Tal fato é evidente em entrevista do ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman sobre a migração das ações da Vale para o novo mercado. Trataremos desse aspecto em capítulo posterior. Ver: SCHVARTSMAN.

³⁶ Uma breve análise do caso de Eike Batista será apresentada no capítulo 5. Mas é interessante verificar a breve reportagem sobre o declínio das empresas de Eike Batista, sobretudo os aspectos que evidenciam que a sua petroleira OGX não cumpriria com os acordos planejados e a extração de petróleo da baía de Campos – RJ. Isso depois de ter divulgado aos quatro ventos que se tratava de uma das maiores reservas de petróleo do país. Ver: ABE (2013).

O setor extrativo, sobretudo a mineração, atravessou a década de 1970 com crescimento significativo. A Vale em 1976 já era a principal empresa exportadora do país, na mesma década já se associa com empresas estrangeira – no caso a US Steel – para expandir suas atividades, neste se destaca a mineração em Carajás no Pará. (TROCATE, COELHO, 2020). Se considerarmos que a década de 1970 é um período de inflexão no capitalismo mundial, é possível apontar que na reconfiguração do capitalismo brasileiro, o setor extrativo terá papel importante. No caso da mineração, a principal empresa a Vale, antes de ser privatizada, já era protagonista em seu ramo de atuação. Esse protagonismo foi transferido do Estado para a iniciativa privada com controle de diversos agentes brasileiros e estrangeiros.

Outro fenômeno importante é a concentração de capital. Ao se falar em grande burguesia brasileira, não se pode perder de vista que nos referimos aos conglomerados que diversificaram suas atuações concentrando capital ao ponto de conseguir negociar com o capital estrangeiro e se adaptar às mudanças estruturais do capitalismo. Somente grupos que se rearticularam diante das transformações – seja por fusões, privilégios com governos, mantendo o controle mesmo com a participação do capital estrangeiro e, principalmente, em sintonia com as demandas do capitalismo global – conseguiram se manter competitivas.

A lógica financeira – especulação, curto prazo e relativa distância dos setores produtivos – não se encontra somente na esfera das finanças. Um grande ponto da elaboração de Chesnais (2005) é perceber que os ramos produtivos também passam a funcionar de acordo com os imperativos das finanças. Isso pode ocorrer na medida em que os acionistas das empresas influem sobre as estratégias dos grupos produtivos e sobre a distribuição dos lucros. Dessa forma, segundo Chesnais, não podem ser considerados “credores”, mas proprietários. O regime de acumulação “patrimonial” ou a “governança corporativa” cada vez mais exigida pelos mercados atribuem significativa importância aos investidores. Os acionistas, em geral, não estão diretamente comprometidos com a atividade produtiva ou de serviços das empresas, mas com a valorização de seus ativos. O que implica em novas formas de administração e orientação às empresas, já que o seu controle pode se encontrar em indivíduos que estão distantes da produção:

O administrador-financeiro molda-se no molde da finança e explora a liberdade permitida pela “virtualidade” dela. Ele contornou rapidamente o controle do qual era, a princípio objeto. Mas suas prioridades são muito diferentes das do administrador industrial que ele substituiu. Os grupos são

dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer outra coisa. (CHESNAIS, 2005, p. 54).

Essa caracterização é exemplificada pelo caso de grandes indústrias francesas. Ao verificar que empresas do setor industrial abriu capital na bolsa de valores para investidores estrangeiros, Plihon (2004), notou que os antigos controladores foram enfraquecidos diante da participação das instituições puramente financeiras. Como são investidores externos ao ramo industrial e, em sua maioria, estrangeiros, o seu objetivo não é o de participar da gestão da empresa, mas com base em garantias legais, influenciar que as decisões dos gestores sejam orientadas para valorizar suas ações. Segundo Plihon tal fato alterou radicalmente o funcionamento do capitalismo francês:

Para resumir: na França, o capital das grandes empresas é, de agora em diante, largamente controlado por investidores estrangeiros (sobretudo anglo-saxões) que têm participação minoritária. Passou-se, então, de uma situação em que as grandes empresas francesas eram controladas por um único acionista público para uma situação oposta, em que o capital das grandes empresas é detido por um grande número de acionistas minoritários privados e, em geral, estrangeiros. (PLIHON, 2004, p. 139).

À frente analisaremos o caso brasileiro com mais cuidado. Contudo, é possível adiantar que ao lidar com os grandes grupos brasileiros percebe-se significativas distinções. Encontramos grandes empresas que nem sequer abriram seu capital, como Amaggi e Oderbrecht. Outras se encontram em situação semelhante ao caso francês, como, por exemplo a Vale que já faz parte do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo e grandes empresas do agronegócio e energia, como Cosan e Usinas São Martinho, empresas de logística como Rumo e ALL. Nota-se, ainda, grande presença da administração familiar no controle de empresas, no entanto, é certo que a tendência é que esse núcleo familiar e pessoal seja cada vez mais substituído pela governança corporativa e influenciado por acionistas externos ao ramo de atividade dessas empresas.

Procuramos demonstrar, nas linhas acima, que o período de maior crescimento econômico brasileiro esteve em sintonia com as alterações do capitalismo global. Isso implicou uma reconfiguração da economia e das classes sociais internas, sobretudo a burguesia brasileira. Mais do que uma perda de importância da burguesia industrial brasileira – sobretudo a indústria de transformação – se intensificou um processo de especialização produtiva e de financeirização. A grande burguesia brasileira do século

XXI será a que melhor se adaptar a esse processo. Destaque para os grandes bancos e o setor extrativo.

3.4 *“Eles fizeram o pior, acabaram com o Simca Chambord”³⁷: o declínio da fração industrial da burguesia brasileira*

O ponto neste tópico é desenvolver argumentos que ajudam a compreender como ocorreu o declínio econômico da burguesia industrial brasileira. Trata-se da junção entre as alterações do capitalismo global com a postura política autocrática que, sobretudo com o golpe de 1964, demonstrou a força política interna dessa fração para manter a “dupla articulação” e com isso suas vantagens econômicas. Ao usar sua força política e toda autoridade que os fuzis são capazes de lhe garantir para manter a sua relação subalterna com o capital internacional, resultou que as próprias transformações do capital – agora transnacional – lhe reduzissem a meros coadjuvantes no cenário econômico interno e externo.

Escapando das análises psicossociais das classes sociais – como as trabalhadas por autores como Cardoso (1972) – podemos compreender o desfecho da fração industrial da burguesia brasileira que foi um dia o pilar de sustentação das teses e políticas nacional-desenvolvimentistas. Ainda, se o que o país possui, nos anos 2000, de indústria de transformação com alta incorporação tecnológica é resultado do ingresso do capital internacional, de processos de fusões e aquisições, será com muita dificuldade que encontraremos agentes econômicos brasileiros no controle de grandes empresas do setor da indústria de transformação.

A burguesia industrial foi objeto de estudo de inúmeros pesquisadores brasileiros, principalmente no período da década de 1950 - 1970. Momento em que a perspectiva utópica do nacional-desenvolvimentismo conquistava corações e mentes e a burguesia industrial seria o agente central da eventual emancipação política e econômica do país, seja superando o “atraso” feudal (SODRÉ, 1978) e/ou garantindo uma autonomia interna nas decisões econômicas (FURTADO, 1962). Os autores procuravam compreender e explicar as características dos empresários industriais, e já na década de 1970 tinham o objetivo de se dedicar ao estudo do motivo que levou a burguesia industrial a seguir caminhos distintos do imaginado pelos que apostaram na possibilidade de reformas

³⁷ Trecho da canção “Simca Chambord” da banda Camisa de Vênus.

capazes de alterar os rumos do capitalismo brasileiro e sua inserção subalterna na economia mundial.

Diversos autores se dedicaram à caracterização da burguesia industrial brasileira. Não é nosso objetivo apresentar um levantamento das principais teses, mas estabelecer pontos de partidas para compreender a fração industrial da burguesia brasileira e seu declínio. Um importante estudo sobre o tema se encontra na obra de Fernando Henrique Cardoso (1972), no qual prevalece os elementos endógenos na explicação da formação e atuação dos empresários da indústria. Na obra do autor nota-se que a associação entre os agentes internos e o imperialismo é demonstrada de maneira pouco crítica e a relação das classes sociais com o Estado é tratada de forma incipiente.³⁸ Uma das conclusões do autor é a da debilidade da burguesia industrial brasileira devido à sua incapacidade econômica e política para fazer frente ao capital internacional. No entanto, uma conclusão significativa presente em seus escritos é a de identificar que a associação com o capital externo é vista como vantagem econômica e não como empecilho para essa fração da burguesia brasileira.

Uma questão que não pode ser secundarizada é a da força política que a burguesia industrial brasileira obteve. A ênfase nesse aspecto foi dada por Octavio Ianni, um dos aspectos que diferencia suas análises das de Cardoso:

O empresário industrial brasileiro não é contra a ação do poder público na economia. Nem o grande nem o pequeno. Muitos a julgam um dever e procuram interferir em suas diretrizes, pelas relações pessoais com os governantes, através dos sindicatos e associações de classe, manipulando o processo eleitoral. Pouco a pouco a burguesia industrial compreende que a diferenciação acentuada do sistema econômico-social e político impõe a intervenção estatal e que esta pode ser orientada em seu benefício. Depois de uma fase em que seus representantes estiveram quase que totalmente fora do poder, após 1930 ela ganhou paulatinamente ascendência sobre os governantes e fez-se ouvir nas decisões da política econômica. É verdade que alguns setores da burguesia encaram o Estado de modo ambíguo. Uma vez são críticos porque querem preservar os negócios para a “livre empresa”. Outras vezes suas

³⁸ Consideramos que a obra de Octavio Ianni e de Florestan Fernandes é um excelente contraponto às teses de Cardoso. Embora os autores citados integraram a mesma universidade e campo de pesquisa – a denominada Escola Paulista de Sociologia – suas análises tiveram caminhos distintos, tanto teóricos quanto políticos. Quanto a obra de Cardoso, uma importante crítica ao conjunto de seus escritos se encontra em Cotrim (2015).

críticas aparecem artifícios destinados à obtenção de favores governamentais. (IANNI, 1988, p. 91).

A inclinação política – e não só econômica – da burguesia industrial já se verifica na década de 1930, momento em que passa a atuar direcionando o Estado para atender os seus interesses. Gozando da predominância econômica, a burguesia industrial não se isentará de procurar também o poder político:

Ela define de modo claro as suas relações com o Estado. Tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação, em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal ou procura fazê-lo em seu benefício. No jogo político possível na democracia populista, em que a estrutura partidária se encontra em grande parte em suas mãos, essa tarefa não é difícil. Como faz parte da “responsabilidade do governo promover clima social, político e econômico favorável ao funcionamento bem-sucedido da empresa” e nem sempre isso ocorre, devido à atuação de outras forças políticas nacionais, “as empresas devem encorajar pessoas a participarem do governo, desde que estas creiam em democracia verdadeira e na livre iniciativa. (IANNI, 1988, p. 93).

As vinculações existentes entre burguesia e Estado são demonstradas pelo autor. Em primeiro lugar estão os empréstimos via Estado, como Banco do Brasil e BNDES (BNDE, na época). Em segundo lugar se encontram os débitos com a previdência social, montante que é transformado em capital de giro, já que se trata de juros baixíssimos. Uma terceira vinculação se deve ao fato de o Estado ser um grande consumidor, o que estimula a atividade empresarial em diversos setores³⁹.

Percebe-se na análise de Ianni não uma fragilidade da burguesia, mas uma desejada e vantajosa proximidade e vinculação ao poder político. Situação que se inicia efetivamente após 1930, momento no qual os membros da “burguesia nascente procuraram interferir nas decisões do governo, no sentido de estimular-se a industrialização e planificar-se o desenvolvimento econômico nacional” (IANNI, 1988, p. 94). Portanto, as características modernas e ocidentais da burguesia não se restringiam ao ambiente fabril como pensou Cardoso, mas se expandiram para a esfera da política, configurando a sua relação com o Estado e o planejamento econômico. Trata-se de uma burguesia atenta às oportunidades abertas pelo cenário econômico mundial. Tanto que, nota Ianni, foi a própria burguesia industrial que percebeu as oportunidades abertas pela crise capitalista mundial e orientou o Estado para seus interesses:

A PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, o BNDE, o BNB, o Plano Salte, o Programa de Metas, o Plano Trienal são desenvolvimentos dessa mesma

³⁹ Este aspecto ajuda a compreender o sucesso dos empresários brasileiros que atuam no setor da construção pesada, que tem no Estado, talvez, o principal cliente, características de uma “burguesia burocrática” (PRADO JR., 2004).

orientação básica. São resultado da “convergência” entre os interesses da burguesia industrial e o Estado, numa espécie de pacto tático com setores de classe média, as demais facções da burguesia e o imperialismo. Em 1963, em memorial ao presidente da República, a Confederação Nacional da Indústria afirma que ‘a economia pública e a economia privada formam um complexo único, indissociável, devendo-se ressaltar a interdependência existente entre os múltiplos e variados fenômenos que integram o seu todo’. Os setores mais esclarecidos da burguesia industrial colocam as suas relações com o Estado nesses termos. Não dialogam apenas; procuram estabelecer as coordenadas do diálogo (IANNI, 1988, p. 97).

O Estado e a burguesia industrial brasileira atuam de forma convergente à promoção do desenvolvimento industrial, a questão da intervenção ou não do Estado na economia se torna falsa. O que se discute é como ele deve intervir. Para Ianni (1988) o nacional-desenvolvimentismo expressa a conquista da hegemonia da burguesia industrial, aspecto que se nota, por exemplo no Plano de Metas (1956-1960). Como se trata da transição de uma sociedade agrícola patrimonial para uma moderna industrial, dessa forma, desenvolvimentismo significa hegemonia da burguesia industrial:

Mas o desenvolvimentismo é a ideologia da ruptura burguesa. Como tal, ele assume feições particulares, própria do capitalismo que se constituiu num país gerado no processo de acumulação primitiva e inserido dinamicamente no capitalismo mundial [...] Mas é sempre o mesmo. É sempre a ideologia da burguesia industrial na fase da conquista de sua hegemonia. (IANNI, 1988, p. 102).

Embora o desenvolvimentismo possa assumir características nacionalistas – ao reivindicar o excedente que é direcionado aos mercados centrais – isso não implica na existência de uma *burguesia nacional*, tal mito não passou de uma tática para ampliar a frente política em torno da industrialização, em particular em conquistar o apoio do proletariado. Ianni é categórico: “Para ascender e assegurar o poder, em face da burguesia agrária e do proletariado, a burguesia industrial criou a ficção da *burguesia nacional*, como se o capital tivesse nacionalidade no âmbito do capitalismo.” (IANNI, 1988, p. 104). O processo de transição da economia fundada na agricultura para a industrial não apresentou ruptura na relação com o capital estrangeiro, como já apontamos, ao contrário, foi resultado deste:

É que o capitalismo industrial era uma virtualidade impossível, dada a integração da economia nacional no sistema mundial. Como a acumulação capitalista no Brasil se realizava no âmbito daquele sistema, a configuração fecunda para a industrialização era distorcida continuamente. Em consequência, foi preciso que houvesse crises no capitalismo mundial, isto é, uma certa ruptura entre a economia nacional voltada para a fora e aquele, para que se realizasse a conversão para uma estrutura econômica com predomínio de produção industrial, voltada principalmente para o mercado interno. (IANNI, 1988, p. 107).

Neste sentido, as crises que reconfiguram o capitalismo mundial, reconfiguram, também, o ordenamento econômico e político das frações burguesas internamente. É a partir das crises – no caso a da década de 1930 – que se tornou possível uma “margem mínima de independência e foi possível formular uma política econômica mais autônoma.” (IANNI, 1988, p. 108). Essa relativa independência alcançada não pode ser confundida com hostilidade ao capital externo, mas, ao contrário, na decisão de se associar a ele:

Antes que a industrialização ocorra à sua revelia, e noutra direção, o capital externo insinua-se e passa a participar das transformações estruturais, oferecendo-lhe também estímulos e direções. Por isso, a classe dirigente, além de necessariamente compor-se com a burguesia agrária, compromete-se em novos termos com a burguesia internacional. No circuito do capital, que sofreu várias diferenciações, há um fluxo que passa necessariamente pelo exterior. Por isso é que, em parte, a interiorização dos centros de decisão é expressão eufemística. Nesse contexto, a interiorização não significa nem rompimento completo nem, obviamente, independência em face exterior. (IANNI, 1988, p.111)

As flutuações ideológicas, ora mais liberal, ora mais intervencionista, não se devem a uma fragilidade da burguesia, mas sim ao caminho imposto pelo próprio padrão de acumulação vigente e a particularidade da relação entre as classes sociais e o capital externo que requer, para a concretização de seus interesses, do Estado.

Sabendo de seu elevado poder político e econômico interno e de sua vinculação ao capital externo, o que devemos compreender é como e em quais condições a burguesia da indústria de transformação deixa de ser um dos principais agentes do desenvolvimento econômico, sendo substituída pela predominância do capital e dos empresários estrangeiros e, mais recentemente, pelo setor bancário e primário-exportador. O pano de fundo dessa alteração de posição da fração burguesa são as mudanças ocorridas no capitalismo global que afetaram a forma de valorização do capital e reconfiguraram o papel do país na divisão internacional do trabalho. O ponto agora é apresentar como que fração industrial da burguesia brasileira atuou politicamente frente a essas imposições.

Não é possível exigir que os empresários do ramo industrial pudessem prever que toda sua luta política direcionada, sobretudo, contra a população mais pobre resultaria em seu declínio econômico. Mas o fato é que a indústria de transformação na periferia do sistema em mãos de empresários nativos, não condizia com as mudanças em curso e com as necessidades latentes do capital transnacionalizado. A atuação da burguesia industrial brasileira se deu no fortalecimento e em sua contribuição para as alterações que o grande capital internacional promovia. Aí reside outra dimensão do problema, pois se as

transformações em curso contribuíram para o desmanche da indústria brasileira de transformação, do ponto de vista da atuação política desses agentes econômicos, foram eles que geraram internamente as condições que promoveram a queda de seu protagonismo econômico.

Florestan Fernandes apontava a manutenção da dupla articulação no caminho da revolução burguesa no Brasil, ou seja, o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa. O esforço político da burguesia brasileira era a não alteração das vantagens propiciadas por essa dupla condição. O horizonte de expectativa da burguesia brasileira encontrou na permanência desses aspectos a forma adequada de desenvolvimento econômico. O resultado em termos políticos é uma forma de dominação excludente e pouco conflituosa com o imperialismo. O horizonte de expectativa se reduz – e isso se torna uma característica fundamental das elites brasileiras – à mera contemporização do padrão econômico dos países centrais. Tal consideração nos parece central na obra de Fernandes:

Elas [as frações da burguesia brasileira] se tornam, em suma, os agentes humanos que *constroem, perpetuam e transformam* o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia e adaptando a dominação burguesa às funções que ela deve preencher para que a transformação capitalista não só possa reproduzir-se em condições muito especiais, mas, ainda, tenha potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias capitalistas centrais e hegemônicas. (FERNANDES, 2005, p. 360).

A retomada dessa concepção permeia as ações da burguesia brasileira, sobretudo a industrial que, em tese, era a única fração burguesa capaz de se envolver em um processo de reformas que conduzisse o país a superação da dependência. Mesmo exercendo o poder político e econômico internamente, a burguesia brasileira em geral não escapava do restrito horizonte propiciado pela “dupla articulação”. Efetivamente, pouco interessava para essa burguesia o ideário burguês clássico – salvo quando utilizado para manter a própria condição de dependência e “subdesenvolvimento”. As energias deveriam ser direcionadas para conduzir a modernização dentro do ambiente socioeconômico do capitalismo dependente e “subdesenvolvido”, pois esse era o modelo que garantia significativas vantagens para a fração da burguesia industrial.

A forma política de garantir o “desenvolvimento com segurança”, ou seja, sem que o modelo econômico e a dominação política fossem ameaçados, era o de excluir as

demais classes do processo político. Comprometida que estava com a ordem global de expansão do capital, um dos objetivos é o de internalizar a modernização capitalista, o que inclui processos econômicos e culturais,

[...] o novo tipo de “modernização dirigida” tendia a deslocar a lealdade à nação e às polarizações ideológicas ou utópicas da revolução nacional em favor da lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a “solidariedade hemisférica”, “a solidariedade às nações democráticas” ou a “defesa da civilização cristã e ocidental. (FERNANDES, 2005, p. 367).

O golpe de 1964 cristaliza a situação da burguesia brasileira, seu cálculo racional para objetivar suas expectativas. Frustrando a “revolução brasileira” – tal como apresentada por alguns atores e setores da oposição –⁴⁰ e excluindo o espaço democrático, o golpe intensifica a característica autocrática da burguesia brasileira. O modelo de dominação assentado na dupla articulação não tolera nem mesmo as pautas contidas num programa de reformas tal como apresentado por João Goulart com apoio de sua base política. Ao exercer seu poder para manter a “dupla articulação” a burguesia industrial acaba – consciente ou não das consequências de suas ações – por se reconfigurar política e economicamente diante das novas imposições do capitalismo transnacionalizado.

Tratando o capital externo de forma apologetica, exaltando seus benefícios econômicos e tecnológicos, não percebia os indícios da globalização econômica resultante da crise da década de 1970 e que se intensificaria na década de 1980, o seu desfecho ficou evidente no momento em que ocorreu a abertura irrestrita do mercado brasileiro no início da década de 1990. Não encontramos relatos de industriais se apresentando contrários à abertura da economia e/ou privatizações das estatais⁴¹, no entanto, na efetivação de ambos processos, os industriais notaram a sua falta de espaço diante da concorrência do capital transnacionalizado, o vice presidente da Confederação Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), na época, em entrevista, descreveu o processo da seguinte forma:

Estamos substituindo a produção nacional pela importada. O governo fala em investimentos, mas na verdade o que está acontecendo é que as empresas estão

⁴⁰ Talvez a vertente teórica mais radical da Revolução Brasileira se encontra em Franklin de Oliveira, que recusou a postura reformista e escreveu de forma clara que a Revolução Brasileira deve estar comprometida com a “modificação radical dos fundamentos econômicos e sociais em que repousam as instituições políticas e jurídicas, as quais só poderão ser transformadas ao influxo do processo revolucionário.” (OLIVEIRA, 2019). Tal transformação só poderia ocorrer, a partir das movimentações das classes exploradas.

⁴¹ Demonstraremos diversos exemplos nos capítulos seguintes.

mudando de dono. Abertura é que nem vitamina: se você tomar algumas gramas, faz bem à saúde; se tomar demais, passa mal.” (BERNARDINI, in GONÇALVES, 1998, p. 217).

A década de 1990 é o momento no qual algumas frações do capital, sobretudo os empresários brasileiros da indústria de transformação, não contam mais com o mesmo apoio estatal que tinham nas décadas anteriores. Notamos esse fato em diversos relatos de empresários – entre eles Olacyr Moraes⁴². Os incentivos estatais e a política da ditadura que combinava – à sua maneira – abertura ao capital estrangeiro com relativo protecionismo, incluindo a fração da burguesia industrial, não sobreviverão às mudanças do capital e seu impulso expansionista que culminaram na transnacionalização e na financeirização. O empresário industrial brasileiro – se não todos, a maior parte – assistiu à abertura comercial obrigando-se a se realocar diversificando suas atividades ou aderindo aos processos de fusões e aquisições com capital predominantemente externo.

A perda do protagonismo econômico frente às alterações do capital não implica, necessariamente, perda de capacidade política. A fração industrial da burguesia brasileira atua politicamente, o que lhe cabe significativa parcela de responsabilidade sobre seu próprio declínio econômico. Se no período de industrialização intensiva a atuação política do empresariado é significativa, ela não se encerra diante da desnacionalização e da desindustrialização. Na década de 2000 viu-se o engajamento empresarial para diminuir o custo Brasil (MANCUSO, 2007), a presença da principal organização representativa dos industriais de São Paulo (a FIESP) nas manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (SINGER, 2015), e, em 2019, a campanha que o setor realizou a favor da reforma da previdência.

A ação política dos industriais paulistas organizados na FIESP, é exemplo de como o setor, mesmo diante da desindustrialização, não deixou de atuar. É possível que tenha, talvez, sem saber das consequências contribuído para a queda relativa da indústria e sua desnacionalização. Resistir às políticas neoliberais e à abertura dos mercados não foram prioridades para os industriais paulistas. A prioridade foi manter as condições de vinculação subalterna no mercado global e direcionar sua atuação, sobretudo os organizados pela FIESP, contra as classes sociais inferiores.

Diante da crise instaurada na década de 1990, da qual a liberalização do mercado, restrição aos direitos, e a flexibilização das leis trabalhistas se apresentaram como solução

⁴² No quinto capítulo descreveremos com mais atenção esse processo a partir de depoimentos dos próprios empresários.

para a crise que se efetivou durante a década de 1980, os empresários industriais consentiram com a avalanche de capital estrangeiro, sem se preocuparem com os impactos sociais do projeto neoliberal. Quanto ao primeiro aspecto, a FIESP considerava que a abertura dos mercados seria benéfica à industrialização pois traria ganhos de produtividade, contudo, apontava que distorções internas deveriam ser resolvidas para aumentar a competitividade da indústria nacional (BIANCHI, 2010). Aí reside o segundo aspecto, a indústria brasileira só poderia, eventualmente, competir com as empresas dos grandes centros capitalistas na medida em que intensificava a exploração do trabalho e expropriava direitos, as “distorções internas” se referem sobretudo às questões sociais.

Nas eleições de 1994, por exemplo, quando a disputa presidencial polarizou entre Lula e Fernando Henrique Cardoso, a opção dos industriais pelo segundo ocorreu pela identificação do primeiro com os movimentos sociais:

Eram os movimentos sociais identificados com a história de seu partido (PT) que lhes provocava repulsa. A candidatura de Fernando Henrique Cardoso condensava um projeto estratégico que prometia estabilidade econômica e a continuidade da política liberal, como também a desejada pacificação dos movimentos sociais, particularmente sindicatos. Ela dava às classes dominantes o esperado *condottiero*, capaz de guiá-las a um porto seguro, superando a crise de hegemonia que desde o começo da década de 1980 se fazia presente. Foi esse o projeto que os empresários aderiram. (BIANCHI, 2010, p. 240).

Ainda não sabiam os industriais que seria o candidato petista o mais alinhado com essa pauta, como demonstrou a gestão *lulista* de 2002-2010, no qual movimentos sociais e lideranças sindicais foram atrelados ao governo diminuindo seu poder reivindicativo, num projeto de contenção social (PINASSI, 2015). Na década de 1990, a demanda dos empresários industriais se pautava em uma combinação de liberalização da economia, ofensiva sobre o trabalho e direitos e contenção dos setores reivindicativos, o programa adequado era o do PSDB.

Os industriais de São Paulo sabiam do risco que corriam, assim como a estratégia a ser adotada:

Nesse jogo, as empresas brasileiras deveriam verificar quais os produtos que, apesar das ineficiências sistêmicas internas, ainda eram competitivos. Para sobreviver, as empresas deveriam “importar e eventualmente fazer parcerias e fusões, fora ou dentro do país, para ganhar escala” [...] (BIANCHI, 2010, p. 241).

A campanha da FIESP foi orientada, nesse período, para as reformas tributária e fiscal, ainda,

Aceitando o neoliberalismo como projeto estratégico, seus líderes exigiam que o governo avançasse na supressão de direitos trabalhistas e sociais e nas privatizações como mecanismo de compensação das perdas proveniente da

abertura dos mercados. À indústria caberia aceitar os desafios da internacionalização da economia, mas o governo deveria fazer sua parte. (BIANCHI, 2010, p. 241).

A associação da burguesia industrial brasileira ao capital internacional e à globalização econômica é um fato, contudo o empresariado industrial não é simples vítima desse processo e nem mesmo frágil, tal conjuntura partiu de decisões do próprio setor. Aceitava-se a abertura dos mercados com o objetivo de aumentar a produtividade e armava uma ofensiva contra os direitos sociais afim de impulsionar a acumulação ganhando competitividade. Afinal, a forma encontrada de compensar sua defasagem frente às grandes empresas transnacionais, era a de intensificar a superexploração do trabalho e avançar sobre os direitos trabalhistas e sociais.

Para a indústria de transformação brasileira, tal estratégia não foi exitosa. Como já apontamos, resultou em um processo de desnacionalização e afastou os empresários brasileiros do centro de decisões sobre os rumos da indústria do país. Isso ocorreu, vale insistir, pois foi na indústria de transformação, sobretudo nos setores mais intensivos em tecnologia, que o capital externo encontrou maiores chances de êxito econômico. Ao a burguesia brasileira não poder concorrer na disputa tecnológica, restavam os setores com menor incorporação tecnológica e mais intensiva em capital variável, foi nesses ramos que a burguesia brasileira sobreviveu.

Menos afetados pelas importações foram os setores intensivos em mão de obra, como têxteis, calçados e material plástico, dentre outros. Em média, esses setores variaram de um coeficiente de 1,5%, em 1989, para um de 11,7% em 1998 [...] A variação [penetração das importações] foi menor nos setores intensivos em recursos naturais, nos quais se fazem presentes os segmentos produtores de *commodities*, que passaram de uma média de 2,9% para uma média de 8,1%. Como é sabido, em vários desses setores o Brasil possuía vantagens competitivas absolutas, mas mesmo aqui alguns foram particularmente afetados pela abertura pela abertura, como o de moagem de trigo e metalurgia de não ferrosos. (BIANCHI, 2010, p. 243).

São os setores mais intensivos em mão de obra e em recursos naturais que caracterizarão a burguesia brasileira após o início do desmanche neoliberal. Quando olhamos para o período neodesenvolvimentista encontramos exatamente esses setores com os maiores faturamentos – incluindo o setor bancário – e mais atrelados aos governos, como o setor extrativo, o agronegócio e a construção civil, setores extremamente intensivos em mão de obra. Esses serão os setores em que os principais agentes econômicos brasileiros serão encontrados.

Não podemos ocultar o fato de haver no meio empresarial, até mesmo na FIESP, oposições ao extremismo neoliberal da década de 1990. Como demonstra Bianchi (2010), as disputas entre os empresários caminharam para uma alternativa ao neoliberalismo de

Cardoso. A conjuntura econômica das eleições de 2001 deixava evidente o descontentamento industrial diante das políticas adotadas, embora sem um apoio formal e exclusivo, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, não era mais visto como o grande opositor dos interesses dos industriais paulistas, parte do empresariado viu em Lula a alternativa devido à moderação do discurso e da perda de ênfase em sua relação com os movimentos sociais:

O baixo grau de conflitividade do empresariado com a candidatura de Lula representava a confiança de que sua eleição não significaria uma ameaça à propriedade privada nacional e estrangeira, por um lado, e por outro, não produziria uma descontinuidade radical da política econômica. O limite de difícil transposição entre o empresariado e Lula eram os movimentos sociais identificados com a história do Partido dos Trabalhadores e seu candidato à presidência. Paradoxalmente, depois da eleição de Lula, esse limite foi transposto com a crescente dissociação do governo dos movimentos sociais. Mas a política econômica liberal-desenvolvimentista esperada pelos industriais até então não veio... (BIANCHI, 2010, p. 258).

A fração da burguesia brasileira que ascenderá econômica e politicamente no neodesenvolvimentismo será a alinhada com o projeto de governo e com a economia mundial. Um impulso econômico do Estado fortalecerá os setores que atendam às demandas da financeirização da economia e o extrativista alinhado com a expansão dos grandes centros econômicos, em especial a China. A burguesia industrial brasileira, sobretudo a de transformação, não encontrou vez nem no projeto de governo e nem na conjuntura internacional. A intervenção estatal priorizou obras de infraestrutura através do PAC, beneficiando as grandes empreiteiras, o setor bancário e o extrativo. Ao não ser revertida as condições estruturais da economia brasileira – que desde sua formação é caracterizada pela exportação de produtos primários - os setores voltados à exportação de *commodities* estarão entre os mais lucrativos da primeira década de 2000, no qual a CSN e a Vale são exemplos significativos.

Contudo, quando analisamos os imperativos do capital transnacionalizado notamos que a política, quando se limita a institucionalidade, não questiona a ordem capitalista vigente, não oferece saídas para a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho. Se é equivocado enfatizar a debilidade dos empresários industriais brasileiros, essa “fraqueza” que foi apresentada por grande parte da bibliografia sobre o tema, tem que ser colocada frente a ofensiva promovida pelos grandes centros capitalistas nas últimas quatro décadas. É insuficiente dizer que faltou ao setor industrial força política, ou mesmo que não tinha consciência das transformações em curso. O ponto central se encontra no ordenamento do capital global e na atuação política dos próprios industriais em aderir às novas imposições das transformações capitalistas. A

adesão ao novo cenário aberto pela transnacionalização era vista com vantagens pelo setor, não contavam os empresários industriais que seriam secundarizados pelo próprio modelo econômico que defendiam.

4 – Nacionalismo, imperialismo, Estado e a burguesia brasileira

4.1 A decadência do nacionalismo brasileiro

A formação de uma nação, que envolve características como língua, cultura além de um destino histórico em comum compartilhado pelos habitantes de determinado território, difere do nacionalismo.

O nacionalismo enquanto ideologia compreende todos esses elementos, mas também uma coisa a mais, que é o ingrediente decisivo: a escolha da nação como valor primordial do ponto de vista social e político, valor ao qual todos os outros devem ser, de qualquer forma, subordinados. (LÖWY, 2000, p. 79).

As nações se formam, mas não conduzem necessariamente ao nacionalismo. É significativo que, de uma maneira geral, o nacionalismo tenha ganhado maior vigor em nações de capitalismo tardio, como Alemanha, Itália, Japão, Rússia e China. São países que mesmo sem alcançar o status efetivo de nações imperialistas, como a Inglaterra e os Estados Unidos após meados do século XX, não se isentaram de participar de grandes disputas mundiais. São nações que compartilharam – em momentos diferentes – características semelhantes, como a defesa de ataques das nações imperialistas e, principalmente a partir do século XIX, condições de disputar a sua fração no imperialismo moderno, com o objetivo de alcançar os países considerados economicamente “avançados”. (FIORI, 2014).

O nacionalismo passa a assumir, portanto, uma dimensão econômica, o aumento territorial, a influência sobre outras nações, e o desenvolvimento das forças produtivas, tudo somado à soberania nacional. Alemanha, Itália e Japão protagonizaram grandes guerras locais e mundiais para se afirmarem enquanto potências. Rússia/URSS entrou no século XX com um processo revolucionário que a tornou durante quase cinquenta anos a segunda potência mundial – com o expressivo, embora nefasto, nacionalismo de Stálin. A China no século XXI é o único país a fazer frente ao imperialismo dos Estados Unidos. De qualquer modo, todos esses países se apresentaram para inserção nas disputas imperialistas e do ponto de vista do desenvolvimento econômico apresentam resultados considerados positivos pelo mercado no século XXI.

Os países periféricos não alcançaram tal destaque, sobretudo América Latina e África. Nem por isso o nacionalismo deixou de alcançar uma significativa importância.

Na África foi um dos componentes das lutas pelas libertações das opressões coloniais, na América Latina orientou governos, intelectuais e militantes em meados do século XX. Para ficar no Brasil: a ideologia nacionalista teve influência no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos intelectuais da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), cujo maior expoente brasileiro foi Celso Furtado e no Programa Democrático Popular do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Orientação nacionalista que chegou ao seu apogeu no início da década de 1960, momento em que, segundo as correntes intelectuais e políticas citadas, estaríamos às portas da “Revolução Brasileira”. Que concretizada poderia alçar o Brasil a uma potência capitalista com autonomia política e econômica, seja para se beneficiar dos resultados da expansão capitalista, seja para dar um passo em direção ao socialismo – no caso do programa do PCB.

O nacionalismo, enquanto orientação política-ideológica capaz de direcionar um país não é eficaz se ficar restrito ao ambiente acadêmico ou às figuras do governo. Um importante intelectual da época fez a seguinte observação:

O que a ciência da história comprova é a nossa afirmação inicial: uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares. E aqui se coloca uma terceira afirmação, logicamente deduzida da anterior: *o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas*. (PINTO, 2006, p. 82).

É conhecida a formulação de que a nação é resultado de um amplo esforço coletivo de ações que resultam em uma identidade nacional. O “destino” da nação em algum ponto é “imaginado” pela coletividade de seus habitantes ou ao menos conduzido por sua classe dirigente. Como vimos, a preocupação central de Álvaro Vieira Pinto é a necessidade de as massas se apropriarem da ideologia, podemos supor, portanto, que elas estavam distantes de ter a consciência necessária para participar de tal processo, aspecto que não desenvolveremos aqui. Mas é importante registrar que havia um entusiasmo quanto ao nacionalismo no período, expresso em diversos intelectuais, políticos e militantes, entre eles Nelson Werneck Sodré que o entendia pela possibilidade de conciliação entre classes sociais em benefício da concretização do nacionalismo capaz de impulsionar a Revolução Brasileira:

O Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classes, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a

luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. (SODRÉ, 2006, p. 108)⁴³.

É certo que, dentro dessa perspectiva, assim como as massas deveriam ter a consciência do nacionalismo a burguesia também deveria adquirir tal capacidade. Quanto à burguesia nossa análise demonstrará que tal agente econômico não apresentou essa pretensão. O que é importante neste momento é registrar que essa perspectiva nacionalista diz respeito a um período no qual a transnacionalização e a financierização do capital não atingiam o mesmo grau alcançado após a década de 1970. Grande parte das análises, os estudos considerados clássicos, sobre a burguesia brasileira são desse período. No entanto as transformações oriundas da transnacionalização reconfiguraram os espaços nacionais e as classes sociais diante dos imperativos de uma nova divisão internacional do trabalho. Fato reconhecido por outro grande teórico nacionalista do período em texto escrito já no século XXI:

A resposta aos aspectos negativos da globalização não consiste na passiva aceitação desses, mas na adoção de um novo nacionalismo, ajustado às condições do século XXI. Um nacionalismo protetivamente regulatório e propiciador de grandes iniciativas novas, concebido, no caso de um país como o Brasil, no âmbito de um inteligente integracionismo sul-americano, vantajoso para todos os partícipes. (JAGUARIBE, 2008, p. 278).

A estratégia nacionalista, para alguns antigos nacionalistas, foi reduzida ao regionalismo comercial representado pelo Mercosul⁴⁴. De uma estratégia que carrega

⁴³ Diferente de alguns intelectuais cepalinos e boa parte do ISEB, Sodr e não sucumbiu   decadência do nacionalismo reduzindo-o   simples associa o com o imperialismo. Via no Estado apoiado por forças progressistas a possibilidade, para o século XXI, de superar o “atraso” e o neoliberalismo ao afirmar a “emancipa o nacional (...) O Estado pode ser, nessas condi oes, instrumento eficaz na luta pela emancipa o do jugo dos monopólios externos, ditos multinacionais.   dessa verdade que resulta a luta interna contra o Estado. Todos desejamos mudar o caráter do Estado, no Brasil. Não no sentido pregado pelo neoliberalismo, mas justamente no sentido oposto. A reforma do Estado deve visar   continua o e ao fortalecimento da luta pela emancipa o nacional. O caráter da composi o do Estado   que o define. Esse caráter depende da correla o de forças entre as classes, interna e externamente. A reforma do Estado, de que realmente muito necessitamos, ocorre em meio às contradi oes de classe. Daí o fato de que há classes, no Brasil, e ainda bastante poderosas, que apoiam o neoliberalismo importado e somam com o seu esforço para reduzir ao mínimo o papel do Estado.   a composi o de forças, no Estado, que define a etapa do desenvolvimento da luta pela emancipa o nacional.” (SODR E, 1996).

⁴⁴ De acordo com Jaguaribe: “  possível e necessário, além disso, compensar as formas desreguladas da globaliza o pela forma o de regionalismos eficazes. Essa foi a exitosa soluço adotada pela Europa. Essa   a soluço disponível para o Brasil e demais países sul-americanos, mediante a amplia o e consolida o do Mercosul, num processo orientado para a integra o geral da América do Sul. A conversão da Comunidade Sul-Americana de Na oes, de seu atual estado meramente declaratório, numa entidade

aspectos de afirmação nacional contra a influência externa, passa-se a uma estratégia de inserção econômica a partir de blocos regionais. Isso ocorreu também com a CEPAL, instituição de referência do nacionalismo da segunda metade do século XX. O nacionalismo que orientava boa parte da instituição foi gradualmente substituído pelo desenvolvimento associado e a integração internacional (CASTELO, 2010).

Como reconhecem os próprios ideólogos, essa perspectiva nacionalista naufragou no mar da transnacionalização do capital, fazendo com que os Estados nacionais assumissem papéis mais complexos e novas formas de subalternidade foram delegados à periferia do sistema. O tema do nacionalismo foi deslocado e reduzido à integração econômica na ordem transnacionalizada. É insuficiente reduzir a análise apontando “traição” ideológica ou má-fé. O que procede é o reconhecimento de que o nacionalismo tal como formulado nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser a estratégia diante da globalização econômica após 1970.

Não se deve tirar disso que os espaços nacionais percam sua importância. O que deve ser destacado é que o nacional é reconfigurado diante da transnacionalização do capital. Na qual a pura afirmação da autonomia nacional – sem ser devidamente qualificada – não representa nada mais do que, quando bem sucedida, uma inserção do país no capitalismo em crise crônica.

Exemplificamos essa expressão da redução do nacionalismo a partir das relações internacionais estabelecidas pela diplomacia brasileira. Durante os governos petistas exaltou-se uma postura “ativa” das relações do Brasil com os outros países, em contraponto à exacerbada submissão aos Estados Unidos promovida pelo governo Bolsonaro (2019-) da qual Celso Amorim, intelectual e ex-ministro de relações exteriores do governo Lula, disse o seguinte⁴⁵:

O Brasil passou a ter uma posição de que nunca havia desfrutado antes nas negociações da Rodada de Doha e foi sistematicamente chamado para as cúpulas do G8+ ao longo da primeira década do novo milênio. O presidente brasileiro participou ativamente das articulações que levaram à criação do G20 de líderes, na esteira da crise financeira de 2008. O papel do Brasil na geopolítica mundial foi reconhecido, o que se evidenciou, entre outros, no convite para participarmos da Conferência de Annapolis, em que se tentou

efetivamente operacional, proporcionará aos países da região uma extraordinária ampliação de sua capacidade econômica e tecnológica, gerando um sistema dotado de *alto poder internacional de negociação* e de elevada margem de autonomia.” (JAGUARIBE, 2008, p. 278, grifos nosso).

⁴⁵ Nosso objetivo aqui não é tratar as diplomacias dos governos petistas e do governo Bolsonaro de forma semelhante. A postura política e os objetivos são diferentes como demonstra o texto citado de Amorim, contudo, ambas as diplomacias não deixaram de representar e impulsionar os interesses das frações economicamente dominantes da burguesia brasileira, esse é o ponto que ressaltamos.

reviver as conversações de paz na questão Israel-Palestina, e no pedido feito expressamente por Barack Obama a Lula para que ajudasse a intermediar um acordo com o Irã, relativo ao programa nuclear. (AMORIM, 2019, p. 38)

Trata-se de uma política que procura inserir o país no cenário mundial e não de uma afirmação dos interesses nacionais. Ainda, o aspecto privilegiado foi o econômico, como se nota na relação do país com o continente sul-americano, com a África e o Oriente Médio: “No nosso caso, o forte impulso que demos à integração sul-americana e ao relacionamento com outros países em desenvolvimento (incluindo latino-americanos, africanos e árabes) teve reflexos positivos para o nosso relacionamento internacional, sobretudo nas negociações econômicas e comerciais. (AMORIM, 2019, p. 38)⁴⁶.

Mesmo a diplomacia “ativa” da qual fala Celso Amorim está longe de uma afirmação nacional. O que se nota é um esforço pela integração na ordem global e por melhores posições econômicas, sobretudo em economias nas quais as condições sociais são mais precárias, basta verificar as atuações internacionais das grandes empresas brasileiras nesses países, no qual a degradação humana e ambiental é evidente (ZIBECHI, 2012; ZANINI, 2017). De qualquer forma, presenciamos, durante os governos petistas, uma política externa conservadora, na qual “não se propõem a mudar a distribuição do poder internacional, nem questionam a hierarquia do sistema mundial.” (FIORI, 2014, p. 231). Evidente que é necessário avaliar se existe a possibilidade de alterar a distribuição de poder internacional num contexto de capital transnacionalizado, contudo, pode-se afirmar que a diplomacia brasileira representou – e certamente ainda representa – a estratégia da associação e integração com o capitalismo globalizado de forma semelhante ao identificado pelos antigos nacionalistas diante da nova ordem global.

Não se pode concluir desse fato somente que a diplomacia brasileira estava equivocada, mas sim que as relações entre países não são mais o determinante nas relações capitalistas globais. É interessante perceber que nos fóruns econômicos e comerciais internacionais, o presidente é acompanhado por uma comitiva de empresários. As reuniões bilaterais buscam alinhar interesses de investidores e de empresários e não somente das relações comerciais entre as nações. Percebe-se que a diplomacia e as

⁴⁶ É significativa a piora dessa condição durante o governo Bolsonaro. Comprometido com o alinhamento político-ideológico com o governo Trump, o Brasil perde o espaço na diplomacia apresentado por Celso Amorim. Na proposta de reunião do G7 organizada pelo presidente norte-americano, o Brasil não foi incluído. Na reportagem do dia 01/06/2020, Assis Moreira (2020) interpretou da seguinte forma o ocorrido: “O anúncio do presidente Donald Trump de que quer reunir uma espécie de “G10 ou G11” em setembro, sem mencionar o Brasil, representa um retrocesso constrangedor à posição brasileira na governança global, uma espécie de rebaixamento para a segunda divisão da ordem internacional.”

relações internacionais não atuam pelo interesse nacional, mas pelo interesse das burguesias. O papel dos governos e da diplomacia é o de alinhar e proporcionar um ambiente de negócios mais favorável, o que significa atrair capital e, em alguns casos, atuar para beneficiar a internacionalização de empresas brasileiras.⁴⁷ Portanto, não se trata de um encontro entre nações, mas entre burguesias transnacionais interessadas nas possibilidades geradas pelos fluxos de capitais.

A retórica nacional sempre acompanhou os governos brasileiros. Os discursos e programas políticos que se pautam pela questão nacional são utilizados tanto por orientações ideológicas do campo da direita como da esquerda. No Brasil, o segundo governo de Getúlio Vargas apresentava traços de uma postura anti-imperialista em favor da “autonomia nacional” (BANDERA, 1979). A apropriação do nacionalismo pela esquerda jogou a direita para o campo oposto. “De tal modo, que a direita passa a ser antinacionalistas, e nacionalistas as tendências radicais.” (CANDIDO, 2013, p. 225). Essa constatação tem que ser reformulada no século XXI, afinal o lema que elegeu a ultra direita no Brasil em 2018 foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que teve significativa repercussão nos empresários que apoiavam o candidato, exemplo significativo é o Instituto Brasil 200⁴⁸:

⁴⁷ O fórum de Davos de 2020 foi realizado após a aprovação da reforma da previdência exigida pelo governo

Bolsonaro e pelo mercado, destacando a economia brasileira fórum. São depoimentos de empresários que representam o ocorrido nos encontros econômicos: O presidente do Bradesco: "O sentimento que a gente percebe dos investidores é de um pouco mais de confiança no Brasil. O que precisa é que as reformas andem rápido"; sócio do BTG Pactual: "A sensação em Davos é que o Brasil voltou a estar na moda". É significativo a seguinte observação: “Chamou a atenção que praticamente metade dos 60 participantes eram os presidentes de grandes empresas globais que precisam entender para onde o Brasil está indo antes de definir o tamanho da presença no país nos próximos anos.” Ainda, o ministro da economia Paulo Guedes teve encontros considerados positivos com representantes da UBER, Apple, Huawei (empresa chinesa que tem interesse em telefonia móvel), UPS (que tem interesse na privatização dos Correios). Por aí, é possível identificar que o Fórum é muito mais destinado aos empresários do que aos Estados nacionais. (SALOMÃO; COELHO, 2020). Importante como o próprio ministério das relações internacionais pensa, por exemplo, a Rodada Doha: “O Brasil e diversos outros países em desenvolvimento entenderam que o centro das negociações da Rodada Doha deveria ser as negociações em agricultura, setor em que se concentram boa parte das exportações desses países. Deve-se ressaltar que, durante as rodadas negociadoras do antigo GATT, esse setor foi objeto de um esforço de liberalização significativamente modesto, quando comparado ao setor de bens manufaturados, razão pela qual ainda goza de elevada proteção contra importações em muitos países e está sujeito a disciplinas menos exigentes. Nesse sentido, a Rodada de Doha deveria ter por objetivo corrigir tanto quanto possível as distorções que prevalecem no comércio agrícola, promovendo a eliminação dos subsídios à exportação, redução substancial e disciplinamento dos subsídios à produção (apoio interno), além de ampliação do acesso aos mercados desses bens.” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS). Ou seja, entende-se o encontro como um promotor dos interesses do agronegócio do país.

⁴⁸ O Instituto Brasil 200 é um grupo formado por empresários brasileiros sobretudo da área do comércio varejista. O apoio ao governo sofreu significativo abalo com a exoneração do Ministro da Justiça Sergio Moro (PODER 360, 2020)..

O Instituto Brasil 200 surgiu a partir do movimento homônimo fundado em 2018 e que faz alusão aos 200 anos da Independência. Assim batizado para que não percamos de vista o objetivo fundamental da nossa mobilização: *os 200 anos da soberania nacional que serão comemorados em 2022*. (INSTITUTO BRASIL 200, grifos nossos).

Cândido estava certo ao assinalar que a palavra “nação” é instável servindo a diversos tipos de discursos e posturas políticas, contudo a conjuntura de crise do capital que se intensifica no século XXI, fez com que a direita brasileira reencontrasse sua identificação com o tema da “nação”. No entanto, diante do capital transnacionalizado, qualquer postura ou discurso que enfatize o nacionalismo ou a soberania do país – seja a direita ou a esquerda institucionalizada – não significa outra coisa que a barganha por espaços entre as grandes potências do capitalismo globalizado – salvo, evidentemente, aquelas que tem por horizonte a revolução socialista.

4.2 A burguesia brasileira e o capital transnacional

Desde seus primeiros escritos, Marx e Engels se atentaram para as características internacionalistas do capital. Em uma passagem de *A ideologia alemã* de 1846 encontra-se a seguinte constatação:

Ora, quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial [...] Segue-se daí que esta transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. (MARX, ENGELS, 2007, p. 40).

A expansão do capitalismo que tem a Inglaterra como motor a partir, principalmente, do século XVIII, se impõe sobre o restante das nações. O imperialismo inglês é a forma de representação política, social e econômica que modifica as relações entre os diferentes países. Ele atua reconfigurando tanto os países fornecedores de

matérias primas como o Brasil⁴⁹, como os destinatários de seus produtos, como a Índia colonizada pelo império britânico. No primeiro caso se consolida uma especialização no fornecimento de minerais metálicos, no segundo a expansão da produção têxtil inglesa se sobrepõe ao artesanato e às tradições dos indianos. Consolida-se, através das exigências do capitalismo em expansão, uma articulação mundial e desigual entre as nações, sendo que os países se reconfiguram a partir das relações estabelecidas pelas demandas do imperialismo.

A expansão do capital transforma a história singular em história universal. Da época do imperialismo inglês, por exemplo, essa universalização do capital ocorria pela dominação militar e conquista territorial em busca de extração de recursos e de mercado consumidor. Essa condição sofre significativa alteração com o capitalismo monopolista do século XX sob hegemonia norte-americana, na qual a superioridade em relação às outras nações ocorre por meio da expansão de suas empresas e da moeda (FIORI, 1999) – e ainda as questões culturais.

A configuração descrita acima ainda permitia se falar em revoluções nacionais, revoluções “dentro da ordem” ou qualquer outro termo para classificar transformações estruturais sem rompimento com o capitalismo, na medida em que os capitais ainda estavam ancorados e poderiam ser controlados pelas autoridades nacionais. Embora expansivo e internacional, as relações econômicas ocorriam entre países e entre empresas de distintas nacionalidades. No caso brasileiro notou-se, principalmente nos anos 1950, uma abertura ao capital internacional, sobretudo norte-americano. Empresas multinacionais em expansão dirigiam suas atividades para a periferia do sistema, neste período, o caso mais significativo é o da indústria automobilística (OLIVEIRA, 2003). Junto às empresas multinacionais encontravam-se as brasileiras que ficavam na órbita das grandes e poderosas multinacionais ou, em alguns casos, predominava no mercado como caso da construção civil.

Essa lógica das empresas multinacionais – que significa empresas “nacionais” que se internacionalizam – se dissolve com a transnacionalização. No momento em que as barreiras para a circulação de capital e a financeirização se caracterizam como elementos fundamentais do capitalismo contemporâneo, os fluxos de capitais não obedecem mais aos controles nacionais. As empresas, as burguesias e as relações com as classes

⁴⁹ Não pode passar despercebido o papel que o ouro brasileiro teve para a acumulação de capital inglesa durante o século XIX, Marx se atentou a esse fato (MARX, 1985).

subalternas devem ser repensadas diante das alterações do capital em expansão que ultrapassa fronteiras.

A transnacionalização é resultado do inerente movimento de expansão do capital. Uma expansão irrestrita que atinge de distintas formas todos os países. Este impulso ocorre, sobretudo, através da atuação das empresas em busca de novos mercados e melhores condições de valorização do capital (MÉSZÁROS, 2014). Ainda, nas palavras de Mézáros (2014):

O ponto de partida e o ponto final na ordem sociometabólica dominante são as “personificações do capital”, que devem traduzir em ordens exequíveis os imperativos objetivos de autorreprodução ampliada do capital com referência ao avanço projetado de seus empreendimentos *limitados*, por maiores que sejam. (p. 263).

A objetivação dos interesses de cada burguês representa a efetivação da ordem do capital em vigor. Em tempos ascensionais do capital, por mais destrutiva que fosse a sua expansão, as burguesias conduziam um projeto capitalista capaz de suportar a inclusão das classes subalternas e adiar o encontro com os limites dos recursos naturais. Em um cenário de crise estrutural – de fase decrescente do capital – a ação burguesa acelera o encontro com os limites absolutos do capital⁵⁰. Diante da transnacionalização do capital, a primeira lição a se tomar é que os interesses burgueses obedecem à lógica dos fluxos financeiros apátridas e não aos controles nacionais. Aqui reside a importância da diferença entre multinacional e transnacional:

A globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização. Mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem por cima das fronteiras. Por isso a terminologia de “companhias multinacionais”, comumente usada, deve ser substituída pela de “companhias transnacionais, que nos indica a especificidade desse tipo de empresas. Elas não juntam nações – passam por cima delas. (BERNARDO, 2000, p. 39).

Por trás da afirmação de João Bernardo existe a constatação de que o comércio global não ocorre entre nações, mas entre empresas transnacionais (como exemplificamos com o fórum de Davos), muitas vezes, os fluxos de importação e exportação de capitais ocorrem entre filiais da mesma companhia. Por isso, segundo Bernardo, a divisão entre países deve ser substituída pelas companhias transnacionais. Dessa forma, as relações

⁵⁰ Essa análise foi apresentada no primeiro capítulo.

entre empresas se colocam acima das relações entre países. Fato agravado pela abertura de capital das grandes empresas transnacionais na bolsa de valores: “Esta dispersão geográfica das ações dilui a nacionalidade da matriz e facilita às transnacionais a adoção de estratégias próprias, independentes de governos.” (BERNARDO, 2000, p. 42). Nessa perspectiva, posturas nacionalistas e do Estado-nação perdem o sentido político e econômico e se limitam a oferecer a infraestrutura para atender os interesses e a expansão das transnacionais.

De fato, os fluxos globais irrestritos de capitais reconfiguram o que se entendia por nacional, como estamos mostrando. Desse modo, as burguesias devem também ser entendidas de forma transnacional. Por ser a classe social que personifica e é o agente fundamental da expansão do capital, deve, necessariamente, reproduzir os imperativos da ordem capitalista global. Por isso, não parece equivocado a forma como Miglioli (1998) percebe a burguesia diante da transnacionalização:

O fato novo ainda é a intensificação do processo de unificação econômica da burguesia, em escala nacional e internacional: dentro dos países eliminam-se as diferenças entre as várias frações setoriais (rurais, industriais, comerciais, bancárias) e entre países ocorre um fluxo recíproco de investimentos entrelaçando as burguesias nacionais. Tal processo é possível graças à financeirização do capital e às concomitantes expansão e agilização das bolsas de valores. (MIGLIOLI, 1998, p. 39)⁵¹.

No caso da periferia do sistema, em especial o Brasil, esse entrelaçamento existe desde a formação da burguesia brasileira, devido a sua inquestionável característica associativa herdeira da condição colonial e dependente. Esse entrelaçamento torna as economias interdependentes no sentido de que as crises “nacionais” repercutem nas demais economias, ou ainda, o impulso econômico de um país atrai capitais e demanda recursos naturais e humanos para o seu desenvolvimento, como é o caso da China no final do século XX e início do XXI. Quanto ao ambiente interno das nações, a burguesia doméstica que se beneficiou do processo de centralização de capitais durante o período de intensa industrialização, se unifica e se fortalece econômica e politicamente com a

⁵¹ Cabe uma importante distinção em relação às considerações do autor. Uma coisa são as disputas internas entre as frações burguesas que mesmo “entre muros” não deixam de ocorrer, outra é a relação dessas frações com o capital transnacionalizado. A transnacionalização do capital não elimina as disputas entre as frações internas por maiores vantagens econômicas, no entanto, nenhuma dessas frações, quando localizadas na periferia, podem fazer reivindicações significativas frente à transnacionalização. Em outras palavras, qualquer disputa entre frações – argumento que sustenta teses de autores como Armando Boito Jr. (2012), por exemplo –, não significará uma alteração na forma de incorporação do país no capital transnacionalizado, os diversos setores tendem a se unificar para garantir a permanência das condições que caracterizam a dependência.

diversificação de suas atuações. Esse processo ganha intensidade na década de 1970, tem continuidade expressiva na década de 1980 e 1990 e se cristaliza nos anos 2000. Não é incomum que um mesmo grupo empresarial se encontre na indústria extrativa, no agronegócio e no mercado financeiro, caso do grupo Votorantim, por exemplo, que vale ser mencionado.

Com empresas do setor produtivo e comandado por um empresário identificado com as pautas nacionalistas – Antônio Ermírio de Moraes –, o grupo Votorantim acabou por adentrar no mercado das finanças inaugurando um banco próprio. Mesmo com a repulsa que o líder empresarial apresentava aos grupos financeiros, criticando os juros abusivos, responsabilizando os bancos estrangeiros pelas dívidas contraídas pelo país⁵², e afirmando que o capital financeiro tem mais poder que o setor produtivo⁵³. Tal fato demonstra não a vontade do agente econômico, mas a necessária adequação aos imperativos do capital em transformação. De forma taxativa, Antônio Ermírio de Moraes disse o seguinte sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando questionado sobre a prioridade dada ao capital financeiro: "Não sou inimigo dos bancos, mas noto que existe, em todas as ações do governo, uma proteção para a área especulativa, enquanto a área produtiva continua de maré baixa." (SEIDL, 1999). Não é por acaso que a Votorantim diversifica ainda mais suas atividades e tem nos anos 1990 uma significativa alteração em suas prioridades. "Durante a década de 90 observam-se quatro movimentos simultâneos que tem marcado a atuação do grupo: diminuição do tamanho; perda de posição relativa; expansão das atividades financeiras; e participação no processo de privatização⁵⁴." (GONÇALVES, 1999, p. 184). As atividades do banco passam a ganhar relevante espaço dentro do grupo, acumulando elevada taxa de lucratividade (GONÇALVES, 1999). Ainda, sobre o grupo e seu principal administrador, em nenhum momento aparece hostilidade ao capital estrangeiro, tanto que chegou a captar um importante soma de valores nos bancos internacionais para atuar no processo de privatização (GONÇALVES, 1999). O grupo, devido às privatizações, conseguiu aumentar sua diversificação nas áreas de energia (CPFL) e de produção de aço

⁵² MORAES, 1988.

⁵³ MORAES, 1991.

⁵⁴ Interessante que, segundo seu principal dirigente, em 1991 a participação nas privatizações não aparecia no horizonte do grupo. Ver MORAES, 1991.

(USIMINAS). Entra no século XXI atuando no agronegócio, produção de etanol e de suco de laranja industrializado, com significativa importância do mercado financeiro.⁵⁵

A entrada do grupo no mercado financeiro pode ser compreendida de duas formas: a primeira é uma fuga dos juros abusivos devido ao pouco concorrente mercado de créditos no país; a segunda, combinada com a primeira, é forma de participar ativamente do mercado financeiro global sem abrir o capital da empresa. Sabemos que desde a emergência do capital financeiro, passando pela ruptura do padrão ouro-dólar, são os bancos os grandes articuladores transnacionais do capitalismo⁵⁶:

Assim, depois da ruptura do padrão dólar, rapidamente substituído por uma cesta das principais moedas transacionadas à escala mundial, foi possível a formação de Bancos verdadeiramente transnacionais, tanto no sentido de que escapam ao controle de qualquer autoridade monetária, quanto no sentido mais profundo de seu poder privado de emissão se colocar acima do poder de emissão dos Estados nacionais. Suas aplicações estão distribuídas de forma ampla e generalizada por todos os países – mesmo os de moedas fracas – onde a presença de grandes empresas requeira a reciclagem financeira do capital-dinheiro sobrando. (TAVARES, BELLUZO, 1980, p. 123).

Evidente que, se tratando de setores da economia não são só os bancos que se transnacionalizam. Embora sejam os mais evidentes por lidarem diretamente com o capital acumulado e com os fluxos de capitais globais com pouca ou nenhuma restrição, as grandes companhias transnacionais dos mais diversos setores prescindem do capital financeiro para expandir suas atividades e são, muitas vezes, as empresas do setor produtivo que abrem as portas e as condições para a valorização financeira, como foi o caso da industrialização brasileira. Deste modo, “a internacionalização do capital se dá a partir da estrutura da grande empresa, aqui já referida, e condensa todos os mecanismos anteriores de expansão: mercantis, industriais e financeiros”. (TAVARES, BELLUZZO, 1980, p. 120).

Voltando ao grupo Votorantim, o setor de cimentos que é um dos mais importantes do grupo só não tem atuação direta na Oceania. Espalhou suas fábricas em diversos países

⁵⁵ Uma particularidade das empresas do grupo são que as empresas mais significativas, incluindo o Banco Votorantim ainda permanecem de capital fechado, contrariando a tendência. (VOTORANTIM).

⁵⁶ Ainda no caso da Votorantim, em sua página de “negócios”, verificamos o seguinte: De uma empresa têxtil para um conglomerado de empresas, hoje somos uma holding investidora responsável pela alocação de capital. Nossos investimentos abrangem um portfólio diversificado, tanto do ponto de vista geográfico como de áreas de atuação. Nossas empresas investidas pertencem a setores importantes da economia no Brasil e estão presentes em outros 19 países. (VOTORANTIM).

do mundo, sendo passível, portanto, de ser classificada como uma empresa transnacional. Não se pode duvidar que seu capital também flui para todo canto do mundo, tanto por sua produção se espalhar quanto pela existência de seu setor financeiro e da amplitude de seus negócios. No entanto, a classificação como transnacional não pode passar despercebido alguns aspectos fundamentais: primeiro, a sua existência enquanto burguesia brasileira – ancorada em sua história com o país, na medida em que foram as condições deste país que propiciaram a sua expansão; segundo, e não desvinculado da condição anterior, a sua relação com o Estado brasileiro. Não vamos desenvolver esses aspectos neste momento com base no grupo Votorantim⁵⁷, mas sim demonstrar que os aspectos nacionais não deixam de surtir efeito na transnacionalização.

Levando em consideração as localidades e a especificidade na objetivação da transnacionalização, nota-se que os capitais não flutuam de forma igual para toda parte do mundo. Uma das características da transnacionalidade é, segundo Mészáros, que as empresas transnacionais dominam as localidades nas quais estão inseridas, ou seja, reforçando a relação desigual entre centro e periferia.

Suas companhias [dos países capitalistas dominantes] mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas [...] A expressão “multinacional” é frequentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais – em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global. (MÉSZÁROS, 2014, p. 229).

As grandes companhias dos países dominantes do capitalismo global são aquelas que em seus territórios e devido às condições específicas acumularam e concentraram capitais de modo que isso, somado ao aspecto imperialista de suas nações, possibilitou a globalização de suas mercadorias e marcas. Mészáros (2014) aponta que a competição doméstica se transforma em competição global entre as grandes companhias com pouco ou nenhum espaço para novos concorrentes. Neste sentido, a competição entre grandes

⁵⁷ Como exemplo é útil identificar que a expansão do grupo (principalmente o setor de cimentos e alumínio) muito se deve aos investimentos estatais em infraestrutura e construção civil. Em 2003, o grupo investiu na construção de terminais portuários para aumentar sua exportação e superar a capacidade ociosa. Fato derivado das oscilações advindas do setor público VARGA (2003).

empresas transnacionais reflete, em alguma medida, a posição dos países na hierarquia capitalista mundial.

Difícilmente se consegue, portanto, pensar a periferia do sistema e suas grandes companhias sobre os mesmos fundamentos. Os Estados nacionais periféricos não exercem poder sobre as determinações do rumo do capitalismo e sobre o comércio internacional, assim como as suas empresas, geralmente, não se encontram no patamar de concorrência global como a dos países centrais, sobretudo nos setores que mais demandam os avanços tecnológicos. Contudo, para o caso brasileiro, não se pode ignorar a importância das empresas de origem brasileira na exportação de commodities, no setor bancário e na construção civil pesada. Empresas que conseguiram alcançar significativa projeção internacional na década de 2000. A questão que se coloca é que a particularidade do capitalismo brasileiro e as relações estabelecidas por essas empresas com o Estado, com o capital internacional e com as classes subalternas, possibilitaram um grau de concentração e expansão do capital que lhe atribuem particularidades, pois presenciamos, empresas que se transnacionalizam mesmo diante da condição de dependência, de um Estado nacional distante dos grandes centros de decisões. Pensamos que uma primeira análise para entender esse processo, passa pela compreensão do Estado brasileiro e sua articulação com as frações burguesas do país.

4.3 O Estado na transnacionalização do capital

Não se pode concluir que os Estados nacionais tenham perdido ou tenham sua importância reduzida no capital transnacionalizado. No centro do sistema, os Estados nacionais prosseguem em constante conflito e concorrência. Na periferia, essa disputa ocorre não para impor sua política, economia e cultura sobre os demais – como os países imperialistas –, mas para poder se inserir nas esferas decisórias se beneficiando a partir das brechas abertas pelo mercado mundial. Se, diante da transnacionalização do capital, os Estados nacionais estão mais vulneráveis, essa fragilidade tem de ser qualificada. É importante compreender muito bem esse ponto, pois ele permite perceber o lugar das nações na globalização econômica e suas articulações para alterar ou ressignificar a ordem global do capital. Relativizar o Estado nacional não pode significar ver seu fim ou sua impotência. Os últimos escritos de Octavio Ianni, por exemplo, apresentam essa relativização dos Estados nacionais:

Se é verdade que a globalização do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou o réquiem do estado-nação. Ele está em declínio, sendo

redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. (IANNI, 2001, p. 95).

A questão do poder do Estado nacional diante da economia transnacional não pode ser resolvida exaltando um dos lados dessa complexa relação. Um ponto a se considerar é que se o Estado nacional sucumbe diante da globalização econômica, ele tem participação ativa nesse processo, o que demonstra sua potência e necessidade. Nas palavras de Fiori: “Portanto, o mínimo que se pode dizer é que, se os Estados morreram no fim do século XX, são eles mesmos que estão providenciando o funeral de alguns e o renascimento de outros no século XXI.” (FIORI, 2007, p. 79). Para deixar mais clara a situação: o insuspeito ex-diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, respondeu o seguinte no contexto da pandemia da COVID 19 quando perguntado sobre a possível ausência de cooperação internacional em um mundo globalizado:

O problema não é, primeiramente, a globalização, apesar de suas vantagens e inconvenientes, como sempre destaquei. *A globalização precisa ser controlada*. Acho que a crise da covid-19 tem pouco a ver com a globalização em si. O problema principal é a incapacidade dos Estados de organizá-la corretamente por meio de uma cooperação internacional, cujas instituições datam do fim da Segunda Guerra (1939-1945) e não foram repensadas desde então. (FERNANDES, 2020).

Perceber a ineficácia da cooperação internacional é o mesmo que identificar que os interesses nacionais ainda são relevantes e atuam na economia transnacionalizada. A ineficácia mencionada ocorre pela disputa entre os Estados centrais do capitalismo, o que eventualmente poderia contrariar a ideia de que com a globalização teríamos maior cooperação entre os Estados nacionais. Não é o caso, a globalização econômica demonstra maior competitividade entre os Estados centrais e entre esses e as nações periféricas. Como apontou Mészáros (2011, p 225): a globalização “não passa de mais um nome para o reforço reiterado das relações iníquas de poder econômico entre os países avançados e os subdesenvolvidos, ou o “Terceiro Mundo” do sistema global do capital [...]”. Temos assim uma das três condições da transnacionalização do capital: primeira, e já mencionada, é que os fluxos de capitais – principalmente entre as grandes companhias globais – ocorrem sem o restrição e controle dos espaços e Estados nacionais; segunda: há uma disputa desigual na concorrência entre os países capitalistas: entre os países do centro do sistema⁵⁸ – e aqueles de maior crescimento econômico, como a China – e desses

⁵⁸ Mesmo entre nações consideradas aliadas as divergências e disputas ocorrem: Mészáros (2011) cita o episódio dos conflitos no Canal de Suez na década de 1950 que opôs os interesses entre ingleses e norte-americanos. Outro exemplo, mais atual, é a restrição do Conselho de Segurança da ONU à invasão norte-americana do Iraque, ocorrida mesmo com a condenação do conselho. Na segunda década do século XXI,

com os países periféricos; a terceira é que os incontroláveis fluxos de capitais e a concorrência ocorrem com a participação e não a exclusão dos Estados nacionais.

Considerar os aspectos acima nos permite uma compreensão do problema que envolvem os mais importantes agentes da transnacionalização: capital, Estado, burguesia em sintonia com o desigual capitalismo globalizado. Dessa forma, ao se considerar as burguesias dos países periféricos não podemos escapar de estabelecer sua relação com o Estado e com a subalternidade no sistema capitalista.

A especificidade do Estado periférico reside na sua origem colonial e na manutenção da condição de dependência. Através desses fundamentos ele emerge como articulador entre os interesses da burguesia brasileira e das burguesias transnacionais – além, evidentemente, como qualquer Estado, de promover as melhores condições para a expansão do capital (MÉSZÁROS, 2014)⁵⁹. No caso do Estado brasileiro, a dupla articulação acima é evidente, a expansão do capital monopolista forjado nos grandes centros econômicos não impediu que frações significativas da burguesia brasileira pudessem se desenvolver. Neste sentido, tem razão Armando Boito Jr. quando identifica as frações burguesas que compõem frentes políticas com governos para efetivar seus interesses (BOITO JR., 2012)⁶⁰. A questão que chama nossa atenção é saber sob quais condições e potencialidades um Estado subalterno continua a representar e defender os interesses de uma burguesia dependente diante do capital transnacional.

De imediato é necessário desfazer a associação entre Estado dependente e vulnerabilidade. O Estado dependente, mesmo não competindo com os países centrais, detém significativo poder interno para conciliar os interesses do capital externo e das burguesias domésticas. O desenvolvimento econômico do país, sobretudo a sua industrialização, ocorreu com presença significativa do Estado. Os setores de infraestrutura e até mesmo financiamentos e subsídios tinham ativa participação estatal.

verificamos o conflito comercial entre Estados Unidos e China, cujo desfecho parece cada vez mais longínquo.

⁵⁹ Ver especialmente o segundo capítulo da obra citada.

⁶⁰ O autor identifica que frações da burguesia brasileira – que ele denomina de burguesia interna – se lançaram em uma frente capaz de apoiar e dirigir os governos petistas. As frações burguesas atuantes nessa frente seriam aquelas, segundo o autor, que apresentavam relativos impedimentos à atuação do imperialismo. O autor compara essa situação ao período nacional-desenvolvimentista, no qual existia, segundo algumas interpretações, uma burguesia que apresentava hostilidade à entrada de capital estrangeiro e das multinacionais. Importante mencionar que não concordamos com essa análise, como será demonstrado ao longo do trabalho, o que não nos impede de reconhecer os acertos contidos na obra do autor.

Não são poucos os exemplos do perfil empresarial do Estado brasileiro: siderurgia, petróleo, energia elétrica, bancos, mineração entre outros. É possível afirmar que o Estado brasileiro promoveu a industrialização do país concentrando suas atividades nos setores básicos que, no momento da efetivação da industrialização, não interessavam à iniciativa privada (IANNI, 1971). Por outro lado, além de atuar como promotor, criava demanda que serviu para a expansão de outros setores altamente dependentes das realizações estatais, um exemplo significativo é a construção civil pesada um dos melhores exemplos do que Caio Prado Jr. (2004) denominou “capitalismo burocrático”, mas que pode ser estendido às produtoras de materiais para a construção civil, como cimento e alumínio – não por acaso especializações do grupo Votorantim. Ainda, além de atuar diretamente no financiamento – principalmente por meio do BNDES – durante a ditadura militar procurou-se criar um forte sistema bancário para financiar a expansão industrial, por iniciativa do Estado se incentivou a formação de grandes conglomerados bancários que persistem ainda no século XXI.

Portanto, é um engano se pensar que o Estado dependente é frágil. Ele é dependente⁶¹, contudo nada impede que utilize toda a sua força para manter essa condição. Um caminho para se pensar o Estado dependente foi o formulado por Jaime Osório (2014), intelectual ligado ao campo teórico da Teoria Marxista da Dependência. Para este autor o Estado reflete a condição de dependência dos países periféricos sendo caracterizado como *subsoberanos*:

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como a construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberania – na medida em

⁶¹ A perspectiva adotada quanto à caracterização de dependência neste trabalho é a da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que tem entre seus principais formuladores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Citamos a definição de dependência do último autor: a dependência é “uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir a auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato.” Ainda, “Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial.” (SANTOS, 2011). Vale ressaltar que a dependência não se reduz somente ao reflexo do desenvolvimento das economias centrais, também contribui, e isso é fundamental, a atuação dos agentes internos que se beneficiam da condição de dependência, ou seja, da divisão internacional do trabalho imposta (MARINI, 2014). Ainda, não se pode confundir dependência com “atraso”, ao contrário, o que pode ser considerado como fora do tempo e do lugar ou “pré-moderno” etc. são exatamente os elementos que fazem com que o capitalismo na periferia tenha vantagens significativas.

que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*. (p. 206).

Essa condição de dependência tem por base as características das classes dominantes internas:

Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.” (p.206).

Temos acordo, em geral, com a caracterização de Osório (2014), sobretudo, na relação subordinada com o capitalismo central. No entanto, o conceito de subsoberania tem que ser problematizado ou, no mínimo, melhor qualificado. Como o autor apresenta, a subsoberania repousa em dois aspectos: primeiro a subordinação aos países do centro do capitalismo, segundo pela “debilidade estrutural das classes dominantes” (p. 207) que exigem um Estado interventor. Essa conceitualização não nos permite compreender a força interna das burguesias dos países dependentes, sobretudo no Brasil⁶². Ora, a manutenção da dependência e mesmo dessa condição do Estado é resultado também das forças dominantes internas. Não pode ser secundarizado toda a atuação econômica e política das frações burguesas que se beneficiam com a dependência. Em outros termos, pensamos que se o Estado é subordinado isso reflete a força e os interesses das frações realmente dominantes no capitalismo dependente.

A partir dessa concepção, a saber, de que a burguesia brasileira atua para manter a relação de dependência e se beneficia dessa condição, se entende a permanência do poder das frações envolvidas e do Estado que atende a esses interesses. Portanto, a divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais encontra apoio interno nas classes dominantes e no Estado brasileiro. A transnacionalização do capital reconfigura a orientação do Estado para promover as novas condições de acumulação e da expansão do capital. Atua abrindo o mercado, reduzindo seus espaços de intervenção direta na economia, principalmente por meio das privatizações, promovendo a financeirização da

⁶² Osório não deixa de reconhecer que as classes dominantes internas possuem um poder político forte diante de uma soberania fraca, especialmente no capítulo VI da obra citada. No entanto, o argumento ainda é passível de questionamentos: afinal como uma burguesia “estruturalmente débil” goza de elevado poder político? Pensamos que a chave para interpretar essa questão tem que ter como ponto de partida a análise das próprias classes dominantes assentadas em sua formação histórica. Octavio Ianni (1988) partiu dessa perspectiva que nos permite avançar no debate.

economia e se financeirizando. Direto ao ponto: burguesia e Estado no capitalismo dependente são fortes o suficiente para manter um tipo de relação no qual se beneficiem, mesmo que isso signifique o prejuízo e precarização da maior parte de sua população.

E qual é a relação entre burguesia e Estado dependente diante da transnacionalização do capital? Qual é o papel do Estado dependente diante da transnacionalização do capital? Aceitando a ideia de que Estado e burguesia são potentes e atuantes mesmo no capitalismo dependente, podemos iniciar com o argumento de um autor que nunca deixou de ter esse entendimento. Celso Furtado que realizou célebres estudos sobre a possibilidade da revolução brasileira na década de 1950, apresenta a seguinte constatação na década de 1990:

Se o Estado nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de corrigir de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. (FURTADO, 1999, p. 13).

Sem a possibilidade de colocar na ordem do dia a autonomia nacional – ao menos na teoria e em pretensões políticas – como na década de 1950, resta ao Estado brasileiro ser compatível com a globalização e orientar as empresas transnacionais para o mercado interno. Se acrescentarmos a característica de dependência temos uma caracterização de Estado que internaliza as imposições do capitalismo central conciliando os interesses da burguesia brasileira com as grandes corporações transnacionais e às determinações do capital global. Importante mencionar que os interesses internos devem ser levados em consideração, pois se trata do ambiente político que legitima a própria dominação burguesa no país (TAVARES, BELLUZZO, 1980). Identifica-se, portanto, um papel de Estado que articule os interesses do capital global com interesses das classes dominantes internas. O Estado, por sua própria condição de dependência, não se impõe perante a ordem global, mas atua para impulsionar a sua burguesia a uma ativa expansão internacional, mas salientamos, não de qualquer fração burguesa, mas daquela comprometida e beneficiada com a divisão internacional do trabalho.

Há um aspecto que não pode ser ignorado. A capacidade de orientação mencionada por Celso Furtado encontra sérias restrições tanto do ponto de vista econômico como político. No primeiro caso, a necessária adaptação aos imperativos do

capital transnacionalizado e financeirizado resultou na “jaula de ferro” das políticas macroeconômicas que inibem a ação estatal em direção oposta, o controle da inflação, a necessidade do superávit primário, câmbio flutuante e juros elevados (SABADINI, 2014). Essa foi a condição econômica da adaptação – para não mencionarmos as questões sociais resultantes dessa orientação da economia⁶³. A manutenção dessa política macroeconômica em acordo com os ditames do imperialismo norte-americano – o que se acostumou a chamar de consenso de Washington (ANDERSON, 1995) – direciona o Estado brasileiro para os compromissos do pagamento de juros e serviço das dívidas contraídas em distintos períodos históricos. A continuidade dessa política econômica imposta, com consentimento das classes dominantes internas, impede qualquer controle sobre a economia nacional. Os recursos estatais que poderiam ser direcionados de forma mais eficaz à população são comprometidos pelos acordos assumidos com os credores do mercado financeiro. Ainda, mesmo quando as políticas sociais são apresentadas elas estão subordinadas aos mecanismos das finanças, como é o caso da ascensão ao crédito pelas famílias brasileiras, característica marcante dos governos petistas (LAVINAS, 2015).

Por outro lado, a esfera financeira não deixa de impulsionar a ativa participação do Estado no que se refere à tendência transnacional das empresas brasileiras. Se há uma inibição em relação ao orçamento público, sobretudo no que se refere às necessidades da população, não podemos dizer o mesmo do incentivo às grandes empresas brasileiras via, principalmente, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Os principais setores da grande burguesia brasileira são beneficiados pela estratégia do banco de internacionalizar áreas priorizadas, sobretudo a indústria extrativa, agronegócio e setores energéticos. Além de critérios técnicos estabelecidos pela instituição, encontra-se também a perspectiva de competitividade de acordo com as flutuações do mercado (NOVOA, 2009). Acrescenta-se que a adaptação ao mercado transnacionalizado, ou seja, as empresas que terão melhores condições de concorrer internacionalmente serão as que já tem sua consolidação interna e conseguiram se inserir na nova divisão internacional do trabalho imposta pela economia globalizada, o que exclui o setor da indústria de transformação como apresentamos em capítulo anterior.

A atuação internacional das grandes empresas brasileiras se destina principalmente à América Latina, sendo também significativa na África e na Ásia. Quanto

⁶³ Implicações que atingem diretamente as políticas sociais do Estado, cada vez mais seletivas e restritivas. Ver Castelo (2013).

aos países vizinhos, são utilizados discursos e estratégias que enfatizam a integração regional – como a IIRSA –, no entanto, como afirma Novoa (2009, p. 197) se trata de uma “fachada que recobre o tardio processo de expansão de capitais.” Na interpretação do autor, o BNDES é responsável por captar, concentrar e distribuir capitais para setores priorizados. Procurando melhores condições de extração de recursos naturais e de maior precarização do trabalho para obter vantagens econômicas. Toda a “fachada” de integração regional que move, em discurso, as estratégias econômicas brasileiras na região, são forma de realizar a expansão da grande burguesia brasileira. Seja no processamento de carnes no Uruguai com participação da JBS e da Marfrig, na Argentina com a Petrobrás, Camargo Correa – atuando no setor de cimentos – a Ambev e novamente a JBS. No Peru, a Votorantim atua no setor de extração de zinco e a Gerdau na siderurgia. No Equador, a Odebrecht e na Bolívia também a Petrobrás, o que se presencia é uma inédita expansão internacional de empresas brasileiras fortalecidas por financiamentos do BNDES. São empresas que se beneficiando das condições de um país como o Brasil de estrutura herdada da colonização, que não supera a condição de dependência e de um Estado solícito às suas ambições, conseguiram significativa acumulação de capital e condições adequadas de crédito para expandir sua produção para além do mercado interno, para Novoa, se trata de uma forma de subimperialismo, que tem no século XXI a seguinte característica:

A acumulação primitiva permanente, à custa do processamento de territórios tradicionais, do campesinato, dos biomas, do sucateamento dos serviços e direitos essenciais, no Brasil e países vizinhos, compensa sobejamente a posição “minoritária” do capital “autóctone” em sua sociedade com o capital global. (NOVOA, 2009, p. 202).

O fato de simplesmente se levantar a hipótese – embora seja amplamente documentada – sobre um subimperialismo brasileiro na América Latina, já basta para enfatizar a relativa potência da força regional da burguesia brasileira e de seu Estado que atua diretamente na expansão dessas empresas. Mesmo obedecendo aos imperativos das finanças via comprometimento com os custos da dívida estritamente atreladas às oscilações de câmbio e do mercado financeiro, o Estado encontra meios de ter participação definitiva na expansão da grande burguesia brasileira.

Tal postura de desenvolvimento econômico está atrelada aos fluxos irrestritos de capitais. A expansão do BNDES contribui também para aumentar a inserção dos grandes bancos do país. Através das redes credenciadas de crédito, os grandes bancos instalados no país têm liberdades para fidelizar clientes, cobrar taxas e juros maiores dos oferecidos

pelo banco estatal. Outro caminho é o braço financeiro do BNDES a BNDESPar que atua diretamente no mercado de capitais com participação ativa em grandes empresas: “A BNDESPar possui participações de mais de 10% em 11 empresas. Energia recebe a maior parte, com 48% da carteira, quase toda composta por Petrobras. Seguem as Commodities, com 21% do total de participações, nas quais se destacam Vale, Suzano, Klabin, CSN e Gerdau.” (LAPORTA, 2019). A atuação do BNDESPar não pode ser secundarizada, entre seus objetivos está o fortalecimento o mercado de capitais no país, sendo responsável, em média, por 50% do lucro do sistema BNDES. A participação ativa do braço financeiro do BNDES permite que a instituição integre os conselhos de diversas empresas (SILVA, 2015).

Seja pelo conhecido endividamento estatal que restringe o poder de controle⁶⁴ sobre a economia do país impossibilitando qualquer projeto nacional de desenvolvimento como desejado por nostálgistas daquilo que nunca se efetivou, seja pela própria atividade e incentivos ao mercado financeiro dados pelas instituições estatais, sobretudo o BNDES – para não estender o debate aos bancos públicos –, o Estado brasileiro é atuante e funcional para a acumulação e concentração de capital e contribui diretamente, por meio da manutenção dos compromissos das dívidas e de suas inserções no mercado de capitais para a financeirização do Estado. Por outro lado, utiliza dos recursos da atuação financeira para manter a situação de dependência e o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, investindo e fortalecendo as frações burguesas que atendem às demandas dos capitais centrais e dos que apresentam elevadas taxas de crescimento econômico. Por um lado e pelo outro, o Estado adentra na transnacionalização do capital, internacionalizando também sua classe dominante interna, o que não pode deixar de pressupor a força interna desses agentes econômicos para direcionar a política para satisfazer seus interesses.

4.4 O subimperialismo em questão: uma análise a partir da burguesia brasileira

A caracterização do Brasil como imperialista ou subimperialista ganhou relevância na primeira década do século XXI devido à projeção internacional de grandes grupos econômicos controlados pela burguesia brasileira, e por intervenções da diplomacia brasileira em fóruns internacionais. Embora essas contribuições contenham

⁶⁴ “Na realidade, nesse padrão de financeirização de origem usuária e patrimonial, o endividamento público é a variável endógena, pois as autoridades monetárias têm controle sobre as taxas básicas de juros, variável exógena, representada pela Selic, mas não dispõem de controle direto sobre a circulação financeira dos títulos da dívida que estão em poder do mercado bancário-financeiro (BRUNO, CAFFE, 2017, p. 1043).

grande valor explicativo, elas deixam de enfatizar a diferença do tempo histórico do capital na fase de ascensão do imperialismo – que originou o termo, por exemplo em Lenin (2010) – e a atual fase decrescente do capital. No primeiro momento, início do século XX, presenciou-se uma enorme concentração de capital, principalmente sob o controle dos grandes bancos europeus, capaz de impulsionar a indústria e a expansão de capital dos grandes centros econômicos para outros cantos do mundo. Resultando no predomínio do capital financeiro – a fusão entre bancos e indústrias, cujo o controle é exercido pelos primeiros – e nos conflitos imperialistas, dos quais as Guerras Mundiais foram a comprovação (LENIN, 2010). De todo modo, o que estava no horizonte do capital era sua expansão e a conquista de novos territórios para impulsionar a sua inerente característica expansionista e via pela frente o mundo inteiro a ser conquistado. A partilha do mundo significava a ampliação do mercado das potências imperialistas e a conquista de territórios capazes de garantir – pela riqueza dos recursos naturais – a continuidade dessa expansão. Inglaterra, França, Alemanha, Itália etc procuravam nos países da África, Ásia e América do Sul fontes de recursos para impulsionar o seu desenvolvimento interno e a continuidade da forma imperialista. Uma divisão internacional do trabalho foi imposta, transformando o resto do mundo em locais que alimentavam as ambições imperialista de um capital em contínua expansão⁶⁵.

O quadro do século XXI é distinto. A transnacionalização do capital já foi realizada, somente em cantos muito restritos o capital ainda não é dominante, a expansão produtiva ocorre cada vez mais próxima de seus limites, cujas implicações ambientais, territoriais e humanas são nítidas. Os recursos são esgotáveis, assim como os territórios, e os produtores reais são cada vez mais considerados descartáveis. Os países imperialistas no século XXI exercem sua dominação econômica, política, militar e cultural sobre os demais, mas o fazem indo de encontro com os limites absolutos do capital. Não se trata de uma época de conquistas – por mais desumano e devastador que tenha sido – como a do imperialismo do século XIX até meados dos XX, mas de uma época de permanências, na qual não há mais espaço para novos protagonistas na disputa imperialista e em que todos os territórios já são explorados pelo capital. O significado de expansão se encontra

⁶⁵ “Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvidos; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo.” (HOBSBAWM, 2011, p. 113).

diretamente ligado à luta pela própria sobrevivência do capital, cuja expressão é um presentismo que parece, enquanto fenômeno, encerrar a história.

Para os países da periferia do sistema que foram e são vítimas das imposições imperialistas – com consentimento das classes dominantes internas, no caso brasileiro – a essência da dominação não foi alterada, eles continuam servindo às economias dominantes. A divisão internacional do trabalho imposta pelas formas imperialistas do início do século XX condicionam as economias periféricas. Recursos naturais e humanos ainda são encontrados nos países periféricos e servem à preservação da dominação pelas grandes potências. Está cada vez mais presente a fórmula de Gunder Frank (1967) na qual o desenvolvimento da periferia não é mais do que a perpetuação do seu próprio “subdesenvolvimento”. O Brasil do século XXI é um grande exemplo dessa condição, embora industrializado é conhecido por ser um grande exportador de recursos naturais e de valorização financeira – setores em que se encontram a grande burguesia brasileira. Em outros termos, sua economia está amplamente voltada a impulsionar o desenvolvimento econômico das grandes potências e consequentemente manter as formas de dominações vigentes. É por esta observação, sobretudo, que encontramos limites nas teorias que associam a expansão econômica brasileira à formas de imperialismo. Essa expansão não ocorre para fortalecer o impulso interno capaz de direcionar o país para grandes intervenções globais, ao contrário, fortalece os laços que mantêm a subordinação.

A expansão das empresas de origem brasileira para outros países e a atuação do Estado e da diplomacia do país na primeira década do século XXI fizeram com que se retomassem as discussões acerca do papel do Brasil no cenário econômico mundial. São utilizadas categorias como as de *subimperialismo* e de *capital-imperialismo*, por exemplo, para classificar a inserção internacional do Estado e das empresas brasileiras. As duas partem de princípios semelhantes, mas se referem aos períodos distintos e condições distintas. Essas caracterizações devem ser explicitadas, mas, em nosso entendimento, relativizadas. O primeiro aspecto dessa relativização é a frágil capacidade que o país possui nas esferas de decisões políticas e econômicas no cenário internacional, como já mencionamos. Outro aspecto significativo é a pequena participação na economia mundial que, ao contrário do que poderia significar, a ascensão imperialista sofre queda com o passar das décadas:

A fatia do país na produção de bens e serviços do mundo, que era de 4,4% em 1980, chegou, entre altos e baixos, a 3,1% em 2011 e, desde então, caiu sem

parar, atingindo 2,5% no ano passado, o nível mais baixo ao longo das quase quatro décadas na série histórica que mostra as trocas realizadas entre Brasil e o resto do mundo. (FRAGA, 2019).

Temos que considerar, portanto, que concomitante à expansão e internacionalização das empresas de origem brasileira, a participação econômica do país desde 1980 não ultrapassou 4,4% e mesmo em 2011 – ainda no ápice do neodesenvolvimentismo – ficou nos pífios 3,1%. Vale mencionar que o Brasil perde participação também em relação aos países considerados emergentes (FRAGA, 2019). Dificilmente, categorias que remetem ao imperialismo ajudam a compreender o que ocorre com uma economia que cresce pouco e não tem participação significativa no comércio e nas esferas de decisões globais. No entanto, essas formulações identificam, em suas diferenças, os distintos momentos da expansão empresarial brasileira e suas consequências. A partir dessas formulações identificamos as oportunidades abertas para a expansão do capital concentrado no Brasil e nos setores contemplados. Um alerta: a ascensão econômica e internacional de grandes grupos de origem brasileira se restringe às frações que historicamente conseguiram colocar as condições da dependência e da herança colonial a seu favor. Frações que não representam outra coisa senão a fratura brasileira da crise estrutural do capital, como mencionamos no primeiro capítulo.

Ruy Mauro Marini (2014) foi precursor em identificar a expansão externa brasileira, sobretudo em direção à América Latina. A submissão consentida por parte da ditadura militar aos Estados Unidos fazia do Brasil um “polo radiador da dominação dos E.U.A” (p.127) que contava com amplo apoio da grande burguesia brasileira apoiada na intensificação dos investimentos militares e na repressão das massas populares. A expansão externa da economia brasileira ocorria tanto pelos laços com o imperialismo norte-americano quanto pelas condições internas. Internamente, o regime de superexploração da força de trabalho combinada com os crescentes investimentos estrangeiros no país – o que inclui tecnologia poupadora de mão de obra –, resultavam em inédita concentração de capital que não se realizava internamente devido ao estreitamento do mercado interno brasileiro. Mercado consumidor interno restrito exatamente pela constante política de arrocho salarial reduzindo o poder de compra da maior parte da população do país.

O Brasil daquele período apresentava, segundo Marini, as condições de um país intermediário entre o imperialismo e os demais países dependentes da região. Devido à

“cooperação antagônica” que pressupõe a burguesia dependente com “relativa autonomia” perante os interesses imperialistas, empresas brasileiras se expandiam pela América Latina concretizando seus interesses sem ocupar os espaços já dominados pelas grandes companhias dos países imperialistas.

A categoria formulada por Marini deve ser contextualizada e dificilmente consegue dar conta da complexa relação na qual a burguesia brasileira do século XXI está inserida. A sua análise se assentava num período de polarização resultante da guerra fria em que o Brasil era entendido como parceiro estratégico na contenção dos regimes opostos na região, continha, portanto, um relevante aspecto militar. Do ponto de vista político, o golpe de 1964 sinalizava a adequação necessária aos interesses norte-americanos e da grande burguesia ao reprimir as movimentações reivindicativas. Economicamente, a injeção de capitais via investimentos externos diretos somados ao aumento da capacidade produtiva, protagonizados pelas indústrias oriundas dos países centrais, impulsionavam a expansão, em sua órbita, de significativas fábricas brasileiras. Essa era o suporte do conceito elaborado por Marini. O setor com capacidade de se internacionalizar, na interpretação de Marini, era a “indústria moderna de alto poder competitivo” (2014, p.169). Tratava-se de uma condição na qual a burguesia brasileira, mesmo diante da ofensiva imperialista, ainda se localizava em setores tecnologicamente avançados e com elevada agregação de valor, vislumbrava-se uma capacidade industrial que poderia ser altamente competitiva nos demais mercados.

Não foi o que ocorreu, a indústria de transformação brasileira foi desnacionalizada com o processo de abertura econômica da década de 1990 e com a enxurrada de investimentos externos que ou adquiriram as empresas mais competitivas ou fizeram com que sucumbissem à concorrência desigual (GONÇALVES, 1999). De um significativo número de empresas brasileiras que intensificavam sua internacionalização até o início da década de 1990, poucas da indústria de transformação ainda podem ser referidas como brasileiras. Um quadro dessa condição é revelado pelo estudo de Goulart, Arruda e Brasil (1996) que citaram as seguintes empresas com presença internacional:” Cia. Vale do Rio Doce, Metal Leve, Cofap, Prensas Schuler⁶⁶, Toga, Gerdau, Gradiente, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mangels, Sadia, Duratex, Embraer, Staroup, Aços Villares, Cotia Trading, Embraco, Forja Taurus, Hering”. Com exceção de Cia. Vale do Rio Doce,

⁶⁶ De origem alemã, instala-se no Brasil na década de 1960.

Gerdau, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Sadia e Cotia Trading, todas podem ser classificadas como indústrias de transformação que agregam valor ao seu produto.

Quanto às empresas da indústria de transformação nota-se uma verdadeira desnacionalização devido às fusões ou aquisições por grandes companhias transnacionais. A Cofap que, em 1997, ainda era a maior fabricante de autopeças do país teve a maior parte de suas ações divididas entre a italiana Magneti Marelli do grupo Fiat, a alemã Mahle e o banco Bradesco. O projeto de expansão internacional da empresa prosseguiu, contudo sem a participação de seus fundadores (VASCONCELOS, 1997). A Toga (Dixie-Toga) iniciou seu processo de fusão em 1998 com a norte-americana Bemis Company que terminou com a aquisição em 2005. O proprietário original Sergio Haberfeld, defensor do nacionalismo, deixou a empresa sem perspectivas profissionais (MATTOS, 2005).⁶⁷ A Gradiente passou por diversos processos de recuperação judicial sem encontrar possibilidade de concorrência com as grandes empresas de eletroeletrônicos de porte transnacional. Envolvida em diversas negociações sobre os direitos de marcas como Playstation, Nokia e Iphone, entre outras, o grupo entrou o século XXI sobrevivendo em torno dessas disputas. O evidente declínio se encontra na estratégia do grupo de apelar para a “memória afetiva” sobre os produtos da marca gradiente.⁶⁸ A Mangels, fundada em São Paulo na década de 1920, ainda predomina no setor de produção de componentes de aço para veículos, sobretudo rodas de liga leve, assim como botijões GLP. Mesmo passando por recuperação judicial nos anos 2010, a empresa segue consistente em seus negócios, trata-se, efetivamente de uma exceção, contudo a internacionalização da empresa não é prioridade, se concentrando no mercado interno⁶⁹. A Duratex pertence a holding ITAUSA, sendo o maior segmento industrial do conglomerado altamente financeirizado e transnacionalizado. Trata-se de uma empresa predominante no mercado interno de produção de placas de madeiras e materiais de cerâmica. Sua história é marcada pela financeirização – o grupo desde sua inauguração foi de capital aberto – e pela ofensiva frente aos concorrentes. Trata-se de uma empresa

⁶⁷ O caso da Dixie-Toga é interessante pois demonstra a incapacidade estrutural de competição com as empresas oriundas dos países centrais. A Dixie-Toga já é uma fusão de empresas brasileiras do mesmo ramo que detinham a maior parte do mercado interno, mesmo com essa fusão de capitais sucumbiu a influência externa.

⁶⁸ Importante registrar que a empresa continua em operação representando marcas conhecidas e atuando na produção de eletroeletrônicos, mas muito distante do sonho de ser liderança nacional no segmento FELITTI (2013).

⁶⁹ É digno de nota que a empresa possui capital aberto desde a década de 1970, contudo as ações ordinárias se encontram 100% com a família dos fundadores (KUTNEY, 2018).

com situação particular, pois atua na extração de matéria prima e em sua transformação associada a uma gigante financeira que é o conglomerado ITAUSA. A sua permanência na liderança do mercado certamente se deve, entre outros fatores, à essas condições⁷⁰. A Staroup, fabricante de jeans que encantou jovens nos anos 1970 e 1980, cujo os proprietários tinham o sonho de transformá-la em a “Levi’s dos trópicos”⁷¹ inaugurando fábricas na América Latina e Europa, não passa hoje de uma marca marginal dentro de uma empresa que procura retomar a “memória afetiva” de seus antigos clientes (FELITTI, 2013). A Aços Villares também encontrou seu destino nas aquisições feitas por grandes empresas transnacionais, passa a ser controlada grupo Sidenor Internacional S.L, depois tem parte significativa de seus negócios vinculados à austríaca Böhler-Uddholm, sendo o restante do grupo adquirido pelo grupo Gerdau, o banco Santander e executivos espanhóis (BARBIERI, 2008) ⁷². A Embraco grande empresa fabricante de compressores para refrigeradores não teve destino diferente, após um significativo processo de internacionalização para Europa e Ásia se fundiu com a norte americana Whirlpool e foi vendida em 2018 para a japonesa Nidec, a Embraco ainda faz parte do conglomerado. A Taurus fabricante de armas de fogo tem o monopólio do mercado brasileiro devido à proibição de importação de armas de fogo, é controlada pela Tauruspar e completamente submetida às oscilações do mercado financeiro.⁷³. A Hering continua sobre o controle familiar, mas é dividido com um grupo de acionistas, condição para ingressar no “novo mercado” da Bolsa de valores de São Paulo que requer a governança cooperativa. A Hering foi reestruturada nos anos 2000 para ingressar no mercado financeiro, tem parte significativa de suas ações em propriedades de fundos de investimentos⁷⁴. A Metal Leve foi completamente desmantelada após sua venda para a alemã Mahle em meados dos anos 1990, o que contrariou as otimistas previsões de seu principal diretor José Midlin quanto aos efeitos da globalização (Gonçalves, 1999).

Nota-se com o desfecho das companhias que respondiam por ampla parcela do mercado interno brasileiro, e foram pioneiras no processo de internacionalização, que os setores que mais incorporam tecnologia – a indústria de transformação – foi reestruturado e adquirido por grandes transnacionais. As aquisições e fusões de grandes empresas

⁷⁰ Verificar sua história em www.duratex.com.br

⁷¹ Conferir STAROUP DE VOLTA À CENA e BOUÇAS, 2015.

⁷² Ver também GALA, 2019.

⁷³ Ver TAURUS, ASCENSÃO DE UMA FABRICANTE DE ARMAS COM BOLSONARO

⁷⁴ CIA HERING, COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.

brasileiras, principalmente durante a década de 1990, certamente trazem novos questionamentos à categoria subimperialismo, na medida em que a expansão internacional desses grupos não cabe mais – ou encontra participação reduzida – à burguesia brasileira. As empresas que ainda estão sob controle da burguesia brasileira não serão as que se encontram no setor da indústria de transformação, mas sim as que se localizam nos segmentos de extração, agronegócio, bancos e construção pesada. Esses setores impulsionarão a internacionalização da burguesia brasileira no século XXI.

A ofensiva do capital imperialista pelos investimentos externos diretos, por empréstimos e por aplicações puramente financeiras e especulativas, a alteração na divisão internacional do trabalho com efeito determinante sobre a indústria de transformação brasileira, apontam, ao menos, duas considerações ao conceito de subimperialismo: a primeira se refere à alteração dos agentes expansivos a partir do Brasil. Ou seja, utilizando de condições propícias oferecidas pelo governo brasileiro – como incentivos fiscais, repressão às reivindicações das classes subalternas, apoio financeiro via BNDES – empresas transnacionais se instalam no país e direcionam suas exportações e negócios para a América Latina. O segundo ponto: a participação da burguesia brasileira nesse processo só é efetiva a partir dos setores alinhados com a divisão internacional do trabalho imposta ao Brasil após a reconfiguração capitalista da década de 1970. Dessa forma, o agente central da “cooperação antagônica” – uma burguesia “industrial moderna de alto poder competitivo” com relativa autonomia – deixa de existir sendo esse papel desempenhado diretamente pelas empresas oriundas dos países imperialistas.

Uma atualização da categoria subimperialismo é realizada por Mathias Luce (2013). Enfatizando que o subimperialismo mantém a condição subalterna dos países dependentes, destaca que a particularidade brasileira se deve ao potencial de exportação de manufaturas, elemento que não é comum aos demais países da região. Prossegue afirmando a existência de “trustes capitalistas nacionais” apoiados pelo Estado (p. 134) com capacidade de concentrar capitais e expandir suas atividades para além das fronteiras nacionais. Neste ponto Luce ainda se refere à capacidade de exportar manufaturas, o que já não é uma característica da burguesia brasileira do século XXI, mas das próprias companhias transnacionais oriundas dos países imperialistas.

O passo seguinte do autor é caracterizar o subimperialismo do século XXI, no qual “sob o novo padrão exportador de especialização produtiva a indústria de transformação cedeu lugar às indústrias extrativas” (LUCE, 2012, p. 138). Os agentes desse novo padrão de especialização produtiva desempenham, segundo o autor, o setor da atual “cooperação antagonica” que “busca uma autonomia relativa na política internacional e pelo controle de uma parcela da massa de valor, de modo a ser uma economia que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor.” (LUCE, 2013, p. 139). São tais características que mantêm a importância, sempre segundo o autor, da categoria subimperialismo com capacidade explicativa do capitalismo, do Estado e da burguesia brasileira no século XXI:

E é por conta disso que o subimperialismo não desapareceu com o fim do padrão industrial diversificado, mas assumiu novas formas do novo padrão exportador de especialização produtiva, com a ideologia neoliberal e suas variantes neodesenvolvimentistas: a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização e apropriação de territórios para a acumulação no continente. (LUCE, 2013, p. 139).

Em nosso entendimento, a atualização da categoria de Marini não é bem sucedida – mesmo tendo como pressuposto uma identificação da expansão de capitais no país que se externaliza obstaculizando uma eventual integração regional numa frente anti-imperialista e demonstrando as nefastas implicações humanas e ambientais da expansão capitalista brasileira na região, que são aspectos significativos e dignos de consideração e maiores aprofundamentos. O que se perde ao utilizar a mesma categoria para explicar dois momentos completamente distintos são as diferenças específicas de cada momento e a caracterização da burguesia brasileiro no século XXI que difere da analisada por Marini no início dos anos 1970. Quanto ao primeiro aspecto, o momento atual é caracterizado por uma fase decrescente do capital – o que na década de 1970 não se apresentava de forma evidente, na segunda década do século XXI é inquestionável – diferente das expectativas crescentes das décadas anteriores. Quanto às características da burguesia brasileira existe uma radical distinção a ser feita entre se localizá-la em setores produtivos com alta incorporação tecnológica e produzindo para o mercado interno e entre atender as demandas da ordem capitalista global em fase decrescente do capital. Se no primeiro momento existia a possibilidade de direcionar a produção industrial – boa parte ainda nas mãos da burguesia brasileira – para a satisfação das necessidades da população, agora existe uma completa submissão para o abastecimento externo, seja de soja e cana de açúcar e seus derivados, de minerais que arrebatam o solo latino-

americano e de capitais especulativos. Se havia uma utopia de uma burguesia construtiva, a realidade nos mostra diariamente o aspecto destrutivo da burguesia brasileira.

Virgínia Fontes e sua formulação do capital-imperialismo segue caminho semelhante. Mesmo apresentando importantes divergências em relação à categoria de subimperialismo, não deixa de encontrar elementos da obra de Marini que auxiliam na elaboração do conceito de capital-imperialismo. Que em síntese se refere à seguinte situação:

[...] a atuação brasileira contemporânea imperialista incorpora uma subalterna plataforma de uso pelos capitais multinacionais implantadas, mas conta com forças internas, e seu próprio movimento impulsionou extensa reconfiguração da vida social e política brasileiras contemporâneas. Há uma escala imperialista de acumulação e concentração de capitais em determinados setores; o conjunto da burguesia brasileira, em que pese seu caráter subalterno, constituiu extensa organicidade interna, revelada por exemplo, no papel desempenhado pelo Estado para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto expansão externa de tais capitais; e, finalmente, mas não menos importante, a intensa luta de classes de décadas recentes impôs conquistas que, ainda incipientes, vêm sendo o alvo de intensa reconversão (pela violência e/ou convencimento), sob um formato democrático-eleitoral, a uma forma política característica do capital-imperialismo contemporâneo. (FONTES, 2010, p. 221)

A autora desvenda a acumulação e centralização de capital ocorrida no país a partir, principalmente, da década de 1970. Acumulação que tem por fundamento mecanismos de superexploração da força de trabalho⁷⁵, elevada concentração de capital pela atuação dos fundos de pensão e de repressão e fechamento do ambiente político às classes subalternas. O capital que se acumula e a violência que se acirra possibilita a expansão de grandes empresas de origem brasileira, sobretudo com destino à América do Sul. Temos assim, uma potente burguesia no país, capaz de direcionar o Estado e toda sua violência contra as massas superexploradas. Teríamos assim a condição da formação de um imperialismo dentro da subordinação aos capitais centrais.

Há dois pontos que devem ser destacados nos argumentos de Fontes (2010). O primeiro se refere à importância dada aos fundos de pensão e ao capital financeiro que encontram no país local importante para sua valorização. O segundo é que a autora identifica, acertadamente, a exportação da truculência da burguesia brasileira para os outros países. De fato, a financerização da economia brasileira a inseriu como uma das mais receptíveis ao capital financeiro possibilitando uma inédita concentração de capital,

⁷⁵ Registre-se que autora problematiza a categoria superexploração de Ruy Mauro Marini, mas a toma como fundamento da acumulação e centralização de capital no país.

no entanto, isso não significa diretamente uma fusão entre finanças e produção como pensada por Hilferding e Lenin no início do século XX, a esfera financeira obedece aos mercados de capitais e de valorização de curto prazo, tendo liberdade para migrar em qualquer momento para qualquer espaço. O capital financeiro que aqui se concentra não escapa a essa regra.⁷⁶ Portanto, uma associação entre capitais financeiro e os setores em expansão no país não se refere a uma situação da qual um agente do capital se sobrepõe aos demais, no caso dos teóricos do imperialismo o capital bancário sobre o industrial. A financeirização que ganha impulso a partir da década de 1970 tem como uma de suas características uma completa submissão à racionalidade especulativa do mercado financeiros, sendo volátil, de curto prazo e com capacidade de migração para qualquer canto do planeta. Trata-se de uma completa ausência de controle sobre os agentes econômicos. A financeirização da economia brasileira não escapa à essa regra e apresenta, cada vez mais, a submissão das grandes empresas aos seus acionistas e ao mercado dinâmico e globalizado. Mesmo os fundos de pensão públicos não escapam às determinações da financeirização, na medida em que são movidos não por comprometimento político – o que pode existir de forma conjuntural, como nos governos petistas – mas por sua necessária valorização (VACCARO, 2009).

O segundo aspecto trata da transferência da truculência para locais em que os direitos trabalhistas e as condições de vida são mais precárias do que no Brasil, resultando em numa junção de violência e precarização com igual ou maior intensidade da ocorrida internamente (FONTES, 2010). As empresas que elevaram sua presença internacional nas últimas décadas contaram com apoio de governos para promoverem a seus interesses para além da fronteira brasileira, o rumo dessa internacionalização foram países socialmente vulneráveis, principalmente América Latina e África. Entre as atividades se destacam a extração de recursos naturais e grandes construções que degradam o meio ambiente e se caracterizam por precarizar o trabalho.

⁷⁶ Evidente que quando se trata de fundos de pensão no Brasil, representantes do governo e da sociedade civil interferem ou controlam tais fundos e direcionam seus investimentos, no entanto, como capital financeiro, não deixam de ser voláteis e obedeceram às atividades mais lucrativas em distintos contextos. Se hoje extrativo, amanhã agronegócio, depois tecnologia e até mesmo o puro jogo das bolsas de valores (VACCARO, 2009). Outro elemento relevante a se considerar é que as empresas que, no século XXI, concretizam sua expansão internacional, são empresas historicamente bem sucedidas em suas atividades, e alçavam à internacionalizam, embora em grau inferior aos dias atuais, sem a mesma participação dos fundos de pensão. A expansão desses grupos que caracterizam a burguesia brasileira atualmente não pode ser explicada somente pela ascensão dos fundos de pensão, mas sobretudo por sua historicidade e a capacidade de se favorecer das condições estruturais da sociedade brasileira.

Identificando que esses são os pilares da internacionalização e da permanência da burguesia brasileira – ou seja, um dos pontos que a caracteriza e a define, que deve receber o acréscimo do setor bancário – reduz-se a perspectiva de que existe qualquer possibilidade imperialista do país ou condição para as frações burguesas brasileiras almejarem esse posto. Apresentamos nosso argumento de outra forma: primeiro, o uso da categoria imperialismo é empregada, historicamente, aqueles que se encontram com grande potencial tecnológico e com grande capacidade produtiva, sobretudo na indústria de transformação. A Inglaterra era o motor do mundo até as Grandes Guerras Mundiais e explorava os países subordinados para obter mercado e matérias-primas demandadas por sua capacidade produtiva. A Alemanha direcionou seus esforços à industrialização diversificada, alcançando autonomia econômica e alçando à guerra imperialista. Os Estados Unidos se encontravam num grau de expansão da produtividade industrial – fundamentada em métodos de organização e gestão do trabalho e com uma representação estatal que impulsionava a expansão do mercado interno – que a Europa ainda desconhecia.⁷⁷

Não é o caso brasileiro. Ao contrário, os setores que se internacionalizam e possuem amplo apoio político interno, são os que suprem as demandas das grandes potências, exportando produtos primários de baixo valor agregado. Quando pensamos essa condição em relação com o mercado global, identificamos, entre outras, a seguinte constatação de Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina:

Não é que as commodities não sejam importantes. Elas são muito. Mas estamos vivendo a era da economia do intangível, em que os serviços sofisticados ganham espaço até na produção de manufaturas como automóveis. (ABACHE, in: FRAGA, 2019).

O Brasil e o restante da América Latina não escapam, em pleno século XXI, dos imperativos impostos desde a época colonial, ou seja, de fornecedor de bens primários para a expansão alheia. Essa situação é frágil e revela dependência, como reconhece um importante representante da burguesia brasileira Blairo Maggi quando questionado sobre o discurso anti-ambientalista do governo Bolsonaro:

⁷⁷ Não por acaso que Gramsci (2008) associava as mudanças na esfera produtiva (fordismo) com as demais esferas da vida social – incluindo a forma política – o que denominou americanismo.

Não tem essa que o mundo precisa do Brasil. Talvez precisem dos agricultores brasileiros em outros países, mas somos apenas um "player" e, pior: substituível. O mundo depende de nós agora, mas daqui a pouco se inverte e ficamos chupando dedo. (ZAIA, 2019)

A própria burguesia tem consciência de sua vulnerabilidade externa – não se pode deixar de mencionar que o citado faz parte do grupo que é o maior exportador de soja do país, a Amaggi⁷⁸. A vulnerabilidade externa devido à permanência de um padrão exportador não pode ser ignorada, o que relativiza a menção à qualquer forma de imperialismo ou subimperialismo. Formas de dominação não podem prescindir da supremacia econômica, política/militar e tecnológica⁷⁹, em todos esses elementos o Brasil não aparece como vanguarda, ao contrário.

Não se trata de reduzir a análise de Fontes a alguma forma de economicismo, como sugere Berirnger (2013), por exemplo, mas de que a ascensão dos grupos econômicos considerados brasileiros em evidência no século XXI possui uma história que se cristaliza no atual momento brasileiro. Uma história que precede a violenta concentração de capital dos fundos de pensão e investimentos e de qualquer relação específica com governos, não há qualquer forma de imperialismo pois não há uma burguesia com interesse e capacidade para impulsionar tal processo, muito menos um Estado que encontra vantagens em tal empreitada, afinal, em nenhum momento da história recente se mostrou hostil aos ditames imperialistas⁸⁰.

Outra perspectiva crítica às referências ao imperialismo ou subimperialismo brasileiro é de Tatiana Berringer (2013). Trata-se de uma análise que afirma que os autores que enfatizam a supremacia brasileira na América Latina privilegiam os aspectos econômicos secundarizando os políticos e militares. Portanto, a autora inverte a abordagem, em nosso entendimento. Não que descarte a economia, mas iguala os países da região ao afirmar que “toda a região está vivenciando um ciclo de desenvolvimento que traz no seu bojo aspectos progressistas e contraditórios.” (BERRINGER, 2013, p. 117). Ainda, as principais economias da região também partiram para o investimento externo. Não há, portanto, segundo a autora, uma particularidade econômica brasileira. A

⁷⁸ O Setor do agronegócio que encontra apoio no governo Bolsonaro, se direcionou contra os ataques de personalidades próximas ao governo aos chineses, principal mercado para as exportações brasileiras. Além de Blairo Maggi se pronunciou também o representante da transnacional Cargill. (RAMOS, 2020).

⁷⁹ A “dependência tecnológica” que configuram os países dependentes foi trabalhada por Celso Furtado (2007a).

⁸⁰ Ponto tratado no capítulo 2 sobre a formação da burguesia brasileira.

explicação para a expansão das empresas brasileiras na América Latina ocorre por uma “convergência” entre o orçamento disponível do BNDES e a demanda por infraestrutura dos países da região, eis o significado da participação brasileira na IIRSA. No entanto, o ponto que merece destaque no argumento de Berringer é o de que a expansão internacional brasileira se deve a uma orientação diplomática entre países do Sul. Orientação atribuída a uma burguesia interna que durante os governos petistas ocupam o bloco no poder com apoio dos setores populares cuja representatividade política se encontra no PT.

Dessa formulação o que deve ser identificado em primeiro lugar é a ausência de crítica ao expansionismo das empresas de origem brasileira. A ênfase numa relação diplomática entre países do Sul, como se ocorresse de forma colaborativa e cuja as contradições são vistas como inerentes ao próprio processo, oculta o caráter assumido pelas frações da burguesia brasileira em outros países. Assim, em benefício de uma articulação política, comercial e de infraestrutura, devasta-se o meio ambiente e exploram-se vulneráveis para abrir caminho a grãos que servirão de ração para animais ao redor do mundo – as consequências sociais e ambientais são vistas como parte integrante do “progressismo contraditório”. A caracterização de uma burguesia interna que ascende economicamente e politicamente por conta de sua relação com os governos petistas – embora seja realmente identificável tal relação, amplamente divulgada pelos privilégios do BNDES e dos fundos de pensão e pelos depoimentos das delações premiadas da Operação Lava Jato – é ineficaz para definir a burguesia brasileira, sobretudo as frações que tiveram um elevado salto econômico e internacional no último período. As empresas que a autora classifica como burguesia interna – muito influenciada pelas formulações de Boito Jr. (2012) – são beneficiadas desde, pelo menos, a década de 1970, ou seja, passando por diversos governos de distintas posições ideológicas. Ela compôs, portanto, o bloco no poder durante a ditadura militar, na abertura democrática, foi beneficiada pelas privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso e recebeu generosos investimentos dos governos petistas.

Das interpretações que citamos acima, nos parece que a do capital-imperialismo é mais próxima de compreender a complexidade das relações sociais e econômicas em que a burguesia brasileira está envolvida. Se o trabalho de Virginia Fontes possui a vulnerabilidade de não apontar os elementos políticos e militares que caracterizam o imperialismo – como aponta Berringer – dá um salto ao identificar que a caracterização

do imperialismo não pode ocorrer sem a centralidade da acumulação de capital, pois é em função desta e de sua expansão que a política e a militarização imperialista atuam. Outro ponto fundamental é que com a fluidez do capital financeiro e liberalização dos mercados, esse capital acumulado encontra novos nichos de concentração caso, segundo a autora, do Brasil contemporâneo.

Ao identificar que o capital encontra novos nichos para sua acumulação e concentração, Fontes (2010), percebe que a burguesia brasileira também se fortalece concomitante às burguesias dos países centrais, o que não quer dizer sob as mesmas condições. Identifica-se, portanto, não uma burguesia débil e vacilante, mas atenta às oportunidades abertas pelo capital em expansão e sua transnacionalização.

A concentração de capitais que impulsionou a burguesia brasileira ao final dos anos 1990, envolve a manutenção da truculência perante os movimentos reivindicativos, a fragmentação da luta sindical e na “sedução” de seus quadros para administrar fundos de pensão dos servidores públicos. Esse “mix truculência/sedução” é concretizado nos governos de Lula. O papel dos fundos de pensão e de investimentos é central nessa forma de concentração de capital:

Os fundos de pensão convertem-se em controladores de empresas e em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país, como se observa no quadro a seguir, com seus ativos atingindo 17% do PIB. O montante de recursos captados cresce mais rapidamente do que a capacidade imediata de valorização, impulsionando a tendência à exportação de capitais. Ademais, os fundos evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Tais ex-sindicalistas ocupam o local da propriedade do grande capital portador de juros, no qual a separação entre a propriedade e a gestão direta se aprofunda. Nas condições da atual escala de concentração, porém, essas funções passam a se confundir, com importante influência recíproca. Os gestores de tais fundos contribuíram diretamente para a imposição, através dos conselhos de acionistas dos quais participam, de profundas reestruturações empresariais visando a aumentar a produtividade, reduzir o tempo de retorno dos capitais à sua formadinho e distender as taxas de lucro. (FONTES, 2020, p.337)

Percebe-se que a natureza dos fundos está atrelada à valorização financeira. Pois é nessa esfera que o curto-prazismo é predominante. Este é ponto a ser problematizado na caracterização de Fontes. É possível até mesmo aventar que a secundarização desse

aspecto é que permite caracterizar o Brasil como pertencente ao imperialismo contemporâneo. A forma de financiamento da eventual expansão imperialista das empresas brasileiras está assentada em capital volátil, essencialmente diferente da que caracterizava a fusão bancos-indústria do imperialismo do século XX que impulsionou a capacidade produtiva dos países centrais e sua internacionalização. Naquele momento, o capital portador de juros não se encontrava em relativa autonomia diante da produção, ou seja, as possibilidades do movimento D-D' ainda era restrito. O movimento da financeirização – sem discutir aqui sua predominância sobre as demais esferas de valorização de capital, embora a autora assuma essa perspectiva – tende a encontrar melhores oportunidades de valorização nessa esfera e com irrestrita liberdade de movimentos. O terreno da concentração de capitais que impulsionou a expansão da burguesia brasileira é fluído, portanto, não se trata de uma condição sólida e sustentável. Outro ponto a se considerar é a especialização em *comodities*, diferente de qualquer pretensão imperialista, a vanguarda tecnológica e controle dos setores mais intensos em incorporação de valor agregado não se encontra nas mãos da burguesia brasileira, o que desloca a burguesia brasileira das grandes disputas e do acesso à tecnologia.

Não obstante essas ponderações – que para nós são centrais, pois modificam completamente a conceitualização do capitalismo e da burguesia brasileira – a autora identifica na expansão e internacionalização das grandes empresas de origem brasileira três elementos com os quais temos completo acordo: a) “assenhorar-se de *fontes de matérias primas* nos demais países do continente”; b) “*exploração da força de trabalho em outros países*”, c) “a favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas”. (p. 339). Três pontos importantes sobre a expansão da burguesia brasileira, mas é necessário pontuar que a vulnerabilidade financeira e da representatividade dos setores (ou seja, a função) são secundarizados nessa interpretação. Neste sentido, para nós parece se confirmar um aprofundamento da adequação do capitalismo brasileiro à divisão internacional do trabalho imposta e aos imperativos das finanças. Em outros termos, o que restou da grande burguesia brasileira representa, em seu conjunto, as atividades insustentáveis do capital. No qual a extração ambiental, a precariedade das relações de trabalho e humanas em geral, as formas de repressão de fechamento da via democrática – mesmo a formal – é realizada sem nenhuma contrapartida capaz de beneficiar – minimamente dentro das possibilidades do capitalismo – a população brasileira. Se o imperialismo em seu momento clássico se

expandia com a possibilidade de – mesmo devastando territórios conquistados pela força, seja das armas ou da economia, ou pelo consenso – internalizar relativas melhorias de vida para a população de seu país, a expansão das empresas brasileira contribui, em geral, para impulsionar uma ordem insustentável para a população tanto do país para o qual exporta seus negócios como no retorno e atuação interna na sociedade brasileira.

A síntese teórica dos aspectos mencionados é a de que existe uma expansão inédita de setores da burguesia brasileira rumo aos países mais vulneráveis econômica e socialmente. No entanto, essa expansão não se trata de uma forma de imperialismo ou subimperialismo, mas, ao contrário, de atender as demandas do próprio imperialismo na medida em que se baseia na extração de recursos para satisfazer o crescimento econômico alheio. Os aspectos configuradores da subalternidade econômica, política, militar e tecnológica são mantidos. Trata-se de uma expansão capitalista que condiz e efetiva a fase decrescente do capital ou de *crise estrutural do capital*, no qual os limites da utopia civilizacional são revelados, a limitação dos recursos naturais e a permanência da vulnerabilidade do trabalho. Assim como já havia pensado Paulo Arantes (2001) sobre a *fratura brasileira do mundo*, demonstrando como a contribuição brasileira para o mundo “desenvolvido” era a exportação da “dualidade”, ou seja, da convivência entre o “atrasado” e o “moderno”, especificamente a desigualdade social como padrão de acumulação, agora nossa contribuição é fazer o que historicamente foi atribuído ao sul do mundo, o confisco de recursos naturais em detrimento da melhoria de vida da população desses países.

4.5 A burguesia brasileira: agentes da crise do capital

Se não estamos diante de uma burguesia nacional e não estamos frente à uma burguesia imperialista, afinal como compreender a burguesia brasileira, que está completamente incorporada pelo capital transnacional e possui elevado poder político e econômico interno?

O ponto de partida para responder essa questão envolve alguns elementos: a) a posição ocupada pela economia brasileira no mercado mundial; b) quais são os setores da burguesia brasileira favorecidos pela divisão internacional do trabalho imposta; 3) a atuação econômica e política – dentro e fora das fronteiras nacionais – das frações dominantes da burguesia brasileira. Ao identificar esses elementos, aproximamo-nos de uma categorização e do significado da atuação da burguesia brasileira do século XXI.

Embora a burguesia tenha alcançado a industrialização via expansão do capital monopolista de meados do século XX, sendo incorporada à expansão do capital transnacional e financeiro, a economia brasileira não superou a sua estrutura econômica voltada à exportação de produtos primários. A impulsão chinesa de finais do século passado, e que prossegue no século XXI, compõe a principal demanda pelos recursos naturais do território brasileiro. O motor do capitalismo das primeiras décadas do século XXI é a China, que alavancou as frações da burguesia brasileira capazes de atender suas necessidades econômicas e alimentares. Somada a condição de elevação dos preços das *comodities* dos anos 2000, os setores extrativistas e do agronegócio foram amplamente beneficiados. Não é por acaso, portanto, que as frações que compõem a categoria de *capital-imperialismo* (FONTES, 2010), ou mesmo *subimperialismo* (LUCE, 2013) e *burguesia interna* (BOITO JR., 2012; BERRINGER, 2013), são aquelas ligadas à expansão das atividades extrativistas – minerais, sobretudo – e do agronegócio – o que inclui também as grandes construtoras, dado que o principal negócio desse setor é sua relação com o Estado ao garantir a infraestrutura para o expansionismo dos bens primários. Apresenta-se uma concretização das condições econômicas históricas do país não superadas – mas amplamente modificadas – desde sua colonização, cuja marca da desigualdade social, da devastação ambiental e da precarização social são regras insuperáveis no capitalismo dependente. O interessante é que as caracterizações citadas sobre a burguesia brasileira deixam de levar em conta um elemento fundamental: esses setores, desde a década de 1970, nunca deixaram de se fortalecer – e ganharam significativo impulso com as privatizações da década de 1990. Essa constatação demonstra que a condição estrutural de economia exportadora é permanente, assim como a relação desses setores com governos, portanto, análises que enfatizam os aspectos puramente políticos estão longe de definir a burguesia brasileira. O que se pode afirmar com toda segurança é o potencial destrutivo da predominância desse tipo de atividade e da postura de classe que o representa.

Outro setor que se adequou aos novos imperativos do capital transnacional foi o bancário. Os grandes bancos privados brasileiros formaram enormes conglomerados e é a fração burguesa que mais lucra nas primeiras décadas do século XXI. Esse expansionismo – também internacional, como as atuações do Itaú no Paraguai⁸¹ – se deve às políticas econômicas que encontram sua inclinação em favor do setor também na

⁸¹ Ver a importante reportagem de BASSI e CASTILHO (2018).

década de 1970. Dois grandes bancos de origem brasileira dominam o mercado ao lado de dois bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – e um estrangeiro - Santander. Os grandes bancos foram beneficiados pela formação dos conglomerados durante a ditadura militar, melhoraram sua localização devido à expansão do crédito ao consumidor e se inseriram no mercado puramente financeiro intensificado pela abertura econômica da década de 1990. Foram também beneficiados pelas privatizações desse período. Os juros elevados característico do neoliberalismo periférico, a expansão do crédito para a população, a participação no financiamento da elevada dívida pública e a diversificação dos investimentos e atuação – chegando à mineração e ao agronegócio, este que está na origem da riqueza da família Moreira Salles, por exemplo – demonstram que o setor se efetiva na economia brasileira. Completamente inserido na lógica financeira devido às suas características essenciais e intercalado com os demais setores da economia e do Estado é, junto com o extrativista e o agronegócio, setor fundamental da economia brasileira.

O que chamaremos de grande burguesia brasileira se refere, portanto, ao setores que dominam economicamente a estrutura econômica brasileira, figuram, ano a ano, entre as empresas de origem brasileira mais lucrativas do país, estão e foram próximas de governos de distintas concepções ideológicas e devido suas próprias atividades e localização não podem ser classificadas como imperialistas ou subimperialistas – embora em constante expansão – muito menos uma burguesia interna, já que seus interesses estão ancorados pela sua relação subordinada ao mercado internacional e, devido à financeirização e diversificação dos grandes grupos controlados pela burguesia brasileira, não é mais possível realizar separações estanques entre as distintas frações da burguesia brasileira. Para nós, o que caracteriza a burguesia brasileira do século XXI é a junção de dois elementos: a) a configuração atual do capital, ou seja de crise estrutural, momento no qual o capital encontra seus limites absolutos e sua expansão e reprodução só ocorre aumentando suas contradições inerentes, o que resulta em devastação ambiental e precarização humana (MÉSZÁROS, 2014); b) a localização da economia brasileira neste cenário é de vanguarda, combina o *parasitismo* da esfera financeira com a destruição ambiental do setor extrativista e do agronegócio, o que para Jorge Beinstein (2011) estão na base da decadência da civilização burguesa.

Essa maneira de compreender a burguesia brasileira se aproxima do que David Harvey (2012) denominou acumulação por espoliação. O autor toma por referência o fato

de que o capitalismo para se expandir teve, necessariamente, que se apropriar do que lhe era externo, espoliando indivíduos e instituições que apresentavam formas alternativas de vida ao capitalismo, sejam as relações feudais, a expropriação de grandes massas de indivíduos das terras comuns ou mesmo se apropriando de recursos pertencentes às igrejas e as formas Estatais anteriores, aspectos tratados por Marx (1985) no capítulo sobre a acumulação primitiva. Contudo, realizava tal espoliação com o objetivo de uma transformação constante e progressiva da ordem capitalista, ou seja, completamente expansiva. O que se destaca na análise de Harvey é que após a crise de 1970 essas formas de acumulação por espoliação ressurgem como regra do novo imperialismo. Mais uma vez o capitalismo tem por necessidade se apropriar do que lhe é externo, ou seja, de formas de organização que não estão, segundo ao autor, completamente subsumidas à ordem do capitalismo. Exemplos são biopirataria, a expropriação de terras indígenas por conta da expansão das fronteiras destinadas à extração de recursos naturais, as imposições financeiras vindas das instituições controladas pelos países imperialistas – como a OMC e o FMI - que resultou na abertura econômica e na apropriação dos recursos controlados pelo Estado via privatização, as especulações financeiras que envolvem os fundos de pensão de trabalhadores que podem ter suas aposentadorias comprometidas e etc. São todas formas de se expandir para áreas em que o mercado não exercia completamente o controle.

Para os países periféricos essa caracterização de Harvey parece mais uma regra histórica do um momento crítico do capitalismo. Afinal, em que momento da história do capitalismo brasileiro se pode afirmar que a espoliação não foi a forma de acumulação predominante? Temos até finais do século XIX a escravidão que espoliava a liberdade, durante toda a expansão da agropecuária as formas tradicionais e as propriedades coletivas foram expropriadas pelo avanço da fronteira agrícola – sobretudo pela modernização capitalista do campo na década de 1970 –, e mesmo o “milagre” econômico com elevadas taxas de crescimento tinha como fundamento o arrocho salarial. No entanto, o que não pode passar despercebido na caracterização de Harvey é o reconhecimento de uma fase decrescente do capitalismo. Diferente da “destruição criativa” do capitalismo da época da acumulação primitiva, presenciamos a “acumulação por espoliação que faz ruir e destrói um caminho já aberto.” (HARVEY, 2012, p. 135). Para o autor a acumulação por espoliação é uma das manifestações – se não a principal – do “novo imperialismo”.

Voltamos, portanto, ao tema do imperialismo. No entanto, providos de sua face contemporânea, a espoliação. O ponto é que em termos da hierarquia imperialista – aspecto ainda não modificado de forma significativa pela transnacionalização do capital – quem são os grandes beneficiados desse processo de fase decrescente do capitalismo são as nações imperialistas:

O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. (HARVEY, 2012, p. 147).

Quando nos atentamos à grande burguesia brasileira e seus ramos de atuação percebemos claramente o papel por ela desempenhado. Trata-se sim de uma forma expansiva de espoliação – dado todo caráter destrutivo em âmbito nacional e internacional de suas atividades e investimentos. No entanto, intensifica a reprodução da espoliação dos países centrais pelos periféricos na medida em que seu campo de atuação não resulta em nenhuma possibilidade de o país questionar a fixa ordem do imperialismo contemporâneo.

O Brasil é o maior exportador de soja do mundo, um dos “benefícios” para o país oriundo dessa posição é o equilíbrio da balança comercial. Assim como, a expansão da pecuária – cujo o país detém a maior produtora mundial de carnes, o grupo JBS – a soja avança sobre reservas ambientais e indígenas cujo a maior parte da produção é voltada ao mercado externo, visto que internamente o consumo de soja não exigiria uma produção tão elevada. A Vale, terceira maior mineradora do mundo, é amplamente conhecida pelos danos ambientais de sua atividade, que visa, acima de tudo o mercado externo – 80% do faturamento da empresa ocorre por suas atuações internacionais.

A partir dessas considerações refutamos formas de progressismos que encontre na expansão das forças produtivas uma saída para os reais problemas da sociedade brasileira, tal perspectiva só aumenta as características elencadas acima. Ou ainda, refutamos um tipo de nacionalismo, que, da mesma forma, se identifique com a expansão da burguesia brasileira para todos os cantos do mundo – processo já em andamento – reduzindo as

necessidades reais da população brasileira aos interesses econômicos dessa classe que é vanguarda da crise estrutural.

Ao dizer que a burguesia brasileira impulsiona, à sua maneira, a crise estrutural do capital, enfatizamos que sua atuação resulta necessariamente e diretamente nos malefícios ambientais e humanos que presenciamos. Atrofiada pela valorização de valor de forma especulativa e devastadora do meio-ambiente, ela representa exatamente a caracterização que Mészáros (2014) realiza do capital desde o último quarto do século XX. A condição na qual a grande burguesia brasileira está inserida, desde seus primeiros passos que se encontram nas primeiras décadas do século passado, não permite que seu campo de atuação e seu horizonte de expectativa nos leve para outro cenário que não seja a da reprodução e intensificação da sociabilidade do capital em crise estrutural.

É bom salientar que não ter uma burguesia nacional não resulta em perda de importância da questão nacional. O nacionalismo para os povos do Sul ainda é um importante campo de atuação política na medida em que é capaz de enfrentar – quando incorporado pelas classes sociais envolvidas em um projeto de resistência política e econômica de fato – às imposições da ordem global e do imperialismo. No entanto, não pode ser um nacionalismo que tenha suas pretensões limitadas por suas fronteiras, mas um *nacionalismo defensivo* que representa um passo em direção à construção de uma solidariedade internacional.

Assim, é inconcebível realizar um internacionalismo verdadeiro sem a emancipação radical de muitas nações oprimidas – não somente na América Latina – da dominação por parte das nações opressoras. Esse é o significado atual do legítimo nacionalismo defensivo, como enfatizado desde o início por Lenin. Um nacionalismo defensivo que, para vencer, precisa ser complementado pela dimensão positiva do internacionalismo. (MÉSZÁROS, 2014).

A postura nacionalista tem que ter como pressuposto também um horizonte de expectativas crescente, o que no cenário atual só é possível a partir das forças que se colocam em oposição ao capital. Seria ineficaz uma atuação nacionalista direcionada aos interesses dos setores comprometidos com a continuidade da forma de sociabilidade do capital em crise estrutural. O nacionalismo defensivo, tal como caracterizado acima, encontra significado ao tratar de uma potência revolucionária de emancipação nacional

dos ditames dos países imperialistas para já fazer valer – internamente e externamente enquanto luta permanente – uma forma de sociabilidade oposta à inaugurada pelo capital.

As frações burguesas economicamente dominantes no Brasil contemporâneo dificilmente são portadoras de um nacionalismo capaz de questionar a ordem global do capital. Veremos, no próximo capítulo, que cada passo das frações burguesas dominantes caminha em direção à atual configuração do capitalismo. Uma história de adequações a governos e a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho, se fortalecendo na reprimarização e financeirização da economia.

5- A adequação da burguesia brasileira aos imperativos do capital

Neste capítulo abordamos a forma como a economia brasileira reagiu às transformações do capitalismo descritas nos últimos dois capítulos, no entanto, com foco nos setores e empresas que obtiveram grandes êxitos econômicos com as mudanças da economia global e que, em nosso entendimento, representam de forma significativa o capitalismo brasileiro. Ou seja, são os setores e empresas que conseguem apontar as tendências por quais, provavelmente, passará a economia, sociedade e política brasileira. Apresentaremos um estudo de setores e frações privilegiando sua história e relações econômicas, políticas e sociais. Setores como o bancário, o agronegócio e o extrativista que, para nós, configuram a grande burguesia brasileira do século XXI. Notamos que as trajetórias das grandes empresas desses setores mudam bruscamente durante finais dos anos 1960 e, principalmente, durante toda a década de 1970. Período, vale reforçar, que possui dois aspectos centrais: o primeiro é o que trata do momento de efetivação das transformações do capitalismo, deixando para trás o que se convencionou denominar de “trinta anos gloriosos” nos países centrais e que reconfigurou o espaço do capital globalmente; o segundo se refere ao ambiente interno brasileiro, momento da ditadura militar e de intenso crescimento econômico. Veremos que não se deve ao acaso que os setores destacados se fortaleçam durante esse período, que tenham caminhado pelas décadas anteriores e por diferentes governos sem sofrerem revezes expressivos – ao menos as empresas que abordamos.

5.1 *Os grandes bancos: concentração e modernização*

A edição de “Melhores e maiores” da Revista Exame de 2011 mencionou a supremacia do sistema bancário brasileiro⁸². No século XXI, Itaú e Bradesco ocuparam em todos os anos os primeiros lugares entre os “melhores e maiores” grupos privados em atuação no país. A revista destacou que as instituições financeiras crescem mais que as empresas de outros setores. Há uma evidente supremacia dos bancos privados no país, são conglomerados com atuação tanto na esfera financeira – comercial e especulativa – quanto na indústria, no agronegócio e no setor extrativista. O Bradesco, por exemplo, é participante ativo da Vale por via do Bradespar – sendo que a mineradora é outro grupo que figura entre os cinco maiores do país – o Itaú é controlado pela holding Itausa que tem suas atividades no setor industrial – por meio da Duratex, cada vez mais ampliando

⁸² Conferir matéria da revista Exame, Bronzatto (2011).

suas florestas de eucalipto⁸³. O Itaú se internacionalizou, abrindo agências e investimentos em quase todos os continentes – exceto na África –, destaca-se sua atuação financiando o agronegócio no Paraguai – principalmente a soja – cujo um dos impactos é a submissão dos povos originários à degradação ambiental⁸⁴.

Itaú e Bradesco são os maiores grupos privados do país. O ponto de partida de cada um é diferente, mas os processos que os levaram a serem os maiores bancos do país é semelhante. O Itaú é oriundo de família tradicional cujo antepassados foram personalidades importantes do período imperial, possuindo grandes propriedades e escravos (BRANDÃO, 2015). O Bradesco começou pequeno no interior de São Paulo, pelos feitos de Amador Aguiar. O primeiro, segundo sua principal personalidade Olavo Setúbal, é um banco acadêmico que implanta a racionalidade adquirida pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde se formou em engenharia, o segundo se expandiu pela “escola da vida” e pela proximidade com os clientes. O Bradesco iniciou suas atividades se dirigindo às pessoas de baixa renda e pequenos comerciantes, estratégia que teve resultado positivo logo em seus primeiros anos, o Itaú expandia seus negócios por meio de aquisições de outros bancos. Com inícios distintos e estratégias, em seus primeiros anos, diferentes, os dois bancos se fortalecem de forma definitiva durante a ditadura militar.

O período da ditadura também é responsável pela reestruturação do setor bancário e por possibilitar a inserção do país na rota aberta ao capital financeiro. Em grande medida, a reformulação do setor bancário e a consolidação de grandes conglomerados no setor foi uma das maneiras de integrar o sistema financeiro nacional e dar um passo significativo em sua inserção na nova ordem econômica global (DIAS, 2005). A estratégia de desenvolvimento nacional divulgado pelos militares necessitava de instituições com capacidade para financiar os grandes projetos e expandir o acesso ao crédito aos consumidores para a aquisição dos bens de consumo duráveis (BANDERA, 1975). Esse último aspecto é apontado oficialmente pelo Bradesco como um dos elementos centrais para sua expansão na década de 1970⁸⁵. Situação que se repetirá com

⁸³ Em 2019 a área plantada em São Paulo e Minas Gerais era de 135.008,01 ha. Ver DURATEX (2020). Devem ser somados a esses dados as áreas destinadas à plantação de eucalipto no Rio Grande do Sul e sua expansão para Alagoas. (Duratex confirma investimentos de R\$ 1,1 bilhão em Alagoas, 2017).

⁸⁴ BASSI; CASTILHO, 2018.

⁸⁵ Época do milagre econômico brasileiro, com o país experimentando taxas de crescimento anuais acima de 10%. Esse cenário favorece a expansão do Bradesco, que passa a atuar fortemente no segmento de

o aumento do consumo com base no crédito e em empréstimos da primeira década dos anos 2000.

Eram empresas com elevado potencial que se aventuraram na expansão territorial e econômica ao adquirirem bancos com inserção mais restrita e aproveitaram do ambiente econômico favorável do “milagre” econômico que oferecia créditos para sua expansão. Devido ao entusiasmo do desenvolvimento econômico, sobretudo com a demanda por recursos oriunda dos grandes projetos de infraestrutura, e a ascensão do consumo proporcionada pelos bens de consumo duráveis, algumas empresas do setor bancário enxergaram a possibilidade de expandir seus negócios. Não deve passar despercebido que bancos também financiaram o endividamento público, em um período de crescente endividamento para a expansão econômica almejada, certamente os conglomerados que se formavam foram beneficiados⁸⁶ (MACARINI, 2007).

Neste período, se encontra a investida dos dois bancos⁸⁷ para aquisição de bancos menores ou em dificuldades. O Bradesco, por exemplo, na década de 1970 incorpora dezessete bancos trilhando seu caminho para se concretizar em conglomerado⁸⁸. O Itaú adquiriu cinco bancos concorrentes, cujo destaque é o Banco União Comercial (BUC)⁸⁹ e duplicou o seu tamanho⁹⁰. O Itaú tinha como principal concorrente para aquisição do BUC, o Unibanco, o banco da família Moreira Salles estava prestes a fechar negócio quando o Banco Central interviu a favor do Itaú⁹¹. Não é por acaso, portanto, que o Olavo Setúbal disse em entrevista sempre ter relações “perfeitas e corretas” com o Banco Central⁹². Aliás, neste período o governo ditatorial fechava os mecanismos de participação política da classe trabalhadora e das massas urbanas, combatendo e

crédito, principalmente no financiamento de veículos. Informações disponíveis na página do grupo (BRADESCO).

⁸⁶ Os bancos e instituições puramente financeiras são tradicionais financiadores da dívida pública. A título de exemplo, em 2002 seis bancos dominavam a dívida pública do país, entre eles cinco brasileiros. (BALBI, 2002).

⁸⁷ O Safra, outro grande grupo financeiro, também se consolidou durante a ditadura, através da chamada reforma bancária da década de 1960.

⁸⁸ Ver (BRADESCO).

⁸⁹ As operações de aquisições terão outro momento decisivo nos finais dos anos 1990 e início dos 2000. Momento em que ambos se beneficiam das privatizações dos bancos públicos. (ITAÚ 90 ANOS).

⁹⁰ Ver o capítulo 6 do livro de comemoração do grupo Itaú (ITAÚ 90 ANOS).

⁹¹ NASSIF (1995). Em entrevista para Luís Nassif, Olavo Setúbal (2019) disse abertamente que comprou o BUC atendendo a um chamado do Banco Central.

⁹² “Eu só tenho boas recordações de nossas relações com o Banco Central [...] nunca tivemos o menor problema e nunca tivemos qualquer dificuldade com o Banco Central. Nem qualquer suspeita de preferência [...] nossas relações são perfeitas e corretas.” Setúbal (2019).

exterminando a oposição, mas era completamente permeável aos interesses do empresariado. Veja o relato de Boris Tabacoff, executivo por muitos anos do Grupo Safra:

As duas figuras mais visíveis desse período foram o Delfim Netto e o Reis Velloso. Naquela época, o regime militar fazia com que... O poder político fundamental era detido pelos militares, mas na área da gestão pública propriamente dita, havia um espaço muito grande para a implementação de planos econômicos e de políticas econômicas. Havia o paradoxo de que, exatamente porque era um governo forte e pouco dependia do jogo político, dos equilíbrios legislativos e de todos esses interesses que se chocam e que são naturais da... da vida democrática... Naquela época, você enxergava claramente o centro de poder. E no nosso caso... O centro de poder não era o centro político militar, era justamente a parte que se referia às políticas econômicas e financeiras, e havia uma verdadeira centralização de poder nesse caso. Então, o papel do setor público se encarnava em determinadas figuras e em determinados ministros, e toda a estrutura governamental se articulava em função desse centro de poder. (TABACOF, 2007).

Em outro momento:

Era exatamente um... com todo o sistema de censura e de limitação da informação via imprensa, mas os projetos, o planejamento econômico era amplamente divulgado. E, além disso, havia realmente contatos pessoais muito intensos. Havia aqueles empresários que tinham uma percepção mais clara das oportunidades que se apresentavam. Agora, apesar de ter havido eventualmente alguma distorção ou alguma preferência, na verdade, havia quase que uma igualdade de oportunidades. Não havia uma discriminação prévia. No fim do processo, começou a se perceber que havia ganhadores e perdedores” (TABACOF, 2007).

O relato do empresário demonstra a conhecida tese de que houve no Brasil uma ditadura civil-militar (DREIFUSS, 1986) E como diz Tabacof houve vencedores e perdedores. Quando analisamos o processo percebe-se que os grandes vencedores foram as empresas transformadas em conglomerados e o agronegócio. No caso dos bancos nada nos impede de pressupor a aproximação dos grandes banqueiros do período com o governo ditatorial, seja nas passagens citadas de Tabacof e Olavo Setúbal ou no apoio amplamente conhecido do então dono do Bradesco Amador Aguiar⁹³. A aproximação

⁹³ O empresário foi citado em depoimento da Comissão da Verdade. Conferir COMISSÃO DA VERDADE. O Bradesco está na lista de empresas que apoiaram a Operação Bandeirantes (Oban) destinada à captura e tortura de opositores no Estado de São Paulo. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA).

política e pessoal ia ao encontro da estratégia econômica do período patrocinadora da formação de bancos considerados saudáveis e capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, reformou o sistema financeiro abrindo novas possibilidades para os bancos consolidados e os novos agentes econômicos, como o Banco Safra:

Com a reforma do sistema financeiro, em 1967, se não me engano, os irmãos Safra viram uma grande oportunidade, porque o que a reforma do sistema financeiro, a chamada reforma bancária fez naquela época, foi refundar todo o sistema, a começar com a criação do Banco Central e a criação, com concessão de cartas patentes para diversas atividades que eram exercidas pelos bancos comerciais. Daí foram criados bancos de investimento, financeiras, sociedades de crédito de financiamento, corretoras distribuidoras, crédito imobiliário. Foi criada uma constelação de entidades financeiras. (TABACOF, 2007).

O grupo Safra se fortalece na possibilidade de diversificação das atividades financeiras incentivadas pela reforma, ao mesmo tempo em que não tinha como ter o mesmo espaço dos bancos já consolidados como Itaú e Bradesco. A reforma, portanto, agiu ao menos em dois sentidos: aumentar a concentração dos bancos comerciais e expandir as demais atividades financeiras. O Grupo Safra é talvez o maior exemplo de sucesso das possibilidades financeiras abertas pela reforma:

A estratégia do grupo Safra era criar uma rede bancária incipiente, partindo de três agências, quando já havia um grande Bradesco, um grande Itaú – não tinham a escala que têm hoje, mas já eram... -, além de outros bancos grandes também, que depois tiveram problemas. Alguns saíram, fecharam e tudo mais. Então, a política bancária, financeira do país era ir limpando o sistema, não dar mais cartas-patentes para agências bancárias pura e simples, e sim autorizações para criar essas outras instituições financeiras especializadas. (TABACOF, 2007).

Evidente que tal política favoreceu os grupos já consolidados como o Bradesco e o Itaú. “Limpar o sistema” significava dificultar a abertura de novos bancos comerciais o que potencializou a criação de conglomerados. Por outro lado, os bancos comerciais já consolidados também aproveitaram a oportunidade de expandir suas atividades para além da comercial:

A reforma financeira de Campos-Bulhões abriu caminho para um intenso processo de acumulação financeira, reflexo da veloz expansão da intermediação financeira não bancária. O estoque de haveres financeiros não

monetários como proporção do PIB evoluiu de irrisórios 1,6% em 1964 para 13,5% em 1970 e 23,7% em 1974. As invejáveis possibilidades de lucratividade e expansão aí originadas não tardariam em despertar o interesse dos bancos comerciais. Isso fez emergir uma outra tendência característica do período pós-1967: a crescente expansão tentacular do capital bancário, invadindo esferas da intermediação financeira que originalmente lhe haviam sido vetadas. Assim, simultaneamente à concentração bancária, desenrolou-se um movimento de centralização financeira, responsável pelo surgimento de grandes grupos atuando nos diversos segmentos do mercado financeiro. (MACARINI, 2007, p. 355).

A estratégia expansiva dos grandes conglomerados bancários rumo à esfera financeira, em sintonia com a política de desenvolvimento do período ditatorial, rompeu com a tradicional separação entre capital bancário e capital financeiro. Mesmo as companhias restritas à esfera financeira, maioria de capital estrangeiro, deixaram de ser predominante diante da formação e expansão dos grandes bancos comerciais. Com evidente apoio estatal – na intenção de, a partir da concentração de capitais no setor bancário, financiar a política de desenvolvimento da época⁹⁴ – os bancos brasileiros dominaram o campo das finanças no país, o que certamente contribuiu para sua posterior expansão para os mais distintos setores da economia, como a indústria de transformação, mineração, energético e etc.

Macarini fornece dados sobre a centralização financeira no período:

O movimento de centralização financeira avançou a uma velocidade extraordinária. Na entrada dos anos 1970 os conglomerados já despontavam como as instituições dominantes do sistema financeiro. Assim, na altura de 1971-1972 as financeiras independentes (cerca de 53 em 1972, de um total, de um total de 155) respondiam por tão-somente 12% a 15% do total das emissões de aceites cambiais; em contraste, as financeiras vinculadas a conglomerados sob controle de bancos comerciais abarcavam de 67% a 69% das emissões totais. Um processo análogo ocorreu com os bancos de investimentos: em 1978, de um total de 38, restavam apenas quatro independentes, enquanto cerca de 23 estavam ligados a bancos comerciais. (MACARINI, 2007, p. 357).

O projeto de desenvolvimento que tinha como um de seus pilares – ao menos na intenção – a formação e consolidação das grandes empresas privadas nacionais, e percebiam no incentivo aos conglomerados bancários o aporte financeiro capaz de

⁹⁴ Dentre as políticas que favoreceram os grandes bancos, se encontra a resolução 157 de 10 de setembro de 1970 emitida pelo Banco Central: “permitindo-lhes [bancos comerciais] participar de operações de *underwriting* do tipo *best effort* (modalidade em que a instituição financeira assumia apenas o compromisso de tentar colocar no mercado o máximo possível de ações, não se sujeitando a qualquer obrigação ou punição em caso de fracasso e operação). (MACARINI, 2007, p. 357).

impulsionar a integração banco-indústria não teve o resultado esperados por seus idealizadores, sobretudo o ministro Delfim Netto⁹⁵. Os grandes bancos, possivelmente já em sintonia com as mudanças ocorridas no capitalismo mundial, não se viam com a função de financiar o desenvolvimento industrial, mas sim expandir sua atuação cada vez mais para a esfera financeira especulativa. O horizonte de expectativa dos empresários do setor já apontava o caminho futuro da economia brasileira ao rejeitar – naquele período – a indústria como o setor no qual deveria alocar seus recursos.⁹⁶

A opinião dominante entre os banqueiros era a favor de uma conglomeração restrita, abarcando o próprio sistema financeiro e segmentos da área de serviços (a tendência que se materializou rapidamente), enquanto a ambicionada integração com a indústria devia ser evitada ou, quando muito, delegada aos bancos de investimentos (uma forma curiosa de negação do projeto, dada a perda de importância dos bancos de investimentos independentes). (MACARINI, 2007, p. 366).

A postura dos banqueiros nessa época já indicava a integração do país na nova ordem econômica mundial. É, talvez, o setor bancário o que se encontrava na vanguarda dessa transformação econômica. Nas decisões dos banqueiros já prevalece a lógica financeira do curto prazo e a especulação.

Uma aversão enraizada ao risco envolvido nas aplicações de longo prazo parece uma descrição aceitável do padrão de comportamento dos bancos comerciais no Brasil. De qualquer forma, essa característica tendeu a ser reforçada à medida que vicejavam amplamente oportunidades sumamente atrativas de lucratividade envolvendo operações de natureza meramente “cartorial” ou mesmo abertamente especulativa. (MACARINI, 2007, p. 368).

Essa tendência se acentuará nas décadas seguintes com a permissão dos bancos múltiplos. Momento em que outros setores se inserem ainda mais na lógica financeira ainda predominada pelos bancos comerciais. O aspecto que salta aos olhos é o de que até mesmo o capital considerado produtivo realiza operações financeiras, a Votorantim se tornou o exemplo típico no Brasil⁹⁷.

⁹⁵ “[...] Delfim Netto identificaria, entre os objetivos fundamentais perseguidos, o de ‘estimular o fortalecimento de grandes empresas nacionais’, acrescentando que uma das razões para acreditar no seu êxito residiria precisamente no “...fato de que o poder econômico é extremamente débil em termos nacionais, não tendo o empresariado tido tempo para produzir fortunas realmente significativas e sólidas, nem para obter a integração do setor industrial com o setor financeiro (o que frequentemente os coloca em posições antagônicas).” (MACARINI, 2007, p. 360).

⁹⁶ Veremos que na década de 1990, principalmente devido às privatizações os grandes bancos diversificarão ainda mais suas atividades chegando ao setor da indústria extrativista.

⁹⁷ Em entrevista já citada no Programa Roda Viva, Antônio Ermírio de Moraes (1991) demonstrou sua hostilidade aos juros praticados pelos bancos no país assim como a dificuldade em se conseguir empréstimos, não é de estranhar que tenha, portanto, criado a sua própria instituição bancária.

Haverá uma nova investida do capital bancário-financeiro – na medida em que é difícil distinguir ambos quando se trata do estudo de grandes grupos econômicos – durante as privatizações da década de 1990, empresas como Bradesco e Itaú foram protagonistas no processo, tanto na aquisição de bancos como na composição de consórcios que arremataram grandes empresas estatais do setor produtivo, como a Vale, por exemplo.(BIONDI, 2003).

5.1.1 Os bancos brasileiros e o processo de privatização

A privatização dos bancos públicos a partir de meados da década de 1990 marcam um novo capítulo na expansão dos grandes bancos privados brasileiros. Itaú e Bradesco foram os grandes vencedores dos leilões, entre 1997 e 2004 doze bancos públicos foram privatizados sendo que instituições internacionais ficaram somente com três bancos⁹⁸ e o restante dividido entre Bradesco e Itaú. O processo de privatização dos bancos públicos recebeu atenção de severos críticos, entre eles Aloysio Biondi:

O governo do Estado do Rio de Janeiro gastou 7 bilhões (com a letra bê) de reais para “preparar” seu banco, o Banerj, para a “privatização”. O “comprador”, o Itaú, pagou apenas 310 milhões (com a letra eme), ou quase 25 vezes menos, no leilão. O governo da Bahia gastou 2 bilhões (com a letra bê) para preparar o seu banco, o Baneb, para a “privatização”. O “comprador”, o Bradesco, pagou apenas 260 milhões, oito vezes menos, no leilão. Três meses depois, o Bradesco recebeu de volta nada menos que 240 milhões pagos pelo Tesouro, isto é, por todos os brasileiros. Ou seja, o Bradesco pagou apenas 20 milhões de reais, o preço de dez apartamentos de luxo, por um banco estadual, com toda a sua rede de agências, dezenas de milhares de clientes, rede de informática, caixas automáticos etc. (BIONDI, 2003, p. 77).

Roberto Setúbal presidente do Itaú na época não escondeu que foi um “bom negócio”⁹⁹. É certo que as privatizações proporcionaram uma rápida expansão dos grandes bancos brasileiros. No caso do Bradesco, os anos 2000, marcaram o crescimento do grupo:

Continua se expandindo de duas maneiras: por meio do crescimento orgânico a expansão dos negócios e inauguração de novas Agências e pontos de atendimento - e também por aquisições de outras instituições. São quase vinte incorporações apenas entre 2000 e 2007, entre elas diversos bancos. (BRADESCO)¹⁰⁰.

A supremacia dos bancos brasileiros, incluindo seu sucesso durante as privatizações se deve, para Olavo Setúbal, pelo conhecimento que se tem da sociedade

⁹⁸ Aquisições realizadas por Santander e ABN-AMRO. Este último posteriormente foi adquirido pelo HSBC que em 2016 foi comprado pelo Bradesco (MARQUES, 2016).

⁹⁹ QUAGLIO (1997)

¹⁰⁰ Ver página sobre a história do grupo (BRADESCO).

brasileira e do funcionamento do sistema regulador e judiciário¹⁰¹. Diante desses aspectos faz todo sentido Luiz Carlos Trabuco dizer que empresários brasileiros “são sobreviventes de ciclos extremamente desafiadores” do qual os grandes bancos foram “vencedores”¹⁰². “Venceram” a partir da favorável conjuntura inaugurada pela ditadura militar, alcançaram enorme expansão na pilhagem realizada nos leilões das privatizações e entram o século XXI sob inquestionável liderança nas listas dos maiores grupos privados do país.

Não obstante todos os aspectos apontados, o que deve ser destacado são as tendências abertas ao setor. Os grandes bancos brasileiros se expandem principalmente em três áreas: a primeira é sua atividade inerente de intermediação financeira e de lucro a juros, a segunda é a pura especulação no mercado de capitais, a terceira é o direcionamento dos investimentos para o setor extrativista e agropecuário. Essa combinação aponta a tendência dos caminhos do capitalismo brasileiro: a junção da especulação com a extração de recursos naturais. Dois aspectos que vão ao encontro dos ditames internacionais sobre a economia brasileira.

Como já mencionamos o Itaú é controlado pela holding Itausa, grupo que agrega também a Duratex, cuja atividade é centrada em produção de louças para hidráulica e placas de madeira. É na segunda atividade que reside a face nitidamente extrativa do grupo Itausa. O grupo é um grande plantador de eucalipto nas terras do sudeste e se expande em direção às outras regiões. A internacionalização do banco Itaú o levou a financiar a expansão da agropecuária no Paraguai, com significativos impactos ambientais e humanos, sobretudo em relação aos povos originários. O Bradesco é um dos principais acionistas da Vale – detém 5,7% das ações da mineradora devido sua participação por meio da Bradespar – uma das maiores mineradoras do mundo e sempre entre os cinco maiores grupos econômicos do país segundo o ranking dos “melhores e maiores” da revista Exame. A tendência da participação dos bancos privados no

¹⁰¹“Eu sempre disse que os bancos brasileiros modernos e grandes iriam enfrentar tranquilamente os estrangeiros, e foi o que aconteceu. Nós é que temos uma visão clara da situação do Brasil, entendemos da sociedade brasileira e, principalmente temos uma clara visão de como o sistema regulador brasileiro, o sistema judicial se comporta. Os estrangeiros chegam aqui e pensam que serão regulados pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) e pelo sistema judicial americano. E não é.” (SETUBAL, in: ROCHA, 2005).

¹⁰² Entrevista de Joaquim Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, à Sonia Racy, programa Show Business.

financiamento do agronegócio se confirma pela importância do setor para a economia brasileira e sua relação com o mercado global.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar a atuação dos grandes bancos no mercado de capitais. Bradesco e Itaú participam do “novo mercado” da bolsa de valores, cujo requisito principal para a participação é permitir maior influência dos acionistas relativizando a influência familiar sobre as empresas¹⁰³. Tanto o banco Bradesco como a Bradespar compõem o novo mercado e se destacam pela governança corporativa, essa última tem como missão nada mais do que “gerar valor e otimizar a remuneração de seus acionistas”¹⁰⁴. No caso do Itaú, essa posição é ressaltada por Olavo Setúbal, que afirmou em entrevista que “o objetivo de uma empresa é criar valor para o seu acionista” (SETÚBAL, 2005). Discurso compartilhado por seus descendentes, entre eles, o presidente da ITAUSA, Alfredo Setúbal, ao afirmar que essa é nova tendência do mercado de capitais brasileiro¹⁰⁵. Não por acaso, Boris Tabacof categorizou muito bem a importância atual do mercado de capitais e da governança corporativa:

Esse é o novo momento. Eu costumo fazer uma comparação muito simples. Eu conheci, quase que a vida toda, grandes empresários dizendo: “Esta é a minha fábrica. Este é o meu banco. Esta é a minha fazenda. Esta é a minha estrada de ferro.” Era a visão patrimonialista. Hoje é difícil você encontrar um verdadeiro empresário, um líder empresarial que coloque as coisas dessa forma. O capitalismo patrimonialista, que teve sua validade e teve o seu...teve sua fase histórica, da maior importância, com o seu pioneirismo, com a sua visão de arrancada para novas áreas, novos níveis, hoje está caminhando para... eu não sei se é uma expressão precisa, mas que seria capitalismo financeiro [...] esse capitalismo baseado no conceito de dono, de patrimônio, de propriedade de patrimônio está sendo substituído por um conceito de que as empresas são do mercado de capitais. [...] É a pulverização do capital. Porque não é pelos benefícios democráticos da pulverização, porque empresa não tem muito a ver com democracia. É o acesso a capitais praticamente sem fim. Em tese, hoje,

¹⁰³“Lançado no ano 2000, o Novo Mercado estabeleceu desde sua criação um padrão de governança corporativa altamente diferenciado. A partir da primeira listagem, em 2002, ele se tornou o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital, sendo recomendado para empresas que pretendam realizar ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor (investidores institucionais, pessoas físicas, estrangeiros etc.). [...]A listagem nesse segmento especial implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle.” (B3 NOVO MERCADO)

¹⁰⁴ BRADESPAR (2019).

¹⁰⁵ SETÚBAL (2017)

uma empresa bem-sucedida...tem um acesso ilimitado a capital.” (TABACOF, 2007).

Embora o fato de que os bancos estejam cada vez mais inseridos numa lógica “*curto prazista*” e pulverizada do chamado novo mercado, não se pode ignorar as novidades dessa situação. A principal é a volatilidade dos capitais completamente ou tendencialmente submetidos à esfera especulativa e rentista de diversos acionistas. O controle das operações deve satisfazer à valorização dos ativos e não, necessariamente, as atividades nas quais os grupos econômicos estão inseridos. Os grandes bancos atuais em pouco se parecem com os descritos por Lenin (2010) no início do século XX para caracterizar o imperialismo. Naquele período, assistia-se a concentração de capitais e a fusão do capital bancário com o capital industrial. Mas o controle empresarial e as decisões de investimentos ocorriam a partir de decisões entre pares e amplamente ancoradas no sucesso da empreitada produtiva, situação na qual os riscos eram relativamente compartilhados. Não é mais o que ocorre, os grupos que controlam os grandes bancos se pautam pela valorização de ativos e não pela atividade na qual investe, com o objetivo de manter a empresa valorizada para atrair mais investimentos. Acrescenta-se a isso a possibilidade de migração de capitais ao sinal de complicações com a valorização dos ativos. A atuação bancária se complexificou, os seus ganhos não são mais reduzidos aos juros, mas também, a necessária manutenção da valorização para atrair e satisfazer acionistas.

A situação dos grandes bancos brasileiros dificilmente poderia ser mais confortável. Em sua história não encontramos elementos significativos que os colocaram em riscos, ao contrário, em cada passo da política econômica de adequação, eles saíram beneficiados. Não é difícil entender a consolidação do setor na economia brasileira e sua supremacia por tantos anos. Essa condição somada ao fortalecimento do mercado interno sustentado por créditos, deu mais um impulso para a consolidação do setor, resultando no fato de que na década de 2000 os bancos brasileiros foram considerados os mais lucrativos do mundo¹⁰⁶, alcançando a maior lucratividade de sua história em 2019¹⁰⁷, o que demonstra que a lucratividade dos bancos independe da orientação ideológica de governos.

¹⁰⁶ Lins (2013).

¹⁰⁷ Moreira (2020).

Os grandes bancos que se animaram com os governos Lula/Dilma não deixam de ter o mesmo entusiasmo com a extrema direita no poder, representada pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Se os primeiros eram “eficientes” e incluíam cada vez mais indivíduos como consumidores regulares – o que significa, também, o aumento do crédito –, a extrema direita encontra a possibilidade de fazer avançar as reformas e os ajustes econômicos entendidos como necessários ao setor. Mesmo com a contínua redução dos juros oficiais, os representantes dos grandes bancos não deixam de insistir na importância das reformas, o que demonstra que a taxa de juros não é um indicador exclusivo para se estabelecer uma relação direta entre políticas econômicas de governos e a relação com o setor bancário¹⁰⁸. Isso não significa que a política macroeconômica não exerça influência nas estratégias políticas das grandes empresas, mas esse fator não pode mais ser escolhido como a explicação fundamental, dado que as empresas se diversificaram e estão submetidas às flutuações do mercado financeiro¹⁰⁹.

O fato de a controladora do Itaú, a Itaúsa, participar tanto da esfera bancária, financeira, extrativo e industrial – com perspectiva de expansão dos negócios industriais através da participação na Alpargatas¹¹⁰ e intensificando seus laços na especulação financeira, como por exemplo, a sua importante e rentável participação na XP Investimentos – e o Bradesco ter uma parte significativa de seus ativos, por meio da Bradespar, investidos na Vale, tornam as relações macroeconômicas mais complexas, pois uma política de juros elevados pode favorecer um ramo mas prejudicar outro, mesma situação com a taxa de câmbio. Neste sentido, as análises dos grandes grupos econômicos devem considerar em sua relação com o mercado de capitais. Quanto aos governos, a relação se estreita na medida em que as decisões políticas garantam o ambiente político e econômico favoráveis para a manutenção dos negócios em uma escala global, ou seja,

¹⁰⁸ Esse tipo de relação é feita por autores como Amando Boito Jr. e André Singer. Em ambos é apresentada a ideia de que o setor financeiro passa a se desvincular dos governos liderados pelo PT quando uma política de corte de juros é adotada, o que em tese beneficiaria o setor produtivo.

¹⁰⁹ Além dos dados referentes à Itaúsa cuja financeirização é acentuada, o Bradesco confirma essa tendência geral dos grandes grupos econômicos do país: “De fato o que está em jogo é a busca de escalas mais amplas de circulação de fluxos de capitais que atravessam as fronteiras nacionais. Nesse sentido, desde fins dos anos 1990 os maiores bancos privados nacionais buscam associações com grandes grupos financeiros internacionais. Em 1998 a *joint venture* estabelecida entre o Bradesco (50,1%) e o Franklin Templeton Group (49,9%) – gestor de fundos de pensão privados norte-americanos, com escritório em mais de trinta países – dá origem ao Bradesco Templeton Asset Management, que administra o maior fundo privado do Brasil, no qual os principais investidores são o Bradesco e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No mesmo ano, a seguradora norte-americana Prudential Financial Inc., também presente em outros nove países, adquire participação acionária na Bradesco Seguros S.A.” (DIAS, 2005).

¹¹⁰ Setúbal (2017).

que interfira o necessário para manter a fluidez do mercado financeiro – importante fonte de capitais para as empresas, como disse Tabacof. Os discursos e o comportamento dos grandes grupos econômicos tendem a ver o mercado de capitais como a principal esfera de atuação e captação de recursos, cujo funcionamento não é limitado e nem controlado pelas instâncias internas. Essa configuração não se reduz ao setor bancário e financeiro como veremos a seguir.

Em síntese pode-se afirmar os seguintes aspectos sobre o setor bancário brasileiro: a) sua expansão está relacionada com os momentos de adequação da economia brasileira às imposições do capitalismo global; b) a atuação dos grandes bancos e o seu sucesso financeiro independe da orientação ideológica de governos, os grandes bancos são bem sucedidos em diferentes governos de distintas orientações ideológicas; c) os controladores dos grandes bancos compõem grandes conglomerados diversificados – são os dois maiores do país no caso de Itaú e o Bradesco; d) ambas as instituições estão cada vez mais elencadas no mercado de capitais, enfatizando a importância desses laços; e) a relação com o mercado de capitais e a expansão para atividades extrativas evidenciam a junção entre as distintas formas de capitais: destruidora e parasita¹¹¹.

5.2 A extração de recursos naturais: agronegócio e mineração

5.2.1 “O lucro a curto prazo, o corte raso”¹¹²: o caso da cana de açúcar

*As coisas não são muitas
Que vou encontrando neste caminho.
Tudo planta de cana
Nos dois lados do caminho;
e mais plantas de cana
nos dois lados dos caminhos
por onde os rios descem
que vou encontrando neste caminho;
e outras plantas de cana
há nas ribanceiras dos outros rios
que estes encontraram
antes de se encontrarem comigo.
Tudo planta de cana
e assim até o infinito;*

¹¹¹ Uma importante forma de atuação dos grandes bancos é por meio de sua relação com títulos do tesouro nacional, no qual os Bancos lucram com a dívida pública com elevadas taxas de juros. Como sabemos a dívida externa fez do país um receptor de empréstimos de grandes bancos internacionais, o que deixa a economia extremamente vulnerável ao não ter nenhum controle sobre os juros praticados externamente e tem que adequar a política cambial de acordo com as oscilações externas, de modo a ter algum controle sobre a sua moeda. O crescimento da dívida interna brasileira, da mesma forma, beneficiou os grandes bancos brasileiros, eles são presenças constantes nos leilões das dívidas públicas. (FATORELLI, 2019).

¹¹² Passagem da canção “Quede Água” de Lenine.

*tudo planta de cana
para uma só boca de usina.
(NETO, 2007, p. 33)*

O termo moderno deve ser bem caracterizado quando se trata da burguesia brasileira. A modernização de um país não se trata, para os empresários brasileiros, dos aspectos sociais e civilizatórios, quando muito, esses são secundarizados. Modernização para a burguesia brasileira – em especial a do agronegócio – significa, estritamente, aumento da capacidade produtiva, seja pela mecanização, automação da produção ou pela maior intensidade do trabalho ou espoliação do trabalhador. Aquele que comumente foi classificado como o setor “atrasado” da economia e da sociedade, que deveria ser superado pela “modernidade” urbana e industrial, é hoje, segundo um de seus representantes “a face mais moderna da economia brasileira”.

De fato, se levarmos em consideração os avanços tecnológicos, a agricultura brasileira está muito distante do “atraso” que a caracterizou em décadas anteriores. As usinas que processam cana-de-açúcar são bons exemplos. Trata-se de um complexo agroindustrial, cuja uma característica constante é a modernização. A complexidade da sociedade sucroalcooleira foi percebida na década de 1970 por Octavio Ianni:

Em primeiro lugar, trata-se de um ambiente social amplamente urbanizado. Todas as relações e estruturas, todos os valores e padrões estão, em algum grau, impregnados das relações e estruturas dos valores e padrões vigentes e predominantes no mundo urbano. Não há, praticamente, descontinuidade entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, a fábrica e o canavial.” (IANNI, 2004, p.61).

Trata-se de um setor que historicamente possui importância decisiva para a economia do país, desde sua existência enquanto colônia de exploração, passando pela “vocação agrícola”, e que nos dias atuais ganham adjetivos, através de propagandas de televisão, afirmando que “o agro é a riqueza do Brasil”, “tudo é agro”, o “agro é pop” e etc. O exemplo da cana-de-açúcar é significativo para compreendermos as alterações no campo brasileiro. Se antes a colheita era feita manualmente por escravos, hoje as máquinas predominam nos canaviais que é vistoriada por drones e satélites, o chamado “canavial 4.0” (RAMOS, 2019). Um item que tinha como destino principal a produção do açúcar, hoje move automóveis pelas cidades do país ampliando a demanda interna por etanol, que segundo alguns é sinônimo de energia sustentável e importante produto de

competitividade internacional¹¹³. Antes uma estrutura arcaica, agora negociado na bolsa de valores.

Uma maneira possível de demonstrar tais transformações é se atentar à trajetória das empresas comandadas pela família Ometto, controladores da Cosan e da Usina São Martinho. A primeira possui diversos negócios no ramo da produção e distribuição da cana-de-açúcar e conta com participação da anglo-holandesa Shell, a segunda é a maior moedora de cana do mundo, majoritariamente controlada por membros da família Ometto. Família de imigrantes italianos que iniciaram sua trajetória no Brasil em fazendas de café do interior do estado de São Paulo, hoje a maior empresa controlada pela família é a Cosan que controla ao menos 23 usinas, a maior parte localizada no interior de São Paulo.

Desde a década de 1930, a trajetória da família é de expansão e aquisição de usinas, com destaque para a Usina da Barra e a Usina São Martinho, mas é inquestionável que o salto econômico do setor e da família Ometto ocorreu durante a ditadura militar. Entre os benefícios dos períodos se encontra o Funproçúcar, um fundo destinado a subsidiar a produção de açúcar, sobretudo a modernização tecnológica das usinas, se tratando, segundo João Guilherme Ometto, de uma “maneira inteligente” e de um período “muito fértil”.

Essa primeira fase, que ninguém fala, foi uma fase muito forte, do Funproçúcar. Que aumentou muito a produção...então houve melhorias tecnológicas muito grandes. Eles fizeram o tal do... uma organização do governo de pesquisas, nessa época então começou a Copersucar, o centro tecnológico Copersucar, foi uma época de muita agitação tecnológica.” (OMETTO, 2010).

O fundo não se restringiu aos empréstimos subsidiados às usinas, mas também contribuiu para a melhoria da infraestrutura, como, por exemplo, a construção dos portos de Maceió e Pernambuco, impulsionando o aumento da produção de açúcar no Nordeste. Tudo controlado pelos militares com participação de empresários e fornecedores, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (OMETTO, 2010). Contudo nada incentivou mais a produção sucroalcooleira do que o período “brilhante do Proálcool” (OMETTO, 2010).

¹¹³ Diversos artigos de Fernando Henrique Cardoso (2015) apontam nessa direção.

O Programa do Álcool (Proálcool) foi instituído em 1975 pelos militares e empresários do setor¹¹⁴ para suprir a dependência da importação de petróleo¹¹⁵. Com forte apelo nacionalista o programa era entendido como estratégia de segurança nacional. Não faltaram incentivos para o aumento da produção de álcool priorizando o setor sucroalcooleiro. Financiamento estatal para a modernização das usinas e subsídios ao produto, assim como uma declarada política de incentivo da produção de carros movidos a álcool. (CHIOVETTI, 2004)¹¹⁶

O programa aumentou a produtividade dos canaviais mecanizando boa parte da produção, reconfigurou cidades, sobretudo do interior paulista, aumentou a concentração de capital em mãos das usinas mais poderosas, contribuiu para a monocultura da cana e expulsou milhares de trabalhadores do campo (CHIOVETTI, 2004). Para os usineiros se tratou de um grande fôlego, pois a produção era subsidiada em grande escala pelo governo e o seu excedente adquirido pela Petrobrás. Os grandes usineiros saíram fortalecidos do processo, como a família Ometto, o que lhes garantiram a possibilidade de prosseguir sua expansão, chegando a ser na década de 2000 – por meio da Usina São Martinho – a maior processadora de cana do mundo.

É certo que a expansão do setor e consequentemente da família não ocorreu sem empecilhos. Diferente dos grandes bancos, o setor sucroalcooleiro não conseguiu se beneficiar em todas as alternâncias de ciclos da economia brasileira. Os finais dos anos 1980 e meados dos 1990 são de adaptações para a economia brasileira e para o setor. Da década de 1980 – caracterizada pela crise da dívida e pelos altos índices de inflação – o maior problema encontrado pelo setor foi a queda dos investimentos e subsídios. Em 1990, é decretado o fim do Instituto do Açúcar e do Álcool, com implicações diretas ao setor sucroalcooleiro. Por outro lado, mais passos foram dados para a abertura comercial, o que impulsionou, mais uma vez a modernização das usinas e da infraestrutura:

¹¹⁴ Afinal, não se pode desconsiderar que Cícero Junqueira Biagi – dono de poderosas usinas no interior de São Paulo, sendo uma das famílias mais tradicionais do setor – é “um dos pais do Proálcool”. SCARAMUZZO (2014).

¹¹⁵ Importante lembrar que se trata de um período de crise do petróleo com modificações em seus preços e nas políticas comerciais dos países produtores. Interessante notar que os produtores de petróleo geraram uma crise imensa nos países importadores ao elevar preços e controlar a produção, por outro lado, os “petrodólares” – elevados lucros gerados por essa prática – serviram depois como “salvação” ao financiar os planos econômicos dos países importadores, como foi o caso do Brasil. Boa parte da dívida contraída para financiar a estratégia econômica da ditadura militar foi financiada pelos petrodólares convertidos em empréstimos aos países dependentes (BENAKOUCHE, 2013).

¹¹⁶ João Guilherme Ometto (2010) descreve em detalhes as alterações tecnológicas do período, principalmente as alterações na produção das usinas como também no setor automobilístico.

Nós estávamos bem ou mal sob o tacão do Instituto do Açúcar e do Alcool. Com a nova constituição não tem mais controle da economia. Então fechou-se o Instituto do Açúcar e do Alcool [...] então havia o monopólio do Instituto de exportação do açúcar e nós tivemos que assumir isso daí de repente. [a mudança/internacionalização] foi dura, mas no final eu me lembro que o Brasil exportava 2 milhões de toneladas e hoje (2010) exporta 27 milhões de toneladas [...] nós tivemos que nos profissionalizar, quebrou-se usinas [...] o Nordeste tinha um esquema de subsídios, cortaram os subsídios. (OMETTO, 2010)

A modernização da infraestrutura também foi necessária para a continuidade da expansão do setor, o empresário destaca a aquisição e reforma do porto de Santos. O porto é mecanizado, diminuindo o tempo dos carregamentos. Trata-se de um novo período do capitalismo internacional e conseqüentemente, para os usineiros e produtores de cana-de-açúcar, ocorre, segundo o empresário, uma “revolução” com o fim da tutela do Estado:

Houve uma revolução no mundo todo. Todos os países... o açúcar é controlado em todos os países [...] de repente todo mundo largou dos controles estatais. O que aconteceu? O que aconteceu é que nós começamos a desenvolver com as tradings, tradings internacionais, começamos a aprender como é que negociava açúcar internacional, como é que é a bolsa, isso tudo foi um aprendizado grande. Conclusão, hoje, todas as bolsas, tudo nós temos aqui: os escritórios, todas as tradings estão aqui [...] Acabou o Instituto soltou... aliás foi um negócio meio estouro da boiada... de repente acabou o Instituto do açúcar e do Alcool...e realmente foi um período meio complicado para a gente... até termos que nos adaptar, fazer parceria [...] Nós paramos de crescer completamente, um período de um pouco de descapitalização, porque uma firma como a nossa, quando acontece isso, você não troca caminhão, não troca trator, as máquinas você não troca [...] (OMETTO, 2010).

Mesmo diante de toda a adversidade, o empresário afirma que ninguém da família quebrou. Percebe-se que o acúmulo de favorecimentos e de subsídios ao setor, durante a ditadura militar, deixou as grandes empresas do ramo – como também ocorreu com os grandes bancos – em situação de disputar a abertura do mercado e a financeirização da economia. Longe de vítimas da transnacionalização do capital, os empreendimentos da família Ometto, por exemplo, seguiram se adaptando e se expandindo no decorrer dos anos. Para compreender esse fato é necessário considerar, ao menos, três aspectos: a) a situação em que o setor se encontrava no período de abertura – como mencionamos é um setor fortalecido pelos governos anteriores, sobretudo a ditadura militar –; b) as fusões e

a financeirização por quais passaram o setor; c) o significado da modernização mencionada pelo empresário, que oculta as transformações ocorridas no mundo do trabalho, ponto fundamental para compreender o aumento da produtividade dos canaviais.

Em relação às fusões e aquisições, o agronegócio em geral foi reconfigurado pela abertura da economia. Os investimentos externos diretos encontraram grandes oportunidades no agronegócio brasileiro. Gigantes transnacionais do setor de sementes, por exemplo, ampliaram investimentos no país, entre elas a Monsanto e a Bayer CropScience (BANDEIRA, MEDEIROS, 2019). Assim também ocorreu com o setor sucroalcooleiro, no entanto, o processo de investimentos externos diretos no setor ocorre, de forma significativa, somente em meados dos anos 2000, sobretudo a partir de 2007 (GOMES, 2010) – momento em que a produção dos carros flex se consolida no mercado. O setor não se mostrava tão atrativo ao capital estrangeiro na década de 1990. O que ocorreu com a indústria de transformação, com as telecomunicações, com os bancos, com a mineração, com o setor energético, não se deu da mesma forma com as grandes plantações de cana e com as usinas. Embora, os primeiros passos em direção às fusões e a internacionalização já se encontram na década de 1990, os empresários do setor só encontraram grandes oportunidades com o interesse do capital estrangeiro na primeira década do século XXI.

Apesar de grandes usineiros brasileiros perderam o controle de seus empreendimentos – exemplos significativos são as tradicionais famílias Biagi e Junqueira Franco¹¹⁷ – alguns continuaram a expansão e modernização através de fusões e da financeirização. O caso mais significativo é, novamente, o da família Ometto. Tanto a Cosan quanto a Usina São Martinho – agora também um grupo – foram bem sucedidos na continuidade de seus negócios a partir de associações.

A Cosan formou com a holandesa Shell uma *joint venture* em 2010. A junção envolve, principalmente, a produção e distribuição de etanol e geração de energia. O grupo controlado pela família Ometto já havia adquirido a Esso em 2008 aumentando sua participação na distribuição de combustíveis, com a negociação com a Shell, a participação no setor deu um salto que colocou a *joint venture* em terceiro lugar entre as

¹¹⁷ “Abatida pela crise, a Santelisa Vale acabou sendo comprada em 2009 pela francesa Louis Dreyfus. Hoje, os Biagi e Junqueira Franco tornaram-se acionistas do grupo e têm, juntos, 5,9% da companhia, que foi rebatizada como Biosev. As duas famílias arrendam terras e fornecem cana para o controlador.” SCARAMUZZO (2014).

empresas distribuidoras de combustíveis no país – atrás do grupo Ultra e da estatal Petrobrás. A intenção é transformar a empresa – denominada Raízen após a negociação – em um *player global* na produção de açúcar e etanol (GOMES, 2011). A Cosan também se rendeu aos imperativos do novo mercado sendo listada na bolsa de valores de São Paulo em 2005.

Ainda se tratando da família Ometto não se pode ignorar o grupo São Martinho – propriedade da família desde a década de 1940. Na apresentação que consta no site da empresa se percebe exatamente o movimento histórico citado acima. Ficam também evidentes os novos rumos e objetivos da empresa: “Desde 2000, criou-se uma estrutura unificada para administrar o negócio de maneira cada vez mais profissionalizada, possibilitando novas oportunidades de investimento.” (SÃO MARTINHO). Unificando a administração de algumas fazendas procurou-se reforçar a marca com o objetivo de “fortalecer o desempenho, principalmente com a abertura do capital da companhia em 2007, buscando assim uma competitividade cada vez maior nos mercados em que atua” (SÃO MARTINHO).

Para compreender essa expansão e concretização do setor no século XXI é necessário fazer referência à financeirização da economia brasileira e ao momento inaugurado durante os governos Lula (2002-2010). O setor sucroalcooleiro que foi impulsionado pelos militares também se encontrou representado com as pautas dos governos petistas. A explicação para a aproximação do empresariado da cana de açúcar com o governo Lula é justificada da seguinte forma pelo empresário:

O nosso setor é apoiado no exterior pelos verdes, pela esquerda...por quê? É agricultura, é ambientalmente correto, então... o pessoal de direita ... os governos de direita estão mais metidos com petróleo, com tudo isso... então... os maiores apoios foram desse pessoal. [...] o setor é ambientalmente correto, é verde, dá trabalho, é trabalho nacional. Então os nacionalistas, todos são muito fortes apoiando o setor [...] Houve uma aproximação grande entre o instituto do PT com a gente e o pessoal do PT começou a se entusiasmar com o nosso setor [...] porque nós somos nacionais, somos verdes, tudo indústria nacional, somos corretamente com o meio ambiente. Nós somos uma bandeira muito grande brasileira [...] No governo dele [Lula] sempre nos ouviu, não fez canetada como no governo Fernando Henrique que nem ouvia a gente, fazia canetada e de repente a gente sabia de um decreto [...] ele entendeu perfeitamente a questão internacional [...] percebeu que era uma bandeira que

podia ser vendida lá fora [...] ele apoiou a inserção internacional do álcool... bateu... ele até brinca “eu sou o garoto propaganda de vocês (OMETTO, 2010).

A esse apoio deve ser acrescentado o aumento da produção de carros flex, que elevou a demanda interna por etanol, o aumento do preço das *commodities* na primeira década do século XXI, as associações com o capital estrangeiro, como exemplificamos com o caso da Cosan e a financeirização de grandes grupos do agronegócio, como os da família Ometto. Em relação ao capital estrangeiro, não há nenhuma oposição do setor à sua entrada na economia brasileira. Tanto que, como já apresentamos, o capital da Shell foi bem visto pelo grupo da família Ometto. No que se refere ao segundo aspecto, a financeirização, a abertura do capital do grupo São Martinho, o empresário é claro em suas palavras:

Nós estamos num Brasil novo. Depois que eu fui na Bolsa de Valores e vi... sentei na mesa ... na Bolsa de Valores de São Paulo, nós estávamos discutindo a Bolsa, e quando vi dois senhores economistas discutindo eu falei: quem são esses moços? Um é da CUT outro é da Força Sindical. E eles dizendo... fazendo fundos para aplicação de Bolsa e tudo... aí eu falei: o Brasil mudou... (risos). Então eu me aproximei da Bolsa e falei: nosso caminho agora é abrir o capital, é abrir no novo mercado, é ter uma satisfação pública... pois aí sim nós podemos crescer. E foi uma experiência maravilhosa... eu to muito contente, se profissionalizou [...]. (OMETTO, 2010).

Nas falas dos grandes empresários do agronegócio não aparecerá a perda de controle sobre os recursos naturais e seus frutos. A financeirização do agronegócio, assim como da mineração, coloca a esfera produtiva – no caso o solo e sua perspectiva de satisfação das necessidades da população do país – em estreita relação com a especulação do mercado de capitais, como explica o controlador do grupo Cosan, também da família Ometto: “O investidor estrangeiro, ele se antecipa. Não só o investidor estrangeiro como o de mercado de capitais, ele se antecipa. O segredo de eles terem sucesso é eles se anteciparem ao futuro” (OMETTO, 2017). Antecipação, nesse caso, é uma outra designação para especulação. O que está em jogo com a financeirização é a ausência de controle sobre a produção, momento no qual a valorização dos ativos se sobressai ao que a empresa produz. Os investidores têm a liberdade de alocar e migrar seus investimentos diante de qualquer ameaça à desvalorização da empresa. Esse é o jogo do novo mercado, as famílias que eram proprietárias e decidiam – com base em seus conhecimentos sobre a produção – a melhor alocação dos recursos agora delega essa capacidade para os

“profissionais” do mercado, os executivos, CEOs etc., isso ocorreu com as empresas da família Ometto. (OMETTO, 2017).

A referência à modernização por qual passou o setor é vista pelos empresários, sobretudo, pelos avanços tecnológicos e pela profissionalização na condução de seus negócios. O avanço da mecanização nas colheitas e nos demais processos de tratamento e transformação da cana elevou a produção a patamares inéditos, por outro lado, resultou numa forma híbrida de produção. Algumas usinas conseguiram automatizar as colheitas, outras ainda utilizam do tradicional trabalhador com o facão nos cortes de cana.

Os “canaviais 4.0” (SOUZA, 2009) terão impactos decisivos sobre os trabalhadores do campo. É difícil imaginar o enorme número de trabalhadores que atuavam no corte de cana operando máquinas com GPS automatizadas. O próprio fato de serem automatizadas já demonstra a desnecessidade de um número elevado de trabalhadores. Na continuidade do corte manual de cana a situação também não é nada favorável ao trabalhador rural do setor, é conhecido o fato de que o trabalho é intenso e prejudicial à saúde, sendo cada vez mais exigido o esforço do trabalhador para cortar numa quantidade padronizada pelos padrões, recebendo “benefícios” aquele que mais cortar cana, o que atinge a “meta”. Essa condição precária de trabalho e cada vez mais intensa possui estreita relação com a mecanização das grandes usinas. Na medida em que, o preço é calculado pelo nível de produtividade, as empresas que adotam o corte manual procuram alcançar a produtividade das usinas mecanizadas, utilizam para isso a maior intensidade do trabalho. De qualquer forma, para o trabalhador tradicional do campo, os dois cenários são ruins. Ainda, é necessário apontar que a mecanização é tendencialmente a regra a ser seguida pelas grandes empresas do setor sucroalcooleiro.

5.2.2 Soja: da expansão das fronteiras à bolsa de valores

O agronegócio é a face mais moderna da economia brasileira. Sempre esteve aberto às novas tecnologias e a competição internacional. Aprendemos a viver globalmente, respeitando a cultura local de cada região onde a agricultura é a base da economia. O resultado foi que o Brasil foi o país que mais cresceu em produtividade agrícola nos últimos anos. A soja, uma das nossas principais commodities, é um bom

exemplo [...] O Brasil é hoje o maior exportador de soja do planeta.
(LOTO, 2013).¹¹⁸

Embora com características distintas, o setor da soja teve caminho semelhante ao sucroalcooleiro. As palavras de Olacyr de Moraes, o maior produtor individual de soja do mundo na primeira metade da década de 1990, são significativas para ilustrar a alteração do setor nas últimas décadas. Em 1993, quando perguntado se o Brasil precisava de uma reforma agrária, respondeu:

Nós precisamos de modernização agrária. Aumentarmos a nossa produção, fazermos uma agricultura moderna, mecanizada, precisamos de pesquisas, sementes adequadas para sermos competitivos e ganharmos uma grande fatia do mercado mundial (MORAES, 1993).

O grupo Itamaraty que possuía construtoras, bancos, também se “aventurou” na construção de ferrovias, tinha entre suas atividades a produção rural, em especial a soja, foi desmantelado no final dos anos 1990. A fazenda Itamaraty concentrava a maior produção individual de soja do mundo – no início dos anos 1990 – foi recentemente adquirida pelo grupo Amaggi¹¹⁹.

O grupo Amaggi é o maior exportador brasileiro de soja. A história da família é carregada pelo pioneirismo de André Maggi ao abrir as fronteiras do oeste paranaense, a principal atividade era a extração de madeira (SILVA, 2000). Mas também são conhecidos por avançar sobre as terras amazônicas durante a expansão da fronteira agrícola que ganha impulso com apoio estatal em meados dos anos 1960. Não é por acaso que a família Maggi estende seus domínios para o Centro-Oeste e nessa região foca na produção agrícola, com destaque para a soja:

A soja foi a cultura eleita como “carro chefe” das mudanças na base técnica da produção, desencadeada a partir de meados da década de 1960. Sua expansão teve suporte estatal nunca visto no Brasil, por meio de oferta de crédito abundante para a compra de máquinas e insumos. Até mesmo quando a política não era dirigida à soja, esta obteve benefícios. Na região Centro-Oeste, os programas destinados à ocupação do cerrado também a privilegiaram. (CAMPOS, 2011, p. 161).

¹¹⁸ Discurso do presidente do grupo Amaggi durante o Global Compact Leaders Summit 2013 das Nações Unidas (ONU), 2013.

¹¹⁹ Rodrigo (2018).

Em 1977 a família Maggi chega ao Mato Grosso, expande seus negócios num ambiente favorável para produção agrícola, tinha apoio econômico do Estado, assim como a organização dos trabalhadores e da oposição encontrava a mão de ferro da ditadura militar. A modernização – mecanização da produção, aumento da produtividade etc. – foi financiada e subsidiada pelo Estado. A expansão da soja atendia tanto à demanda interna quanto externa. No primeiro caso, o aumento do consumo de óleos de cozinha a base de soja e ração para a avicultura, também em expansão. No segundo caso, a ração animal é o item de maior importância (CAMPOS, 2011).

A intervenção estatal é decisiva para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e, certamente, o sucesso do grupo Amaggi não pode ser entendido ocultando esse aspecto¹²⁰. Desde o PND I, momento em que se cria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a região entra na órbita de prioridades dos governos ditatoriais, cuja ênfase recai na criação de polos de crescimentos capazes de impulsionar a produção da região, incorporando cada vez mais áreas. A atuação estatal é mais significativa durante o II PND, no qual se cria o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que

[...] tinha como objetivo incorporar racionalmente, ou seja, em bases empresariais, a região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, estimulando os produtores rurais a adotar inovações tecnológicas, visando otimizar os resultados econômicos dos seus empreendimentos. (FARIAS, ZAMBERLAN, 2013).

O crédito rural viabilizou e incentivou o projeto. Amplos financiamentos e subsídios foram destinados à aquisição e ao aumento da produtividade na região. Outro grande incentivador foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com destaque para a pesquisa de sementes aptas ao aumento da produção no Cerrado (FARIAS, ZAMBERLAN, 2013).

É o período da chamada modernização do campo brasileiro em geral e, em especial do Centro-Oeste, que além da mecanização ainda recebia incentivos para

¹²⁰ Segundo Castillo (2005) é possível distinguir dois períodos para a entender a consolidação da soja no Brasil: o primeiro entre 1960 e 1970 caracterizado por aumentos da produção impulsionado pela presença estatal e subsídios, o segundo se concretiza na década de 1980 a partir da expansão da fronteira agrícola em direção ao cerrado. No entanto, um período é ligado ao outro pela presença do Estado: “Produtores de várias partes do Brasil – principalmente gaúchos e em menor medida paranaenses e paulistas – adquirem grandes extensões de terras nos novos *fronts* graças às facilidades oferecidas pelo Estado no período anterior.” (p. 290).

expandir as áreas destinadas à produção agropecuária voltada para exportação (FARIAS, ZAMBERLAN, 2013). Neste sentido, o sucesso dos empresários que atuavam nesse contexto, se deve menos à suas características empreendedoras do que aos benefícios oferecidos pelo poder público (PALMEIRA, 1989).

Nota-se nas divulgações realizadas pela Amaggi a ênfase em dois aspectos: a modernização tecnológica e a expansão do grupo. A modernização – confirmando o entendimento que o empresariado brasileiro tem do conceito – se reduz ao maquinário utilizado e ao controle sobre a produção, com elevada mecanização dos processos que vão desde a colheita, até o tratamento da soja que resulta em óleo, farelo ou mesmo o grão para consumo. A expansão se reflete na aquisição de fazendas, sobretudo no Mato Grosso, e com a abertura de escritórios em outros países, como Holanda, Suíça, China e Argentina.

A efetivação do grupo como maior produtor brasileiro de soja e sua internacionalização no século XXI é resultado, como vimos, do incentivo estatal da década de 1970, situação que possibilitou que grandes empresas enfrentassem a concorrência inaugurada pela abertura comercial dos anos 1990. No entanto, isso não significa que na década de 1990 os produtores de soja deixassem de ter apoio do Estado. Uma das reivindicações do setor, até hoje em 2021, ainda são as condições da infraestrutura para o escoamento da soja. As empresas encontram mais chances de competição no mercado internacional quando reduz os seus custos com transporte, requerem, portanto, do poder público investimentos em infraestrutura. Foi o caso da Amaggi na construção da hidrovía do Rio Madeira. Em uma associação entre a empresa, Estado do Amazonas e Governo Federal, foram realizadas construções e modernizações da hidrovía e de portos que possibilitam uma significativa redução dos custos ao escoar a produção pelo norte do país¹²¹. É possível indicar que a década de 1990 não se assemelha as décadas anteriores em relação aos incentivos e subsídios diretos, no entanto, o Estado não rompeu seus laços com os grandes produtores de soja, sendo – assim como no caso da cana-de-açúcar – um período de adequação para competição internacional em um mercado transnacionalizado.

¹²¹ Ver “Barcos vão cruzar o Madeira dirigidos só por computador”, *Folha de São Paulo*, 31 de março de 1997. A importância da infraestrutura é revelada nas palavras do próprio executivo da Amaggi, Blairo Maggi, se concretizada tais obras: “O Mato Grosso vai ser o coração da produção mundial de grãos”.

A elevada e contínua expansão da soja no país – assim como de outras *commodities* – também encontra entre suas motivações uma resposta de política econômica à fuga de capitais ocorrida com a crise cambial de 1990. A exportação é eleita como a maneira de garantir um superávit fiscal e de atração de moeda estrangeira para evitar novas crises monetárias. O último governo de Fernando Henrique Cardoso promove o “relançamento do agronegócio”, intensificando as obras de infraestrutura necessárias para a produção e escoamento dos produtos (DELGADO, 2010). As queixas dos grandes produtores rurais sobre o primeiro governo FHC são conhecidas, sobretudo a ausência de investimentos e de oferta de crédito. No entanto, como já apresentamos, não deixaram de se modernizar ampliando a capacidade produtiva e se viram novamente beneficiados nos anos finais da gestão do PSDB. Não pode ser ignorado o fato de que o agronegócio cresceu mais do que a indústria no período de 1990 - 2003, principalmente após 1999 (BENETTI, 2004).

Pensamos já se tratar de uma preparação para o que viria a ser a década de 2000 com o aumento da demanda externa. A expectativa sobre a infraestrutura e a possibilidade da demanda externa elevaram os preços das propriedades no final da década de 1990 aumentando a concentração de capital. Se até meados dos anos 1990 a abertura das fronteiras, com amplo subsídios estatais, permitiram um preço reduzido para os empresários que ou desejavam ampliar sua produção ou diversificar os investimentos, no final do segundo governo FHC esses empresários já poderiam se beneficiar da valorização de suas propriedades resultando em amplos ganhos fundiários. Um cenário amplamente favorável não só para a produção da soja, mas para toda a cadeia produtiva das *commodities*, pois se beneficiou da expansão da fronteira agrícola durante a ditadura militar, contou, nos últimos governos de FHC, com ampliação da infraestrutura, do crédito e da valorização das propriedades. Condições que foram aproveitadas para atender a forte demanda internacional durante a primeira década de 2000.

Voltando à produção de soja, não somente a Amaggi foi beneficiada. A Caramuru, passou por processo semelhante. Se consolida e se expande nos anos 1970. Nos anos 1990, passa por significativa adequação, sobretudo tecnológica. São novos investimentos nas instalações do grupo, integrando a gestão e aumentando a produtividade. Destaca-se

o investimento em infraestrutura, sobretudo na armazenagem em portos e na hidrovía e ferrovia como principais meios de escoar a produção¹²².

O agronegócio, quando visto em perspectiva histórica, não pode ser associado ao “atraso”, ao contrário, se apresenta como o futuro da economia brasileira. Intensificando o processo de mecanização e “modernização” das grandes propriedades. Cada vez mais, grandes áreas são ocupadas por máquinas e a presença humana é reduzida. Esse cenário foi idealizado pelo antigo rei da soja Olacyr de Moraes, ao dar o exemplo dos Estados Unidos como grande potência e referência agrícola:

Eles trabalham de uma maneira moderna, totalmente equipados, com alta produtividade porque eles têm tecnologia, com fazendas adequadas à mecanização, a uma agricultura moderna e eficiente. Consequentemente, vamos supor, escolhem algodão lá, os custos deles, apesar de remunerar muito bem os seus trabalhadores, é mais baixo que o brasileiro. Consequentemente eles ganham competitividade na indústria têxtil, eles pegam o algodão em alta produção, vendem no mercado liquidam com o produtor brasileiro, porque eles são mais eficientes, eles são mais modernos, tem alta produtividade, tem poucas pessoas no campo, quase ninguém. Vai ver uma lavoura de algodão nos Estados Unidos você não vê ninguém, você vê máquinas, mas eles têm milhões e milhões de pessoas trabalhando nas indústrias em condições muito mais adequadas do que um miserável ao relento com uma enxada não produzindo nada (MORAES, 1993).

Evidente que o empresário não mencionará os efeitos destrutivos provocados pela globalização econômica nos Estados Unidos, sobretudo a vulnerabilidade dos trabalhadores e da situação do trabalho dos imigrantes. No entanto, a citação apresenta a perspectiva do empresário, em certo sentido concretizada pelo agronegócio no século XXI. O depoimento é da década de 1990, ainda como perspectiva. A concretização dessa situação ocorre nos anos 2000, mas é incompreensível sem se levar em conta a história das empresas e as suas adequações à economia global.

5.2.3 “*Agro é tech, agro é pop*”: agronegócio, transnacionalização e tendências

O agronegócio, a expansão da soja em especial, não pode ser compreendido sem fazer referência às grandes empresas transnacionais que viram no Brasil grandes oportunidades de investimentos. Com o ambiente favorável da abertura econômica dos

¹²² Ver o site da empresa, principalmente, a parte dedicada à história da empresa e seus feitos. https://www.caramuru.com/institucional/?page_id=51

anos 1990, empresas que são líderes globais em seus ramos de atuação aproveitaram as condições propícias oferecidas pela economia brasileira. O meio privilegiado foi o de aquisições e fusões. Nesse primeiro momento, ainda não se tratava de uma ofensiva territorial, mas de aumentar a produtividade das unidades já existentes. A burguesia brasileira do agronegócio praticamente “sucumbiu” diante da ofensiva de empresas como Bunge, ADM, Louis Dreyfus, Cargill, Monsanto, entre outras. Para as frações burguesas brasileiras do setor restavam se aliar nas fusões, compondo participação minoritária, ou a venda total de suas unidades. Desse processo, como apresentamos, restaram poucas exceções, no caso da soja a Amaggi e a Caramuru como grandes representantes brasileiros no setor.

É certo que a participação dessas grandes empresas transnacionais contribuiu para direcionar a atuação do Estado. Se beneficiando do reduzido valor da terra nas fronteiras abertas, com a tecnologia das sementes adequadas e com os investimentos na infraestrutura. Os altos investimentos em sementes transgênicas, tecnologia que afeta diretamente a produtividade do setor, é concentrado nas grandes empresas transnacionais, sendo até os dias de hoje (2021) reclamação do setor produtor de soja¹²³. De fato, a chamada biotecnologia dominada pelas grandes transnacionais parece ser o caminho mais rentável do agronegócio devido aos ganhos com os *royalties*. Os investimentos em pesquisas são elevados e protagonizados quase que majoritariamente pelas grandes empresas transnacionais alocadas no setor, até mesmo pesquisas realizadas pela EMBRAPA são financiadas por essas grandes empresas. No entanto, a utilização dessas sementes, tem custo elevado o que elimina grande parte dos produtores, aumentando a concentração de capital no setor e, conseqüentemente, o monopólio. (BANDEIRA; MEDEIROS, 2019).

O interesse estrangeiro na cana-de-açúcar se encontra na bioenergia, na qual o produto aparece como grande competidor internacional. Interessante notar que as mesmas companhias que atuam no setor de soja também se dirigiram para os canaviais: Bunge,

¹²³ “Este setor [genético vegetal], em sua dinâmica de inovação acelerada dos anos 2000 deu ferramentas eficientes para o sistema financeiro drenar renda em territórios espalhados pelo mundo. O Brasil, por ser um grande produtor agrícola mundial e conseqüentemente um grande consumidor desses produtos e tecnologias, foi um alvo estratégico no processo de avanço do capital internacional”. (BANDEIRA; MEDEIROS, 2019). Destacam-se, nesse setor, as empresas Monsanto – posteriormente adquirida pela Bayer CropScience –, Bayer CropScience, Dow AgroScience.

ADM, Cargill, Louis Dreyfus (EXAME, 2017)¹²⁴. Entre as consequências se encontra o fato de que as três empresas mais lucrativas do setor não são brasileiras¹²⁵, mas as posições seguintes são ocupadas pela São Martinho e pela Cosan – ambas com participação da família Ometto, como já mencionamos.

Essa internacionalização da agricultura brasileira ocorrida, com maior intensidade, nos anos 1990 está em acordo com o movimento do capital, sua mundialização e financeirização. Ou seja, contribui para a necessária expansão mundial do capital acumulado, sobretudo nos grandes centros, como apresentamos no capítulo anterior. A reconfiguração capitalista recoloca a antiga divisão internacional do trabalho na qual os países dependentes continuam como fornecedores de produtos primários, no entanto, uma mudança significativa é que as grandes empresas estrangeiras internalizam sua produção nos setores exportadores se apropriando das vantagens institucionais internas e da renda fundiária. A expansão do agronegócio muito se deve a atuação dessas grandes empresas.

Tal processo reconfigurou também a burguesia brasileira do setor, como já foi mencionado. São poucas as empresas consideradas de capital brasileiro que conseguem se manter diante dos grandes grupos transnacionais. No entanto, não se pode ignorar a importância das empresas do setor de soja e das grandes usinas de cana-de-açúcar que citamos acima. Aventamos que tais empresas se localizaram muito bem com a abertura do mercado e com a inserção das líderes globais no setor. Desde finais da década de 1990, não se presencia recuos dos setores, ao contrário – excluindo efeitos de crises como a de 2015 – o setor tem crescimento econômico, sobretudo em duas frentes: a) aumento da produtividade, o que inclui a abertura de novas fronteiras; b) a financeirização dos grupos.

O mercado de capitais está no horizonte das grandes empresas do agronegócio brasileiro. Assim como, as grandes usinas de cana-de-açúcar, empresas como a Suzano celulose, JBS, BRF possuem capitais abertos. Como apontou Oliveira (2012) o agronegócio caminha cada vez mais para a completa financeirização. A participação de fundos de pensão e a atuação na bolsa de valores de grandes empresas evidenciam a face

¹²⁴ A partir, principalmente, 2015 o setor sucroalcooleiro entra em crise, resultando em queda dos investimentos e oscilação no mercado de capitais. No entanto, a mesma matéria demonstra que as multinacionais pretendem prosseguir no setor, que atrai interesses dos chineses.

¹²⁵ As três mais lucrativas são a ADECOAGRO com sede em Luxemburgo, a segunda é a BIOSEV controlada pela Louis Dreyfus e a terceira é SJC Bioenergia, *join venture* entre a Cargill e o grupo São João. Lista disponível em <https://publicacoes.estadao.com.br/empresasmais2019/setor/acucar-e-alcool/>

especulativa do agronegócio, cuja tendência pode ser a de priorizar a valorização dos ativos no mercado de capitais e não mais a produção. Alguns elementos apontam nessa direção: 1) o preço das denominadas commodities são estabelecidos pela bolsa de valores, sobretudo as de Chicago, Londres e Nova York; 2) a abertura de capital das companhias resultam em perda relativa do controle da companhia, orientando a empresa e sua produção à valorização financeira, atendendo não efetivamente à esfera produtiva mas aos interesses e lucro dos investidores.

O movimento da financeirização pode ser observado pelas novas formas de comercialização da terra e pela tendência da abertura de capital das grandes empresas brasileiras do setor. Quanto ao primeiro aspecto, vale citar as empresas atuantes estritamente na comercialização de propriedades rurais. Nesse ramo se destacam, entre outras, a SLC Agrícola – que abriu seu capital em 2007 – e a Agrifirma. A primeira não se limitou à bolsa de valores, montou uma empresa que se especializou na comercialização de terras, a SLC LandCo. Vale citar o trecho de apresentação feito pela própria companhia:

A LandCo é uma operação criada pela SLC Agrícola com a estratégia de monetizar parte do ganho imobiliário obtido ao longo de 30 anos de aquisição de terras no Cerrado, visando também levantar capital para dar seguimento ao processo de aquisição de terras com alto potencial de valorização. Em linhas gerais do negócio, a SLC LandCo é responsável pelo desembolso relativo a: aquisição de terras, abertura e limpeza de áreas, aplicação de corretivos (cloreto de potássio, fósforo, calcário) e construção da infraestrutura. (SLC AGRÍCOLA).

A empresa é uma joint venture entre a SLC Agrícola e o fundo de *private equity* inglês Valiance. A Agrifirma se encontra em processo de abertura de capital, antes pretende ampliar o seu portfólio de propriedades. A empresa atua estritamente na preparação e comercialização de terras: “A Agrifirma, com sede em São Paulo, compra terras degradadas e depois as transforma em áreas de plantio de soja, milho e algodão. A empresa tem 70.000 hectares de terras próprias e arrendadas no Brasil, uma área equivalente à cidade de Chicago.” O grupo controlador, um fundo de private equity tem entre seus acionistas Jacob Rothschild famoso banqueiro inglês (EXAME, 2012). Os controladores enxergam o Brasil como grande oportunidade de investimentos: “O Brasil tem competitividade única em termos de quantidade, qualidade da terra e disponibilidade de água” (BESTANI, 2012). Essa lista de empresas ainda inclui a Adeacro – que tem

entre seus sócios George Soros – a Radar Propriedades – subsidiária do grupo Cosan –, a Calys Agro, Vision Brazil, Tiba Agro, Sollus Capital, LG Agro, Brasil Agro, Cantagalo General Grains, entre outras (OLIVEIRA, 2012).

Não é somente o produto que está financeirizado – na medida em que seus preços são determinados pelas bolsas de valores e cada vez mais existem fusões entre investidores e fundos de investimentos no agronegócio brasileiro – mas a própria propriedade e os recursos naturais. A conhecida especulação imobiliária que atinge os grandes centros urbanos atua também em grandes propriedades rurais ameaçando as reservas naturais e indígenas.

As grandes empresas brasileiras que atuam no agronegócio tendem a seguir a lógica da financeirização, abrindo seu capital na bolsa de valores. O setor da cana-de-açúcar já efetivou essa postura, a tendência é que o setor de grãos – sobretudo a soja – siga o mesmo caminho. Seja por conflitos em relação à sucessão¹²⁶ ou pela atração de capitais diante do alto valor do crédito para alavancar sua expansão as grandes empresas produtoras de grãos já se preparam para a abertura de capital. Estratégia comum de empresas como a Caramuru, Vanguarda do Brasil, Grupo Bom Futuro e a Amaggi:

Em Cuiabá, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), avaliou haver um "movimento interessante" entre os produtores em direção à bolsa. Ao Valor, disse que a principal empresa de sua família, a Amaggi, deve seguir a tendência. "A Amaggi está pronta para abrir o capital. Já tivemos várias auditorias e consultorias. As contas estão em ordem, mas falta a decisão estratégica sobre o melhor momento para colocar outras pessoas dentro da empresa", afirmou (ZANATTA, 2007).

A reclamação em relação ao crédito é persistente. No entanto, nos parece que o setor é contemplado pela atuação do Estado em relação à infraestrutura desejada e no apoio, cada vez mais nítido, para a expansão territorial.

A soja e a agropecuária são os maiores exemplos da expansão territorial do agronegócio no país. As duas culturas possuem estreita relação, é comum após a aquisição – legal ou ilegal – de novas terras utilizar primeiro o gado e depois a plantação de grãos. Após se consolidar no centro-oeste a soja e a agropecuária avançam sobre a floresta amazônica, sobre reservas ambientais e indígenas. A fala do ministro do meio ambiente na “macabra” reunião ministerial, propondo que se deveria passar a boiada aproveitando

¹²⁶ Caso da Caramuru (BRASIL AGRO, 2018).

o cenário de Covid-19¹²⁷, o aumento do desmatamento e das queimadas na floresta amplamente divulgado pela mídia são efeitos dessa expansão. Os representantes do agronegócio não escondem o interesse em expandir suas atividades rumo às áreas de preservação: Blairo Maggi disse abertamente, ao ser perguntado sobre o avanço da demarcação de terras indígenas:

Avançam pois tinha um governo até então com uma ideologia, ideologia pesa muito na política, era um viés que esse pessoal tinha de ampliar reservas indígenas até sem a vontade expressa dos índios [...] Eu espero que com a mudança de governo o viés ideológico receba uma nova direção, e tenho certeza que já recebeu essa nova direção. (MAGGI, 2019).

O empresário, ex-governador e, naquela ocasião, ministro da agricultura já sabia da orientação que viria a ser concretizada. Ele integrou o governo posterior ao impeachment da presidenta petista Dilma Rousseff. No entanto, é certo que a expansão do agronegócio no país não foi ameaçada pelos governos liderados pelo PT. Ao contrário, a expansão que é ininterrupta desde os anos 1970 tem inédito impulso nos anos 2000. “Desde o início de 2002 até abril de 2006, foram destruídos 70 mil quilômetros quadrados da Floresta Amazônica. Somente entre 2003 e 2004 foram 27 mil quilômetros quadrados, sendo que três quartos dessa área foram destruídos ilegalmente” (DOMINGUES, BERMANN, 2012, p. 10). O processo é conhecido: desmatamento, pecuária e depois plantação de grãos, em especial a soja:

“[...] até 2005 mais de um milhão de hectares foram convertidos em campos de soja na Amazônia, mesmo com estudos que apontam que a fragilidade do solo da região não sustenta mais que três anos de produção de soja e alertam para uma possível contaminação de lençóis freáticos por agrotóxicos” (DOMINGUES, BERMANN, 2012, p. 10).

Evidente que a expansão também ocorre em direção às reservas indígenas. Domingues e Bermann, apontam esse fato na região noroeste do Estado do Mato Grosso:

Essa região vem sofrendo fortes pressões devido a interesses econômicos diversos, como a exploração de minérios e de madeira e a expansão da pecuária, provocando conflitos com populações locais e o comprometimento da floresta e da biodiversidade. As regiões do noroeste do estado são aquelas

¹²⁷ Ricardo Salles foi o ministro que deu essas infelizes declarações na reunião ministerial de 22 de abril de 2020. A intenção era a de aproveitar o momento de distanciamento da mídia das pautas ambientais – devido o foco na pandemia de Covid 19 – para entregar de “baciada” as reformas consideradas necessárias. A fala do ministro pode ser acessada no link a seguir, que conta com comentários da ministra da agricultura apoiando a postura do responsável pela pasta do meio ambiente: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=tzwPbqFpz2o> Acesso em 27/08/2020.

que mais crescem em termos demográficos (DOMINGUES, BERMANN, 2012, p. 10).

Junto com a expansão econômica e territorial do agronegócio, surge a degradação humana e ambiental. Seja pela usurpação de terras das populações tradicionais, seja pela intensificação dos conflitos com movimentos sociais e com antigos proprietários, cujo desfecho caminha cada vez mais para a criminalização dos que lutam pela reforma agrária e da elevação dos assassinatos cometidos por capatazes a mando dos grandes representantes do agronegócio (FOWKS, 2018).

Além dos problemas causados ao solo pela monocultura – sendo que a produção dos itens voltados à exportação não se pauta pelas necessidades alimentares da população –, das sementes transgênicas cujos efeitos sobre a saúde são cada vez mais assustadores, o agronegócio requer que o meio ambiente seja transformado em seu favor. Uma das necessidades é o escoamento da produção, interferindo diretamente nas localidades em que o agronegócio predomina. Os impactos ambientais são conhecidos, como a construção de hidrovias, abertura de ferrovias e de hidroelétricas¹²⁸ – como as do grupo Amaggi. Tudo ocorre em regiões em que a disputa pela terra tende a ser cada vez mais acirrada e em que o meio ambiente ainda não foi completamente explorado, sobretudo na Floresta Amazônica.

5.2.4 “O ouro da mina virou veneno”¹²⁹: Estado e empresários, das crateras às finanças

É possível que o setor extrativista seja o que, historicamente, mais conta/contou com a intervenção direta e os incentivos estatais. É significativo que a maior mineradora do país e uma das mais importantes do mundo – a Vale – foi criada pelo Estado, assim como a Petrobrás. A história da extração de recursos naturais no país se confunde, portanto, com a história do Estado. O setor extrativista também se relaciona com o mercado mundial, afinal, os resultados “positivos” da extração, sobretudo mineral, não

¹²⁸ A implantação da hidrovia do Tapajós incentivará o desmatamento futuro para cultivo de soja na porção norte de Mato Grosso, a ser servida pela hidrovia. Incentivará também o plantio de soja nas pastagens que atualmente recobrem áreas que já foram desmatadas nessa parte do estado. Tal conversão provoca desmatamento indiretamente em outros lugares, já que o gado e os pecuaristas que vendem as suas terras para “sojeiros” são deslocados de Mato Grosso para o Pará. O aumento do desmatamento no Pará devido ao avanço da soja em pastagens em Mato Grosso tem sido demonstrado estatisticamente. (Fearnside, 2015a). É muito provável que as águas do Tapajós sejam dominadas por barcaças transportando soja da empresa Navegações Unidas Tapajós (Unitapajós), uma joint venture entre o grupo Amaggi e a Bunge. (Fearnside, 2015b).

¹²⁹ Passagem da canção “Simples” de Milton Nascimento.

atendem restritamente às fronteiras nacionais. Sabe-se que, desde a colonização, a devastação ambiental e humana provocada pela extração de recursos naturais tiveram como principal impulso as necessidades econômicas externas, sobretudo das grandes potências.

O “ciclo do ouro” do século XVIII encontrou na Inglaterra seu principal mercado, contribuindo para a expansão econômica e a Revolução Industrial. A construção da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), não são compreensíveis sem a consideração de impulsionar a industrialização do país, o que no final das contas significou a expansão das multinacionais que, em seguida, se instalaram no país, cujo o exemplo mais importante foram as montadoras de automóveis.

Diante da transnacionalização do capital, a burguesia brasileira do setor precisou se reconfigurar. Grandes grupos econômicos como Gerdau e Votorantim, ao lado das privatizadas Vale e CSN, são referências na extração mineral – vale mencionar também o caso do grupo ELX de Eike Batista – e compõe a grande burguesia brasileira, ao lado dos grandes bancos, do agronegócio. Não se pode ocultar a importância econômica, social e política desse setor. Dificilmente encontraremos uma atuação do Estado que prejudique o setor – entendido como a indústria de base para uma economia moderna, e como importante componente para manter a balança comercial equilibrada. De Getúlio Vargas à Bolsonaro, passando pela Ditadura Militar, pelos incentivos privatizantes de Fernando Henrique Cardoso e o inédito impulso do período neodesenvolvimentista da primeira década do século XXI, as grandes empresas do setor extrativista, com atenção especial ao minério de ferro, que é o carro chefe das exportações do setor, não apresentam revezes para a depredação ambiental e humana causada pelas crateras a céu aberto e por toda logística que a expansão mineral requer. Cidades inteiras são reconfiguradas para atender as demandas da mineração, a preservação ambiental é ignorada, vidas são submersas por lamas¹³⁰.

A cadeia que envolve a extração e produção de minério de ferro é nociva ao meio ambiente e aos seres vivos. Pois não se trata somente das crateras abertas, mas de uma série de recursos ambientais e humanos mobilizados para que o produto chegue aos portos para exportação:

¹³⁰ Os exemplos mais simbólicos são as ocorrências de Brumadinho e Mariana.

[...] eles ocorrem desde a pesquisa até a extração, desde a derrubada da floresta nativa até a formação de “florestas” de eucalipto destinada à produção do carvão vegetal, desde a disseminação das carvoarias artesanais até a fundição realizada pelas siderúrgicas (que tem no carvão vegetal uma fonte essencial de energia), desde a construção de hidroelétricas até a contaminação das águas por fortes poluentes químicos, desde o transporte ferroviário até a construção dos portos destinados aos navios que levarão o minério para o exterior.” (PINASSI; NETO, 2016)

Mais uma vez a predominância de uma economia em crise estrutural, da qual não consegue mais expandir sem causar prejuízos humanos e ambientais são apresentados. Talvez seja a face mais cruel de qualquer política de desenvolvimento, não importando o verniz ideológico que a cobre. A “máquina do mundo” como categorizou Carlos Drummond de Andrade que, segundo a interpretação de Wisnik (2018), vai “engolindo o próprio mundo” não deixa dúvidas sobre o caráter destrutivo do capital, sobretudo na periferia do sistema capitalista. A comprovação histórica desse fato reside na permanência dessas práticas na América Latina desde a colonização até os dias atuais (GALEANO, 2017).

A tendência é aumentar a produtividade – entendida como modernização – para suprir o mercado externo, com destaque para a demanda chinesa e financeirização do setor. Como demonstraremos, a mineração no país deve ser entendida levando em consideração a sua relação com o Estado, sua adequação às alterações impostas pela expansão do capitalismo global e a condição de dependência.

Três empresas sintetizam a burguesia brasileira do setor: a Vale, a CSN e a Gerdau. A última sempre uma empresa privada, as duas primeiras controladas pelo Estado até a década de 1990. Vale e CSN são as maiores empresas brasileiras que extraem e exportam minério de ferro, a Gerdau entrou diretamente no ramo na década de 2000. Nenhuma outra empresa brasileira do setor tem produção e história comparada com as citadas – outro forte nome é a Votorantim, que será citada ocasionalmente, dado que já exemplificamos outras características a partir dela.

A extração, sobretudo de minério de ferro, no Brasil não pode ser entendida sem três aspectos fundamentais: a posição do país na divisão internacional do trabalho, a atuação do Estado e sua riqueza natural. A posição subordinada perpetua o país como fornecedor de produtos primários, situação não alterada com o passar dos séculos, a riqueza natural é requisitada para o desenvolvimento das grandes potências econômicas, e como veremos cada vez mais prejudicial para a vida humana e o meio ambiente, tudo isso fortalecido pelo amplo apoio Estatal às práticas devastadoras da mineração no país.

A atuação do Estado no setor é o que lhe permitiu alcançar os patamares atuais, se tornando, no século XXI, um dos maiores produtores e exportadores de minerais do mundo. Afinal, as duas maiores exportadoras de minério de ferro atuantes no país foram, durante a maior parte de sua existência, empresas estatais, a Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A primeira é que atualmente a empresa mais importante do setor extrativista do país, atuando na maior parte das atividades que compõem a cadeia do ferro e do aço e nos negócios em que o setor está envolvido. Seja na abertura de gigantescas minas a céu aberto, na logística que envolve ferrovias, hidrovias e portos e na atração de capital externo para reforçar o ciclo do ferro e do aço no país.

A fundação dessas empresas pelo governo de Getúlio Vargas na década de 1940 visava à constituição da indústria de base que exigia vultuosos investimentos para potencializar a emergente industrialização do país. Em tom nacionalista a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi inaugurada em 1941 e no ano seguinte a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Constituía-se a infraestrutura básica para um projeto de industrialização, um papel, no caso brasileiro, desempenhado pelo Estado na ausência ou impossibilidade de ser promovido pela iniciativa privada. Octávio Ianni dedicou boa parte de seus escritos apontando para o planejamento e o intervencionismo estatal do período e destaca dois aspectos importantes:

[...] tratava-se de empresas voltadas para os setores básicos da economia. Por esses motivos, é de supor-se que o governo e os grupos dominantes na época estavam empenhados em criar as condições de infra-estrutura tanto para o desenvolvimento econômico em geral (particularmente o industrial) como para a emancipação econômica do país. (IANNI, 1971, p. 32).

Quanto ao desenvolvimento econômico geral, em especial, o industrial, não resta dúvidas que a iniciativa foi bem sucedida, na medida em que impulsionava a produção industrial e a iniciativa privada em sua totalidade. Quanto a emancipação econômica, Ianni apontou para a permanência da “dependência estrutural”, na medida em que mesmo com uma parte importante da infraestrutura em posse do Estado, a subordinação ao imperialismo não é de fato questionada, exemplo significativo é a intensão do governo Vargas de realizar associações com empresas estrangeiras para encaminhar a construção da CSN, ou mesmo a necessidade de empréstimos estrangeiros – sobretudo dos Estados Unidos – o que possibilitou a construção das empresas (FGV CPDOC)

A construção das empresas que, no século XXI, são as maiores produtoras e exportadoras brasileiras de minério de ferro, ocorreu em um ambiente de guerra mundial,

o que favoreceu as articulações políticas do governo Getúlio Vargas, aderindo ao campo dos “aliados” se constituiu em parceiro estratégico para os interesses militares dos Estados Unidos, o que facilitou os empréstimos necessários para a viabilização dos negócios (IANNI, 1971). O Estado brasileiro tinha o ambiente favorável para o intervencionismo e o impulso à iniciativa privada no país:

Diante da necessidade de formular instrumentos para orientar a expansão das atividades produtivas, os governantes afirmam sempre não só a manutenção como também o fortalecimento da iniciativa privada. Não somente para quebrar as resistências em face da interferência estatal implícita na planificação, mas também para despertar o interesse dos empreendedores ativos e potenciais, o Estado afirma sua função adjetiva. Em face da natureza do sistema, essa atuação se propõe sempre como supletiva e estimulante do empreendimento privado. Inclusive quando se torna empreendedor autônomo, o Estado está reagindo a determinados desequilíbrios estruturais, que a iniciativa privada não percebe ou não tem capacidade para enfrentar. (IANNI, 1988, p. 24).

No caso brasileiro, se entende a ausência de interesse ou possibilidade da iniciativa privada de efetuar a infraestrutura necessária para a expansão produtiva e industrial do país, essa função é desempenhada pelo Estado. De fato, as décadas seguintes são marcadas pelo importante avanço industrial, sobretudo a indústria automobilística. O que se entende é que essas empresas são financiadas e fortalecidas pela ação estatal, o que resultou em um monopólio das estatais no setor, aliás, era isso que estava nas intenções do governo ao criar tais empresas: (IANNI, 1971)

As empresas evoluíram com o monopólio e o comando estatal. Desde a sua fundação até a década de 1990 quando foram privatizadas, o crescimento dessas companhias ocorreu com investimento público. Seja para incentivar a industrialização do país ou para fornecer bens primários para o fortalecimento dos países imperialistas, a degradação humana e ambiental foi realizada sob o comando do Estado. A paisagem foi modificada, por exemplo, na localidade da fundação da Vale, a cidade de Itabira em Minas Gerais. José Miguel Wisnick compõe uma belíssima obra dedicada à relação entre o poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade e a mineração, sobretudo a exploração da Vale do Rio Doce na cidade no pico do Cauê. A visão para as montanhas que percorre a obra do poeta encontra seu ponto de chegada no resultado da exploração, a saber, na ausência da própria paisagem que inspirou Drummond:

Explorada pela Companhia Vale do Rio Doce, que foi criada especificamente para isso em 1942, quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e com sua escavação recrudescida a partir dos anos 1950, visando o mercado mundial e aço, a montanha de excepcional teor ferrífero foi roída pela atividade mineradora, ao longo das décadas, a ponto de ter se transformado numa

inominável cratera que cava seu perfil em negativo no fundo da terra. Assim, o que era desde sempre, naquela povoação, a proximidade singularmente promíscua da pacata conformação urbana com um acidente geológico de máxima densidade, paga essa desmedida originária com a implantação aberrante de um sítio minerador operando quase no coração da cidade, e atropelando-a com suas explosões, suas máquinas e sua chuva intermitente de poeira e ferro. (WISNICK, 2018, p. 35)

A ausência das montanhas que compõem o repertório do poeta é resultado da posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho e de uma estreita visão de desenvolvimento que se limita a um suposto crescimento econômico e geração de empregos¹³¹. Demonstra que por décadas o Estado brasileiro combinou e intensificou a subordinação externa com a pilhagem interna, característica marcante da burguesia brasileira.

A criação da CVRD, assim como da CSN, ao receber financiamento norte-americano para sua instauração, também se compromete com o fornecimento exclusivo de minério de ferro para alimentar a indústria bélica das potências aliadas, Estados Unidos e Inglaterra. O fim da guerra antes da consolidação da empresa fez com que a empresa dirigisse sua exportação também para os países asiáticos, em especial o Japão, e para a Alemanha (TRACATO, COELHO, 2020).

Para abastecer um mercado em expansão a empresa se modernizou, mecanizou a sua produção, substituindo o trabalho manual e animal pelas máquinas. Processo constante ao longo das décadas que acabava por fechar postos de trabalho, demonstrando a falácia da ideologia do desenvolvimento e melhoria social associado ao setor no país. A empresa estatal se consolida na década de 1970 como a maior exportadora do país e aumenta o território explorado rumo à fronteira amazônica, onde se destaca Carajás no sudoeste do Pará. A exploração desse território, que desde seu início envolve intensos conflitos, ocorreu em parceria com a US Steel, que ficou denominada Amazônia Mineração S.A (AMZA).

Todo o projeto Carajás ocorre durante a ditadura militar, desde sua “descoberta” em 1967, até a parceria com a potência norte-americana e a ofensiva sobre a cidade com o Projeto Grande Carajás:

¹³¹ “A ofensiva da mineração também abarca a esfera ideológica e procura atrair para si a população das regiões mineradas por meio do discurso do progresso e desenvolvimento, criando a expectativa, em parte dela, da criação de empregos e de uma suposta melhora nas condições de vida, o que é propagado pelas mineradoras e agentes públicos” (TROCATE, COELHO, 2020, p.74).

Estes podiam ser definidos como um conjunto de políticas públicas e investimentos direcionados à construção da infraestrutura para a produção e exportação de matérias-primas, incluindo hidrelétricas, portos e ferrovias. Daí a implantação da Estrada de Ferro Carajás (ECF), que leva minerais de Parauapebas (PA) até o porto Ponta da Madeira, em São Luís (MA). (TRACATO, COELHO, 2000, p. 82).

O desenvolvimentismo ditatorial impulsionou e consolidou a exploração mineral no país de forma inédita e modernizadora. Uma empresa constituída por empréstimos pagos com recursos públicos com o objetivo de alimentar o desenvolvimento econômico e militar das grandes potências degradando o meio ambiente no país.

Até este momento não fizemos referência à fração da burguesia brasileira do setor extrativista por esse ser controlado pelo Estado, no entanto isso se modifica na década de 1990. Não que o Estado deixe de ser ativo como defendem certos liberais, mas pelo Estado participar ativamente de sua própria retirada do controle tanto da Vale quanto da CSN. A afirmativa de Olacyr de Moraes (1993) na qual o empresário brasileiro na década de 1990 ainda estava em formação, parece certa para caracterizar a burguesia brasileira da mineração, pois essa só entra efetivamente em ação ao adquirir as estatais¹³². No centro da aquisição de ambas as empresas se encontram Benjamin Steinbruch, fundos de pensão, grandes bancos e o capital estrangeiro, aspectos marcadores de uma nova fase das empresas e da continuidade do modelo dependente e extrativista da economia brasileira.

Alinhado com as imposições do capitalismo global pós-1970, ou seja, o que se convencionou chamar de neoliberalismo, o Estado brasileiro governado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) coloca em prática privatizações de grandes empresas estatais, entre elas a Vale e a CSN. O discurso era o de modernizar as empresas entendidas como ineficientes, ainda, em sintonia com as imposições das grandes instituições financeiras mundiais – como o Fundo Monetário Internacional –, tratava-se de diminuir a presença do Estado na economia e gerar saldos para o cumprimento dos acordos financeiros realizados com as instituições internacionais, ou seja, garantir saldos para o pagamento das dívidas contraídas (BIONDI, 2003).

¹³² Registre-se que os adquirentes das empresas estatais citadas, sobretudo Benjamin Steinbruch, já eram significativos representantes da burguesia brasileira. No caso de Steinbruch atuava em uma das maiores empresas têxteis do país, a Vicunha. No entanto, o grupo Vicunha não se encontra no mesmo patamar de monopólio e competitividade global que a mineradora e a siderúrgica. A extração de recursos naturais se distingue das demais atividades, sendo possível afirmar que Steinbruch compõem a grande burguesia brasileira mais por suas realizações na Vale e CSN que do grupo Vicunha.

As críticas às privatizações, sobretudo da Vale que teve ampla repercussão e importante movimento de oposição, não pode ter como fundamento uma perspectiva desenvolvimentista e nacionalista. A crítica em nosso entendimento deve levar em conta, ao menos, três pontos: a) o próprio Estado, que em discurso diz que deveria se afastar da economia, financia a privatização via BNDES, ou seja, dinheiro público para financiar a venda de uma empresa estatal; b) a adequação necessária à financeirização da economia por qual a empresa deveria passar, o que encontraria dificuldades com o controle do Estado; e o mais importante: os prejuízos humanos e ambientais causados por uma atividade que requer intensa exploração dos recursos naturais, além dos minérios e as crateras deixadas, é necessário um volume elevado de água e energia, aspectos que devem nos afastar de qualquer postura desenvolvimentista, seja nacional ou acrescida do prefixo *neo*.

O primeiro aspecto evidencia a falsa questão – que se tornou palavra de ordem para os neoliberais – da redução do tamanho do Estado na economia, e o mais importante, a apropriação privada de recursos públicos. O resultado é que os agentes envolvidos encontraram uma grande oportunidade de adquirir grandes empresas que foram modernizadas e expandidas com o controle e monopólio estatal, contanto ainda com financiamento público. O Estado tem uma presença crônica e favorece à expansão privada no setor, tal aspecto favoreceu figuras como a de Benjamin Steinbruch. O empresário quando perguntado sobre as vantagens de diversificar os negócios da família – que tem origem no setor têxtil – respondeu o seguinte:

Então a gente entrou na CSN em 1993 e meu pai me disse naquela época para que eu fizesse todo o possível para aproveitar o período de desestatização que tinha ocorrido em outros países, e os grupos privados pré-privatização eram completamente diferentes dos grupos pós-privatização, porque na verdade o Estado vendia empresas de capital intensivo, que a iniciativa privada normalmente não tinha condições. [...] Eu participei de praticamente todos os processos de privatização que após a CSN ocorreram, então nós participamos da Light, no Rio de Janeiro, da Eletropaulo, em São Paulo, participamos da Vale, alguns obtivemos sucesso, alguns perdemos, mas na verdade eu fiz aquilo que meu pai tinha dito, e realmente a gente construiu um grupo importante e que por uma questão de cruzamento entre as empresas. A Vale tinha participação na CSN, a CSN tinha participação na Vale. Em 2000 se resolveu, por uma questão de conflito teórico, separar as empresas. E daí nós optamos pela CSN e os bancos, os fundos de pensão ficaram com a Vale. (STEINBRUCH, 2014).

A privatização das estatais foi/é, portanto, um grande negócio para a iniciativa privada, inclusive para grandes grupos controlados por brasileiros. Segundo Steinbruch (2011), o setor privado não tinha condições de acumular capital para os investimentos nos

setores básicos. A privatização é a chance de a burguesia brasileira se lançar no setor, se apropriando dos ativos que compõem enormes grupos como a Vale e a CSN. Os empresários, sobretudo Steinbruch, encontram a oportunidade de adquirir empresas com capital constante consolidado e com infraestrutura voltada para a expansão do setor extrativo exportador:

Ou seja, a CSN foi constituída em 1941 como marco da industrialização brasileira, num acordo do presidente Roosevelt com Getúlio Vargas, e a partir daí se constituiu dentro daquilo que o Brasil tinha de melhor; ou seja, a melhor mina de ferro da região sudeste foi dada para a CSN, a melhor localização em termos da logística, que foi criada para ela, do ponto de vista ferroviário, do ponto de vista rodoviário, portuário, foi dado para ela; a melhor mina de calcário da região sudeste foi dada para ela; se construiu o porto próprio para ela, energia própria para ela. Então, dentro da evolução dos anos, esses ativos, sempre foram muito bons ativos. E sempre houve uma ameaça de se vender a mina de Casa de Pedra ou se vender a logística ou... E sempre não se caiu em tentação. Então o governo teve esse mérito, o pessoal da CSN teve esse mérito também, que defendeu uma empresa integrada e competitiva. Então, nós, quando pegamos em 93, por mérito do governo e das pessoas que trabalhavam e gostavam da CSN naquele momento, compramos um ativo bastante racional do ponto de vista de integração e bastante independente. E isso facilitou muito o nosso trabalho (STEINBRUCH, 2011).

Tratava-se, evidentemente, de um “excelente negócio”, segundo o empresário. Uma enorme transferência de ativos, recursos e infraestrutura capazes de impulsionar o extrativismo privado no país. Poucos anos depois da privatização – década de 2000 – o setor se orgulharia de oferecer bens para o desenvolvimento chinês, dizendo, ainda com as palavras do empresário estar “no lugar certo no tempo certo” (STEINBRUCH, 2011). As ambições da grande burguesia brasileira do setor extrativista – e como demonstramos, essa dinâmica pode ser ampliada para o setor bancário e o agronegócio – se caracteriza pelo amplo apoio estatal, a adequação aos imperativos das alterações do capitalismo global e sua relação dependente com os países imperialistas. Identificação com governos, sejam desenvolvimentistas, neoliberais, neodesenvolvimentistas, sejam ditaduras ou democracias formais, o resultado em relação à degradação humana e ambiental é o mesmo – embora, a depender do período e da orientação política dos governos os graus da degradação possam ser diferentes.

A Vale, que assim como a CSN foi inaugurada na década de 1940, talvez seja o exemplo concreto do que foi e continua a ser a política de desenvolvimento de um país periférico. Seja por retirar da paisagem o pico do Cauê em Itabira-MG ou por seu avanço sobre a floresta amazônica, a companhia, por sua atividade inerente e por sua gestão, tem contribuição efetiva para a manutenção da dependência, ou seja, uma vinculação

subalterna ao mercado mundial, e seu aprofundamento ao ser uma empresa transnacionalizada e financeirizada.

Um empresário como Benjamin Steinbruch conhecido como representante do setor produtivo ter se retirado da participação da Vale de forma nada harmoniosa é um sinal do que viria a acontecer. A separação entre as duas companhias ocorreu em 2000 e teve ampla divulgação na imprensa demonstrando os conflitos de interesses entre os controladores, sobretudo entre Benjamin Steinbruch, o Fundo de Pensão dos Servidores do Banco do Brasil (PREVI) e o Bradesco (FRIEDLANDER, 2000). O caminho da Vale ao se tornar majoritariamente controlada por agentes do mercado financeiro acelerou a tendência que envolve a grande burguesia brasileira no século XXI, a saber, a junção de uma atividade extremamente nociva em termos humanos e ambientais e completamente submersa aos imperativos imprevisíveis e descontrolados do mercado financeiro.

A Vale – antes Vale do Rio Doce – não perdeu sua característica de existir para servir às grandes potências econômicas. Nascida para contribuir com a indústria bélica dos países aliados, alimenta no século XXI os mercados externos principalmente com minério de ferro, sobretudo o chinês. Presente em muitos estados brasileiros avançando cada vez mais pelo interior da floresta amazônica e possuindo a maior reserva mineral do mundo – Carajás – a Vale se destaca como a maior exportadora e transnacional brasileira (MILANEZ, 2013). Representa uma perspectiva do capitalismo contemporâneo que é transferir – com prejuízos e intensidades tão absurdas quanto em períodos anteriores – a indústria extrativa, suja e devastadora para os países periféricos. Se a China é, nas primeiras décadas do século XXI, o motor do mundo, essa expansão é alimentada, em alguma medida, pelas vidas brasileiras e seu meio ambiente:

Nos últimos anos, as indústrias globais têm distribuído sua capacidade produtiva de forma a concentrar a “fase quente” do processo siderúrgico (que inclui a produção de ferro-gusa e produtos semiacabados) nos países periféricos, mantendo a “fase fria” (menos poluente, com menor gasto energético e com produtos de maior valor agregado) próxima aos mercados consumidores dos países centrais. (MILANEZ et al. 2015, p. 181).

A divisão internacional do trabalho que mantém o país como fornecedor de bens primários persiste e materializa, no caso dos minerais, o “destino mineral” brasileiro. Toda a extração e a paisagem que é reconfigurada já seriam bastante para questionar a

priorização dada à atividade extrativa e exportadora. No entanto, a situação se agrava ainda mais com a legislação flexibilizada, os acidentes com as barragens – do qual Mariana e Brumadinho são exemplos efetivos – a contaminação de águas e solo e tudo que envolve o transporte dos minerais pelos estados brasileiros, sobretudo por ferrovias, hidrovias e mineroduto.

Os efeitos da extração de minérios, do transporte e da transformação do produto em seus derivados, se dão sobre a população das cidades envolvidas direta ou indiretamente na cadeia do ferro e do aço. É o caso de diversos municípios, principalmente, do norte do país. Exemplificamos os impactos da siderurgia sobre a cidade de Açailândia – MA. Fornecida quase que integralmente com minério extraído pela Vale. As usinas e a fábrica de gases da cidade contaminam o ambiente e altera a rotina dos habitantes que lidam com uma “nuvem de fuligem” derivada dos rejeitos de ferro gusa e minérios.

Além das condições naturais que fazem do Brasil um local privilegiado para a exploração de minerais, contam a favor as legislações mais brandas e o baixo preço da força de trabalho. Desde a década de 1960, essas condições são intensificadas para a expansão do setor industrial como um todo e para a atração de capitais externos (MACHADO, 1998). Políticas desenvolvimentistas tem como uma de suas faces a intensificação da atividade extrativista para impulsionar a industrialização interna – como o impulso industrializante do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 e mesmo os elementos de continuidade durante a ditadura militar. A Vale e a CSN são manifestações objetivas do desenvolvimento capitalista no país. Quando atentamos para as suas ações observamos a concretização das políticas econômicas e seus efeitos, seja nos momentos em que o controle era estatal ou mesmo após as privatizações, assim como seus efeitos.

A mineração é uma atividade intensiva em recursos naturais, especialmente no uso do solo e água. A introdução da atividade mineradora nos territórios – e não raro sua especialização nesse setor – compete diretamente com outras formas de produção, em particular aquelas que dependem diretamente do meio ambiente, como a agricultura, a pesca, o turismo, entre outras. Como é uma atividade intensiva em capital, a mineração normalmente gera, em sua fase de operação, uma quantidade restrita de empregos, geralmente de baixa qualidade, reforçando um ciclo perverso de reprodução de desigualdades socioeconômicas (MILANEZ et al. 2015, p. 176)

Impulsionadas pela adequação ao mercado global, essas empresas são exemplos da forma como o capitalismo brasileiro pode ser caracterizado: dependência externa e

precariedade interna. Da mesma forma, ocorre com a burguesia do setor extrativo, em especial a extração de minerais, ela se encontra atrelada e dependente do mercado internacional. Seja pela cotação dos preços determinados pelas bolsas de valores dos grandes centros do capitalismo, e dependente da demanda produtiva de outros países, em especial a China, tudo isso somado a depredação ambiental e precarização humana interna.

Governos federais, estaduais e municipais fornecem territórios, subsídios e demais benefícios para intensificar a exploração e a logística da cadeia do ferro e do aço, identificando a extração mineral com o desenvolvimento econômico (MILANEZ et al. 2015). O resultado é o vazio deixado após o esgotamento das atividades, como está previsto ocorrer com Itabira, o berço da Vale (WISNIK, 2018). O descaso perante as situações que afetam o meio ambiente e o prejuízo de vidas humanas apareceu de forma evidente quando o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse na câmara dos deputados que a empresa é uma “joia brasileira que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu numa de suas barragens, por maior que tenha sido sua tragédia”.¹³³

Voltando à análise e as perspectivas da burguesia do setor extrativo-mineral, nota-se que os elementos destrutivos da extração de recursos são secundarizados em relação aos “benefícios” que a atuação das grandes empresas da cadeia do ferro e do aço proporcionam. A subordinação ao mercado mundial é vista como desenvolvimento econômico ao gerar, segundo seus defensores, empregos e superávit primário oriundos da exportação. A concretude da atividade mineradora é ocultada pela apologia do desenvolvimento, a dependência do mercado global – seja pelo estabelecimento de preços em bolsas de valores fora do país, seja pela necessidade de exportação – e a necessária intensidade em capital que mais afasta e precariza empregos do que cria (TROCATE, COELHO, 2020). Mesmo assim, executivos da empresa exaltam os “benefícios” gerados pela empresa em suas entrevistas e pronunciamentos assim como reforçam o tom nacionalista, como se observa na fala de seu diretor financeiro, Luciano Siani:

A vale é motivo de orgulho não só para nós, mas orgulho nacional. Nesse momento em que o país está com a alto-estima baixa, é importante lembrar alguns fatos aqui sobre a nossa empresa. É o maior grupo privado industrial do

¹³³ Depoimento do presidente da empresa na época durante depoimento na Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/551917-vale-desconhece-causas-do-rompimento-da-barragem-diz-presidente-da-empresa/>.

Brasil, é a maior mineradora das américas, é a maior produtora de minério de ferro do mundo, ingrediente mais importante no desenvolvimento dos países, é o maior produtor de níquel do mundo, níquel é o metal do futuro, metal que vai suportar a revolução dos carros elétricos [...] nós somos a ação estrangeira mais negociada na Bolsa de Nova York em número de ações [...] nós somos a única empresa brasileira global que compete e lidera os mercados em que atua, competindo com as maiores empresas do mundo. (SIANI, 2018).

A caracterização da Vale feita pelo executivo oculta a outra face da empresa e as contradições que a sua atividade apresenta. Na visão do executivo, a atuação da Vale deve ser ampliada no futuro – ou seja a intensificação da extração –devido à continuidade do crescimento chinês e sua procura por minério de ferro de melhor qualidade, “especialidade” da Vale, e à “revolução” do carro elétrico que aumentará a demanda por níquel, da qual a empresa é a maior produtora mundial. O futuro almejado, portanto, pela empresa é o de prosseguir com a internalização de atividades predatórias, comprometendo recursos ambientais e humanos, impulsionando o crescimento econômico de outras nações.

Se a China, segundo o executivo, passará a se preocupar com os índices de poluição demandando minério de ferro de maior qualidade, dificilmente veremos preocupação semelhante por parte da empresa brasileira. Os anos neodesenvolvimentistas (2006-2013) demonstraram o aumento da expansão do extrativismo impulsionado pelo boom das commodities e isso não significou alterações das condições econômicas estruturais que caracterizam o país, o resultado foi uma maior integração da economia brasileira ao capitalismo global em crise estrutural (FIRMIANO, 2016). A expansão da vale à categoria de empresa transnacional revela a real face da subordinação econômica brasileira em um cenário de crise estrutural do capital: a cada passo expansivo – considerado positivo e motivo de orgulho para os representantes da burguesia – tem-se a intensificação da subordinação e da depredação ambiental e humana causada por esse tipo de atividade.

Essa contradição entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental e não aparece como motivo de preocupação para a burguesia brasileira do setor. Como está atrelado ao crescimento econômico das demais potências, a burguesia do setor vê o seu próprio desenvolvimento como reflexo da expansão dos países centrais e/ou de robusto crescimento econômico como a China e Índia. A atuação e o horizonte da burguesia

extrativa, como bem exemplificado pela Vale, mas facilmente estendido para empresas como CSN e Gerdau, é a de utilizar os recursos nacionais para fortalecer o desenvolvimento de outras nações.

Nas perspectivas da burguesia do setor, a contradição tende a se agravar na medida em que a atividade produtiva está cada vez mais atrelada à esfera financeira. As empresas do setor extrativo, assim como as do agronegócio, caminham rumo à financeirização completa de suas atividades. A Gerdau – grande siderúrgica e empresa do setor de extração de minerais – desde seus primeiros anos já é uma empresa de capital aberto, a Vale foi por esse caminho nos anos 2000, e a CSN segue a mesma direção (RIBEIRO, 2021). No caso da Vale, como disse acima o executivo, as ações da empresa são valorizadas no mercado de capitais até mesmo fora do país. Trata-se do resultado de uma estratégia da empresa de priorizar a esfera financeira, isso fica evidente quando o executivo afirma que é necessário “tomar as melhores decisões em benefício dos acionistas” (SIANI, 2018).

A migração da Vale para o Novo Mercado a partir de 2017 é a principal evidência da estratégia financeira da empresa. Com o capital cada vez mais pulverizado e atuando em benefício do acionista, a esfera produtiva torna-se uma atividade que serve para a valorização especulativa. O resultado é uma maior ausência de controle sobre a extração de recursos naturais que visam prover rentabilidade aos acionistas, cada vez mais distante de benefícios e interesses da maioria da população. A explicação do principal CEO da empresa, Fábio Schvartsman, para a entrada da companhia no Novo Mercado – o que resultou na campanha para os acionistas transferirem suas ações preferenciais para ordinárias – demonstra como o objetivo da empresa é se afastar das formas de intervenções e controle para obedecer somente às “leis” do mercado:

De fato, nós vivemos um momento muito importante na Vale [...] e existe um momento decisivo para a companhia, para tudo o que vai acontecer no futuro. E isso é essa conversão de ações que tem uma data final no próximo dia 11 de agosto [2017] Por que essa conversão de ações é tão importante? Senhores, a Vale é a maior e quiçá a melhor empresa brasileira. Tem seguramente uma enorme base acionária e ainda é uma empresa que tem uma estrutura de capital dividida em ações ordinária e preferenciais, que é uma coisa antiga que não está de acordo com as necessidades de governança do mundo de hoje. Portanto, faz com que, por si só isso seja um passo modernizante muito relevante para a companhia. *No caso da Vale, tem um fator adicional de extrema relevância. A*

Vale foi privatizada há alguns anos atrás e nessa estrutura pós-privatização ainda existe uma participação estatal muito grande, que acaba obviamente alavancando a influência de estado na gestão da companhia. E isso nós vimos diversos exemplos infelizes que aconteceram recentemente no Brasil que tem um potencial terrível de destruição de valor, de destruição da empresa. E, na verdade, se nós promovermos essa conversão maciçamente agora no dia 11 de agosto, o que vai acontecer é que nós vamos diluir o atual grupo de controle para baixo da posição, reduzindo de maneira dramática a influência de governo na gestão da companhia.” (SCHVARTSMAN, grifos nossos).

Os trechos que destacamos elucidam a perspectiva para a “maior e quiçá melhor empresa brasileira” Trata-se de submeter a atividade extrativa às leis do mercado, em outros termos, a degradação humana e ambiental se encontra, cada vez mais, nas decisões e interesses de acionistas que possuem o objetivo imediato do lucro a curto prazo. A burguesia do setor extrativo que, com exceção da Gerdau e Votorantim – para ficarmos nos grandes grupos – emergiu com a privatização, arrematando uma enorme quantidade de capital e ativos construídos com recursos públicos, se volta agora para a financeirização.

Após a privatização, o controle da Vale tinha estreita relação com o mercado financeiro, sobretudo pela participação de fundos de pensão e de bancos privados – como o Bradesco. A alteração da composição acionária em 2017 que relatamos acima, é a que afasta formas de intervenções e controle sobre a atividade produtiva, isso é ilustrado pelas alterações ocorridas nos cargos de direção:

O processo de financeirização da Vale tem como objetivo principal gerar valor para seus acionistas. A empresa passa a priorizar o desempenho financeiro em vez das atividades operacionais, algo exemplificado no fato de que os cargos de direção da Vale são geralmente ocupados por profissionais do mercado financeiro, que desconhecem a realidade da mina e as particularidades do processo extrativo mineral. Tal característica de gestão está associada diretamente aos evidentes problemas na manutenção e segurança de barragens da empresa [...]. (TROCATE, COELHO, 2020, falta página).

De fato, Fábio Schvartsman é conhecido pela introdução de empresas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, e chegou à Vale com a missão de completar a inserção da empresa nas práticas de governança corporativa (SIANI, 2018). Os riscos dessa atividade são evidentes quando se toma o exemplo de Eike Batista, um dos

empresários de maior sucesso do período neodesenvolvimentista. O declínio do empresário, para além dos envolvimento em atividades ilícitas, se deu pela forma como lidou com a esfera financeira.

Em reportagem sobre a expansão econômica do Brasil na primeira década dos anos 2000, Eike Batista aparecia como o grande anfitrião apresentando o país para o capital internacional, ao lado do ex-presidente Lula. No programa “60 minutos”¹³⁴, o país é apresentado como um lugar de grandes oportunidades para o investidor estrangeiro e inerentemente pacífico. O magnata não escondeu seu otimismo em relação a economia brasileira, assim como o ex-presidente Lula que se envaidece de ser o “socialista” que conseguiu fazer o capitalismo dar certo no Brasil. Um dos aspectos citados por Lula para demonstrar tal feito é o de que nunca na história do país os bancos lucraram tanto quanto em seu governo.

Não pode passar despercebida a síntese que essa participação dos brasileiros no referido programa nos mostra. Logo, no início se fala da potência agrícola brasileira com imagens da produção de soja e cana de açúcar. O momento é o do boom das *commodities* e a direção é do presidente Lula cuja matriz econômica foi denominada neodesenvolvimentismo. No programa norte-americano, destaca-se a já citada lucratividade dos bancos sob comando de um ex-presidente “socialista”, mas também a personalidade e a atuação de Eike Batista, na época o oitavo homem mais rico do mundo, segundo a Forbes. Batista tem como atividades principais, a extração de recursos da natureza, seja ouro, gás ou minério de ferro. Trata-se, portanto, de um programa que exalta a economia brasileira, mas também demonstra onde se encontra a “força” que impulsiona o crescimento econômico, a saber, o sempre presente agronegócio e a indústria extrativista, sobretudo a especulativa de Eike Batista.

O otimismo demonstrado no programa pelo bilionário brasileiro contrasta com o desfecho de suas atividades. A atuação de Batista não era só a de extrair riquezas do solo brasileiro – e de outros países dado o perfil internacional de suas empresas –, mas de aliar a atividade extrativista com a financeira. Após o declínio do empresário e de seu grupo “X”, soube-se que a valorização do grupo não encontrava materialidade na economia real. As promessas e toda expectativa criada e divulgada em tom otimista pelo empresário

¹³⁴ Trata-se do Programa 60 minutos da tv norte-americana transmitido pela CBS, vídeo disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=vSkOZLrkHSU>

elevavam o seu valor na bolsa de valores, atraindo investimentos, principalmente estrangeiros. No entanto, a materialidade das operações e o sucesso financeiro das empresas não surtiram os efeitos esperados pelo empresário. Eike ficou conhecido como um “vendedor de powerpoints”¹³⁵, conseguiu elevar o valor de suas empresas, atrair investimentos, sem entregar os resultados prometidos¹³⁶.

O ocorrido com Eike Batista é significativo para entendermos tanto a postura do empresariado do setor extrativista como a forma com que operam. A atividade devastadora do meio ambiente e de precarização do trabalho caminha ao lado da especulação financeira. Atividade inerentemente destrutiva corre o risco, ao ter a valorização financeira como objetivo, de nem ao menos entregar os resultados da devastação realizada. A gravidade da situação é evidente nas diversas denúncias ambientais e de trabalho precário ou análogo à escravidão¹³⁷. Trata-se de um enorme dispêndio de recursos ambientais e humanos para elevar o valor de mercado das empresas, longe das necessidades da maior parte da população do país.

Eis o grande feito – e um dos componentes que resultou em seu colapso – do empresário e que sintetiza, em grande medida, o que se pode designar grande burguesia brasileira, a saber, uma intersecção entre extração de recursos e a esfera financeira, cujo os danos são imprevisíveis, mas certamente nocivos à sociedade e ao meio-ambiente, quanto as oscilações do mercado financeiro que surpreendem cotidianamente os analistas econômicos.

135 O termo foi utilizado por analistas do mercado para identificar os equívocos do empresário. Ver 7 erros que o Eike Batista cometeu e que todo empreendedor NÃO deveria cometer. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/para-empresarios/7-erros-que-o-eike-batista-cometeu-e-que-todo-empresario-nao-deveria-fazer>

136 O otimismo e a “visão 360 graus” do empresário foi questionada em sua entrevista para o Roda Viva. Nesse mesmo programa Eike Batista teve que responder sobre ser um “vendedor de sonhos”. Programa Roda Viva, TV Cultura, 30/08/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6rDHBjHixTQ>

137 Ver, entre outras, ESCALANTE (2011) sobre as condições de trabalho . Sobre os impactos ambientais ver: ROSA (2012).

5. Considerações finais

Enfatizamos três pontos do estudo realizado. O primeiro é a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho, a qual afeta diretamente as condições e possibilidades das classes dominantes internas. O segundo é a força e capacidade da burguesia brasileira para transformar a precarização social em “vantagens” econômicas, ou seja, uma forma de compensação para competir no capitalismo transnacionalizado. O terceiro é o papel desempenhado pelo empresariado brasileiro na configuração do capital transnacionalizado, em crise estrutural; a burguesia brasileira é peça fundamental do capitalismo atual, o que pode, eventualmente, colocá-la em lugar de destaque nas transações comerciais em esfera global.

O primeiro ponto nos leva a considerar que são frações estratégicas da burguesia brasileira que encontrarão grandes oportunidades no capitalismo transnacionalizado; são três setores que se consolidaram internamente e atendem à demanda da atual fase do capitalismo. É, portanto, nesses setores que encontraremos as frações burguesas com capacidade para influenciar as decisões econômicas. Isso não significa a ausência de disputas entre as frações, mas que, mantidas as condições da dependência e do alinhamento subordinado que configuram a posição do país na divisão internacional do trabalho, serão esses setores da burguesia brasileira capazes de apontar as tendências para o capitalismo brasileiro. Não é por outro motivo que as finanças – o setor bancário e as demais instituições financeiras – a mineração e a agropecuária possuem o seu lugar garantido entre as empresas brasileiras que mais lucraram nas últimas décadas.

O segundo aspecto é uma característica singular das burguesias periféricas. Embora o discurso enfatize a necessidade de se alcançar a “modernidade”, ou seja, as relações econômicas, sociais e políticas inauguradas pela supremacia burguesa, a condição de dependência exige das burguesias nativas que transforme a precariedade social em formas de compensação frente às empresas transnacionais com maior produtividade. A manutenção de condições internas que – na aparência e no discurso – devem ser superadas para a efetivação da “modernidade” e do desenvolvimento econômico e social, é o que permite a contínua lucratividade das grandes empresas do país. Um dos resultados dessa condição é que o lugar a se alcançar – o discurso da modernidade – é uma quimera. Quando muito se restringe à tecnologia – aumento da produtividade do trabalho.

Essa relação entre a esfera social, principalmente a do trabalho, e o desenvolvimento econômico é secundarizada ou invertida por muitos pensadores. Boa parte pensa que o desenvolvimento e o crescimento econômico geram renda capaz de melhorar as condições de vida da população. No entanto, se esquecem de analisar as relações sociais e trabalhistas nos distintos setores da economia. A precarização e a flexibilidade do trabalho, assim como o constante aumento da vulnerabilidade do trabalhador frente ao capital, demonstram que a perspectiva desenvolvimentista – em suas diversas manifestações – podem contribuir não para a superação das “questões sociais”, mas para seu aprofundamento. Instaura-se a fórmula de desenvolvimento econômico com precarização social, características de maior parte dos planos de desenvolvimento existentes no país a partir da década de 1970, pelo menos.

A expansão do capital não pode ser pensada sem as matérias-primas, esse é o terceiro ponto. Desde o mercantilismo, passando pela Revolução Industrial, o Brasil é caracterizado como um dos principais fornecedores de bens-primários para a contínua expansão do capital. A demanda por recursos naturais não tende a diminuir, as exportações brasileiras, sobretudo soja e minério de ferro, não devem sofrer revezes a ponto de alterar a posição econômica do país no capital transnacionalizado¹³⁸. A burguesia brasileira do setor possui, portanto, um papel fundamental na ordem econômica global, mesmo sem a capacidade política de participar ativamente das grandes decisões sobre os rumos do capitalismo, ou seja, enquanto houver expansão do capital, ela terá seu lugar preservado.

As grandes empresas brasileiras do setor mineral e do agronegócio, que não se desmantelaram com a abertura econômica da década de 1990, se encontram fortalecidas, acumularam vantagens econômicas, políticas e sociais ao longo do tempo. Principalmente o setor extrativista, que teve o Estado como principal impulsionador e que transferiu para a iniciativa privada empresas com enorme potencial de crescimento. Não podemos descartar a possibilidade de que a burguesia brasileira desses setores se abale com uma ofensiva do capital estrangeiro ou por crises políticas, como ocorreu com o setor da construção civil, por exemplo (CAMPOS, 2019). No entanto, diferente do setor da

¹³⁸ Mesmo com a crise econômica de 2008, combinada com a crise política a partir de 2015 que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as exportações tanto de soja quanto de minério de ferro não foram significativamente impactadas. Um dado que evidencia essa afirmação é o aumento constante das exportações de minério de ferro oriundas do Estado do Pará (SIMÕES, 2017), outro é o elevado e crescente volume transportado desses produtos por ferrovias, hidrovias e portos do país (ALVARENGA, 2021).

construção civil que tinha o Estado como principal cliente e o mercado interno como principal ramo de atuação – o que não descartou a internacionalização dessas empresas – tanto o agronegócio quanto o setor extrativista estão em sintonia com o capital transnacionalizado e são manifestações típicas da condição de dependência, longe de ser superada. Em relação ao capital estrangeiro, ele é bem-vindo, pois chega por meio da financeirização capitalizando as empresas que tendem a se alinhar às imposições dos acionistas. Quanto à expansão do capital em geral, os recursos naturais certamente continuarão fundamentais, a “máquina do mundo” necessita do meio ambiente ao seu favor e o Brasil continua a ser um dos protagonistas em oferecer os recursos do país para o crescimento econômico das grandes potências.

Junto ao agronegócio e ao setor extrativista, encontra-se o setor bancário. Quando tratamos da financeirização da economia brasileira, identificamos que os grandes bancos se encontravam – desde a década de 1970, pelo menos – alinhados com a dinâmica que o capital iria assumir. Contemplados por políticas econômicas e próximos de governos com distintas posições políticas, os banqueiros brasileiros se fortaleceram, política e economicamente, e se distanciaram do projeto de desenvolvimento que via na esfera produtiva – sobretudo a indústria de transformação – o caminho para o desenvolvimento do país. Ao direcionar seu capital não para esfera produtiva, mas para o mercado de capitais e, posteriormente, diversificando suas atividades e investimentos para o extrativismo e o agronegócio, a burguesia bancária se encontrava na vanguarda do que viria transformar a economia brasileira. A supremacia das instituições bancárias – cada vez mais difícil de diferenciar das puramente financeiras – é inquestionável. Bancos públicos e privados figuram ano a ano entre as empresas mais lucrativas do país. É certo que essa supremacia possui relação com a origem dos banqueiros brasileiros e suas relações políticas, mas, fundamentalmente, o seu sucesso se deve à estreita relação que este setor possui com a forma do capitalismo contemporâneo e o papel do país na divisão internacional do trabalho.

São desses três fatores que resulta nossa caracterização da burguesia brasileira do século XXI. Com base neles podemos identificar as tendências do capitalismo brasileiro. É muito provável que as expectativas desses setores não sejam contrariadas pelas políticas econômicas, dado que gozam de considerável força política e econômica interna e, para nós, o mais importante, atendem à demanda do capitalismo transnacionalizado.

Quando indicamos que a burguesia brasileira possui um horizonte de expectativas decrescente, enfatizamos que a sua atuação não aponta para um lugar a se chegar, uma utopia no sentido transformador que o termo carrega, mas sim para o presente. Os seus objetivos se limitam – desde sua formação – a refletir as condições inauguradas pelas grandes potências econômicas. A atuação e os anseios da burguesia brasileira não se localizam para a construção e sim reprodução. Ao ter como meta a internalização de uma “modernidade” dificilmente alcançada, está, na melhor das hipóteses, internalizando os feitos alheios. Não são poucas as falas dos empresários relacionando o termo “moderno” com as inovações das grandes potências, seja na burguesia cafeeira que espelhava e se influenciava pela cultura francesa, seja nas relações de trabalho no setor agrícola dos Estados Unidos na década de 1990. Constatamos que o lugar que a burguesia brasileira pretende para a sociedade brasileira é o que encontramos na sociabilidade das grandes potências. Trata-se por definição de um horizonte de expectativa decrescente, que não se orienta para o novo, mas para o existente.

Com sua apologia da “modernidade” e o horizonte de expectativas decrescente parece que a burguesia brasileira pode, finalmente, se encontrar com o destino almejado. O referencial de modernidade não é mais – talvez, efetivamente nunca tenha sido – o idealizado pelos que suplantaram a ordem feudal e tudo o que foi divulgado nos escritos dos iluministas, que moldou o pensamento moderno ocidental, mas a “modernidade” enquanto tendência à precarização global do trabalho e destruição ambiental. Assim, a fratura brasileira do mundo não é só, como bem explicou Paulo Arantes, a exportação da precariedade social. Mas, também, a combinação dessa condição social com a intensiva extração de recursos naturais sob a aceleração da lógica financeira. Na medida em que o capital não encontra mais formas “criativas” de destruir, ou seja, maneiras de continuar com a expansão do capital “beneficiando” amplos setores da sociedade – principalmente os dos países centrais, como aconteceu nos “trinta anos gloriosos” –, as atuações da burguesia brasileira – a truculência da autocracia, as diversas formas de superexploração do trabalho e o presentismo – podem servir de modelo a ser seguido pelas burguesias dos outros países, ou no mínimo, pode continuar funcionando como atração de capitais, o que não deixa de ser um enorme incentivo para a continuidade de suas atividades e para a manutenção do presente.

Diante dessas considerações tornam-se questionáveis as possibilidades de desenvolvimento. Se, em âmbito global, presencia-se cada vez mais as formas de exclusão

de indivíduos em relação aos direitos, à cidadania e à precarização das formas de vidas, qual o sentido do termo desenvolvimento? Penso que a maior contribuição do trabalho reside nessa reflexão. A aposta no desenvolvimento terá maior validade, para aqueles que o defendem, se levar em consideração o fato de que a vulnerabilidade social caminha junto com os dados sobre crescimento econômico. Se o desenvolvimento significar a intensificação das relações econômicas como estão, ou seja, fortalecendo os setores da burguesia brasileira que se alimentam das propostas desenvolvimentistas, o que nos espera é a extração de recursos naturais sob a lógica das finanças. Uma combinação que dificilmente resolve os problemas sociais do país.

Importante mencionar que essas considerações tomam por base a análise de somente três setores da burguesia brasileira. Seria interessante complementar este estudo com as demais frações burguesas, sobretudo o setor do comércio atacadista e varejista e de transportes que contam com algumas personalidades que não escondem a preferência por candidatos da extrema direita. O setor de transporte aparentemente esteve envolvido na greve dos caminhoneiros de 2018 com resultados diretos nas eleições. Há também o setor da construção civil, muito estudado, mas que poderia contribuir para um painel mais amplo da burguesia do país. De qualquer modo, embora a pesquisa se limite a três setores, os demais que contam ativamente com personalidades brasileiras em seu controle não parecem com capacidades para conduzir o país a uma condição social e econômica alternativa; conseguiriam, eventualmente, alterações na política econômica.

Estamos cientes de que os três setores selecionados para compor a pesquisa podem apresentar limites, assim como a abordagem metodológica aqui escolhida. Com um painel mais amplo da burguesia brasileira poderíamos, eventualmente, chegar a outras conclusões. Uma abordagem metodológica distinta também poderia produzir outros resultados. Também sabemos que estudar as relações das frações burguesas com governos, os projetos sociais e culturais das diversas empresas citadas durante o trabalho trariam resultados provavelmente opostos. Mas o foco desta pesquisa foi outro. Considero, portanto, que contribuímos com nossa abordagem para incentivar um campo de pesquisa pouco explorado, com base nos fundamentos da teoria marxista da dependência. Assim como as nações dependentes não podem ser pensadas sem a relação com o imperialismo e o capitalismo global, as frações burguesas também não o podem.

Seria interessante que as próximas pesquisas sobre a burguesia e a relação de classes do país levassem em consideração os imperativos do capital transnacional,

ênfatizando como afetam a economia e as perspectivas das classes dominantes dos países dependentes. Resultados de pesquisas com essa orientação contribuíram para pensar a política não somente como distributiva, inclusiva, ou como estratégias macroeconômicas, mas sim uma forma de política que almeje a superação das condições estruturais, esboce caminhos alternativos, que seja portadora de um horizonte de expectativas crescente. Ao que tudo indica, essa postura política não virá da burguesia brasileira.

6. Referências bibliográficas

71% dos brasileiros são contra a reforma da Previdência. **Folha de São Paulo**, 1º de maio de 2017, p. A11.

ABE, Maria Carolina. **Entenda a crise que abalou o império Eike Batista em 2013**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/12/11/entenda-a-crise-que-abalou-o-imperio-de-eike-batista-em-2013.htm>. 2013.

Agrifirma pretende abrir capital no Brasil a partir de 2012. **Revista Exame**, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://invest.exame.com/me/agrifirma-pretende-abrir-capital-no-brasil-a-partir-de-2012>

AMARAL, Maria Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução capitalista dependente**. in: Padrão de reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). São Paulo: Boitempo. 2012.

AMORIM, Celso. **Nau sem rumo: a política externa brasileira no início de 2019**. In: Margem Esquerda, número 32. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER. Emir & GENTILI, Pablo. (org.). Pós-neoliberalismo. 6º. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

ANDRADE, Oswald. **O rei da vela: peça em três atos**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**. in: Zero à esquerda. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2004.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo. 2014.

ARRUDA, A., GOULART, L. & BRASIL, H. B. **Estratégias de Internacionalização: Competitividade e Incrementalismo**, in ROCHA, A. da (org.), Internacionalização de Empresas Brasileiras, Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

B3 NOVO MERCADO. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/.

BALBI, Sandra. **Seis bancos dominam negócio da dívida.** *Folha de São Paulo*, 01 de dezembro de 2002. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0112200208.htm>

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BANDEIRA, João Luciano; MEDEIROS, Marlon Clóvis. **Desnacionalização e internacionalização na agricultura brasileira: impactos estratégicos no setor de sementes.** GEOSUL, Florianópolis – SC, v. 34, n.71. Dossiê Agronegócios no Brasil. Abril, 2019.

BANDERA, Moniz. **Cartéis e desnacionalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BANDERA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BARBIERI, Cristiane. **Gerdau compra 29% da Aços Vilarés por R\$ 1,3 bilhão.** *Folha de São Paulo*, 22 de maio de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2205200826.htm>.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.

BASSI, Stankevicius Bruno; CASTILHO, Alceu Luís. **Império agropecuário do Itaú Unibanco tem face explícita no Paraguai.** Disponível em: <https://deolhonoruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/13/o-imperio-agropecuario-do-itaunibanco-chega-ao-paraguai-2-2/>. 2018.

BEINSTEIN, Jorge. **No começo de uma longa viagem: decadência do capitalismo, nostalgias, heranças e esperanças no século XXI.** in: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (orgs.). *Mészáros e os desafios do tempo histórico.* São Paulo: Boitempo, 2011.

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da dívida externa brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2013.

BENETTI, Maria D. **A internacionalização real do agronegócio brasileiro.** *Indic. Eco. FEE*. V32, n. 2. 2004

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história.** in: Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense. 2011.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores.** São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, João. **O tempo: substância do capitalismo.** In: Caderno de Ciências Sociais. Santo André – SP: Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA. 2005.

BERRINGER, Tatiana. **A tese do imperialismo brasileiro em questão.** Crítica Marxista, n.36, p. 115-127, 2013.

BESTANI, Julio. **Agrifirma pretende abrir capital no Brasil a partir de 2012.** *Revista Exame.* Disponível em: <https://invest.exame.com/me/agrifirma-pretende-abrir-capital-no-brasil-a-partir-de-2012>.

BIANCHI, Alvaro. **Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE.** São Paulo: XAMÃ, 2001.

BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais.** Campinas, SP: Editora Unicamp. 2010.

BILENKY, Thais. **Aprovação da gestão Temer cai a 7%, menor em 28 anos, segundo Datafolha.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895645-aprovacao-da-gestao-temer-cai-a-7-menor-em-28-anos.shtml>. Acesso em 05/07/2017.

BOITO JR. Armando. **Governo Lula: a nova burguesia nacional no Poder.** In: BOITO JR., Armando. e GALVÃO, Andréia (org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.* São Paulo: Alameda. 2012.

BOUÇAS, Cibelle. **Confecções Racheltex, de SP, relança marca Staroup.** *Valor econômico*, 27 de julho de 2015, caderno Empresas. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2015/07/27/confeccoes-racheltex-de-sp-relanca-marca-staroup.ghtml>.

BRADESCO. **Nossa história.** Disponível em: <https://www.bradescom.com.br/o-bradesco/historia/nossa-historia/>

BRADESPAR. **Apresentação APIMEC.** Disponível em: https://www.bradespar.com.br/BradescoBradespar/static_files/assets/pdf/apresentacoes/APRESENTACAO_APIMEC_2019.pdf

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Os moreira salles, os setúbal e os varella: a trajetória das principais famílias empresariais do setor bancário brasileiro.** XXVIII Simpósio nacional de história. Florianópolis – SC. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434417498_ARQUIVO_TextoAnpuh.pdf

BRASIL AGRO. **Após tentativa de venda, Caramuru estuda abrir capital.** Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/apos-tentativa-de-venda-caramuru-estuda-abrir-capital.html>. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência.** 2005. Disponível em <http://bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1534>. Acesso 07/09/2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O velho e o Novo Desenvolvimentismo.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2010. Acesso: 17/09/2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Brasil e o novo desenvolvimentismo.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2011. Acesso: 17/09/2013.

BRONZATTO, Thiago. **O reinado de 15 anos dos bancos.** Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-reinado-dos-bancos/>

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. **Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento.** In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 26. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3583/08MiguelBruno.pdf>. Acesso 03/06/2021.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. **A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira.** in: A finança mundializada. CHESNAIS, François (org.). São Paulo: Boitempo, 2005.

CAMPOS, Fábio Antônio; RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. **Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com**

Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982). in: História econômica e história de empresas vol. 17n.2. 2014.

CAMPOS, Margarida Cássia. **Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no paraná.** Revista Geografar, Curitiba, v.6, n.1, p.161-191, jun./2011.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranha Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.** Niterói, RJ: EDUFF, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique. **Os efeitos da crise econômica e da opera o Lava Jato sobre a indústria da constru o pesada no Brasil: falências, desnacionaliza o e desestruturac o produtiva.** In: Media es – Revista de ciências sociais. v. 24, n. 1. 2019.

CANDIDO, Antônio. **Uma palavra instável.** In: Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América.** São Paulo:Difusão Europeia do Livro, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As tradi es do desenvolvimento associado.** In: Estudos CEPRAP, n  8. 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira. 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A miséria da política.** Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise.** São Paulo: Editora UNESP; Editora UNICAMP, 2002.

CASTELO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano.** in: CASTELO, Rodrigo. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI.* Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo.** São Paulo: Expressão Popular. 2013

CASTILLO, Ricardo. **Exportar alimentos é a saída para o Brasil?** In: ALBURQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). *Que país é esse?* São Paulo: Editora Globo, 2005.

CBIC, SENAI. **PAC AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE IMPACTO ECONÔMICO.** 2016. Disponível em: https://cbic.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/PAC_Avaliacao_do_Potencial_de_Impacto_Economico_2016.pdf. Acesso em: 08/09/2019.

CHAPPINI, DIMAS e ZILLY (orgs.). **Brasil: País do passado?** São Paulo: Boitempo, 2000.

CHASIN, José. **A via colonial de entificação do capitalismo.** in: *Miséria Brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã VM, 1996.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros.** in: *A finança mundializada*. CHESNAIS, François (org.). São Paulo: Boitempo, 2005).

CHIOVETTI, Simão Pedro. **Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados.** In *Lutas Sociais*, Vol.6. São Paulo: PUC, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1209>

CIA HERING, **Composição acionária.** Disponível em: <https://ri.ciahering.com.br/governanca-corporativa/composicao-acionaria/>.

COMISSÃO DA VERDADE. **Relatório - Tomo I - Parte I - O Financiamento da Repressão.** Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-financiamento-da-repressao.pdf

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira.** São Paulo: Contracorrente, 2017.

COSTA, Emília Viotti da Costa. **Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XXI.** In: *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

COTRIM, Ivan. **FHC: capitalismo dependente e politicização.** São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em debate. v.1, n.2, p. 111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010.

DIAS, Leia Christina. **Por que os bancos são o melhor negócio do país?** In: ALBURQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). *Que país é esse?* São Paulo: Editora Globo, 2005.

DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. **O arco de desflorestamento da Amazônia: da pecuária à soja**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XV, n.2, maio-ago. 2012.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**. Rio de Janeiro: Editora espaço e tempo. 1986.

DURATEX CONFIRMA INVESTIMENTOS DE R\$ 1,1 BILHÃO EM ALAGOAS. *Jornal de Alagoas*, 29 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/economia/2017/04/29/506-duratex-confirma-investimentos-de-r-11-bilho-em-alagoas>

DURATEX DIVULGA EDIÇÃO 2020 DO SEU PLANO DE MANEJO FLORESTAL. Disponível em: <https://www.dex.co/pt/noticias/duratex-divulga-edicao-2020-do-seu-plano-de-manejo-florestal> . 2020.

ESCALANTE, Vanda. **MMX rompe acordo e trabalhadores são encontrados morando em forno de carvoaria**. Repórter Brasil. 11 de julho de 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/07/mmx-rompe-acordo-e-trabalhadores-sao-encontrados-morando-em-forno-de-carvoaria/>

FARIAS, Giuliana Mendonça de; ZAMBERLAN, Carlos Otávio. **Expansão da fronteira agrícola: impacto das políticas de desenvolvimento regional no centrooeste brasileiro**. RBPD – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 2, n. 2, p. 58-68, jul./dez. 2013

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da Dívida mostra como os bancos espoliam o país há décadas**. Programa *Entre Vistas*. Rede Brasil Atual. 2019. Disponível

em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/09/auditoria-divida-publica-bancos-pais/>

FAUSTO, Boris. **Expansão do café e política cafeeira**. In: _____. (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III - O Brasil republicano. v.8. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 16. Edição.

FEARNSIDE, P.M. **Barragens do Tapajós: 5 – Hidrovias e Desmatamento**. Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/barragens-do-tapajos-5-hidrovias-e-desmatamento/>. 2015b.

FEARNSIDE, P.M. **Hidrelétricas e hidrovias na Amazônia: Os planos do governo brasileiro para a bacia do Tapajós**. pp. 85-98. In: P.M. Fearnside (ed.) Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 2. Editora do INPA, Manaus. 297 pp. 2015a.

FELITTI, Guilherme. **A volta da gradiente**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/03/volta-da-gradiente.html>. 2013.

FERNANDES, Daniela. **Instabilidade política no Brasil pode afastar investimento, diz Pascal Lamy**. *Valor econômico*, 29/05/2020

Fernandes, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. 5°. Ed. São Paulo: Global, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil**. In: Sociedade de classes e subdesenvolvimento. São Paulo: Global, 2008a.

FERNANDES, Florestan. **Relações Culturais entre o Brasil e a Europa**. In: Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Global editora. 2008b.

FGV CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>.

FIRMIANO, Frederico, Daia. **Crise, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo no Brasil.** In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). Dimensões da miséria desenvolvimentista Brasil/América Latina. São Paulo: Alameda, 2016.

FIORI, José Luis. **O Poder Global.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FIORI, José Luis. **História, estratégia e desenvolvimento.** São Paulo: Boitempo, 2014.

FILDVIEW. **Qual é a participação do agronegócio no PIB e nas exportações brasileiras?** Disponível em: https://blog.climatefieldview.com.br/qual-e-a-participacao-do-agronegocio-no-pib-e-nas-exportacoes-brasileiras?gclid=EAIaIQobChMI1pD0ia778wIVwgWRCh2bTweDEAAAYASAAEgLa zPD_BwE

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2010.

FONTES, Virgínia. **A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo.** Crítica Marxista, n. 36, p. 103-115. 2013.

FOWKS, Jacqueline. **Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente.** El País, 24 de julho de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html.

FRAGA, Érica. **Participação do Brasil na economia global cai ao menor nível em 38 anos.** Folha de São Paulo, 19 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/participacao-do-brasil-na-economia-global-cai-ao-menor-nivel-em-38-anos.shtml>

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo.** In: Pensamiento Crítico, Habana, nº 7, agosto de 1967. Disponível em: http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/nivon/GUNDER_FRANK_desarrollo_del_subdesarrollo.pdf

FRIEDLANDER, David. **Conflito na Vale nasceu de disputa por espaço na CSN.** Folha de São Paulo, 27 de maio de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2705200003.htm>.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **A reconstrução do Brasil**. in: Praga, estudos marxistas. nº8. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 7ªEd. São Paulo: Paz e Terra. 2007b.

G1. **Comunidade do interior do Maranhão sofre com problema ambiental há mais de 10 anos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/28/comunidade-do-interior-do-maranhao-sofre-com-problema-ambiental-ha-mais-de-10-anos.ghtml>. 2020.

GALA, Paulo. **Vilares, uma gigante brasileira**. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/grupo-vilares-uma-gigante-brasileira-que-virou-po/>

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GASPARI, Elio. **Perigo: a Fiesp e a CNI apoiam o governo**. Folha de São Paulo 2 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasp/2017/07/1897751-perigo-a-fiesp-e-a-cni-apoiam-o-governo.shtml?origin=folha>.

GOMES, Keiti da Rocha. **Presença estrangeira na produção de commodities: o caso da indústria de etanol no Brasil**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 4, out/dez, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. 2ªEd. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GORENDER, Jacob. **Os fazendeiros do oeste paulista**. In: O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Notas sobre Maquiavel**. in: SADER, Emir (org.). Gramsci, poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GUANAES, Nizan. **População tem de entender que remédios amargos são necessários**. *Folha de São Paulo*, 22/11/2016.

GUANAES, Nizan. **Precisamos de alta dose de perspectiva paulista para o Brasil voltar a crescer**. *Folha de São Paulo*, 20/06/2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 20ª Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola. 2012.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário**. São Paulo: Editora UNICAMP; Editora Ensaio, 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1984.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense. 1996.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

INSTITUTO BRASIL 200. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.brasil200.com.br/quem-somos/>. Acesso em 02/06/2021.

ITAÚ 90 ANOS. Disponível em: <http://www.itaunibanco90anos.com.br/90/o-livro.htm>.

JAGUARIBE, Hélio. **Nação e nacionalismo no século XXI**. In: Estudos Avançados, 22. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/dZ4XNM5wtRFvyW5whQPPByP/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em 02/06/2021.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

KRAYCHETE, Elsa Souza. **O banco nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES) e a expansão de empresas brasileiras de construção civil para a América do Sul**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 29, n SPE 03. 2016.

KRENAK, Ailton. **Antes, o mundo não existia**. In.: NOVAES, Adauto. Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KUTNEY, Pedro. **Mangels chega aos 90 anos de volta ao caixa positivo**. Disponível em: <https://www.automotivebusiness.com.br/pt/posts/noticias/mangels-chega-aos-90-anos-de-volta-ao-caixa-positivo/>. 2018.

LAPORTA, Tais. **O que tem na carteira do BNDESPar? Veja as participações do banco na bolsa**. 2019. Disponível em: Disponível em <https://exame.com/mercados/o-que-tem-na-carteira-do-bndespar-veja-as-participacoes-do-banco-na-bolsa/> acesso 16/06/2019.

LAVINAS, Lena. **A financeirização da política social: o caso brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-financeirizacao-da-politica-social-o-caso-brasileiro-301/> acesso 15/06/2020.

LAZZARINI, Sérgio G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

LINS, Vinícius. **Bancos brasileiros são os mais lucrativos do mundo há pelo menos 13 anos**. Disponível em:

<https://www.afbnb.com.br/arquivos/File/Bancos%20brasileiros%20os%20mais%20lucrativos%20do%20mundo.pdf>.

LOBATO, Monteiro. **Tudo é transporte**. In: Ferro e voto secreto. São Paulo: Globo, 2010.

LOTO, Waldemir. **CEO do Grupo André Maggi discursa em evento da ONU**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZFWiCMMqY20>.

LÖWY, Michael. **A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes – Insurreições, barricadas e haussmannização de Paris nas Passagens de Walter Benjamin**. Margem Esquerda: ensaios marxistas, n. 8, pp. 59-75. São Paulo: Boitempo, 2006.

LÖWY, Michel. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo : Xamã. 2000.

LUCE, Mathias. **O subimperialismo brasileiro, etapa superior do capitalismo dependente**. Crítica Marxista, n.36, p. 129-141, 2013.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

MACARINI, José Pedro. **A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado**. In: Economia e Sociedade, Campinas, V, 16n.3 (31), p. 343 – 369, dez. 2007.

MACHADO, Iran. **Indústria mineral**. Estudos Avançados. 12. 1998

MAGGI, Blairo. **Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenv. Rural - Presença do ministro Blairo Maggi - 05/06/2019**. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=CWXxnPyUOL0>.

MANCUSO, W. P.. **Construindo Leis: As Construtoras e as Concessões de Serviços**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 58, p. 61-87, 2003.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional**. São Paulo: Humanitas: Edusp, 2007.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Editora Ensaio, Editora Unicamp. 1990.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. in: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular. 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5°. Ed. Florianópolis: Insular. 2014.

MARQUES, Felipe. **Bradesco conclui compra do HSBC Brasil e alcança R\$ 1,3 tri em ativos**. Valor Econômico, 01 de julho de 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2016/07/01/bradesco-conclui-compra-do-hsbc-brasil-e-alcanca-r-13-tri-em-ativos.ghtml>

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Abril, 1985.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França – de 1848 a 1850**. in: A revolução antes da revolução II. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Adriana. **Dixie-Toga é vendida para americanos**. *Folha de São Paulo*, 06 de janeiro de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0601200503.htm#:~:text=Por%20R%24%20671%2C2%20milh%C3%B5es,seu%20comando%20e%20da%20vida>

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1989.

MAZZEO. Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**. São Paulo: Unesp – Marília – Publicações; Boitempo. 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Nasce a oban, braço da tortura em sp**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>

MESMO COM ATRASOS DO PAC, PERSPECTIVA É DE GRANDES OBRAS. In: *AECWEB*. https://www.aecweb.com.br/cont/n/mesmo-com-atrasos-do-pac-perspectiva-e-de-grandes-obras_2127. 2009.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo. 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2014.

MIGLIOLI, Jorge. **Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes**. Crítica marxista, São Paulo: Xamã, v.1, n.6, 1998.

MILANEZ, Bruno. **A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA) Grupo de Trabalho: Sociologia Econômica.

MILANEZ, Bruno; SCOTTO, Gabriela; SANT'ANA JR. Horácio Nunes; BOSSI, Dario; KATO, Karina. **Injustiça ambiental, mineração e siderurgia**. in: *Injustiça ambiental e saúde no Brasil*. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **A Rodada Doha da OMC**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>. Acesso em 18/11/2020.

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. **Brasil: estratégia de conglomeração**. In: FIORI, José Luis. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2012.

MORAES, Antônio Ermírio. **Entrevista**. Fev.1988. Programa Roda Viva. Tv Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZcLCu6xd68>

MORAES, Antônio Ermírio. **Entrevista**. Fev.1991. Programa Roda Viva. Tv Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nFAjgf0vLbw>

MORAES, Olacyr de. **Entrevista**. Out.1993. Programa Roda Viva. Tv Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GJO1A7xKz3I>

MOREIRA, Assis. **“Brasil é rebaixado ao ficar de fora do “G10 e G11” previsto por Trump”**. Valor Econômico, 01/06/2020. Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/06/01/brasil-e-rebaixado-ao-ficar-de-fora-do-g10-ou-g11-previsto-por-trump.ghtml>.

MOREIRA, Talita. **Grandes bancos têm lucro recorde de R\$ 86,4 bi em 2019, maior da história.** *Valor investe*, 13 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/02/13/grandes-bancos-tem-lucro-recorde-de-r-864-bi-em-2019-maior-da-historia.ghtml>

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. (orgs.) **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação.** Rio de Janeiro: PUC Rio: Contraponto. 2006.

NASSIF, Luis. **Moreira Salles vence revanche após 20 anos.** *Folha de São Paulo*, 19 de novembro de 1995. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/19/brasil/44.html> . Acesso 20/07/2020.

NETO, João Cabral de Melo. **O rio.** in: *Morte e vida severina e outros poemas.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

NOVOA, Luis Fernando. **O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul.** In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário / organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung...et al. --1.ed.--* São Paulo Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** In: *XII Colóquio Internacional de Geocrítica.* 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **A emergência do modo de produção de mercadorias.** In: *A economia da dependência imperfeita.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/Ornitórrinco.** São Paulo: Boitempo.2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil.** In: *Brasil: uma biografia não autorizada.* São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Franklin de. **A revolução brasileira.** in: PERICÁS, Luiz Bernardo. São Paulo: Boitempo, 2019.

OMETTO, João Guilherme. **João Guilherme Ometto Entrevista. Trajetória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo**. FGV, CPDOC. 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/elitesempresariais/joaoguilhermeometto#Sumario1>.

OMETTO, Rubens. **Entrevista: Rubens Ometto, presidente do Conselho de Administração da Cosan**. Programa Show Business com Sonia Racy. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PKG8tlSNvms>

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OSORIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. in: Padrão de reprodução do capital. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). São Paulo: Boitempo. 2012.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Expressão popular, 2014.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. av. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989.

PASSOS, Pedro Luiz. **A melhor resposta à crise política é avançar com as reformas**. *Folha de São Paulo*. 19/07/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pedropassos/2017/05/1885170-a-melhor-resposta-a-crise-politica-e-avancar-com-as-reformas.shtml>

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo. 2008

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma janela para a história**. In: CHAPPINI, DIMAS e ZILLY (orgs.). *Brasil, País do passado?* São Paulo: Boitempo. 2000.

PETRAS, James. **A armadilha neoliberal**. São Paulo: Xamã, 1999.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três Devotos, uma fé, nenhum milagre**. São Paulo: Editora Unesp. 1998.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. **O ocaso de um projeto enganador**. In: Ediciones Herramienta nº 56. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-56/o-ocaso-de-um-projeto-enganador>. 2015.

PINASSI, Maria Orlanda. NETO, Raimundo Gomes da Cruz. **A mineração e a lógica da produção destrutiva na Amazônia**. In: Pinassi, Maria Orlanda (org.). Dimensões da miséria desenvolvimentista Brasil/América Latina. São Paulo: Alameda, 2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. In: O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (orgs.). Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

PLIHON, Dominique. **As grandes empresas fragilizadas pela finança**. in: A finança mundializada. CHESNAIS, François (org.). São Paulo: Boitempo, 2005.

PODER 360. **Presidente do Brasil 200 rompe com Bolsonaro; conselheiro mantém apoio**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/presidente-do-instituto-brasil-200-anuncia-rompimento-com-governo-bolsonaro/>.2020.

PRADO JR., Caio . **Contribuição para a análise da questão agrária**. In: A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. 2. Ed.

PRADO JR., Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras. 2011.

QUAGLIO, Silvana. **Itaú não quer comprar outros bancos por enquanto, mas analisará proposta do Banespa "na hora certa"**. *Folha de São Paulo*, 28 de junho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc280621.htm>

RAMOS, Alberto. **'Mercado quer alguém, não sei quem, com capacidade para tocar reformas**. *Folha de São Paulo*, 20 de maio de 2017.

RAMOS, Camila Souza. **Agronegócio de exportação está indo muito bem diz presidente da Cargill no Brasil**. *Valor Econômico*, 17 de junho de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/live/noticia/2020/06/17/agronegocio-de-exportacao-esta-indo-muito-bem-diz-presidente-da-cargill-no-brasil.ghtml>.

RAMOS, Camila Souza. **São Martinho inaugura era dos canaviais 4.0.** *Valor Econômico*, 05 de agosto de 2009. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/08/05/sao-martinho-inaugura-era-dos-canaviais-4-0.ghtml>.

RIBEIRO, Ivo. Análise: **Abertura de capital da CSN Mineração é a prova de fogo para Benjamin Steinbruch.** *Valor econômico*, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/12/anlise-abertura-de-capital-da-csn-minerao-a-prova-de-fogo-para-benjamin-steinbruch.ghtml>

ROCHA, Janes. **Surpreso, Setubal elogia governo do PT.** *Valor Econômico*, 17/01/2005, Finanças. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/478778/noticia.htm?sequence=1>

RODRIGO, Pablo. **Maggi compra fazenda por US\$ 330 mi na maior negociação de sua empresa.** *Folha de São Paulo*, 09 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1949228-maggi-compra-fazenda-por-us-330-mi-na-maior-negociacao-de-sua-empresa.shtml>

ROSA, Mayra. **Empresa de Eike Batista é acusada por desastre ambiental no RJ.** *Ciclo vivo*, 18 de dezembro de 2012. Disponível: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/negocios/empresa-de-eike-batista-e-acusada-por-desastre-ambiental-no-rj/>

SABADINI, Mauricio de Souza. **O capital financeiro e a economia brasileira.** In: *A internacional do capital financeiro*. PALHARES, Joaquim Ernesto (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira.** São Paulo: Boitempo. 2009.

SAES, Flávio. **A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República.** *Estudos Avançados*, 3(7), 20-39. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8529.1989>.

SALOMÃO, Alexa; COELHO, Luciana. **“Investidores em Davos sinalizam retorno da confiança no Brasil”.** *Folha de São Paulo*, 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/investidores-em-davos-sinalizam-que-brasil-esta-na-moda-outra-vez.shtml?origin=folha>. Acesso em 01/06/2020.

SALUDJIAN, Alexis. **Estratégia de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da CEPAL: uma abordagem crítica.** In: CASTELO, Rodrigo. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas. 2010.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes.** (mimeo).2017b.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.112, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Programa de aceleração do crescimento: um passo atrás.** In: Crônica de uma crise anunciada. São Paulo: SG-Amarante. 2017a.

SANTANDER. **Exportação: quais são os produtos mais exportados pelo Brasil?** Disponível em: <https://santandernegocioseempresas.com.br/app/internacionalizacao/produtos-mais-exportados-pelo-brasil>

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT.** São Paulo: Elefante Editora.2017.

SANTOS, Theotônio dos. **Dependência e mudança social.** In: Caderno de Ciências Sociais. Santo André – SP: Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA. 2005.

SANTOS, Theotonio. **A estrutura da dependência.** Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n.30, 2011.

SÃO MARTINHO. **Linha do tempo.** Disponível em: <https://www.saomartinho.com.br/show.aspx?idMateria=cm80U4FEkag9mbBVLA4tIw==>.

SCARAMUZZO, Mônica. **Skaf reúne empresários em clima “confraternização” com Bolsonaro.** *Valor Econômico*, 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/17/skaf-reune-empresarios-em-clima-de-confraternizacao-com-bolsonaro.ghtml>

SCARAMUZZO, Mônica. **Tradicionalistas usineiros viram minoritários.** *Valor Econômico*, 03 de fevereiro de 2014. Disponível: <https://exame.com/brasil/tradicionais-usineiros-viram-minoritarios/>

SCHVARTSMAN. **Felipe Miranda conversa com Fabio Schvartsman, CEO da Vale.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uvnp4kEII1s>.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Nacional por subtração**. In: Que horas são? São Paulo: Companhia das Letras. 1987

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. in: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SEIDL, Antonio Carlos. **Empresário vê proteção à especulação Antonio Ermírio quer "meio-termo"**. *Folha de São Paulo*, 21 de maio de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21059913.htm>. Acesso 02/06/2021.

Setor sucroalcooleiro sai do radar das multinacionais. **Revista Exame**, 12 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://exame.com/negocios/setor-sucroalcooleiro-sai-do-radar-das-multinacionais/>.

SETÚBAL, Alfredo. **Entrevista Alfredo Setúbel**. Show Business com Sonia Racy. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o51BPoN89wA>. 2017.

SETÚBAL, Olavo. **Uma entrevista com Olavo Setubal sobre o desenvolvimento do sistema bancário, por Luis Nassif**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/moreira-salles/uma-entrevista-com-olavo-setubal-sobre-o-desenvolvimento-do-sistema-bancario/>. (2019)

SETÚBAL, Roberto. **A importância da reforma trabalhista**. *Folha de São Paulo*, 04/07/2017, p. A2.

SHWARTZ Robert. **As ideias fora do lugar**. In: Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34. 2012.

SIANI, Luciano. **CFO da Vale fala sobre presente e futuro da companhia em entrevista**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/cfo-da-vale-fala-sobre-presente-e-futuro-da-companhia-em-entrevista/>. 2018.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Trajetórias geográficas do pioneiro André Antônio Maggi na abertura da fronteira do oeste paranaense**. *GEOgraphia* – Ano. II – No 4 – 2000.

SILVA, Gabriela Augusta da. **A atuação do BNDES e a crise do capitalismo contemporâneo: uma análise do período 2005 – 2013**. Dissertação de mestrado, o

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169330/337094.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SIMONSEN, Roberto. **As finanças e a indústria – conferência no Mackenzie College [1931]**. In: À margem da profissão. São Paulo: São Paulo Ed. 1932.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas**. Novos Estudos CEBRAP. 2015.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

SLC Agrícola. **Joint Venture**. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/joint-ventures/>.

SOBEET. **O novo perfil do Investimento Direto no País**. Disponível em: http://sobeet.org.br/boletim/boletim_112.pdf. 2020.

SODRÉ Nelson Werneck. **Imperialismo e neoliberalismo**. 1996. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sodre/1996/10/imperialismo.htm>.

SODRÉ Nelson Werneck. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (orgs.). O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. [1962] **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (orgs.). O Brasil de João Goulart: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A revolução burguesa no Brasil**. In: Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Graphia Editorial. 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A economia da ditadura e da transição**. in: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

SPOSITO, Eliseu Savério. SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

STAROUP VOLTA À CENA. Disponível em:
<https://www.istoedinheiro.com.br/staroup-de-volta-a-cena/>.

STAUB, Eugenio. Eugenio Staub, **Trajatória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo**. FGV, CPDOC. 2007. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/elitesempresariais/eugeniostaub>

STEINBRUCH, Benjamin. **Leia a transcrição da entrevista de Benjamin Steinbruch à Folha e ao Uol**. *Folha de São Paulo*, 29 de setembro de 2014.

TABACOF, Boris. Boris Tabacof, **Trajatória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo**. FGV, CPDOC. 2007. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/elitesempresariais/boristabacof>

TAURUS, ASCENSÃO DE UMA FABRICANTE DE ARMAS COM BOLSONARO. *El País*, 12 de fevereiro de 2020. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/economia/1547038307_822194.html

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Capital financeiro e a empresa multinacional**. In: *Temas de Ciências Humanas*, n. 9, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

TEIXEIRA, Francisco J.S. **Modernidade em crise: reestruturação capitalista ou o fim do capitalismo?** in: TEIXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. 2º Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

TRABUCO, Luiz Carlos. **Entrevista Luiz Carlos Trabuco do Bradesco**. Show Business com Sonia Racy. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=qUfAwCHjpk8> .

TREVIZAN, Karina e MELO, Luísa. **Há dez anos, o Brasil 'decolava' na capa da 'The Economist'; o que aconteceu desde então?** 2020. Disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/12/ha-dez-anos-o-brasil-decolava-na-capa-da-the-economist-o-que-aconteceu-desde-entao.ghtml>

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

TROTSKY, Léon. **Balanço e perspectiva.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>

VACCARO, Stefania Becattin. **Fundos de pensão: um caminho socioeconomicamente viável?** 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

VARGA László. “**Grupo Votorantim decide entrar no negócio de portos**”, *Folha de São Paulo*, 10 de fevereiro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1002200304.htm>.

VASCONCELOS, Frederico. **Kasinski sai da Cofap sob protesto.** *Folha de São Paulo*, 10 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi100727.htm>.

VÉRAS, Roberto. **Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos.** *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 103 | 2014, colocado online no dia 26 maio 2014, criado a 12 setembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5559> ; DOI : 10.4000/rccs.5559

VOTORANTIM. **Transformamos oportunidades em negócios que geram valor.** Disponível em : <https://www.votorantim.com.br/sobre/>

WISNIK, José Miguel. **A maquinação do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZAIA, Cristiano. **Retorica do governo levava agronegócio a estaca zero diz Blairo.** *Valor Econômico*, 15 de agosto de 2019.

ZANATTA, Mauro. **Febre do IPO chega a produtores do MT.** *Valor Econômico*, 17/07/2007, Agronegócios, p. B14. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/480107/noticia.htm?sequence=1>

ZANINI, Fábio. **Euforia e fracasso do Brasil grande.** São Paulo: Contexto, 2017.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potência.** Rio de Janeiro: Consequência. 2012.